

O TEMPO DE HABITAR
Três experiências evolutivas



Patrícia Silva Coelho

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
sob orientação do Professor Doutor Nuno Grande
Departamento de Arquitectura, FCTUC, Dezembro 2016

O TEMPO DE HABITAR

Três experiências evolutivas



(..)

Só as casas explicam que exista
uma palavra como intimidade
Sem casas não haveria ruas
as ruas onde passamos pelos outros
mas passamos principalmente por nós
Na casa nasci e hei-de morrer
na casa sofri convivi amei
na casa atravessei as estações
Respirei – ó vida simples problema de respiração
Oh as casas as casas as casas

Ruy Belo, 1973

Nota à edição:

A presente dissertação segue o novo Acordo Ortográfico, por decisão do autor, e utiliza a norma de referências bibliográficas *Chicago Manual of Style 16th edition full note*. As citações transcritas em português referentes a edições de língua não portuguesa foram sujeitas a uma tradução livre.

Agradeço,

Ao Professor Doutor Nuno Grande, pela orientação, disponibilidade e dedicação.

Ao Professor Doutor José António Bandeirinha, pelo interesse e conhecimento.

Às Famílias Garcia, Murteira e Colaço, pelo cuidado e carinho com que me receberam, sem elas este trabalho não seria possível.

Ao Miguel Rego, Miguel Alinho, Ana Bordalo e Eduardo Santos, pelas conversas e documentação disponibilizada.

A todos os amigos que construí no caminho e levo para a vida.

À minha família pelo apoio incondicional, em especial aos meus tios pelo espírito jovem com que acompanharam as viagens.

À minha mãe, irmão e irmã, por tudo.

Ao Abílio, sempre.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo estudar a temática da Habitação Evolutiva e fazer uma análise de três experiências que contemplam a cidade, a habitação e o indivíduo. Em Portugal, o princípio evolutivo decorreu da crise habitacional dos anos 50 e 60. O *Colóquio sobre Política de Habitação* de 1969, propôs um programa baseado em sistemas de construção simples que permitia a evolução da habitação a par e passo com a evolução dos seus habitantes. De forma subsequente, o preceito dicotómico onde o arquiteto era responsável pelo processo de construir e o indivíduo pelo processo de habitar, dissolveu-se na prática da habitação evolutiva e deu origem a um processo que incluiu o indivíduo na construção da cidade e da habitação.

Deste modo, pretende-se elaborar uma análise crítica de três experiências habitacionais, que têm na relação espaço-tempo, entre a génese e a contemporaneidade, a amplitude necessária para indagar sobre a metamorfose dos processos de construir e habitar. Num primeiro momento, ocupamo-nos de estudar a cidade enquanto organismo evolutivo para seguidamente focarmos a análise na experiência do módulo habitacional.

A singularidade que cada um dos três casos adquire na apropriação e evolução do espaço de habitar, resulta simultaneamente da evolução tipológica planeada pelo arquiteto e da especificidade de ocupação do indivíduo. Neste sentido procurou-se compreender comparativamente, e de forma descomprometida com os funcionalismos arquitetónicos, as relações entre o pensamento do homem que organiza e a experiência do homem que habita.

ABSTRACT

This dissertation aims to study the theme of housing evolution and analyse three experiences featuring the city, the house and the individual. In Portugal, the evolutionary principle started with the housing crisis of the '50s and '60s. The *Colóquio sobre Política de Habitação* of 1969 proposed a program based on simple construction systems that allowed the evolution of the house alongside the evolution of the individuals. Furthermore, the dichotomous perception in which the architect was responsible for the construction process and the individual was responsible for the inhabiting process dissolved itself in the practice of housing evolution and gave rise to a process that included the individual in the construction of the city and the house.

In this way, we intend to elaborate a critical analysis of three housing experiences that assumes, in the space-time relation between genesis and contemporaneity, the necessity of questioning the metamorphosis of the construction and housing processes. At first we study the city as an evolving organism and then we focus the analysis on the experience of an inhabiting module.

The singularity gained by each of the three cases through the appropriation and evolution of the house space results simultaneously from the typological evolution planned by the architect and the specific occupancy by the individual. For this purpose, we seek to understand, comparatively and unattached to architectural functionalism, the relationships between the thoughts of the man who organizes and the experience of the man who inhabits.

SUMÁRIO

	NOTA INTRODUTÓRIA	1
1	O PRINCÍPIO EVOLUTIVO	
	1.1 A criação de uma Política de Habitação	7
	1.2 Experiências de construir e habitar	17
2	TRÊS URBANIZAÇÕES	
	A Gênese e a Contemporaneidade	
	2.1 Bairro Alto do Moinho	53
	2.2 Bairro da Malagueira	77
	2.3 Bairro de Coophecave	109
3	CADA CASA É UM CASO	
	3.1 DO CONSTRUIR	
	Quadro evolutivo de uma habitação-tipo	
	3.1.1 Alto do Moinho	137
	3.1.2 Malagueira	141
	3.1.3 Coophecave	147
	3.2 DO HABITAR	
	Modos de viver e Modos de habitar	
	3.2.1 Casa Garcia	157
	3.2.2 Casa Murteira	173
	3.2.3 Casa Colaço	189
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
	BIBLIOGRAFIA	225
	ÍNDICE DE IMAGENS	233



Casas em série, Glayson Arcanjo, 2013

NOTA INTRODUTÓRIA

O crescimento desmesurado nas cidades modernas provocou, na segunda metade do século XX, uma grave problemática habitacional. O desequilíbrio da expansão urbana, marcada por assentamentos informais da população, demonstrou a incapacidade do Poder público e da estrutura da cidade em responder à carência habitacional emergente. A consciência do direito à cidade e à habitação, centrou o debate arquitetónico português na necessidade de realojar o maior número num processo capaz de ordenar o crescimento do tecido urbano.

A ortodoxia das práticas arquitetónicas tradicionais, vinculada por modelos de habitar limitados a blocos residenciais - *high-rise, low-density* - não respondia às necessidades levantadas pela problemática habitacional, tornando necessário pensar numa nova forma de arquitetura, ligada às ciências sociais, que incluísse as necessidades e aspirações da sociedade na construção para o maior número. As reflexões sociológicas em torno dos processos de autoconstrução de uma arquitetura-sem-arquitetos, motivaram a criação de uma tipologia de habitação, que se caracterizava por um agrupamento compacto - *low-rise, high-density* - construído à medida das capacidades socioeconómicas das comunidades.

Em busca de uma construção quantitativa que expandisse de forma ordenada a cidade, surgiu a tipologia de habitação evolutiva. Esta estratégia assegurava a evolução do tecido residencial segundo um sistema de organização ordenado pelo arquiteto, e simultaneamente, permitia a evolução qualitativa da habitação pelo indivíduo.

Neste sentido, a presente dissertação investiga sobre a tipologia da habitação evolutiva e divide-se em três partes, conseqüentes das escalas de aproximação da cidade ao módulo de habitar. O Estado de Arte será enunciado ao longo de cada capítulo, numa relação direta com as temáticas que se abordam e em função de cada caso de estudo.

O primeiro capítulo estuda o princípio evolutivo da habitação e subdivide-se em duas partes. A primeira evidencia a abordagem da temática evolutiva em Portugal, originária de uma política da habitação onde o arquiteto pensou o modelo evolutivo como a solução para satisfazer a carência habitacional existente. Analisam-se os debates, colóquios e encontros, decorridos na década de 60, que introduziram o conceito de habitação evolutiva no pensamento arquitetónico. A segunda

parte relata as principais experiências de construir e habitar, com origem nos métodos e teorias do *housing* da América Latina, que influenciaram diretamente as soluções e investigações propostas em Portugal.

O segundo capítulo recorre à análise do conceito de “cidade evolutiva” e limita a área de estudo a três experiências: o Bairro Alto do Moinho de Francisco Silva Dias, o Bairro da Malagueira de Álvaro Siza e o Bairro de Coophecave de Nuno Portas. Esta seleção remete para os principais responsáveis pela construção da habitação social, por forma a demonstrar as particularidades do método evolutivo utilizado por cada um. Recorreu-se a Francisco Silva Dias e Nuno Portas por estarem envolvidos diretamente no estudo da habitação evolutiva desde o início e a Álvaro Siza por representar uma visão pragmática da habitação social nas décadas estudadas.

Para compreender a habitação evolutiva proposta por cada arquiteto, estudamos a sua evolução no tempo, através de uma análise que contempla dois períodos, a génese e a contemporaneidade. A primeira é sustentada pela leitura analítica das produções teóricas que exprimem os desígnios de cada arquiteto bem como pelos desenhos disponibilizados pelos arquivos municipais. A segunda tem por base a experiência física do lugar, o registo fotográfico e o contacto com a população residente. Sobre esta perceção resultou uma análise comparativa, para a qual se produziram elementos gráficos que expressam as transformações e a evolução do tecido urbano.

Em sequência da análise dos três bairros, cingimos o estudo a uma habitação de cada bairro para elaborar o terceiro capítulo. Esta última parte da investigação subdivide-se em duas leituras. Na primeira - do construir - analisa-se o quadro evolutivo da habitação-tipo de cada bairro para expor as fases de crescimento planeadas. No estudo da tipologia evolutiva, as operações de evolução - ampliação, subdivisão ou acabamento - procuram prever no tempo e no espaço as necessidades - ocupação, privacidade ou conforto físico - do habitante. Observado o quadro evolutivo, a segunda parte - do habitar - descreve os modos de viver e modos de habitar de cada casa. O contacto direto com as famílias foi fundamental para conhecer a ambiência e as principais necessidades e aspirações que motivaram a evolução da habitação. Para descrever a amplitude do diálogo entre o espaço inicial e o atual, propõe-se uma decomposição do espaço através de uma análise com base na tríade vitruviana - *Firmitas, Utilitas e Venustas* - para compreender as formas de apropriar e evoluir.

Em síntese, a presente investigação sobre o tempo de habitar, pretende indagar sobre a construção de uma tipologia de habitação; perceber as diferentes interpretações do mesmo princípio evolutivo e compreender a relação entre o pensamento daquele que ordena e a apropriação daquele que vive, a cidade e a habitação.

1

O PRINCÍPIO EVOLUTIVO



01 Ocupações informais - Alto dos Barranhos, s.d.

1.1 A CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE HABITAÇÃO

A problemática habitacional que se fez sentir em Portugal durante 1950 e 1960, emergiu como consequência de uma estrutura urbana que não estava preparada para resolver os fluxos demográficos populacionais que surgiram entre o campo e a cidade. A densidade populacional cresceu nas grandes cidades e seus extramuros, onde se construíram abrigos sem condições de habitabilidade e salubridade. Esta foi uma realidade que surgiu durante a década de 50 em Lisboa, onde 113.000 famílias viviam em casas partilhadas e o número de pessoas a viver em barracas duplicou no interior da cidade e sextuplicou nos subúrbios. No ano 1960, a percentagem de famílias a partilhar habitação alcançou os 28%¹.

COLÓQUIO SOBRE ASPECTOS SOCIAIS NA CONCEPÇÃO DO HABITAT

A carência habitacional era cada vez maior e a capacidade de solucionar o problema não acompanhava esse crescimento. A necessidade de discutir a criação de uma política de habitação levou o Sindicato Nacional dos Arquitectos a organizar o *Colóquio sobre Aspectos Sociais na Concepção do Habitat* em Fevereiro de 1960. A premente importância do tema revelou-se pela forte adesão de participantes e contou com a presença dos arquitetos Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira e de dois convidados especiais, Paul-Henry Chombart de Lauwe e Robert Auzelle.

Nuno Teotónio Pereira destacou o trabalho apresentado por Paul-Henry Chombart de Lauwe, no qual o sociólogo falou sobre a importância de definir as necessidades e as aspirações das populações a que os arquitetos, os engenheiros, os urbanistas tinham de corresponder², pois de forma subsequente, o desenho de uma habitação tinha impacto na evolução familiar e cabia ao arquiteto ter essa responsabilidade. A problemática abordada foi consequente da investigação que o sociólogo francês apresentou no ano anterior no Congresso do C.I.B. em Rotterdam, em torno de três importantes temas: “1º O alojamento e a família; 2º Da “Pequena Vizinhança” ao

1. Nuno Teotónio Pereira, *Escritos (1947- 1996, Seleção)*, vol. 7, Argumentos (Porto: FAUP, 1996).

2. Paul Chombart de Lauwe, “Sociologia da Habitação - Métodos e Perspectivas da Investigação,” *Revista Arquitectura*, 1960, p.50

O COLÓQUIO SOBRE A HABITAÇÃO

O funeral do prof. Carlos Ramos

Comunicação de um plano de urbanização
500.000 contos gastos em 1968 pelo Estado em habitação

Qual o princípio
O Estado tem a obrigação de garantir a habitação adequada para todos os cidadãos. Este princípio rege a política habitacional portuguesa.

Apresenta a situação
A situação habitacional em Portugal é crítica. Há uma grande falta de casas, especialmente nas zonas urbanas. O Estado tem investido muito dinheiro em habitação social, mas os resultados são ainda modestos.

Apresenta a situação
A situação habitacional em Portugal é crítica. Há uma grande falta de casas, especialmente nas zonas urbanas. O Estado tem investido muito dinheiro em habitação social, mas os resultados são ainda modestos.

Apresenta a situação
A situação habitacional em Portugal é crítica. Há uma grande falta de casas, especialmente nas zonas urbanas. O Estado tem investido muito dinheiro em habitação social, mas os resultados são ainda modestos.

Apresenta a situação
A situação habitacional em Portugal é crítica. Há uma grande falta de casas, especialmente nas zonas urbanas. O Estado tem investido muito dinheiro em habitação social, mas os resultados são ainda modestos.

A SOCIALIZAÇÃO DO SOLO URBANO

SUGERIDA PELO ARQUITECTO NUNO PORTAS

Uma das maiores
problemas da habitação em Lisboa é a falta de solo urbano adequado para a construção de novas casas. É necessário encontrar soluções para a socialização do solo urbano.

Uma das maiores
problemas da habitação em Lisboa é a falta de solo urbano adequado para a construção de novas casas. É necessário encontrar soluções para a socialização do solo urbano.

Uma das maiores
problemas da habitação em Lisboa é a falta de solo urbano adequado para a construção de novas casas. É necessário encontrar soluções para a socialização do solo urbano.

Uma das maiores
problemas da habitação em Lisboa é a falta de solo urbano adequado para a construção de novas casas. É necessário encontrar soluções para a socialização do solo urbano.

Uma das maiores
problemas da habitação em Lisboa é a falta de solo urbano adequado para a construção de novas casas. É necessário encontrar soluções para a socialização do solo urbano.

Alcalde não morre

emorista de Setúbal que aguarda julgamento

Alcalde não morre
emorista de Setúbal que aguarda julgamento. O processo continua a correr e aguarda-se o veredicto do tribunal.

Alcalde não morre
emorista de Setúbal que aguarda julgamento. O processo continua a correr e aguarda-se o veredicto do tribunal.

Alcalde não morre
emorista de Setúbal que aguarda julgamento. O processo continua a correr e aguarda-se o veredicto do tribunal.

Alcalde não morre
emorista de Setúbal que aguarda julgamento. O processo continua a correr e aguarda-se o veredicto do tribunal.

Alcalde não morre
emorista de Setúbal que aguarda julgamento. O processo continua a correr e aguarda-se o veredicto do tribunal.

Necrologia

FALCIMENTOS

FALCIMENTOS
Dr. Bernardino Pato, faleceu em Lisboa. Foi um destacado profissional da área da saúde.

FALCIMENTOS
Dr. Bernardino Pato, faleceu em Lisboa. Foi um destacado profissional da área da saúde.

FALCIMENTOS
Dr. Bernardino Pato, faleceu em Lisboa. Foi um destacado profissional da área da saúde.

FALCIMENTOS
Dr. Bernardino Pato, faleceu em Lisboa. Foi um destacado profissional da área da saúde.

FALCIMENTOS
Dr. Bernardino Pato, faleceu em Lisboa. Foi um destacado profissional da área da saúde.

20. Colóquio sobre Política de Habitação, Diário de Lisboa, 1969

“Grande Conjunto”; 3º A habitação na sociedade, a cidade e a região”³. De igual importância foi a participação de Nuno Portas, que no seguimento dos ideais do sociólogo, demonstrou a forma como se deveriam projetar os problemas da habitação para o campo da sociologia e da crítica espacial, tendo este colóquio sido importante para o seu contributo na estruturação do tema da habitação.⁴

Durante três dias foram debatidos os principais problemas do “Habitat: fogo, agrupamento e integração no fenómeno urbano”⁵ e definiu-se uma estratégia de resolução que apelou à tomada de consciência, onde “razões de ordem financeira e outras não [poderiam] justificar que [fossem] construídas habitações com programas deficientes, não tendo em devida conta as necessidades essenciais e evolutivas dos aglomerados familiares que [habitavam]”⁶.

O conceito de evolução surgiu neste debate e despontou uma nova forma de repensar o ato de habitar e o modo como este se altera no tempo. A habitação deixou de ser apenas uma questão de abrigo e passou a exigir um planeamento contíguo ao plano urbano da cidade existente, para que a evolução não partisse apenas do fogo mas do conjunto onde este se inseria. A criação de uma relação indissociável entre a cidade e a habitação funcionou como o princípio base para resolver as necessidades populacionais.

Na viragem do decénio de 1960, surgiram novas perspetivas que visavam solucionar o problema da da habitação incidindo sobre questões sociais. O Laboratório Nacional de Engenharia, enquanto centro de investigação, foi a entidade responsável por encontrar novas estratégias de intervenção, numa divisão criada para o efeito - Divisão de Construção e Habitação - da qual Nuno Portas foi o coordenador responsável entre 1962 e 1967. O arquiteto português realizou, em parceria com a sua equipa e outros arquitetos, inúmeras investigações, nomeadamente: um estudo sobre o habitat e a sua utilização com “Desenho e apropriação do espaço da habitação” em 1963, a abordagem das carências familiares com “Inquérito Piloto sobre Necessidades Familiares em Matéria de Habitação” e “Inquérito à Habitação Urbana: Relatório Preliminar” realizados em 1967, as necessidades espaciais com “Funções e Exigências de Áreas da Habitação” em 1969. Esta abordagem com base em métodos sociais foi crucial para o desenvolvimento da temática que iremos constatar posteriormente, numa análise mais detalhada.

A importância do papel do arquiteto na tomada de consciência desta problemática tornou-se evidente e com a estruturação de uma política habitacional para o Plano Intercalar de Fomento durante o período de 1965-1967, surgiram as primeiras medidas que propunham solucionar a carência de habitação. No entanto, somente com o III Plano de Fomento entre 1968-1973 foram propostas soluções que visavam reparar as deficiências da situação habitacional que ocorriam em Portugal e compreendeu-se que a estabilidade desejada só seria alcançada quando o planeamento da habitação e a cidade fosse elaborado de forma interdependente.⁷

3. Ibid. p.42

4. Nuno Teotónio Pereira, *Escritos (1947- 1996, Seleção)*, vol. 7, Argumentos (Porto: FAUP, 1996).

5. “I Colóquio organizado pelo S.N.A. sobre temas habitacionais: «Aspectos Sociais na Concepção do Habitat»,” *Revista Arquitectura*, 1960.

6. Ibid.

7. Nuno Teotónio Pereira, *op. cit.*



As questões levantadas em torno da problemática habitacional, tomaram maiores proporções no final da década de 1960 e culminaram em 1969 com a criação do Fundo de Fomento da Habitação e dois importantes acontecimentos: o *Colóquio sobre Política da Habitação* e o *Encontro Nacional de Arquitectos*.

COLÓQUIO SOBRE POLÍTICA DA HABITAÇÃO

No mês de Julho iniciou-se a primeira discussão - *Colóquio sobre Política da Habitação* - que tinha como objetivo solucionar a carência de habitações. Durante uma semana realizaram-se sessões, reunindo um grupo de arquitetos preocupados com esta realidade e a posterior análise divide o debate do Colóquio em três principais momentos: *Texto de Base*, *Intervenções dos Participantes nos Grupos de Discussão* e *Relato Final*.

O *Texto de Base* iniciou o debate e apresentou estratégias que deram início ao Colóquio. A primeira estratégia consistiu na estratificação da população nacional em três diferentes níveis que tiveram em conta o rendimento familiar: em primeiro lugar, indivíduos com possibilidade para alugar ou construir um alojamento; em segundo, população que necessitava de ajuda direta do Estado para proceder ao aluguer de uma habitação; e por último, o estrato composto por aqueles que não dispunham de capacidade financeira mínima para alugar uma habitação, mesmo com qualquer tipo de ajuda externa.⁸

A questão centrou-se, inevitavelmente, no *terceiro estrato* e na forma como se podia solucionar o grande problema gerado pela população que chegava do setor primário e habitava em barracas, bairros clandestinos, casas em zonas degradadas e partes de casa em condições sem salubridade. A solução passava pelo reconhecimento da necessidade de intervenção direta do Estado, através de construção direta de fogos ou programas habitacionais que tivessem em conta a dimensão do estrato e concedessem bonificações maiores a fórmulas do tipo evolutivo.⁹ A segunda parte do Colóquio compreendeu um volume que relatou as *Intervenções dos Participantes nos Grupos de Discussão* onde surgiram as principais reflexões, fruto da discussão nas mesas de debate e que deram origem às considerações finais.

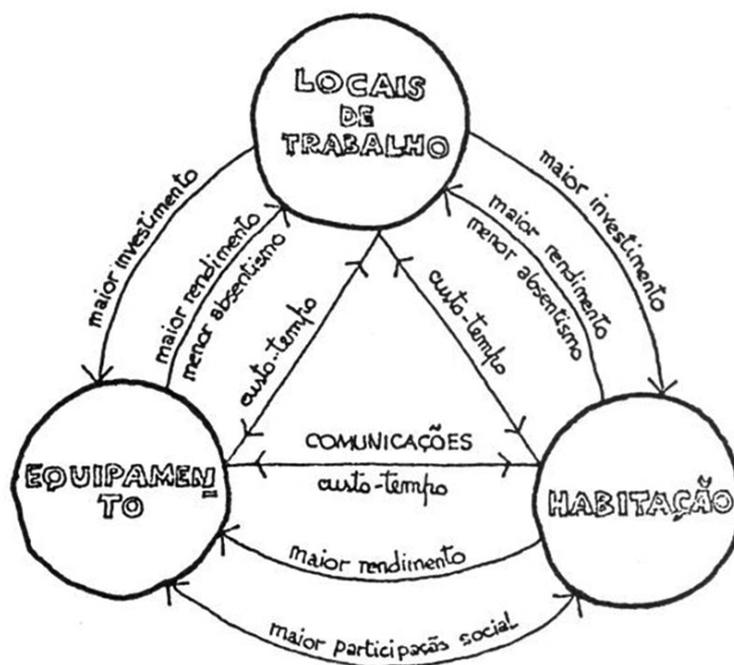
O *Relato Final* foi relatado por Nuno Portas e contou com cinco diferentes estratégias que definiram como prioritário o *Enquadramento da habitação no desenvolvimento económico e social*, a *Integração da habitação no planeamento urbanístico*, uma *Política dos solos*, o *Financiamento da habitação*, a *Execução da habitação* e uma *Estrutura orgânica do sector público no domínio da habitação*.

Primeiramente o *Enquadramento da Habitação no Desenvolvimento Económico e Social*, definiu que quando ausente da capacidade de adquirir um alojamento, o direito à habitação tinha de “ser assegurado a todos pela coletividade, sob a responsabilidade do Estado”¹⁰. Na procura de uma estratégia social na criação de uma *Política de Habitação*, reconheceu-se a necessidade de uma

8. Ignácio Peres Fernandes et al., *Colóquio sobre Política da Habitação. Relato Final* (Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1969).

9. Ibid.

10. José António Bandeirinha, *O Processo SAAL: e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007). p.81



solução tipológica que correspondesse em quantidade, qualidade e temporalidade à população emergente.

Com base neste ideal, recorreu-se a fórmulas do tipo evolutivo por serem um sistema de construção simples que permitia que a habitação fosse “ampliada e melhorada conforme as possibilidades e a evolução das famílias” e “realizada em conjuntos socialmente assistidos, para uso das populações com maior carência económica”¹¹. Este tipo de planeamento promovia também a existência de uma relação interdependente entre a habitação e a cidade, com base nesta premissa, surgiu a noção do “*direito à Habitação Integrada*”¹², um princípio onde o fogo se inseria num conjunto habitacional para promover o desenvolvimento contínuo da cidade e da sociedade.

Este debate final, intenso de diferentes estratégias e propostas, instituiu um planeamento de interesses urbanos e sociais que surgiu associado à noção de habitação evolutiva e reconheceu que a relação das pessoas com a sua casa, é também a relação que constrói cidade. A habitação não podia continuar a ser tratada como uma necessidade isolada, o termo habitação, abrigo ou casa, já não era suficiente porque as necessidades da vida social não se confinavam apenas à função de habitar e a habitação tinha por isso de estar integrada num conjunto de equipamentos e serviços coletivos que possibilitassem a vida em comunidade¹³. Este ideal havia sido referido quase uma década antes, em 1960, no *Colóquio sobre os Aspectos Sociais na Concepção do Habitat*.

A preocupação com a habitação e a sua inserção na cidade mostrou ser um consenso e com o conceito de habitação evolutiva surgiu o de urbanização evolutiva¹⁴. Era necessário consolidar a cidade, para que esta crescesse potencializada por um ambiente favorável ao desenvolvimento contínuo da habitação.

“Não serão só os fogos que vão crescendo em área e qualidade, em consonância com as novas disponibilidades económicas, mas é o próprio bairro que, à medida que se vai consolidando, vai também evoluindo na qualificação das infraestruturas urbanas e dos equipamentos associados”¹⁵.

Para potencializar o conceito de habitação evolutiva, tornou-se necessário ter noção da população que rapidamente emergia: quem eram, como viviam, onde moravam, aqueles que constituíam o maior número¹⁶. Reconheceu-se a gravidade habitacional e procurou-se perceber como se construía para uma problemática que “não era mais uma realidade estática”¹⁷. Nuno Teotónio Pereira, designou por *maior número* a percentagem elevada da população que vivia em

11. Ignácio Peres Fernandes et al., *Colóquio sobre Política da Habitação. Relato Final* (Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1969).

12. Ibid.

13. Ibid.

14. “Colóquio sobre Política da Habitação,” *Revista Arquitectura*, 1969.

15. José António Bandeirinha, *O Processo SAAL: e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007). p.81

16. A questão levantada e discutida por Nuno Teotónio Pereira no *Colóquio de Urbanismo* que decorreu no Funchal em 1969, promoveu o desenvolvimento do estudo “Habitações para o maior número” in Nuno Teotónio Pereira, *Escritos (1947- 1996, Seleção)*, vol. 7, Argumentos (Porto: FAUP, 1996).

17. Nuno Teotónio Pereira, *op. cit.*



05 Encontro Nacional de Arquitetos, Lisboa, 1969

condições degradantes e sem o mínimo de habitabilidade, onde o acesso a água canalizada, rede elétrica ou esgoto era inexistente. Discutiu-se o cerne da questão habitacional e embora se definisse como prioritário produzir habitações em quantidade de forma a eliminar o déficit habitacional, a solução não podia passar por conceber conjuntos periféricos ao centro urbano e estagnados à construção acabada. Tinha de ser equacionada a possibilidade de integrar estas populações na cidade e providenciá-las com transportes públicos e equipamentos básicos, elucidou Nuno Teotónio Pereira. A construção para o maior número tinha de ser estudada pelo arquiteto, que precisava de tomar consciência do impacto da sua atividade profissional no desenvolvimento da cidade e da sociedade.¹⁸

ENCONTRO NACIONAL DE ARQUITECTOS

Este princípio base de autoconhecimento, despontou a concretização de uma última discussão sobre o planeamento territorial e a habitação social antes dos anos revolucionários de 1970. O *Encontro Nacional de Arquitectos* realizado em Dezembro de 1969, contou com a presença de 273 pessoas dos quais somente metade eram arquitetos. Era real a ausência da consciência sobre o papel social do arquiteto e se “a importância do Encontro se revelou nas divergências, os silêncios e a nebulosidade e a indecisão das opiniões foram o retrato de uma classe em crise de crescimento”¹⁹.

O ENA organizou-se em duas partes. Primeiramente foram apresentados os trabalhos das sessões de grupo, onde se debateram as principais questões dos textos apresentados. Houve uma diversidade de temas, entres estes, a questão da “Política de solos e actividades do arquitecto” pela dupla Francisco Silva Dias e Júlio Saint Maurice; “Participação popular e trabalho do arquitecto no desenvolvimento urbano” feito por um grupo coordenado por Nuno Teotónio Pereira e “Comunicação como contestação” debatido por Manuel Vicente e Alberto Oliveira.

Sucederam-se as sessões plenárias, que consistiram na partilha e discussão de propostas com base nas sessões de grupo. A diversidade de temas provocou, em parte, a incoerência no debate, onde não houve um confronto de raciocínios nem foram elucidadas propostas objetivas, talvez pela falta de interesse ou de comunicação. A contestação sobre a ausência de propostas tornou-se evidente em depoimentos de arquitetos como Francisco Keil Amaral, Raul Hestnes Ferreira, Nuno Teotónio Pereira, Manuel Vicente e Gonçalo Sousa Byrne que concordaram que “o Encontro foi inédito e positivo pelo desencontro de gerações”²⁰.

Marcado por um desencontro de ideais e princípios, o *Encontro Nacional de Arquitectos* esclareceu a notória falta de experiência em resolver o problema da habitação. A sociedade de arquitetos precisava de agir, porque continuar a teorizar sobre o problema não era mais a solução. De forma a responder à estrutura urbana até então insuficiente, a teorização sobre a habitação voltou o arquiteto para a sociedade que se formava. À luz desta conjuntura surgiu, na viragem do decénio, uma nova fase para a habitação social marcada pela falta de experiência mas com a determinação de solucionar a crescente problemática habitacional.

18. Nuno Teotónio Pereira, “Habitação Social: habitações para o Maior Número,” *Revista Arquitectura*, 1969.

19. Raul Hestnes Ferreira in “Encontro Nacional de Arquitectos Dezembro 1969,” *Revista Arquitectura*, 1969.

20. “Encontro Nacional de Arquitectos Dezembro 1969,” *Revista Arquitectura*, 1969.



06 . 07 *Barriadas*, Lima, 1963

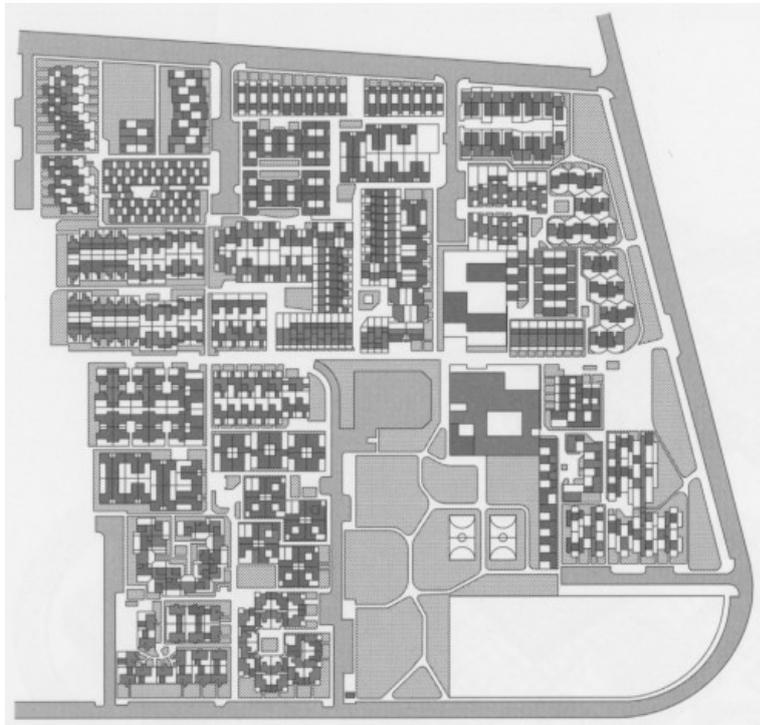
1.2 EXPERIÊNCIAS DE CONSTRUIR E HABITAR

A influência do conceito de habitação evolutiva no pensamento arquitetónico português surgiu, numa primeira instância, a partir de importantes experiências internacionais que se centraram numa nova forma de planear o urbano a partir do campo da ação social. Desta forma, o interesse por uma arquitetura construída pelas mãos de quem habita, tornou-se na principal temática de inúmeras investigações. A participação de arquitetos, urbanistas e filósofos como Hassan Fathy, Charles Abrams e Henri Lefebvre, entre outros, potenciou a importante discussão internacional em torno do processo de habitar e surgiu com a pretensão de encontrar uma solução para as ocupações informais que emergiam um pouco por todo o lado, mas de forma mais acelerada na América Latina.

Perante a temática, torna-se importante destacar o papel fundamental que arquiteto britânico John Turner desempenhou na investigação das aglomerações espontâneas em países do Terceiro Mundo, onde a autoconstrução de habitações proliferava, formando todo o tipo de clandestinidade. Quando se sucedeu a oportunidade para estudar o fenómeno das *barriadas* que se intensificaram na década de 50 numa cidade do Peru, os problemas do planeamento suburbano espontâneo tornaram-se importantes exemplos de um modelo padrão com potencialidades únicas. Segundo John Turner:

“(…) só estes tipos de aglomeração de geração espontânea tinham a flexibilidade suficiente para se moldarem à previsível evolução socioeconómica dos habitantes, e condenava sempre a rigidez “arquitectónica” dos conjuntos habitacionais de promoção pública ou centralizada, que remetiam os moradores para uma extrema dificuldade de metamorfosear os espaços, encerrados enquanto obra concluída, alheando-os do sentidos mais íntimos de transformação e pertença.”²¹

21. José António Bandeirinha, *O Processo SAAL: e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007). p.46



08 Desenho urbano aberto - Bairro-Cidade, PREVI, 1978

O arquiteto construiu um pensamento sobre a problemática habitacional dos aglomerados espontâneos e definiu um novo conceito usando uma analogia com o termo “*housing*”, delineando que o mesmo pode ser usado como um substantivo ou como um verbo. Quando usado como um substantivo, “*housing*” descreve uma dimensão acomodada ou estática, como um produto final. No entanto, como verbo, “*to house*” significa um processo dinâmico como a própria atividade que o termo “*housing*” suscita.²²

A sua visão sobre a questão do *housing* potenciou a abertura para a compreensão da realidade habitacional e para o debate sobre uma nova forma de planejar. Instituindo que o planeamento para o maior número necessitava de parar com a construção de habitações limitadas, circunscritas a uma condição física e generalizada do processo de habitar. A carência habitacional necessitava de ser tratada com um carácter identitário, urbano e social, para que se construíssem casas adaptáveis aos valores de cada indivíduo e de forma subsequente, correspondessem ativa e intemporalmente às suas necessidades e exigências espaciais. Assim, como o indivíduo era o resultado de inúmeros processos de transformação, também a habitação tinha de ser um programa aberto para as mais variadas aculturações.

EL PROYECTO EXPERIMENTAL DE VIVIENDA DE LIMA

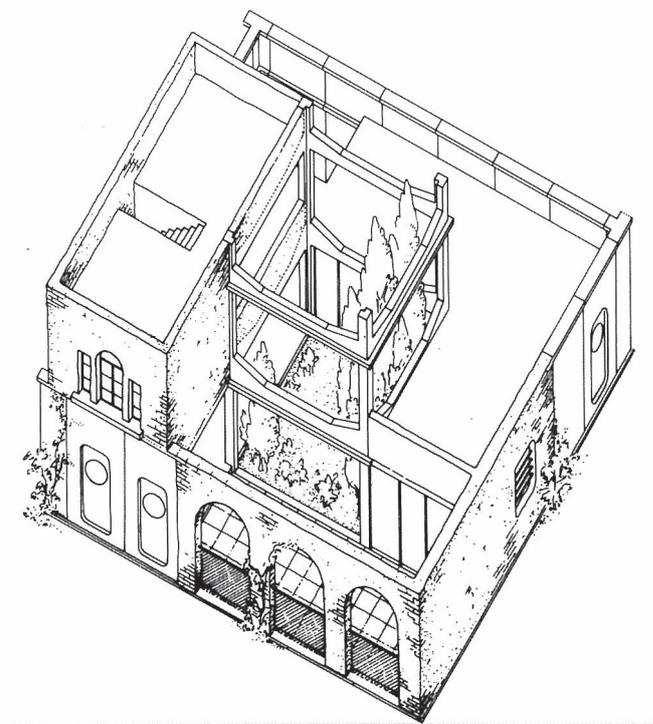
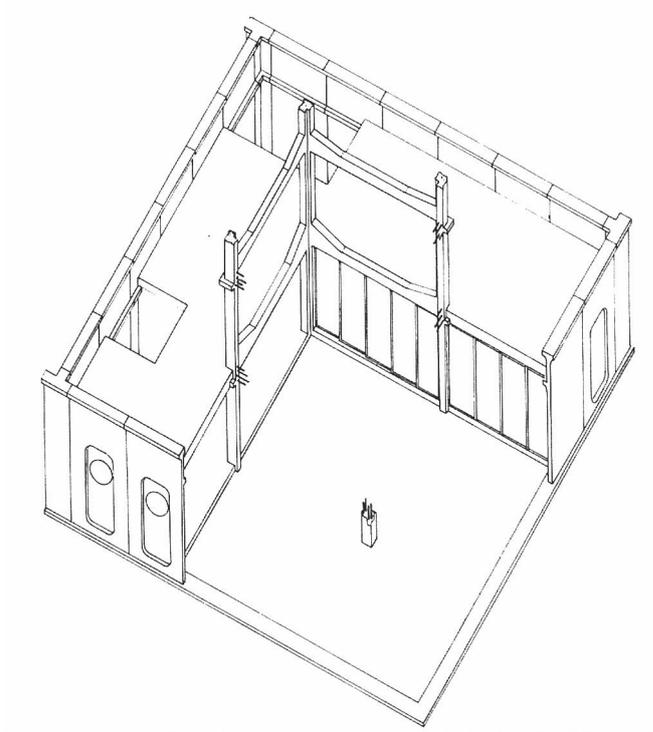
Este pensamento de transformação urbana e a sua adaptação social, despontou no início da década de 1960 uma verdadeira experiência no campo da habitação na América do Sul, onde a construção formal e informal de habitações era desproporcional. Uma área do deserto, a 7km do centro de Lima e no vasto país de Peru, recebeu principal atenção após a acelerada ocupação por aglomerados espontâneos que auto-construíam 47 vezes mais habitações do que os programas de habitação do Estado edificavam. A densa construção clandestina motivou o estudo e planeamento de um programa de habitação social único, que John Turner defendeu ter sido a primeira forma de planejar onde “*a habitação foi uma atividade construída em comunidade e não apenas um produto final*”.²³

El Proyecto Experimental de Vivienda de Lima (PREVI) surgiu quando em 1965, o estado governamental do Peru convidou o arquiteto e urbanista inglês Peter Land para desenvolver um plano habitacional. Após adquirir conhecimento sobre o problema da habitação no Peru, Peter Land lançou um concurso internacional e convidou arquitetos de todo o mundo, com diferentes métodos e soluções, a elaborar um plano para solucionar a carência de habitação, tendo em conta seis importantes princípios-base:

1. *A neighbourhood and design based upon the high-density, low-rise concept, a module and model for future urban expansion.*
2. *A growing house concept, with integral courtyard.*

22. John Turner and Robert Fichter, *Freedom to Build, Dweller Control of the Housing Process*, ed. Collier Macmillan (New York, 1972). p.151

23. Tradução livre do/a autor/a: “*housing is community-building activity, not just a product*” in John Turner, “Preface,” in *¡El Tiempo Construye! Time Builds!* (Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2008).



09 . 10 Projeto original e modificações a construir pelo habitante, projeto de James Stirling, PREVI, 1978

3. *Configurations of housing clusters within the neighbourhood master plan.*
4. *An entirely human-scale pedestrian environment in the neighbourhood.*
5. *Improved and new house-building methods within earthquake resistance.*
6. *An overall neighbourhood landscape plan.*²⁴

O concurso organizado em 1969, solicitou a cada equipa a apresentação de uma solução urbanística composta por 1500 habitações, devidamente articuladas com equipamentos escolares, sociais e comerciais, essenciais para o desenvolvimento da comunidade. A competição reuniu quase trinta equipas das quais fizeram parte arquitetos e urbanistas nacionais mas também internacionais, reunindo nomes como: James Stirling (Reino Unido), Knud Svenssons (Dinamarca), Esquerra, Samper, Sáenz e Urdaneta (Colômbia), Atelier 5 (Suíça), Toivo Korhonen (Finlândia), Herbert Ohl (Alemanha), Charles Correa (Índia), Kikutake, Maki e Kurokawa (Japão), Íñiguez de Ozoño e Vázquez de Castro (Espanha), Hansen e Hatloy (Polónia), Aldo van Eyck (Holanda), Candilis, Josic e Woods (França) e Christopher Alexander (Estados Unidos).

A ideia de integrar participantes de todos os pontos geográficos alertou para a urgência em repensar a habitação de forma global e a partir de um mesmo desígnio foram criadas soluções divergentes, influenciadas pelas diferentes correntes arquitetónicas. Quando se procurou eger a solução vencedora, o júri do concurso verificou que todos os trabalhos expostos detinham qualidades construtivas únicas. Como consequência, por consentimento geral todas as propostas apresentadas pelas equipas nacionais e internacionais, foram construídas, num menor número e organizadas num conjunto homogéneo. PREVI resultou numa experiência única, no tempo e no espaço, definida por 26 aglomerados ou *clusters* habitacionais que alojaram 2800 pessoas em 467 habitações construídas com base em princípios de evolução, flexibilidade e adaptação.²⁵

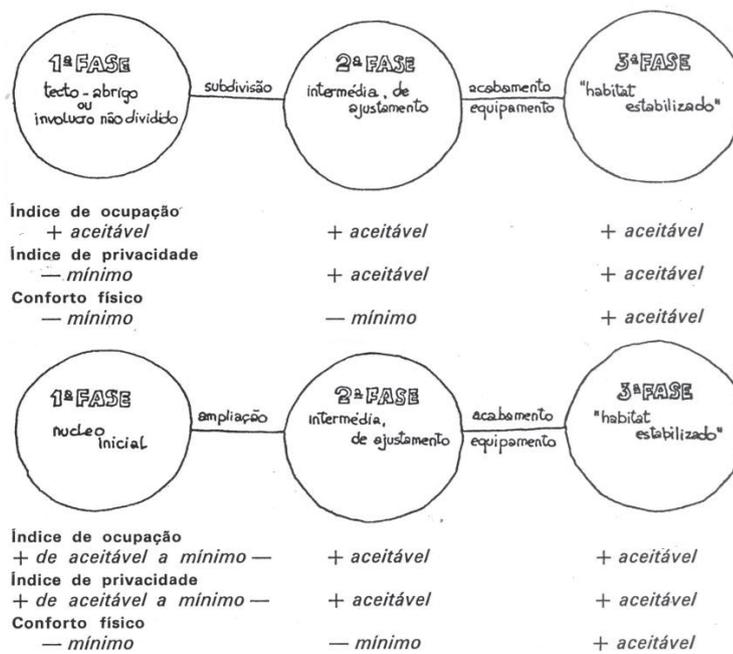
“The global trend in social housing around that time favored tall structures. (...) the negative consequences for family life in apartments disconnected from the ground in high-rise structures are well known. The density advantages are minimized when maintenance, access, privacy, human scale and the impossibility of unit expansion are considered. The ownership of a small lot and a compact house with privacy builds equity with time and is the basic building block of “democratic urbanism”. It also allows growth and flexibility for the changing needs in the structure of a family over time.”²⁶

A estrutura urbana resultou de uma composição de alta densidade e baixa altura, onde a criação de unidades de habitação evolutivas foi a solução para o metamorfismo social e urbano da população. A construção e planeamento deste programa influenciou diretamente as experiências arquitetónicas que surgiram na década de 70 em Portugal, em parte realizadas por Nuno Portas. Em busca de um maior conhecimento sobre as políticas urbanas e habitacionais que emergiam do

24. Fernando García-Huidobro, Nicolas Tugás, and Diogo Torres Torriti, *¡El Tiempo Construye! Time Builds!* (Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2008). p.12

25. Ibid. p.14

26. Ibid. p.18



housing, o arquiteto realizou uma viagem à América do Sul em 1965²⁷, onde entrou em contacto com os projetos do concurso apresentados numa exposição local. O seu interesse pelos métodos utilizados nesta experiência, instigou um novo tema de investigação que viria a ser, mais tarde, uma das premissas implementadas em programas habitacionais que surgiram em Portugal no período revolucionário. Influenciado pelas questões sobre *housing* de John Turner, por discussões dos trabalhos de Charles Abrams e Carlos Nelson Ferreira dos Santos e por estudos sobre a densidade visual qualitativa e a densidade física quantitativa de Amos Rapoport; Nuno Portas potenciou a abordagem de fórmulas do tipo evolutivo, que com base em programas experimentais emergentes, abriram a prática da arquitetura portuguesa para o campo das ciências sociais.

"HABITAÇÃO EVOLUTIVA" POR NUNO PORTAS E FRANCISCO SILVA DIAS

De forma consequente, no ano de 1970, um importante estudo desenvolvido no Laboratório Nacional de Engenharia Civil e intitulado de *Habitação Evolutiva: princípios e critérios de projectos*, surgiu da cooperação entre Nuno Portas e Francisco Silva Dias. Não sendo o intuito criar um modelo tipológico que solucionasse o problema económico-político sentido no campo da habitação, este estudo procurou solucionar o “aumento de adaptabilidade às condições reais, na medida em que [introduzia] a noção de processo, ou o factor tempo, nas estruturas físicas do habitat”.²⁸

O trabalho apresentou em primeiro lugar a *Oportunidade do tema e limite do estudo*, referindo que a solução tipológica surgiu como consequência da discussão do *Colóquio sobre Política da Habitação* e por oposição aos programas de iniciativa pública, que construíam blocos de habitação coletiva. A importância da habitação de características evolutivas revelou-se por “constituir um sistema, baseado em regras simples de projecto e execução, capaz de assegurar uma primeira fase de instalação mas concebido por forma tal que não [impedia] a evolução qualitativa do ambiente da casa e dos níveis das áreas, a par e passo com a evolução sociocultural dos habitantes”²⁹.

Ao contrário dos programas que disponibilizavam habitações acabadas em massa para resolver a carência habitacional, o presente estudo visava a criação de um tipo de habitação que numa primeira fase de instalação, com níveis mínimos qualitativos, assegurava o alojamento para o maior número. Após a primeira instalação, a habitação previa a possibilidade de construir por fases, para que fosse possível a melhoria significativa do habitat, permitindo a sua expansão quer por processos tradicionais de autoconstrução ou construção com recurso a pequenas empresas locais. Definiu-se como princípio base que os modelos não poderiam corresponder a soluções em altura e teriam de se associar numa composição de baixa altura, desta forma realizou-se uma investigação assente em quatro pontos.³⁰

Primeiramente a “decisão de localização dos conjuntos”, este princípio visou a necessidade de assegurar a economia em termos de mobilidade e serviços para que a margem de poupança dos

27. Entrevista a Nuno Portas in Mariana Carvalho, “Investigação em Arquitetura: o contributo de Nuno Portas no LNEC: 1964-1974” (Dissertação de Mestrado Integrado, Universidade de Coimbra, 2012). p.319

28. Nuno Portas and Francisco Silva Dias, “Habitação Evolutiva,” *Revista Arquitectura*, 1972. p.100

29. *Ibid.* p.100

30. *Ibid.* p.102



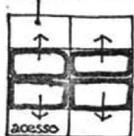
LOTE ESTREITO

medulos construídos

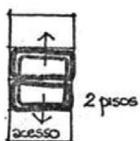


LOTE QUADRADO

medulos vazios



LOTE QUADRADO



LOTE MINIMO

habitantes fosse maior e influenciasse a melhoria dos standards de habitabilidade, priorizando a localização junto dos centros urbanos. De seguida, com a “decisão da densidade e desenho urbano”, estabeleceu-se uma relação entre o espaço privado e o espaço público e como consequência, a “decisão dos tipos e áreas-limite de habitação” tornou-se fundamental porque definiu o espaço disponível para futura expansão, influenciando a “decisão dos processos construtivos” que permitiriam a racionalidade de espaços e economia de custos materiais.³¹

Após uma pesquisa exaustiva, o modelo de habitação-tipo remeteu para o “uso extensivo dos tipos de habitação térrea de um ou dois pisos, dotados de prolongamento exterior privado, tipo pátio, formando conjuntos compactos em torno de espaços públicos concentrados, mais próximos da tradição do sistema de ruas do que do espaço livre dispersivo entre os blocos de edificação”³². Esta tipologia de carácter evolutivo, previa inicialmente uma primeira fase de instalação com uma habitação mínima, contudo, ao contrário da construção corrente, esta solução permitia a evolução da habitação a par e passo com a evolução socioeconómica dos seus habitantes. A garantia do direito de superfície a médio prazo sobre o lote, normalmente entre 30 a 50 anos, estimulava os habitantes a construir este modelo tipo e garantia a possibilidade de obterem níveis elevados de conforto e qualidade habitacional.

A composição de baixa-altura e a possível aleatoriedade resultante das diferentes apropriações espaciais e visuais deste conjunto-tipo, era muitas vezes associada a modelos de suburbanidade, contudo, defendeu-se que “conceito de urbanidade [se ligava] muito mais à frequência e variedade de uso dos espaços públicos do que à altura dos edifícios”³³ e assim a tipologia evolutiva não se equiparava à falta de urbanidade presente nos grandes blocos de habitação coletiva. Pelo contrário, esta nova tipologia introduziu no espaço urbano o “factor tempo e a iniciativa dos habitantes na definição, a par e passo, do programa e da própria forma da edificação, [assegurando] o controlo da forma urbana não tanto através de edifícios em si mas através da malha do espaço exterior público, da escala dos arruamentos, largos ou jardins”³⁴.

Determinado o objeto de estudo, a segunda parte repartiu os *Princípios e critérios de projectos* em quatro partes: a *Definição do problema*, a *Definição do núcleo inicial*, a *Classificação tipológica das soluções* e a *Associação de fogos e desenvolvimento urbano*.

Primeiramente, com a *Definição do problema*, previu-se que este tipo de habitação alojasse com a ajuda externa do Estado e num curto prazo, a população com menores recursos económicos correspondentes ao terceiro extracto³⁵. Determinado o principal objetivo e as características económicas da população a servir, determinaram-se os condicionamentos técnico-económicos. O fogo apresentava um custo inicial reduzido mas possibilitava a máxima capacidade de utilização e mobilidade interna em qualquer fase da sua construção. Deste modo, o núcleo inicial baseado num sistema de construção simples e coordenado espacialmente com as várias fases de construção, permitia uma maior economia de custos nas diferentes evoluções. Previu-se também uma associação

31. Nuno Portas and Francisco Silva Dias, “Habitação Evolutiva,” *Revista Arquitectura*, 1972. p.102

32. Ibid. p.103

33. Ibid. p.103

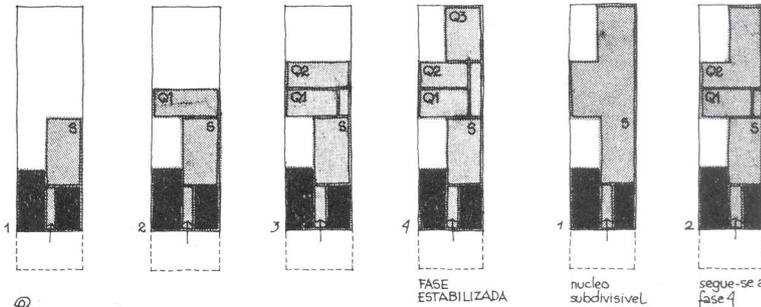
34. Ibid. p.103

35. Cf. Capítulo 1.1. A criação de uma Política de Habitação

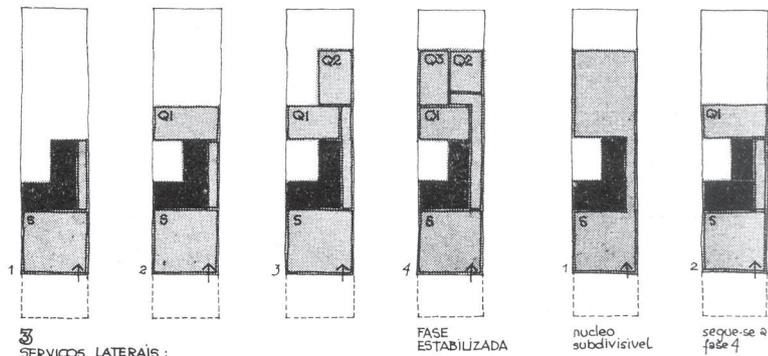
LOTE ESTREITO



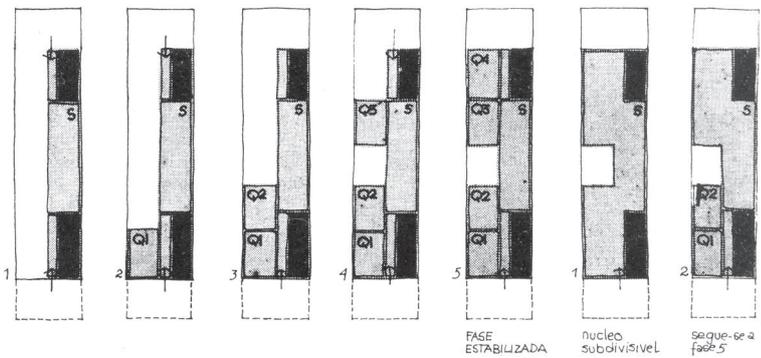
1 SERVIÇOS EXTERIORES [LIGADOS À RUA]:



2 SERVIÇOS INTERIORES [LIGADOS AO PATIO]:



3 SERVIÇOS LATERAIS:



entre os fogos, onde se evidenciou que um maior número de espaços urbanos, correspondia a uma maior capacidade de integração do conjunto.³⁶

Como segunda discussão e relativamente à *Definição do núcleo inicial*, limitaram-se as funções e exigências de áreas a um núcleo composto por pátio, cozinha, instalações sanitárias e quarto, que cobria inicialmente a função de sala. Desta forma, previu-se que a evolução da habitação seria consequente de dois fatores, a mudança da composição familiar ou o aumento das disponibilidades económicas familiares. Em ambos os factores, as operações de evolução foram previstas de três formas: por ampliação, para corrigir índices de ocupação; por subdivisão, para corrigir índices de privacidade e por acabamento e equipamento, para corrigir os índices de conforto físico.³⁷

Atendendo aos dois fatores e três formas de evolução, definiram-se dois tipos de núcleo inicial: um núcleo subdivisível e um núcleo expansível. O primeiro exigia um investimento inicial relativamente elevado, mas albergava uma família numerosa num núcleo com um índice de privacidade mínimo, que com a subdivisão dos espaços e acabamento e equipamento alcançaria o habitat estabilizado. O segundo - núcleo expansível - possibilitava um investimento inicial menor mas alojava uma família num núcleo inicial mínimo, que por ampliação e posterior acabamento e equipamento poderia alcançar o habitat estabilizado. Para ambas as propostas de evolução, estimou-se que o custo inicial seria de 30 a 50% no núcleo subdivisível e de 30 a 50% no núcleo expansível.³⁸

A terceira parte permitiu a *Classificação tipológica das soluções* através da organização interna do fogo. De característica horizontal, a relação entre a dimensão do lote e respetiva ocupação definiu três tipos de lote com uma única frente: *lote estreito*, *lote médio* e *lote quadrado*³⁹. A relação entre a área construída e a área livre privada distribuiu as diferentes funções espaciais dos lotes por espaços interiores do *tipo 1, 2 e 3* e espaços exteriores do *tipo 4 e tipo 5*.⁴⁰ Elucidada a classificação tipológica, estabeleceram-se esquemas de evolução para os lotes estreito, médio e quadrado que previram a sua evolução desde o núcleo inicial até à fase estabilizada, contando em alguns casos com 18 possíveis fases de evolução; mas admitindo que a sua possibilidade de resolução se tornava maior no caso de situações reais.⁴¹

Por último, elaborou-se a *Associação de fogos e desenvolvimento urbano*, de forma a consolidar o espaço privado com relações entre a habitação e os espaços públicos. O modo como as soluções

36. Nuno Portas and Francisco Silva Dias, "Habitação Evolutiva," *Revista Arquitectura*, 1972. p.105

37. Ibid. p.107-108

38. Ibid. p.109

39. A partir da relação entre os módulos construídos e os módulos vazios surgem os 3 grupos de lotes que se definem por: lote estreito - ocupação em série, caracterizada por uma sequência de módulos construídos e módulos vazios; lote médio - ocupação em banda, caracterizada por um desenvolvimento paralelo de módulos construídos e módulos vazios ao longo dos acessos; lote quadrado - ocupação em «L», caracterizada por uma envolvimento dos módulos construídos em relação aos módulos vazios in Nuno Portas and Francisco Silva Dias, op. cit. p.110

40. Os espaços foram definidos por tipos de acordo com a respetiva importância funcional: espaços do tipo 1 - cobrem as funções de estar, comer, receber, separação de zonas; espaços do tipo 2 - cobrindo funções de preparação de refeições, tratamentos de roupas e higiene pessoal; espaços do tipo 3 - cobrindo funções de dormir, descanso pessoal e atividade particular de recreio, estudo e trabalho; espaço do tipo 4 - cobrindo funções de permanência e secagem de roupa; espaços do tipo 5 - ar livre, público ou semipúblico cobrindo as funções de acesso e convívio vicinal (transição habitação-rua) in Nuno Portas and Francisco Silva Dias, op. cit. p.110

41. Nuno Portas and Francisco Silva Dias, op. cit. p.114

tipológicas anteriormente descritas se interligavam, exigiu a criação de quatro tipos de espaço urbano - a rua, a associação rua e beco, a praça e o largo - cada um com características propícias ao desenvolvimento do fogo. Embora condicionado pela relação de vizinhança, o tipo de espaço público desenhado influenciava: o uso, a economia dos espaços comunitários, as infraestruturas e o tipo de associação do lote: em banda ou em núcleo. Tornou-se necessário prever equipamentos ligados à habitação, embora fosse impossível “estabelecer à priori quadros de equipamento cobrindo um largo período de funcionamento quando as exigências da população que os determinam sofrem uma rápida e imprevisível evolução”. Isto potenciou o planeamento de um espaço-tipo para albergar as mais variadas funções e diferentes associações. Esta criação de relações entre habitação-equipamento foi uma condição preeminente no realojamento de grandes massas populacionais e caracterizou-se por uma relação celular ou linear, dependendo da sua configuração espacial.⁴²

Os condicionamentos desta solução tipológica resultantes da “baixa da qualidade construtiva e liberdade formal no desenvolvimento da habitação com os seus prejuízos para a paisagem urbana” foram restrições que Portas e Silva Dias designaram como “males corrigíveis”. Os arquitetos defenderam que estes inconvenientes podiam ser resolvidos no início do alojamento, se os grupos populacionais se organizassem em associações ou cooperativas de modo a controlar a qualidade de construção do conjunto e evitar o individualismo prejudicial de cada habitação.⁴³ Na última fase, apresentaram exemplos de experiências internacionais que utilizaram o esquema de alta densidade e baixa altura, como o concurso PREVI em Lima apresentando a proposta do lote quadrado de German Samper, o estudo sobre as casas em pátio de Connie Byron em Dundee e também o projeto de lote estreito de M. Azaguy em Marrocos.

De forma conclusiva, o relatório criou um suporte físico para a resolução da problemática habitacional recorrendo a um tipo de habitação evolutiva, acompanhado por princípios e critérios de projeto. O princípio evolutivo explorado nos esquemas apresentados serviu de referência para que as experiências reais conhecidas “através de manifestações de arquitectura espontânea, de tentativas ainda ao nível do projecto ou de ensaios parciais levados a efeito, sobretudo em países latino-americanos”⁴⁴, pudessem também fazer do parte do espólio da habitação social em Portugal.

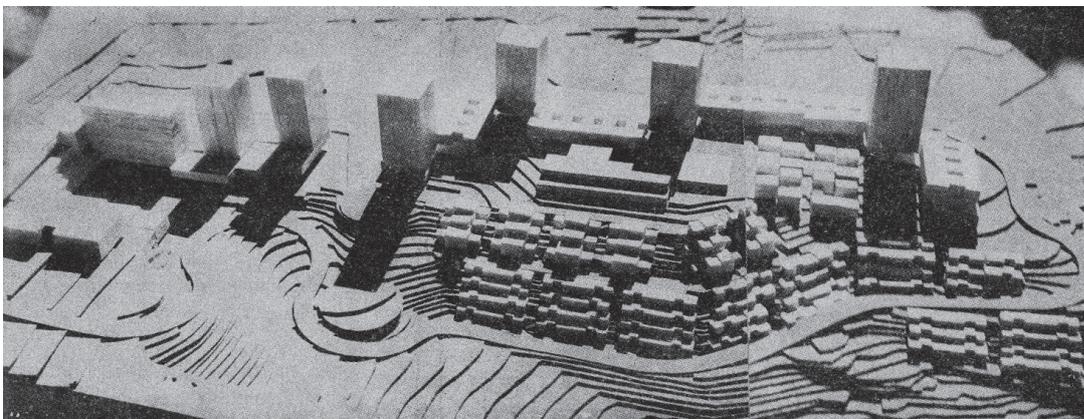
PLANO DE URBANIZAÇÃO DO VALE ESCURO

A oportunidade de Francisco Silva Dias e Nuno Portas, executarem as premissas teóricas desenvolvidas no relatório *Habitação Evolutiva*, surgiu no mesmo ano de 1970 com o planeamento de um conjunto habitacional de características evolutivas para integrar o Plano de Urbanização do Vale Escuro no Alto da Eira em Lisboa, inicialmente caracterizado por um programa de habitação convencional que alojava os habitantes em construções acabadas. Os arquitetos afirmaram:

42. Nuno Portas and Francisco Silva Dias, “Habitação Evolutiva,” *Revista Arquitectura*, 1972. p.115-118

43. *Ibid.* p.119

44. *Ibid.* p.119



14 Maqueta do Plano de Urbanização do Vale Escuro - Alto da Eira, 1976

“O Plano de Urbanização do Vale Escuro – Alto da Eira foi resultado imediato do que supomos ter sido a primeira recusa (antes do 25 de Abril) de uma população vivendo em barracas aceitar as chaves de casas novas oferecidas pela Câmara, na periferia, e reivindicar o direito a permanecer onde se havia estabelecido junto dos locais de trabalho e do equipamento que a cidade lhe ia proporcionando.”⁴⁵

O realojamento de grandes massas em zonas periféricas ao centro urbano era, na altura, um dos principais motivos para o menor grau de satisfação que conseqüentemente levava ao abandono de habitações ou formação de *ghettos*. No entanto o plano de recuperação do Vale Escuro, levado a cabo pela Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, visava “integrar definitivamente na cidade a referida área e, além disso, realojar todos os moradores que aí [habitavam] em barracas e casas abarracadas”⁴⁶, concedendo a possibilidade de permanecerem na mesma área, sem realojamentos suburbanos. Perante a extensa dimensão territorial e o elevado número de pessoas a alojar, tornou-se oportuno construir uma tipologia de habitação que garantisse a alta densidade e a capacidade de integração urbana e social de grandes massas populacionais, recorrendo ao uso dos critérios e princípios dos projetos evolutivos estudados.

Inicialmente composto por “conjuntos «podium-torres» com inclusão de equipamento na base, edifícios baixos, profundos e varadas constituindo áreas de reserva de equipamento no rés-do-chão”⁴⁷, o plano viria a ser complementado por um projeto da colaboração entre Nuno Portas e Francisco Silva Dias. Com base no estudo evidenciado anteriormente, surgiu o planeamento de um conjunto habitacional caracterizado pela baixa altura e alta densidade que ocupou toda a encosta com habitações unifamiliares do tipo evolutivo.

Esta estratégia procurou corresponder ao programa lançado para alojar o maior número de pessoas segundo os princípios evolutivos investigados no relatório, no entanto, a mudança de intenções urbanísticas pela EPUL levou apenas à concretização da parte inicial do plano, deixando por construir parte das «podium-torres» e o conjunto de habitações de tipologia evolutiva. A urbanização do Vale do Escuro é constituída atualmente por duas torres isoladas, ausentes de consolidação urbanística e de habitações do tipo evolutivo que estavam “condenadas, nessa altura, a desaparecer nos arquivos”⁴⁸. Contudo, a oportunidade urbanística voltou a surgir no período revolucionário com o Plano Integrado do Zambujal, financiado pelo FFH, e proporcionou uma experiência habitacional evolutiva com “condições topográficas e programáticas semelhantes – uma encosta de forte pendente, virada a sul e às vistas e uma população numerosa a realojar no mais curto prazo de tempo”⁴⁹. Esta experiência evolutiva, da autoria do arquiteto Francisco Silva Dias, será um dos casos de estudo analisados detalhadamente no capítulo posterior.

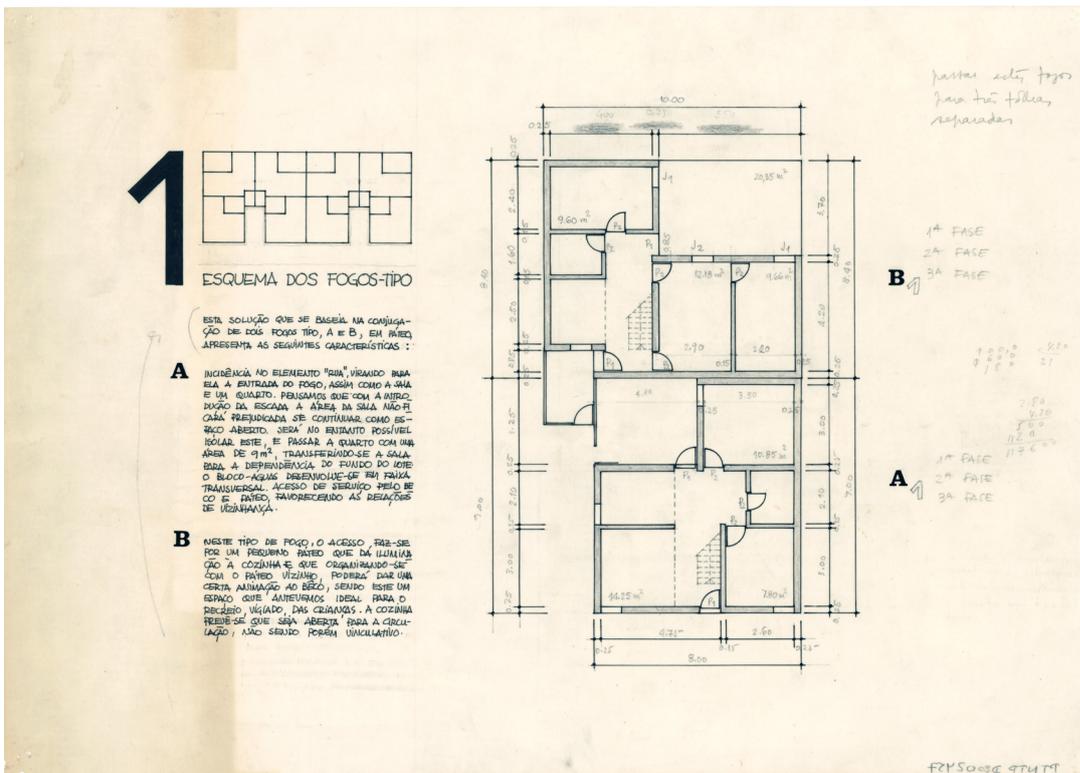
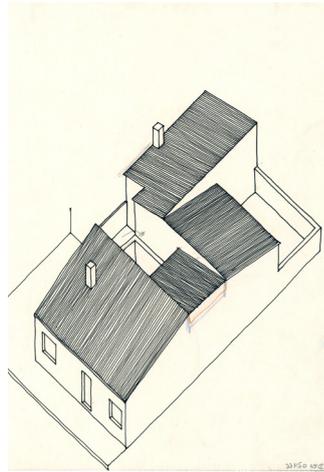
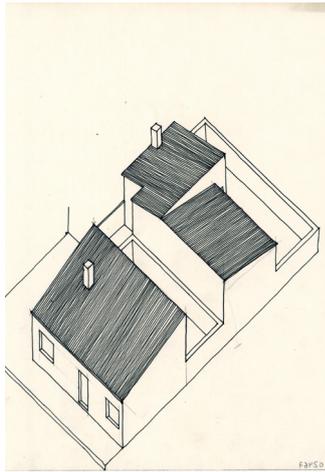
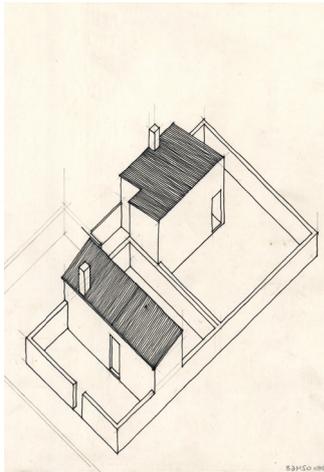
45. Francisco Silva Dias, “Breve Relato de Uma Experiência Vívda de Habitação Evolutiva,” *Jornal Arquitectos*, 1987, 60. p.8

46. Câmara Municipal de Lisboa, “Proposta N.º84/79.”

47. Francisco Silva Dias, op. cit. p.8

48. Ibid.

49. Ibid.



QUINTA DO POMBAL

A grande vontade de construir segundo os princípios e discussões do habitat evolutivo, surgiu novamente com uma experiência-piloto para o bairro clandestino da Quinta do Pombal, elaborada também em 1970. Proposto pelo Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa e desenvolvido por Nuno Portas em colaboração com Margarida Souza Lobo, o projeto propôs um plano habitacional que seguiu as auto-soluções existentes nas comunidades do bairro de lata. O princípio evolutivo renunciou a ideia do projeto limitado e estático, pela sua incapacidade de aculturação pelo habitante e com o intuito de dar continuidade ao “espírito de comunidade, capacidade organizativa e de auto-construção” dos aglomerados espontâneos, propôs-se a construção de um processo aberto ao dinamismo social.⁵⁰

A experiência elegeu a Quinta do Pombal como o terreno ideal para a construção da nova implantação devido “à potencialidade de integração na malha urbana circundante, às possibilidades de utilização de equipamento já existente e à proximidade, condição que permitiria aos realojados continuar a dispor da mesma linha de transportes urbanos”⁵¹. Selecionado o terreno a ocupar, a equipa desenvolveu o esquema dos fogos-tipo e as respetivas soluções de evolução.

O modelo tipológico estruturou-se por uma associação de dois fogos-tipo, tipo A e tipo B, justapostos por um beco que ocupavam lotes disformes de 8 por 9 metros e 8,40 por 10 metros, respetivamente. Os dois núcleos iniciais mínimos foram igualmente compostos por cozinha associada com sala, instalações sanitárias e quarto, contudo, a sua organização desigual revelou características espaciais diferentes.

O núcleo inicial do tipo A desenvolveu-se transversalmente ao lote, construindo uma habitação em faixa que valorizou o “elemento rua”, para onde dispôs a entrada principal do fogo, a sala e um quarto. A capacidade de transformação espacial surgiu com a introdução de umas escadas na área da sala para posterior crescimento, ou com a subdivisão desta área para um possível quarto e uma nova sala no espaço exterior traseiro. O pátio privado não surgiu apenas como um espaço livre para possível crescimento, mas também delimitou o lote e voltou para ele a entrada de serviço, favorecendo as relações de vizinhança com o lote justaposto.⁵²

Por oposição, o núcleo mínimo do tipo B organizou-se de forma perpendicular nas traseiras do tipo A e com um único acesso, o beco perpendicular aos dois lotes. A casa construiu-se em torno de um pátio ligado com o pátio vizinho numa fase inicial, mas posteriormente transformado num pátio interno com a construção da habitação em “L”. O pátio não só aparecia caracteristicamente como um espaço “ideal para o recreio vigiado das crianças” como também providenciava iluminação a todos os espaços interiores e vinculava o espaço de habitar com o espaço exterior privado.⁵³

50. José A. Bandeirinha, *O Processo SAAL: e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007). p.94

51. Ibid.

52. Esquemas dos fogos-tipo para o projecto de Habitação Evolutiva na Quinta do Pombal in José A. Bandeirinha, *O Processo SAAL: e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007). p.94

53. Ibid.



19 Manifestação pelo direito à habitação, 1975

As duas soluções tipológicas eram organizadas por ruas “contidas, com um perfil transversal que alternava entre os 6 e os 9 metros, e a disposição dos lotes criava alguns recantos que resultariam em pequenos largos”⁵⁴ pela associação em forma de “U” de quatro lotes.

Desenvolvida de forma detalhada, a experiência-piloto da Quinta de Pombal não passou de um ensaio das premissas adquiridas nos diversos debates e estudos evolutivos. Nenhum fogo evolutivo para autoconstrução chegou a ser edificado, nem tão pouco foi publicada pelo FFH, a proposta de lei que autorizava a promoção de habitação por autoconstrução, que saíria acompanhada por um “Regulamento Técnico da Habitação Evolutiva”⁵⁵

“Entre o apelo aos modelos emergentes do contexto internacional e a reinvenção de outros, conscientemente rebuscados numa nostalgia das vanguardas, entre a deficitária intervenção à escala da cidade e a directa sujeição às transcrições formais da análise, entre a tentadora revisão das premissas modernas e o obsessivo registo da diferença relativa a essas mesmas premissas, a resposta dos arquitectos portugueses aos programas habitacionais de promoção pública, penhorada pela sua condição de subalternidade em relação ao todo da produção edificada no país ia, contudo, sancionando uma via de experimentação formal, por impossibilidade de afirmação urbana ou metodológica, que suportaria, em parte, a prática desenvolvida no período subsequente [ao golpe militar de 1974].”⁵⁶

SERVIÇO DE APOIO AMBULATORIO LOCAL

A revolução da década de 70 abriu novas oportunidades para a solução da problemática habitacional, durante a qual surgiu um importante processo de arquitetura intitulado de Serviço de Apoio Ambulatório Local. Voltando atrás no tempo para perceber como o mesmo se proporcionou, a história de Portugal mudou para sempre quando, no dia 25 de Abril de 1974, um golpe militar encerrou o parágrafo de ditadura com quase 50 anos de regime. Este marco gerou um processo de rutura com a razão política, económica, cultural e socialmente oprimida existente e deu início a um novo campo de ação em todas as frentes. Não absolvendo os demais e importantes feitos alcançados por este programa, tornou-se importante relatar a sua contribuição para a construção do processo evolutivo e a consecutiva ação no campo da arquitetura, sobre a qual se centrou a seguinte discussão.

O arquiteto Nuno Portas, nomeado Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo no primeiro governo provisório, assumiu as demais premissas e apelou à “necessidade de soluções inventivas, que dessem respostas às várias especificidades geradas por uma situação totalmente nova e [para que] as mesmas premissas teóricas de sempre, [fossem] estimuladas por um contagiante ambiente de liberdade e de refundação social”. As estratégias consideradas pelo arquiteto, passavam por

54. José A. Bandeirinha, *op. cit.* p.94

55. *Ibid.* p.95

56. *Ibid.* p.105

(I Série - Número 182 de 6/8/74)

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
E DO EQUIPAMENTO SOCIAL E DO AMBIENTE

Despacho

1. Em face das graves carências habitacionais, designadamente nas principais aglomerações aliadas às dificuldades em fazer arranjar programas de construção convencional a curto prazo - na medida em que estes programas supõem terrenos preparados, projectos e preparação de concursos e garantia de disponibilidade financeira por parte do Estado ou autarquias locais -, está o Fundo de Fomento da Habitação a organizar um corpo técnico especializado, designado por "Serviço de Apoio Ambulatório Local" (SAAL), para apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborar na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários.

A necessária base legal e financeira destas operações é simultaneamente assegurada por dois diplomas em curso de promulgação - o primeiro sobre a constituição de cooperativas habitacionais não lucrativas e o segundo sobre as modalidades de financiamento e apoios técnicos à iniciativa organizada dos moradores -, tendo, entretanto, sido prevista no orçamento extraordinário do Fundo dotação para o arranque das primeiras operações.

2. Como princípio geral, devem os trabalhos de infra-estrutura viária e sanitária - que constituem a base essencial das operações - ser custeados pela autarquia local, assim como a disponibilidade de terrenos para a urbanização (a ceder, em princípio, sob forma superficiária), sem prejuízo da obtenção de comparticipação estatal, nestes casos com prioridade justificada.

3. Partindo estas iniciativas dos moradores - que para a sua gestão se organizam em associações ou cooperativas -, as câmaras municipais deverão ter fundamentalmente um papel de controle urbanístico da localização e cedência de solo e de interlocutores directos da organização dos interessados, designadamente na arbitragem das prioridades em face dos recursos disponíveis - aliás sempre insuficientes - e na garantia dos empréstimos previstos na legislação.

providenciar o apoio técnico e económico e instruir as populações para soluções de autoconstrução, desta forma, Portas reconheceu na procura de uma solução habitacional a “possibilidade única de aplicar as experiências correspondentes às mais inovadoras teorias do *Housing* - a linha de rumo processual que se contrapunha ao tradicional fornecimento massivo de habitações acabadas”.⁵⁷

Com o objetivo de solucionar a carência de habitação existente, surgiu em Julho de 1974, o despacho *Programa de Acções Prioritárias a considerar pelos Serviços do Fundo de Fomento da Habitação*, definido por uma “intenção muito clara de avançar para o apuramento de tipos, espaciais e construtivos, que se pudessem vir a assumir como soluções *standart* de expedita repetição”.⁵⁸ Assumido isto e com o propósito de alojar num curto prazo a elevada massa populacional, surgiu o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). Como disse José António Bandeirinha:

“O objectivo do decreto era a constituição de brigada técnicas pluridisciplinares de apoio às populações carenciadas que, a partir de estruturas autóctones de organização, procurassem resolver os seus problemas habitacionais, coadjuvadas com uma estrutura de apoio económico gerido a partir do Fundo de Fomento da Habitação. As brigadas tinham como função desenvolver com as populações os planos urbanísticos, de infraestruturas e organização, dar apoio à constituição das estruturas organizativas das populações, projetar as novas estruturas habitacionais e coordenar o processo de construção”.⁵⁹

Subjacente ao processo de intervenção e obedecendo a diferentes condicionantes, o planeamento urbano procurou estrutura o campo de ação de forma homogénea através de seis importantes princípios: organização social da procura; preferência pela manutenção das localizações; autonomia na gestão do projeto e da obra; incorporação de recursos próprios; descentralização da promoção habitacional e, por último, importante para a presente discussão, o princípio da iniciativa experimental.⁶⁰

A introdução de uma premissa evolutiva surgiu para dar rumo ao novo programa de habitação que despontava em Portugal na década de 70. Todos os estudos e experiências que fundamentaram o processo evolutivo, deram azo a um novo ensaio, desta vez real e oportuno. Influenciado pelas intervenções na América Latina e como sequência do princípio enunciado da iniciativa experimental, Nuno Portas reivindicou o uso de um seus ensaios sobre a temática evolutiva - a experiência-piloto da Quinta do Pombal - como um modelo tipo aplicável e adaptável aos diferentes sistemas urbanos.⁶¹

57. José A. Bandeirinha, *O Processo SAAL: e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007). p.110-113

58. Ibid. p.121

59. Alexandre Alves Costa, *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação- 1974-1976*, ed. Maria Burmester (Porto: Fundação de Serralves, 2014). p.28

60. José A. Bandeirinha, op. cit. p.121-122

61. Ibid. p.122



21 As Operações SAAL (1974), Filme de João Dias, 2007

Uma novo modelo de planejar proporcionou ao “serviço um carácter de processo auto-evolutivo, fundamentado pela convicção crítica em relação ao paradigma moderno da síntese integradora”⁶². Durante o programa SAAL, procurou-se envolver os moradores na construção do seu espaço de habitar, segundo as regras e princípios autoritários mas aluindo o processo à prática e inclusão de conceções individuais e comunitárias. As linhas não convencionais que guiaram inicialmente o programa, repercutiram-se em ideais de autoconstrução através da inclusão de “um novo paradigma para o desenvolvimento do projecto sob a forma do “projectar com” e não do “projectar para”⁶³. O conceito de “projectar com” implicava um envolvimento próprio e crítico do morador enquanto pessoa que habita mas também como pessoa que constrói, e assim, cabia a cada responsável “fazer com que as massas habitacionais sentissem que a arquitectura - o ordenamento dos espaços habitacionais e urbanos - não era pensada *para eles*, mas sim com eles e *por eles*”⁶⁴, como havia anteriormente analisado Chombart de Lauwe.

Este programa de iniciativa experimental “estava entregue a si próprio. O futuro iria banalizar a sua emancipação ou a sua orfandade, a sua rigidez ou a sua flexibilidade, a sua especificidade vanguardista e revolucionária ou a sua capacidade de adaptação social”⁶⁵. As operações SAAL ocorreram de Norte a Sul do país, denominaram-se por SAAL/ Norte, SAAL Centro-Sul e SAAL/ Algarve e construíram 174 operações que envolveram 41.758 famílias⁶⁶. A contemporaneidade mostrou que o rescaldo do regime autoritário influenciou a veracidade da construção de todos os princípios iniciais do processo e o estigma revolucionário revelou a incapacidade de levar a cabo uma das premissas principais criadas no âmbito do processo SAAL, o carácter auto-construtivo de habitações unifamiliares.

Devido às mais variadas razões e pressões, as construções divergiram do seu propósito inicial. A aceleração processual que procurou responder aos 271 pedidos de intervenção, precipitou-se com a construção de um tipo de habitação descaracterizado do despacho fundador. As equipas reivindicaram o uso de edifícios de habitação coletiva para alojar as grandes massas populacionais em zonas suburbanas e poucas foram as estratégias com princípios de auto-construção. Como afirmou José António Bandeirinha, as operações de auto-construção:

“Foram as operações onde porventura as obras começaram mais cedo, mas também foram aquelas que nem sempre acabaram mais cedo. Foram aquelas onde o significado vincutivo do projecto foi mais frequentemente posto em causa, nunca chegando, porém ao ponto de ser renegado ou mesmo considerado meramente indicativo. E essa foi, talvez, uma das características do processo SAAL que mais o fez divergir de outras experiências conhecidas que, a nível internacional, o antecederam, nomeadamente no Norte de África e na América Latina”.⁶⁷

62. José A. Bandeirinha, op. cit. p.121-122

63. Alexandre Alves Costa, *op. cit.* p.32

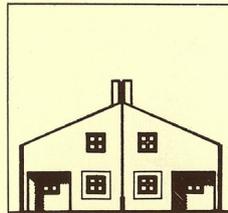
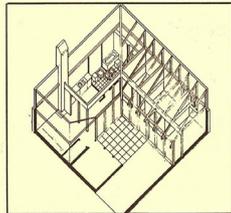
64. *Ibid.* p.47

65. José A. Bandeirinha, op. cit. p.137

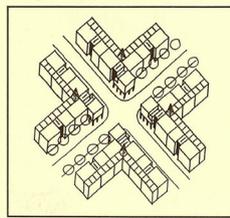
66. Conselho Nacional do SAAL, *Livro Branco do SAAL, 1974- 1976* (Lisboa: SAAL, 1976).

67. José A. Bandeirinha, op. cit. p.150

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO



HABITAÇÃO EVOLUTIVA



CONCURSO PÚBLICO PARA APRESENTAÇÃO DE SOLUÇÕES

A fragmentação e o conseqüente desmantelamento do programa de habitação social, culminou na extinção do Serviço de Apoio Ambulatório Local com um Despacho Ministerial que no mês de Outubro de 1976 enunciou: “após dois anos de experiência, concluiu-se que algumas brigadas SAAL se desviaram, de forma evidente, do espírito do despacho que as mandava organizar, actuando à margem do FFH e das próprias autarquias, que deviam ser os principais veículos da condução do processo.”⁶⁸

A incapacidade de corresponder a políticas não convencionais, questionou a capacidade do processo SAAL em resolver a problemática habitacional existente; embora extinto, os princípios de iniciativa experimental, continuaram a fazer parte do plano de Nuno Portas, que evidenciou que “foi parte e cúmplice de uma experiência social (e institucional) que não terminou, e cujo balanço, ainda que provisório, carece de análise e de aprofundamento, no que respeita às alternativas possíveis”⁶⁹. O princípio evolutivo não estava ainda encerrado e continuou a ser explorado até finais dos anos 80, culminando na promoção de um Concurso Público para discutir soluções inovadoras para as novas políticas emergentes.

CONCURSO PÚBLICO PARA APRESENTAÇÃO DE SOLUÇÕES DE HABITAÇÃO EVOLUTIVA

Entre 16 de Fevereiro e 29 de Junho de 1987, o Instituto Nacional de Habitação promoveu o *Concurso Público para apresentação de soluções de Habitação Evolutiva*. A escolha desta solução-tipo instigou ao desenvolvimento de um “sistema de unidades tipológicas e morfológicas com capacidade evolutiva”⁷⁰ que procurava colmatar a carência de habitação em Portugal.

“O concurso constituiu um estímulo à elaboração de anteprojectos de edifícios de habitação, com soluções inovadoras que [contribuíssem] para o acesso à habitação por parte da população com menores rendimentos e casais jovens, permitindo aos seus utentes a redução do esforço financeiro inicial e uma vez na posse da casa, [melhorassem] a sua qualidade, quer criando novos espaços quer conferindo-lhe um melhor acabamento e equipamento.”⁷¹

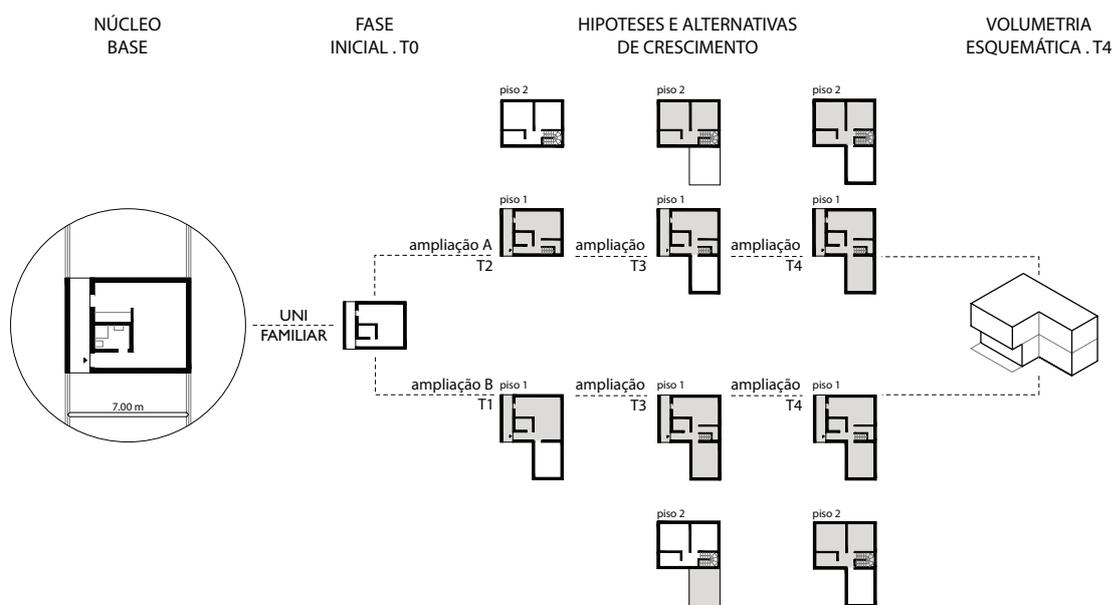
Com o objetivo de encontrar soluções compatíveis com a capacidade económica de famílias com poucos recursos, o concurso consistiu na elaboração de um projeto de habitação evolutiva unifamiliar e/ou multifamiliar. Sem o conhecimento de potenciais áreas de intervenção, a solução devia fazer-se a partir de um núcleo inicial correspondente ao fogo T0 ou em caso de habitação multifamiliar, a partir de um núcleo inicial equivalente ao fogo T1. Prevendo que a evolução atingiria, no máximo, soluções de fogo T3 ou T4 com 1, 2 ou 3 pisos de altura.

68. Conselho Nacional do SAAL, *Livro Branco do SAAL, 1974- 1976* (Lisboa: SAAL, 1976). p.452

69. Nuno Portas, “Política e Progetto, Un’esperienza di base in Portogallo,” in Nuno Grande, ed., *O Ser Urbano: nos caminhos de Nuno Portas* (Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2012). p.350

70. Instituto Nacional de Habitação, *Concurso público para apresentação de soluções de Habitação Evolutiva* (Lisboa: I.N.H., 1987). p.30

71. Ibid. p.5



A forte adesão contou com a participação de 27 trabalhos, o que “demonstrou o interesse e a receptividade que este concurso despertou entre os projetistas apesar das dificuldades que o programa do concurso oferecia”⁷². Os trabalhos propuseram habitações com diferentes características tipológicas em números de pisos e formas de evolução que derivaram entre si. Enquanto 20 equipas recorreram à solução de habitação unifamiliar com evolução por expansão com 1,2 ou 3 pisos, apenas 3 equipas propuseram a habitação multifamiliar com evolução por expansão e subdivisão com 3 pisos. Surgiu também, proposta por 4 equipas, uma estratégia que compilou habitação unifamiliar, bifamiliar e multifamiliar como unidade de base comum e evolução por expansão e subdivisão com 1, 2 ou 3 pisos.

A proposta final foi selecionada por um júri de mesa, presidido por João Coutinho Pais, Presidente do Instituto Nacional de Habitação, e constituído por oito representantes de diferentes associações e institutos, entre estes, a Associação dos Arquitectos Portugueses e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Foram premiados quatro trabalhos, respetivos às equipas de Armando de Sousa, Jorge Croft de Moura, José Justino de Moraes e Nuno Portas; e atribuídas menções honrosas às soluções apresentadas por Carlos Figueiredo e José Bandeirinha, Manuel Madruga e Gisela Duarte e Pedro Ramalho. Dos trabalhos selecionados, o júri destacou a solução apresentada pela equipa de Nuno Portas por ser a que melhor respondeu aos objetivos e princípios do concurso.⁷³

A equipa vencedora, constituída por Nuno Portas, Manuela Fazenda e Isabel Plácido, propôs uma solução de habitação unifamiliar, bifamiliar e multifamiliar de 1, 2 e 3 pisos, que não se limitou aos objetivos do programa do concurso e procurou novas formas de divisão e ampliação. O esquema evolutivo planeou uma habitação com um extenso espaço exterior, onde era possível construir até uma segunda casa no mesmo lote.⁷⁴ A equipa expôs que:

“Não era um parti-pris o de apresentar uma solução universal de lote, embrião e crescimento para todas as situações - do urbano ao rural, do norte ao sul, do uni ao multifamiliar - mas as inevitáveis limitações do tempo de estudo, a ausência de locais para operações-piloto, as restrições programáticas de áreas e seu crescimento, conduziram à opção do aperfeiçoamento de um só modelo que se revelaria suficientemente adaptável (e adaptativo) para os cenários geográficos e sociais que tínhamos por referência.”⁷⁵

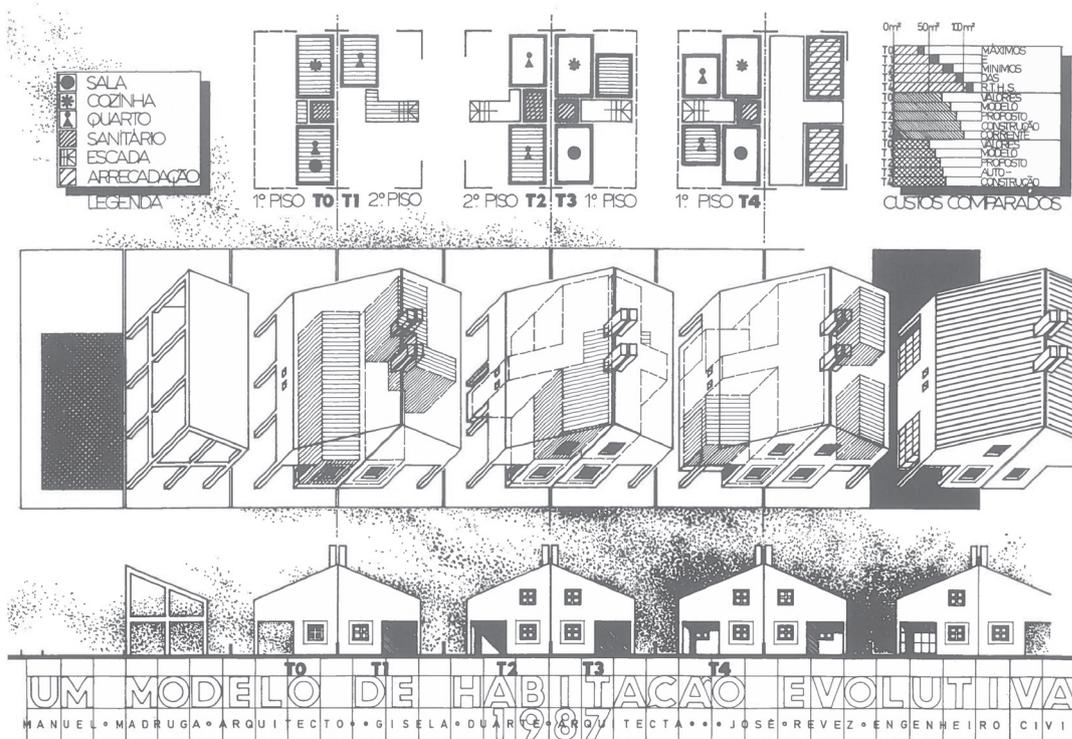
Desta forma e através de um só modelo, apresentaram uma habitação encostada, com o limite de 3 pisos, inserida num lote estreito com 7 metros de frente e definida pela particularidade de ter uma passagem coberta longitudinal para o pátio exterior traseiro. Avaliado o “custo desta passagem além da separação da parede e do muro meeiro, numa penalização de cerca de 15% do custo de infraestrutura por habitação”, justificou-se o preço e valorizou-se este novo elemento que

72. Instituto Nacional de Habitação, *Concurso público para apresentação de soluções de Habitação Evolutiva* (Lisboa: I.N.H., 1987). p.5

73. Ibid.

74. Nuno Portas in “Concurso Público Para Apresentação de Soluções de Projectos de Habitação Evolutiva,” *Jornal Arquitectos*, 1987, 60. p.10

75. Ibid.



“do ponto de vista urbano, [constituía] uma espécie de «respiração» entre o espaço público e o pleno uso do interior privado do quarteirão, evitando a rua de serviço”. A existência do corredor lateral justificou-se economicamente pelo equilíbrio entre o aumento marginal da frente de lote e a possibilidade de uma segunda casa no espaço traseiro do lote que podia atingir os três pavimentos.⁷⁶

O projeto valorizou a evolução do espaço e proporcionou “inúmeras possibilidades de variar – em termos de relação com os espaços exteriores, de faseamento/ volumetria, de tratamento arquitectónico/ construtivo”⁷⁷. Ao contrário da prática convencional da arquitetura que reduzia uma habitação a uma “forma final”, este esquema procurou solucionar a urgência habitacional com uma habitação que incluía o fator tempo e possibilidade de decisão do próprio morador.

As restantes equipas, também apresentaram modelos de habitação evolutiva significativos para o estudo, nomeadamente, a habitação unifamiliar tipo pátio da equipa de Armando Sousa, que propôs uma célula-base quadrada inserida num lote também quadrado, que se desenvolvia de forma contrária ao normalmente previsto, evoluindo do interior para a periferia do lote. As soluções propostas por Jorge Moura e Joaquim Cadima, direccionaram-se para dois públicos, por um lado, a habitação multifamiliar adequada para zonas urbanas e suburbanas e, por outro, a habitação unifamiliar com uma inspiração de raiz rural e mediterrânica. A proposta da habitação unifamiliar, bifamiliar e multifamiliar dos arquitetos Carlos Figueiredo e José Bandeirinha desenvolveu-se a partir de uma célula duplex, de forma a garantir inúmeras opções de evolução. Outra solução apresentada por Pedro Ramalho, referenciou o edifício de habitação unifamiliar com uma solução evolutiva semelhante à do Bairro das Antas, desenvolvido anteriormente no âmbito do programa SAAL.

A vertente evolutiva da habitação, conseqüente de todos os ensaios, programas e experiências, procurou solucionar a política habitacional que, composta por outros ideais, se desenvolvia em Portugal. Através do princípio evolutivo, procurou-se incluir as necessidades humanas e socioeconómicas na construção de habitação, para que mais do que um produto final, fosse um exercício contínuo entre o indivíduo e o espaço. Sobre este processo de arquitetura de aproximação entre o arquiteto e o modo de viver do indivíduo, realizou-se a posterior análise onde se procurou, de “cidade a cidade, bairro a bairro, ilha a ilha, casa a casa e quarto a quarto”⁷⁸, perceber três diferentes experiências evolutivas de urbanizar e habitar.

76. Nuno Portas in “Concurso Público para apresentação de soluções de projectos de Habitação Evolutiva,” *Jornal Arquitectos*, 1987, 60. p.11

77. Ibid. p.11

78. Conselho Nacional do SAAL, *Livro Branco do SAAL, 1974- 1976* (Lisboa: SAAL, 1976).

2

TRÊS URBANIZAÇÕES

2 TRÊS URBANIZAÇÕES

A importância de planejar a habitação e respetivas transformações no tempo e no espaço, reconheceu que “as necessidades da vida social não se [confinavam] à função de habitar e a habitação [tinha], por isso, de estar integrada num conjunto de equipamentos e serviços colectivos que [possibilitassem] a vida em comunidade”. Evidenciou-se a importância de desenhar um tecido composto simultaneamente por espaços privados habitacionais e por espaços de carácter público, de forma a criar uma estrutura capaz de oferecer urbanidade. Consequentemente, a habitação evolutiva deixou de ser pensada individualmente e passou a englobar o fenómeno de urbanização evolutiva, para que o planeamento da habitação fosse elaborado em simultâneo com o planeamento do território onde a mesma se inseria.¹

Para estudar a forma como um conjunto habitacional desenvolve o conceito de urbanização evolutiva, realizou-se uma análise que compara três urbanizações, com cenários geográficos e sociais diferentes mas planeadas a partir de um princípio comum, o princípio evolutivo.

O Bairro Alto do Moinho, inicialmente parte do Plano Integrado do Zambujal desenvolvido pelo Fundo de Fomento da Habitação em 1973, foi posteriormente concluído em 1976 com um projeto de Francisco Silva Dias, no âmbito do SAAL: Lisboa e Centro Sul.

O Bairro da Malagueira, surgiu por iniciativa de várias associações de moradores durante o SAAL, sendo posteriormente construído na sequência do Plano de Expansão Oeste de Évora em 1977 com um projeto de Álvaro Siza Vieira.

O Bairro da Cooperativa de Habitação Económica de Castro Verde, realizado em 1989 por Nuno Portas, Manuela Fazenda e Isabel Plácido, surge da oportunidade de executar a proposta vencedora do Concurso Público de Habitação Evolutiva, promovido pelo Instituto Nacional da Habitação.

1. Nuno Portas considerava importante integrar a habitação no planeamento urbanístico, justificando: “Ao conceito de habitação evolutiva [deveria] corresponder o de urbanização evolutiva, considerada num mesmo sentido genérico de alargar ao aproveitamento pelo maior número de utentes, a utilização dos recursos que as circunstâncias de momento permitam, sem prejuízo do completamento e aperfeiçoamento futuros dos dispositivos iniciais” in Ignácio Peres Fernandes et al., *Colóquio sobre Política da Habitação. Relato Final* (Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1969).

Observou-se a evolução de cada conjunto que integrou a experiência evolutiva do habitat e decompôs-se cada espaço urbano em duas análises desfasadas no tempo, a gênese e a contemporaneidade. A primeira descreve a gênese do processo de construir, analisando em primeiro lugar, o contexto físico, social e político da cidade onde o conjunto se inseria [1], o planejamento urbano delineado [2], a composição do espaço público e respectivos equipamentos previsto [3] e o projeto do espaço de privado, no qual cada arquiteto projetou um núcleo inicial com diferentes fases de evolução [4]. Após a análise do conjunto inicial, o segundo estudo compreende a contemporaneidade do processo de habitar, onde se procurou analisar o desenvolvimento do espaço urbano e privado, refletir sobre as transformações da estrutura que compõe atualmente o conjunto e evidenciar a evolução espacial do tecido habitacional.



25 Bairro Alto do Moinho, 2016

2.1 BAIRRO ALTO DO MOINHO

A Génese do Processo de Construir

LISBOA, CIDADE E SUBÚRBIOS

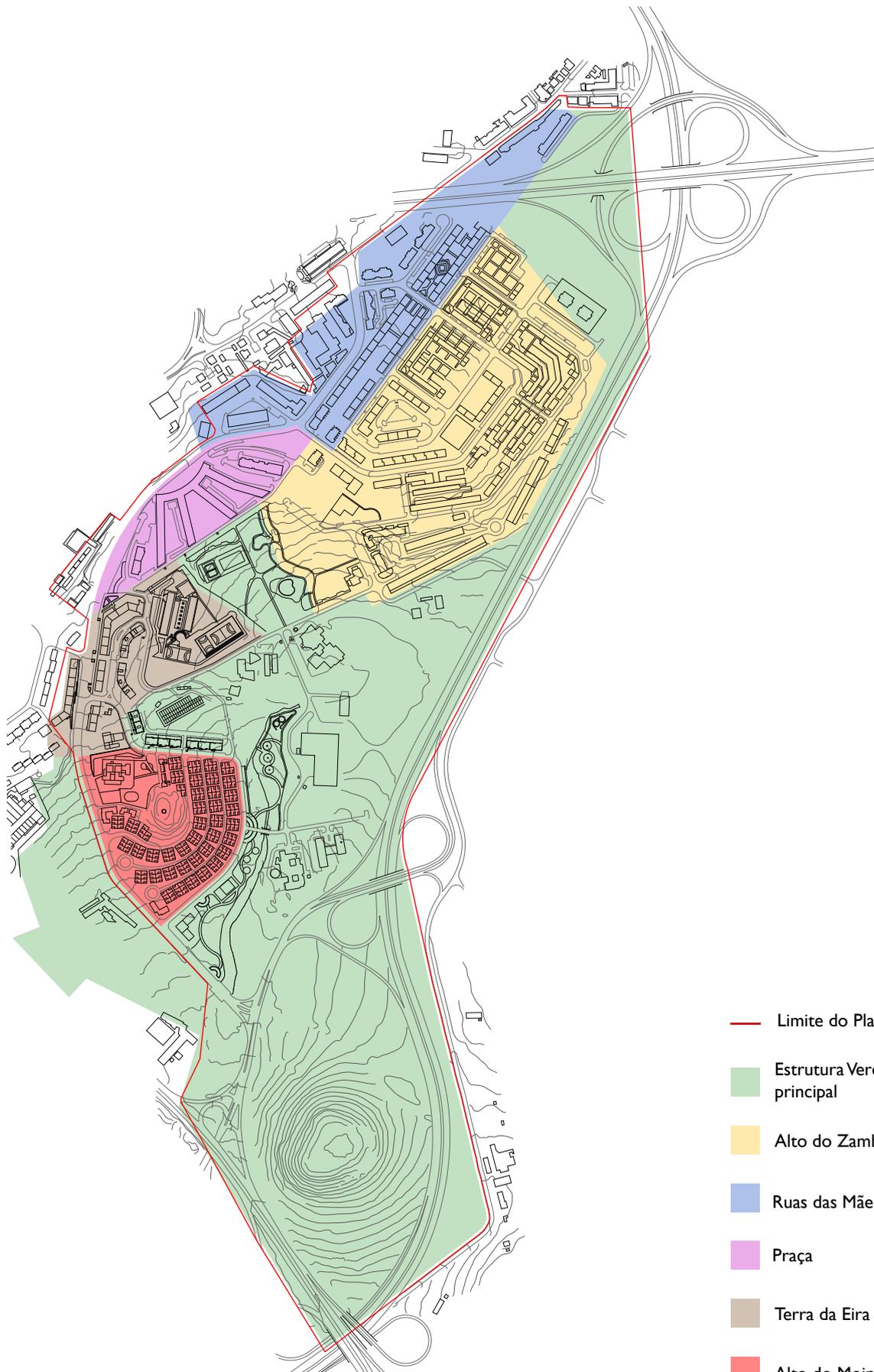
As primeiras medidas que propunham solucionar a carência de habitação em Portugal surgiram com a estruturação de uma política habitacional durante o primeiro Plano Intercalar de Fomento. Contudo, somente no terceiro plano se visava reparar a deficiência de habitação social com a construção de programas habitacionais integrados como o *Programa de Promoção Directa*, que desenvolveu uma gestão do território intitulada de Plano Integrado. Este programa tinha como objetivo a construção direta de fogos para "proporcionar alojamentos a todas as famílias do País, integrados em conjuntos urbanísticos racionais e providos dos indispensáveis equipamentos colectivos". Foram elaborados uma série de Planos Integrados da responsabilidade do Fundo de Fomento da Habitação, que utilizaram uma extensão considerável de terreno em áreas como o Monte da Caparica, Zambujal, Setúbal, Aveiro, Matosinhos e Guimarães, entre outras.²

Selecionado o Plano Integrado do Zambujal, este diferenciou-se dos restantes por ter como principal objetivo realojar famílias que habitavam em bairros degradados na zona imediata envolvente, renunciando o realojamento periférico. Este plano procurou solucionar a carência de habitação no concelho de Oeiras com o realojamento de 352 famílias que habitavam em barracas com escassas condições de salubridade na Estrada da Circunvalação, no casal das Torres e no casal do Zambujal e 500 famílias que viviam em idêntica situação nas Quintas de Santas Martas e do Pereiro.³

Os programas habitacionais existentes recorriam a duas políticas de intervenção e ocupação do território, a primeira equacionava o realojamento de grandes massas em pequenos núcleos dispersos e a segunda, a sua concentração em grandes conjuntos habitacionais. Se por um lado, a primeira intervenção de dispersão integrava facilmente a população mas destruía a noção de conjunto e de pertença; por outro, a segunda política estruturava o território de forma ordenada e integrada,

2. Nuno Teotónio Pereira, *Escritos (1947- 1996, Seleção)*, vol. 7, Argumentos (Porto: FAUP, 1996). p.144

3. Maria da Graça Saraiva, *Plano Integrado do Zambujal: uma experiência de Planeamento Projecto, Obra e Gestão de Estrutura Verde e Espaços Exteriores* (Lisboa: Fundo de Fomento da Habitação, 1982). p.7



- Limite do Plano
- Estrutura Verde principal
- Alto do Zambujal
- Ruas das Mães d'Água
- Praça
- Terra da Eira
- Alto do Moinho



mas a concentração de populações díspares no mesmo território aumentava a probabilidade de formação de ghettos e consequente abandono de habitações.⁴

A intervenção urbana dos Planos Integrados, a partir da qual se ordenou o Plano Integrado do Zambujal, surgiu da segunda política - política de concentração - que intervia em terrenos descaracterizados e realojava populações de forma integrada, combinando habitação, equipamentos e serviços mínimos. Esta solução assegurava as necessidades primárias e desenhava o espaço urbano também de forma evolutiva, para que assim como a habitação, os equipamentos correspondessem continuamente às exigências da população a alojar.

A ideologia de desenvolver uma cidade que acompanhasse a evolução do indivíduo, não incidiu somente na “utilização evolutiva dos terrenos, como também na execução das obras e na progressiva usufruição pelos utentes das construções já terminadas, como forma de evitar a rápida degradação do território”⁵. Esta necessidade de relacionar continuamente, o morador, a habitação e a cidade, partiu como princípio para integrar populações de contextos sociais distintos em conjuntos habitacionais devidamente planeados. Pretendia-se que cada morador reconhecesse o sentido do espaço público e que da noção de pertença surgisse a apropriação e evolução do espaço.

O PLANO INTEGRADO

O Plano Integrado do Zambujal (PIZ) realizou-se em 1973 e ocupou uma área descaracterizada de 122 hectares, anteriormente delimitada pelas estradas Lisboa-Sintra, Alfragide e Circunvalação. Embora parte do programa habitacional integrada, os processos de transformação do PIZ que moldaram este espaço urbano do Zambujal, não se estruturaram a partir do seguinte princípio:

“Num processo de intervenção urbana como é o caso da execução de um Plano Integrado, a sua localização deveria ser definida a nível regional e local após a compatibilização entre factores económicos e sociais e condicionantes biofísicos e ecológicos do território que constitui o seu suporte, tendo em conta ainda o impacto provocado por essa mesma intervenção.”⁶

Ao contrário do previsto, o plano desenvolveu-se na área adjacente a bairros degradados, tornando-se uma vantagem o PIZ se localizar numa zona já estabilizada, porque permitiu articular o espaço urbano entre Buraca, Alfragide e o Bairro da Boavista e realojar a população na envolvente imediata onde inicialmente habitavam e não “no meio do nada”⁷.

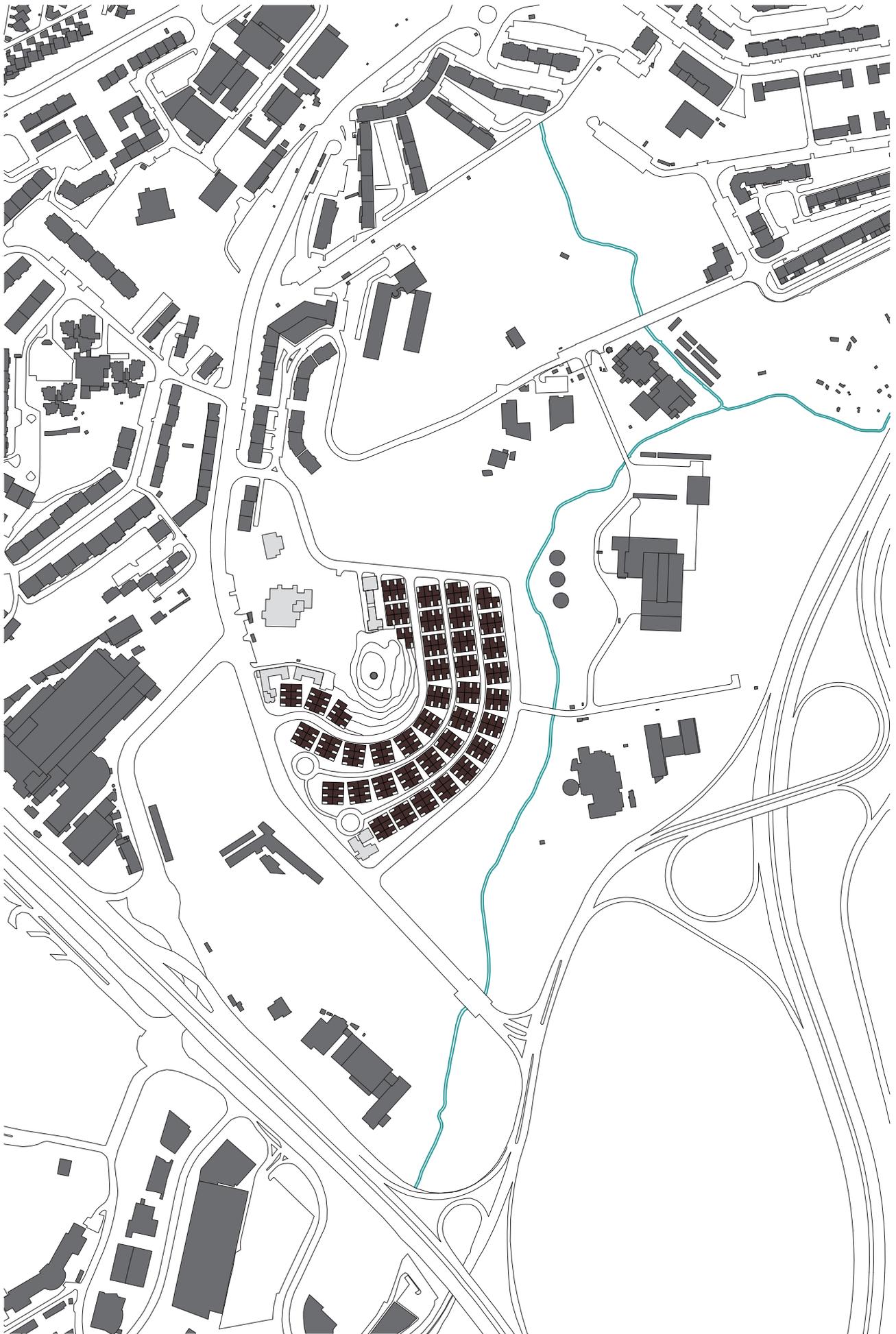
O plano seguiu uma estrutura urbana linear que organizou o espaço em áreas a edificar e áreas non aedificandi. As áreas a edificar reuniam em núcleos, habitação e respetivos equipamentos e

4. Ana Bordalo, “Bairro do Alto do Moinho: Estudo de Caso” (Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2006). p.137

5. Ibid. p. 75

6. Maria da Graça Saraiva, op. cit. p.9

7. Entrevista a Francisco Silva Dias in Ana Bordalo, op. cit. p.145



Bairro Alto do Moinho
Planta de Urbanização - 1976



Escala 1:5000

interligavam-se com as áreas non aedificandi, definidas por uma estrutura verde principal para onde estava planeado o Parque do Zambujal. Como consequência de um planeamento territorial por núcleos, definiram-se cinco núcleos que construiriam 2000 fogos de habitação, entres os quais importou destacar o núcleo 4, correspondente ao Bairro Alto do Moinho e para o qual se planeou a construção de 240 fogos evolutivos.⁸

Para complementar os núcleos de habitação, planeou-se o espaço público com uma série de equipamentos de apoio, como edifícios escolares, áreas comerciais e espaços coletivos de desporto e lazer. Estes elementos estavam conectados por uma rede de percursos pedonais, praças e galerias e complementados por uma estrutura verde, fundamental para integrar os diferentes núcleos e ordenar o espaço urbano. No entanto, a maioria destes equipamentos e estruturas não passaram do planeamento, restringindo a área do Zambujal a núcleos de habitação desarticulados entre si. A falta de inserção das estruturas previstas, foi consequência da interrupção no desenvolvimento dos planos integrados pelo FFH, perante as dificuldades em articular este programa com outras estratégias habitacionais.⁹

A Revolução de 25 de Abril de 1974 veio questionar a política da habitação implementada e abolir as estratégias de intervenção desenvolvidas pelo governo marcelista e pelo FFH, como consequência, certas premissas foram descontinuadas sendo a construção de parte dos núcleos de habitação do PIZ, nomeadamente o Bairro Alto do Moinho, assegurada pelas políticas e experiências de alojamento realizadas no pós-25 de Abril.

BAIRRO ALTO DO MOINHO

O Bairro Alto do Moinho surgiu no contexto sociopolítico do Serviço Ambulatório de Apoio Local como uma experiência que alojou 857 pessoas. A brigada técnica coordenada por Francisco Silva Dias, projetou um bairro composto por habitação do tipo evolutivo como consequência do princípio de iniciativa experimental presente no despacho fundador originou o processo SAAL. Motivado pela premissa do processo e pelo estudo sobre Habitação Evolutiva que desenvolveu no início da 1970 em parceria com Nuno Portas, teve oportunidade de projetar um “conjunto de habitação individual «casas-pátio», de baixa-altura, alta densidade, evolutivas e ocupação em encosta” que integrariam o plano desenvolvido para a Urbanização do Vale Escuro - Alto da Eira; embora não construída, esta solução de habitação possibilitou uma experiência análoga na elaboração do Plano Integrado do Zambujal, devido às “condições topográficas e programáticas semelhantes”.¹⁰

8. Os núcleos habitacionais correspondiam: núcleo 1 - Alto do Zambujal (775 fogos), núcleo 2 - Rua das Mães d'Água e a ligação à Buraca (490 fogos), núcleo 3 - Praça (242 fogos), núcleo 4 - Alto do Moinho (240 fogos), núcleo 5 - Terra da Eira (266 fogos) in Maria da Graça Saraiva, op. cit. p.79

9. Margarida Coelho, “Uma experiência de transformação no sector habitacional do Estado SAAL - 1974-1976,” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Fevereiro de 1986.

10. “Concurso público para apresentação de soluções de projectos de Habitação Evolutiva,” *Jornal Arquitectos*, 1987, 60



Planta das Tipologias de Habitação - 1976
 Bairro Alto do Moinho



Escala 1:2000

A urbanização que ocupou o Alto do Moinho, um espaço descaracterizado que circundava a ruína existente de um moinho, foi realizada por uma brigada técnica pertencente ao serviço SAAL Lisboa e Centro Sul e contou com a participação ativa da população em todo o processo, beneficiando da “motivação da iniciativa própria” e da “capacidade de auto-organização”¹¹. Foi com base neste princípio de voltar a população para a consciencialização e debate de todo o processo de construção do bairro, que surgiu a Associação de Moradores do Alto do Moinho a 12 de Setembro de 1974.

Como ponto de partida, desenhou-se um tipo de habitação para atingir “densidades populacionais relativamente altas” com “massas de edificação compacta de baixa altura”¹², esta composição contrariava a ideia de “espaço livre dispersivo entre os blocos de edificação”¹³ e favorecia a inclusão do fator tempo no modo de habitar. Por oposição aos exercícios praticados na grande parte das operações SAAL Lisboa que construíram edifícios de habitação coletiva, nesta operação surgiu um bairro com uma “tipologia de baixa altura pretendida, cerca de 15% mais cara que os prédios de 4 andares”¹⁴. Construíram-se casas com a noção da escala humana, que dialogaram com a rua e fizeram do espaço exterior um prolongamento do interior. Semelhante à cidade tradicional, esta experiência teve uma “ambiguidade significativa e perplexa, situada no ponto onde os rebuscados modelos vernaculares se [cruzaram] com propósitos mais racionalistas”¹⁵.

No Bairro Alto do Moinho foram construídas 240 casas-pátio unifamiliares de carácter evolutivo agrupadas num lote médio de seis, organizadas numa estrutura de alta densidade com uma disposição muito própria que se adaptou de forma radial à topografia desnivelada. Como consequência surgiram dois tipos de espaços de circulação: os acessos de veículos compreendidos por quatro ruas longitudinais e os acessos só de peões, o único acesso à habitação condicionado pela presença de escadas da largura total entre os lotes. Ao longo destas escadarias transversais entre as habitações e com o objetivo de gerar espaços de convivência, foram criados “patamares e terraços” onde a “presença da vegetação [foi] assegurada pela existência de árvores em caldeiras e floreiras elevadas”¹⁶. Estes momentos pontuais transformaram o percurso desnivelado num espaço comunitário, que incentivou a habitação a prolongar a vivência do interior para o exterior.

O conjunto habitacional seguiu uma “condição básica de desenvolvimento, a ligação habitação-equipamentos”¹⁷, a partir da qual foi desenhada uma relação linear entre a habitação e os equipamentos públicos. Desta forma previu-se a construção de uma escola primária, 35 arrecadações e 12 lojas para comércio nas pracetas e extremidades do bairro, e um café com esplanada e uma zona infantil para o espaço circundante ao antigo moinho. De igual importância projetou-se um edifício que alojaria a Associação de Moradores, responsável por assegurar a ordem

11. José António Bandeirinha, *O Processo SAAL: e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007). p.121

12. Nuno Portas and Francisco Silva Dias, “Habitação Evolutiva,” *Revista Arquitectura*, 1972. p.104

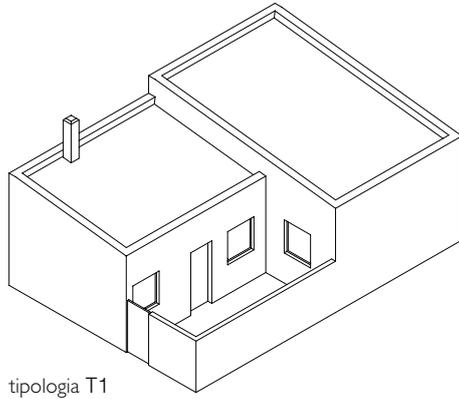
13. *Ibid.* p.100-102

14. “Plano Integrado do Zambujal (Lisboa),” *Binário: Arquitectura Planeamento Design*, 1976. p.23

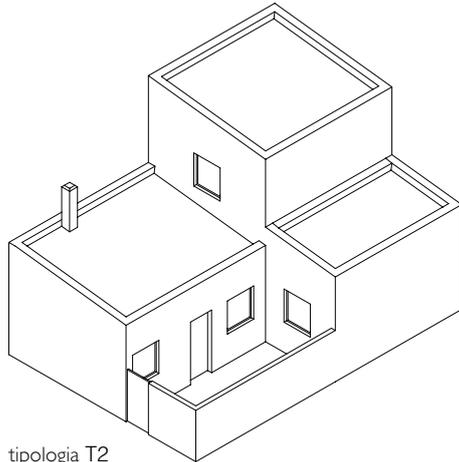
15. José António Bandeirinha, *op. cit.* p.244

16. Maria da Graça Saraiva, *Plano Integrado do Zambujal: uma experiência de Planeamento Projecto, Obra e Gestão de Estrutura Verde e Espaços Exteriores* (Lisboa: Fundo de Fomento da Habitação, 1982). p.120

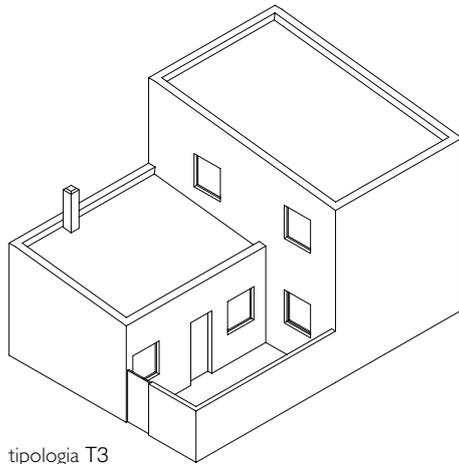
17. Nuno Portas and Francisco Silva Dias, *op. cit.* p.118



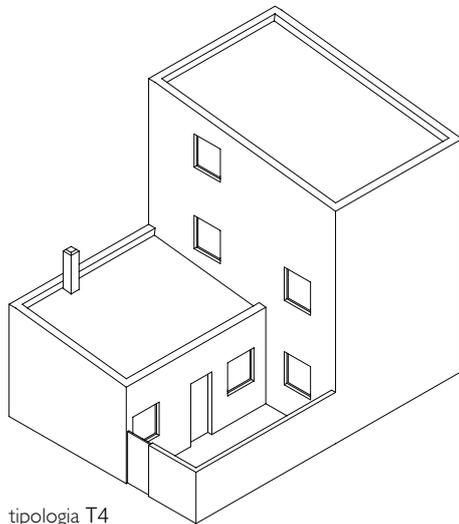
tipologia T1



tipologia T2



tipologia T3



tipologia T4

do espaço, a continuidade do espírito de comunidade e a “conservação dos espaços exteriores ligados à habitação”¹⁸.

Ao contrário das soluções anteriormente construídas para a mesma realidade que procuravam somente dar resposta à necessidade de habitação, Francisco Silva Dias desenvolveu uma nova experiência como resposta ao “princípio básico do estudo do LNEC: Como é que com os mesmos recursos podemos realojar o maior número de pessoas, mesmo com prejuízo nas primeiras fases a nível de área de habitabilidade mais reduzido, mas garantindo logo desde o início estabilidade e conforto”¹⁹. Para o arquiteto, a melhor solução para otimizar os recursos e construir uma habitação que respondesse aos índices de ocupação, privacidade e conforto físico mínimos de cada agregado familiar foi um conjunto de casas unifamiliares devidamente enquadrado numa estrutura urbana planeada.

O HABITAT INICIAL

A escolha de uma casa unifamiliar de carácter evolutivo foi o resultado da participação ativa da população para a qual se reconheceu a necessidade de criar uma habitação que evoluísse em qualidade, de forma a permitir a evolução e apropriação da habitação pelo indivíduo. O projeto desenvolveu um núcleo base expansível, que numa primeira fase podia alojar um indivíduo isolado, numa segunda fase assegurar a constituição de família e numa terceira fase tornar possível o seu crescimento. Podia ainda evoluir para a quarta fase, no caso de um eventual aumento dos rendimentos familiares.²⁰

A construção de um núcleo inicial mínimo possibilitou o alojamento de um número maior de famílias em habitações com índices de conforto e privacidade mínimos, provenientes de barracas sem quaisquer condições de habitabilidade. A célula mínima definiu-se por uma cozinha, sala e instalações sanitárias, mas, com posterior construção, os índices de privacidade podiam ser corrigidos com a adição de espaços, sendo possível construir três quartos e um sótão.

O acordo decretado em 1975 entre o FFH e a Associação de Moradores do Alto do Moinho “estabelecia condições de financiamento: 90 contos a fundo perdido e o restante à taxa de juro de 3%”²¹, prometendo um custo muito baixo em relação à qualidade da construção planeada. Este conhecimento prévio sobre a “capacidade de alojamento e os custos correspondentes” possibilitou, a cada família, “decidir em que fase iniciaria o processo”²² tendo em conta o agregado familiar e a capacidade económica correspondente. Subsequentemente, a população reconheceu que a adição de mais um quarto tinha um custo mais baixo quando comparado com a construção de uma cozinha ou instalação sanitária e a antevisão dos custos, isto levou a maioria das famílias a

18. Maria da Graça Saraiva, op. cit. p.121

19. Ana Bordalo, “Bairro do Alto do Moinho: Estudo de Caso” (Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2006). p.139

20. Nuno Portas and Francisco Silva Dias, “Habitação Evolutiva,” *Revista Arquitectura*, 1972. p.108

21. Ana Bordalo, op. cit. p.179

22. Francisco Silva Dias in Arquivo José António Bandeirinha



26 . 27 Habitações de Tipologias Iniciais: T1 e T3 , Bairro Alto do Moinho, 2016

escolher uma habitação de tipologia mais alta, ultrapassando tanto a previsão do agregado familiar como a capacidade financeira da altura.²³

Em 1976, o bairro Alto do Moinho caracterizava-se por um conjunto de 240 casas-pátio construídas segundo o princípio evolutivo e repetidas numa malha urbana que se dividiu por 30 habitações de tipologia T1, construídas nas extremidades laterais e 210 habitações de tipologia T3, que ocuparam a restante composição radial. A discrepância na escolha da tipologia de habitação resultou da possibilidade de cada família escolher o tipo de habitação mais favorável ao seu agregado familiar, tendo em conta os custos e condições de financiamento. Esta oportunidade levou um número elevado de famílias a optar por uma habitação de tipologia 3, com vantagens no conforto e privacidade devido a uma maior área habitacional construída desde o início.

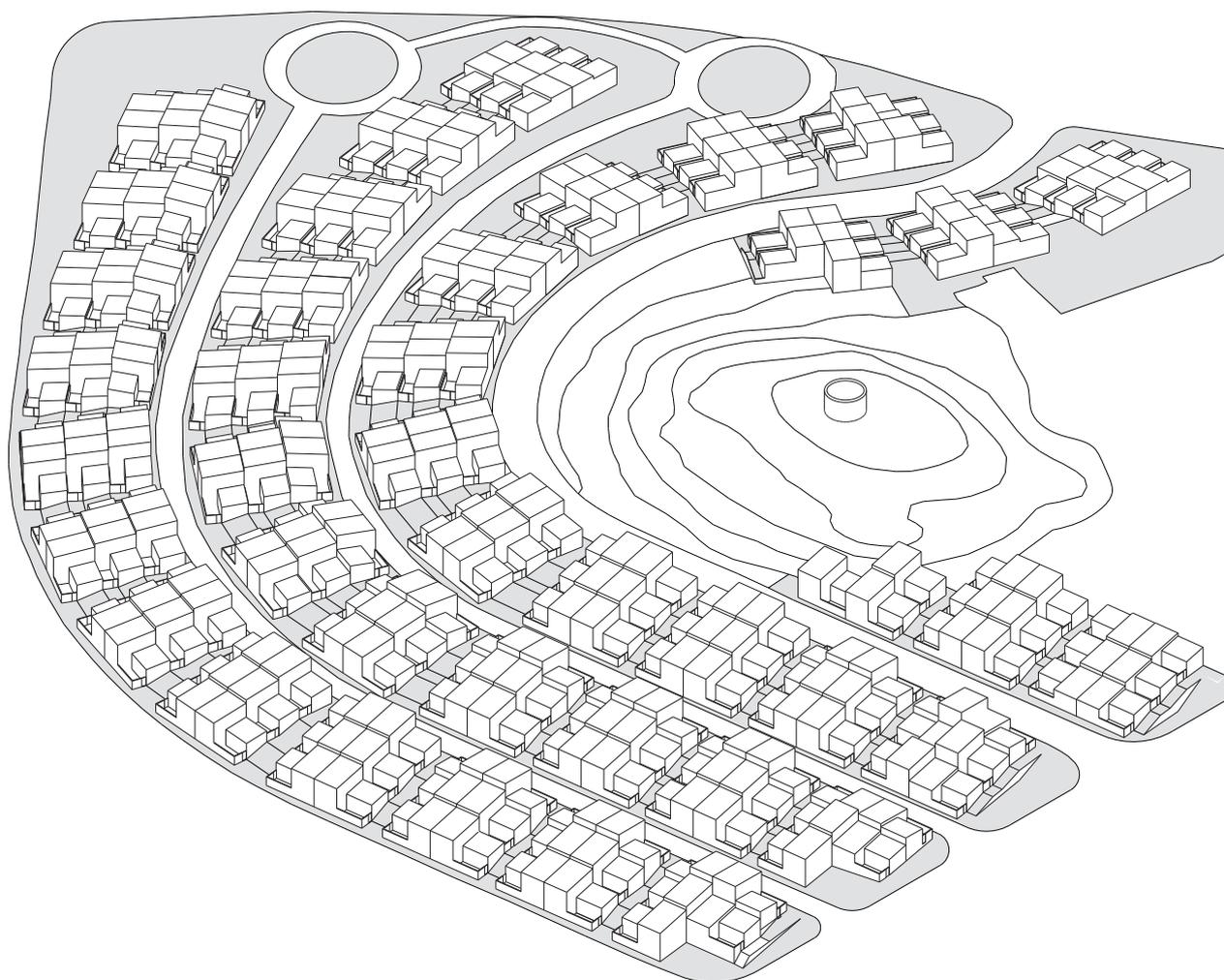
No projeto de Francisco Silva Dias, a habitação desenvolve-se em torno de um pátio exterior, simultaneamente, um espaço de entrada e receção, como uma sala de estar ao ar livre que antecipa a vivência interior e promove o convívio exterior. O desenvolvimento de uma estrutura próxima à da “tradição do sistema de ruas”²⁴, favoreceu o aparecimento de uma relação entre o exterior e interior e convidou à evolução de ambos os espaços. A possibilidade de metamorfose do espaço teve consequências para a experiência espacial do núcleo inicial e como o próprio arquitecto afirmou e questionou anos mais tarde: “Isto só vem levantar a questão, que de facto, a relação afetiva com a habitação é muito importante. Seria interessante saber se a mudança de habitat corresponde a uma mudança de comportamento? No caso do Zambujal isso aconteceu.”²⁵.

Este tipo de habitação, de pequena escala, integrou-se rapidamente no meio urbano e possibilitou a cada família apropriar-se do espaço urbano. Para responder à questão de Francisco Silva Dias vamos analisar a evolução do espaço edificado inicial e perceber de que forma, a sua ocupação e adaptação pelas famílias, resultou num espaço urbano contemporâneo.

23. Instituto Nacional de Habitação, *Concurso público para apresentação de soluções de Habitação Evolutiva* (Lisboa, 1987)

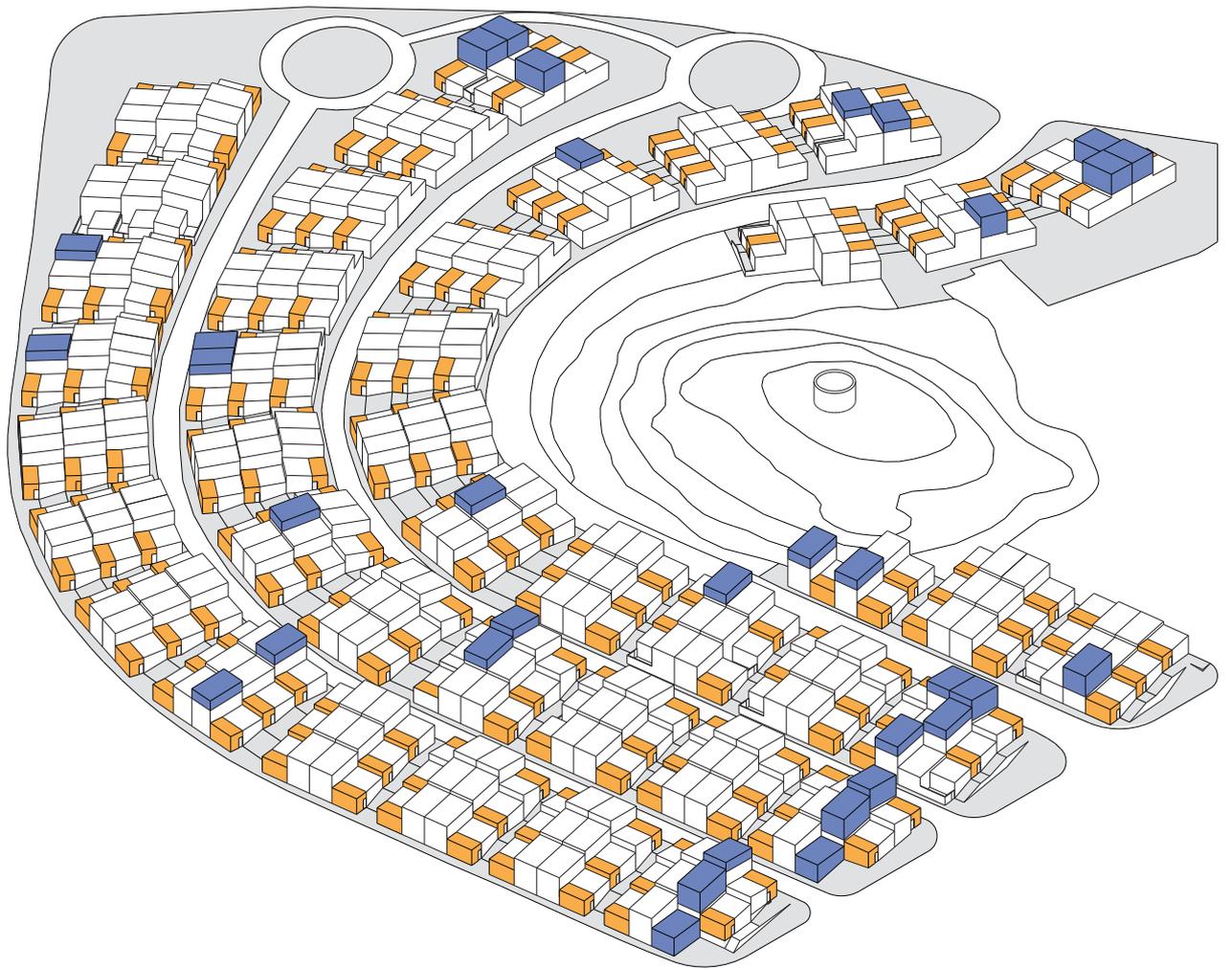
24. Nuno Portas and Francisco Silva Dias, “Habitação Evolutiva,” *Revista Arquitectura*, 1972. p.100-102

25. Entrevista a Francisco Silva Dias in Ana Bordalo, “Bairro do Alto do Moínho: Estudo de Caso” (Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2006). p.147



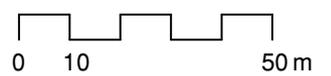
1976

Axonometria Bairro Alto do Moinho

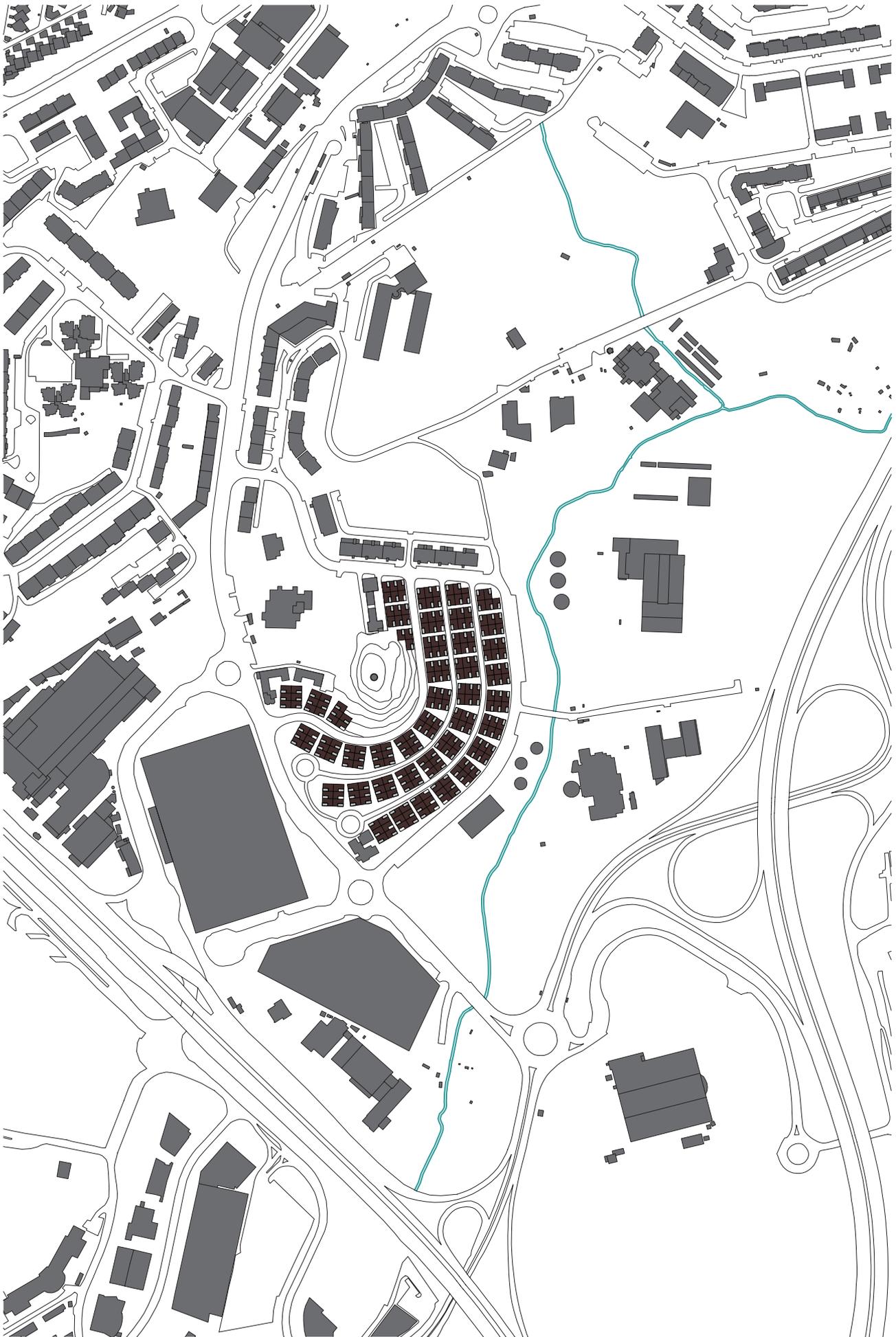


-  evolução planeada
-  evolução não planeada

2016



Axonometria Bairro Alto do Moinho



A Contemporaneidade do Processo de Habitar

O NOVO TIPO DE SUBÚRBIO

O Plano Integrado do Zambujal foi desenhado segundo uma política de concentração que articulou habitação, equipamentos e serviços. Evidenciam-se as falhas estruturais provocadas por um processo interrompido do ordenamento do território, que cumpriu somente o objetivo de realojar pessoas com carências habitacionais. A política do plano inicialmente delineada, não passou de uma política fragmentada que construiu núcleos de habitação desintegrados num conjunto urbano desprovido de parte dos equipamentos e serviços.

A organização do território previsto por áreas a edificar e áreas non aedificandi, foi descontinuada por um processo de ocupações aleatórias e a área edificada definida por núcleos habitacionais preestabelecidos tornou-se num espaço densamente construído por edifícios com uma função diferente da inicialmente definida para equipamentos. A área non aedificandi, para a qual se planeou uma vasta estrutura verde de forma a integrar espacialmente todo conjunto, encontra-se atualmente circunscrita a duas áreas principais, o Parque da Ribeira e o Parque do Zambujal, enquanto a restante área surge pontualmente edificada por habitações económicas, equipamentos e serviços alheios à estrutura inicial.

Nos últimos dez anos, a envolvente imediata serviu a necessidade de localizar grandes áreas comerciais em pontos estratégicos de fácil acesso e consequentemente construiu superfícies como o IKEA Alfragide, Centro Comercial Alegro Alfragide e a Decathlon Amadora. Outra condicionante no planeamento deste território foram as redes viárias, os eixos e percursos desenhados para articular continuamente os diferentes núcleos, com mais acessos e de maior tráfego, que limitaram a área do Zambujal a um nó de acessos entre a 2ª Circular, a Circular Regional Interior de Lisboa e a Estrada do Zambujal. Este enquadramento urbano localizado no extremo oeste do Plano Integrado do Zambujal, foi consequência de contextos políticos e económicos, que díspares no tempo, construíram um espaço deturpado, numa cidade em contínuo crescimento.



Planta das Tipologias de Habitação - 2016
 Bairro Alto do Moinho



Escala 1:2000

Outrora vazio de enquadramentos urbanos e envolvido pela estrutura verde principal, este território acompanhou o crescimento da população e o desenvolvimento da cidade. Atualmente inserido numa zona densa e delimitada pela presença de grandes blocos de habitações económicas a Norte e pela superfície comercial IKEA Alfragide, o Bairro Alto do Moinho evoluiu excepcionalmente e tornou-se numa das áreas habitacionais mais importantes, tendo “sobrevivido galhardamente ao tempo e ao uso”²⁶. No entanto, reflete parte das deficiências do conjunto urbano que integra.

AS ADAPTAÇÕES DO ESPAÇO URBANO

“Nos quase trinta anos de realojamento, os organismos públicos responsáveis pela gestão do bairro revelam-se incapazes de inserir a população no local e garantir a preservação do património habitacional. O «resultado está à vista. A degradação está presente em todo o lado, nos edifícios, no exterior de algumas habitações, mas sobretudo ao nível dos espaços verdes que praticamente não existem». Realojaram as pessoas, mas «esqueceram-se dos equipamentos sociais e de explicar algumas regras para promover uma verdadeira integração e valorização do local». (...) À semelhança do que acontece com outros bairros sociais, é um local caracterizado por escassez de espaços de lazer e de socialização, está longe do centro económico, social e cultural do concelho e carece de estruturas colectivas que conduzam a um maior envolvimento da população. Apesar de haver um Plano Integrado do Zambujal, as entidades envolvidas parecem ter desvalorizado a componente relacional, capaz de fomentar a identificação dos indivíduos com o bairro e a criação de uma identidade positiva. Limitaram-se, segundo alguns dos moradores, a cumprir as «necessidades habitacionais». As únicas excepções são as associações sociais que acompanham o bairro desde a primeira fase do realojamento.”²⁷

A extensa rede viária definiu esta área num aglomerado de acessos entre o centro da Grande Lisboa e novas superfícies comerciais. Desta forma, a evolução deste espaço urbano com o desenvolvimento de equipamentos, serviços e espaços de lazer, era essencial para o seu funcionamento espacial e para a integração da população na cidade.

Embora construídos todos os equipamentos previstos para o bairro, estes não acompanharam o seu crescimento, sendo atualmente insuficientes e desatualizados. Da construção inicial de uma escola primária, 35 garagens e 12 lojas de comércio, somente o equipamento escolar continua em pleno funcionamento. As garagens, perderam a sua função inicial e são agora espaços encerrados

26. Paulo Varela Gomes, “Arquitectura, Os últimos vinte e cinco anos,” in *História da Arte Portuguesa vol.3*, vol. Do Barroco à Contemporaneidade, 3 vols. (Lisboa: Temas e Debates, 1999), p.562

27. Ana Rodrigues, “Bairro do Zambujal é uma terra de ninguém. Moradores reclamam contra o desleixo,” *Notícias da Amadora, Seminário Popular*, September 30, 2003, 1553. in Ana Bordalo, “Bairro do Alto do Moinho: Estudo de Caso” (Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2006). p.201



ou transformados para uso próprio e as lojas, criadas em volta das pracetas do Bairro, deram continuidade ao comércio com serviços mínimos como cafés, restaurantes e oficinas de automóveis.

A insuficiência do comércio local motivou a ampliação de lotes residenciais para ocupações comerciais, sendo permitidas pela Câmara Municipal as construções do lote 74A e do lote 3A, onde existem, respetivamente, uma mercearia e um café; no entanto a necessidade de serviços comerciais e de saúde mais completos continua a levar a população a deslocar-se às recentes superfícies comerciais e às áreas residenciais próximas.

Os espaços públicos criados com as pracetas revelam a sua inutilidade, quer pela falta de manutenção e ocupação por estacionamento automóvel, quer pela visível ausência de convívio vicinal. A relação de vizinhança da população é inexistente nos espaços de dilatação do tecido residencial para esse efeito, sendo recorrente a interação social apenas em reuniões e convívios organizados na sede de Associação de Moradores.

Por forma a responder à necessidade de espaços de estar, foram criadas duas áreas de lazer, vinte anos depois da edificação do bairro. Em 2000 surgiu o Parque da Ribeira, um espaço verde com uma área de 2ha, definido por percursos pedonais, zonas desportivas e zonas de recreio. Posteriormente, em volta da ruína do moinho e para onde previam a construção de um café com esplanada e uma zona infantil, surgiu o segundo espaço verde, estruturado por caminhos pedonais com equipamentos e zonas de lazer. Os espaços comunitários ficaram restritos a estas duas zonas verdes e a falta de equipamentos coletivos e espaços exteriores de convívio, levou a população a adaptar a forma de habitar o espaço público e consequentemente o espaço privado.

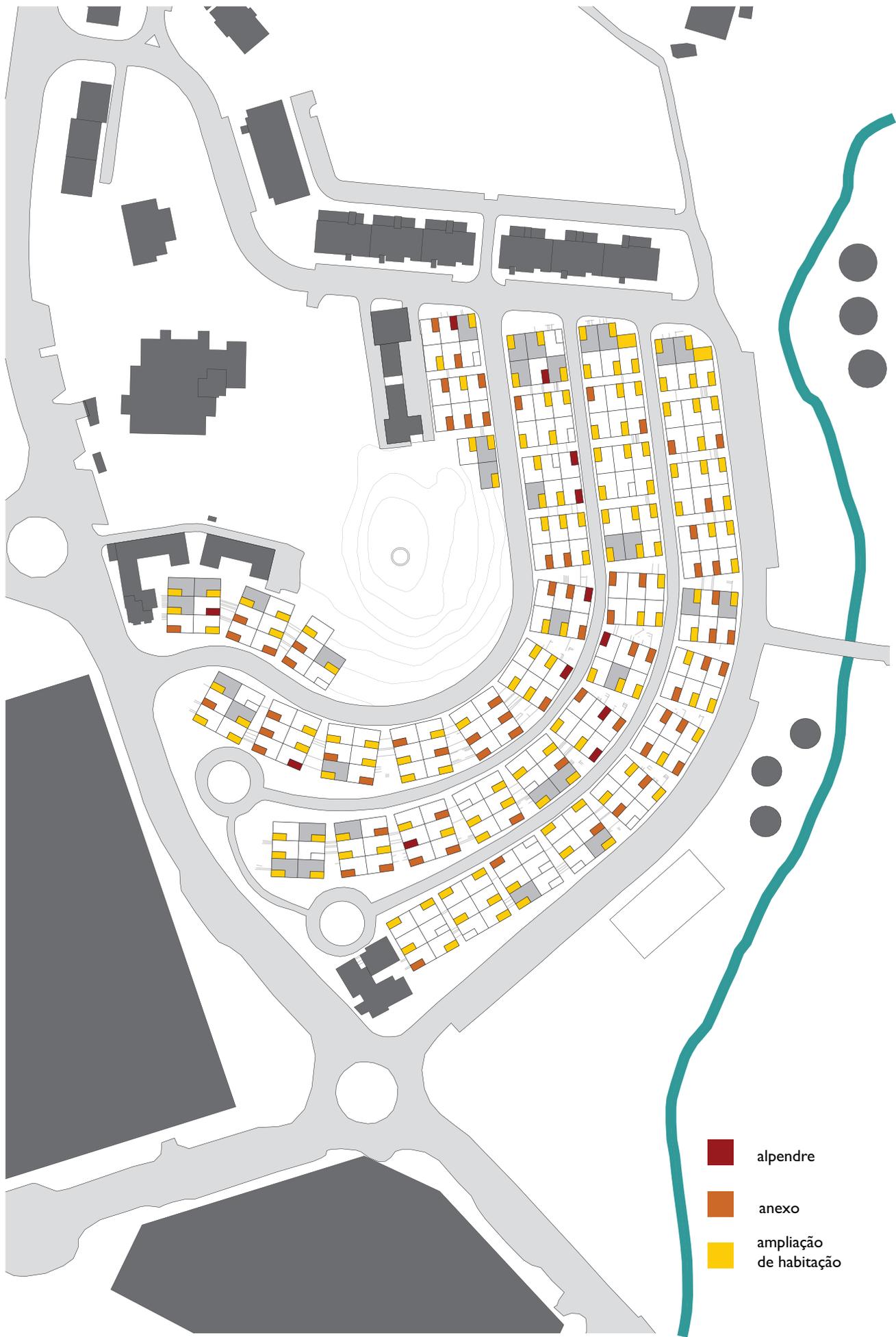
A EVOLUÇÃO DO ALTO DO MOINHO

Da dinâmica adjacente na construção de uma habitação evolutiva, surgiu uma experiência planeada por fases e limitada à dimensão do lote, que impossibilitava a ocupação aleatória na implantação urbanística e assegurava a repetição modelar de dois tipos de habitação. Atualmente, passados quase 40 anos desde a construção do Bairro Alto do Moinho, “a repetição não é generalidade”²⁸ e construíram-se casas onde as intenções do arquiteto e as limitações de crescimento não foram uma barreira à sua evolução. Pelo contrário, as habitações transformaram-se numa experiência vivida de um bairro onde “de forma inimaginável e incontável a população constrói em tudo o que é espaço livre, nomeadamente nos pátios, mesmo reconhecendo que essas construções são muitas vezes inúteis e prejudiciais à ventilação e imolação da casa”²⁹.

No tecido habitacional construído através de uma repetição massiva do núcleo, deparamo-nos atualmente com transformações, decorrentes da necessidade de criar novos espaços e regenerar os existentes. As famílias não se limitaram a evoluir o seu habitat e procuraram alcançar o habitat estabilizado, transformando o espaço ao nível do conforto, da privacidade e com diferentes acabamentos e apensos.

28. Gilles Deleuze, *Diferença e Repetição*, trans. Luiz Orlandi and Roberto Machado (Lisboa: Relógio d'Água, 2000).

29. Francisco Silva Dias, “Breve relato de uma experiência vivida de Habitação Evolutiva,” *Jornal Arquitectos*, 1987, 60..



Planta de evolução não planeada - 2016
 Bairro Alto do Moinho



Escala 1:2000

Contrariamente à ideia de Francisco Silva Dias de evoluir a habitação por adição através de fases de construção - que ocorreu somente em 41 habitações - a maioria apropriou-se do espaço livre (90%), encerrando ou ocupando o pátio com construções variadas. A apropriação do pátio foi a principal evolução espacial em todo o conjunto, mais de metade das habitações encerraram-no (58%), ocuparam-no com marquises (30%) ou alpendres. Entre as inúmeras ocupações, só foi possível encontrar o pátio no seu estado original num número mínimo de casas (7,5%), verificando que por vezes a evolução não segue o projeto planeado pelo arquiteto.

A ocupação do pátio exterior privado procurou colmatar as carências espaciais do núcleo inicial com a criação de um espaço interior mais privado no piso térreo, convertido muitas vezes num espaço de entrada, sala de jantar ou zona de tratamento de roupas, de forma a aproveitar a cobertura como terraço no segundo piso. Esta transformação trouxe alterações para o condicionamento de abertura de vãos que inicialmente se voltavam para o pátio e negavam a ligação com a envolvente. Após a ocupação do pátio tornou-se necessário abrir janelas na fachada lateral cega de forma a beneficiar os quartos e, em alguns casos, a sala, ignorando os “inconvenientes que podem resultar de uma implantação frente a frente”³⁰. Todas as apropriações ou ocupações espaciais do interior da habitação, refletem-se na forma de habitar o exterior e transformam o espaço público exterior num espaço de permanência.

“Do projecto de espaços exteriores apenas foram executados as escadas e espaços de acesso às moradias, faltando concluir os arruamentos - tem-se verificado um cuidado extremo da população na conservação desses pequenos espaços, o que se tem materializado através de ações como sejam a caiação de muros, a plantação das caldeiras e floreiras existentes por sua própria iniciativa, quer inclusive aproveitando as referidas caldeiras para instalação de pequenas hortas.”³¹

A construção no pátio exterior fez com que as funções iniciais se transpusessem para os espaços de acesso às habitações, tornando o exterior público num espaço comunitário e densamente apropriado com alpendres, bancos e elementos verdes. A decorrente apropriação foi maior nos patamares e terraços, que surgem revestidos por diferentes materiais e ocupados como se de um pátio privado se tratassem. Esta ocupação das mais variadas formas do espaço de acesso, reflete a habitabilidade de cada família em transformar o exterior no primeiro espaço da sua casa.

No entanto, nem todas as alterações surgiram de transformações espaciais, o conjunto foi também caracterizado a nível visual e a inicial homogeneidade da repetição do módulo rebocado e caiado de branco no exterior, espelhou as apropriações de cada ocupação. Surgiram habitações com paredes e esquinas revestidas de diferentes materiais, com a constante presença de ornamentos, corrimões e acessos de manutenção.

30. Nuno Portas and Francisco Silva Dias, “Habitação Evolutiva,” *Revista Arquitectura*, 1972. p.115

31. Maria da Graça Saraiva, *Plano Integrado do Zambujal: uma experiência de Planeamento Projecto, Obra e Gestão de Estrutura Verde e Espaços Exteriores* (Lisboa: Fundo de Fomento da Habitação, 1982). p.120



Esta singularidade de construções e apropriações resultantes das necessidades e vivências de cada família, transformaram o bairro num conjunto de diferentes experiências de habitar. Todas as evoluções espaciais, refletem uma imagem visual e formal de um “conjunto, com uma ambiguidade significante e perplexa” de “grupos de casas, associadas em pendente contínua”³², onde a imagem do núcleo branco permanece, adulterado por uma experiência vivida de habitação evolutiva. A uniformidade não foi comprometida pela ocupação de cada indivíduo, apenas se moldou à sua necessidade de construir no tempo e no espaço.

32. José António Bandeirinha, *O Processo SAAL: e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007). p.244



40 Bairro da Malagueira, s.d.

2.2 BAIRRO DA MALAGUEIRA

A Génese do Processo de Construir

ÉVORA, CAPITAL REGIONAL DO ALENTEJO

O êxodo rural não se manifestou apenas nas grandes cidades, a mais de 100km de Lisboa e resultante do processo da Reforma Agrária, a capital regional do Alentejo, Évora, sofreu um intenso afluxo populacional. A cidade, que se foi “mantendo nos limites da sua actual muralha até ao início do século, altura em que tinha 14.000 habitantes”, rapidamente sofreu transformações que culminaram numa preocupante ocupação espontânea do território extramuros.³³

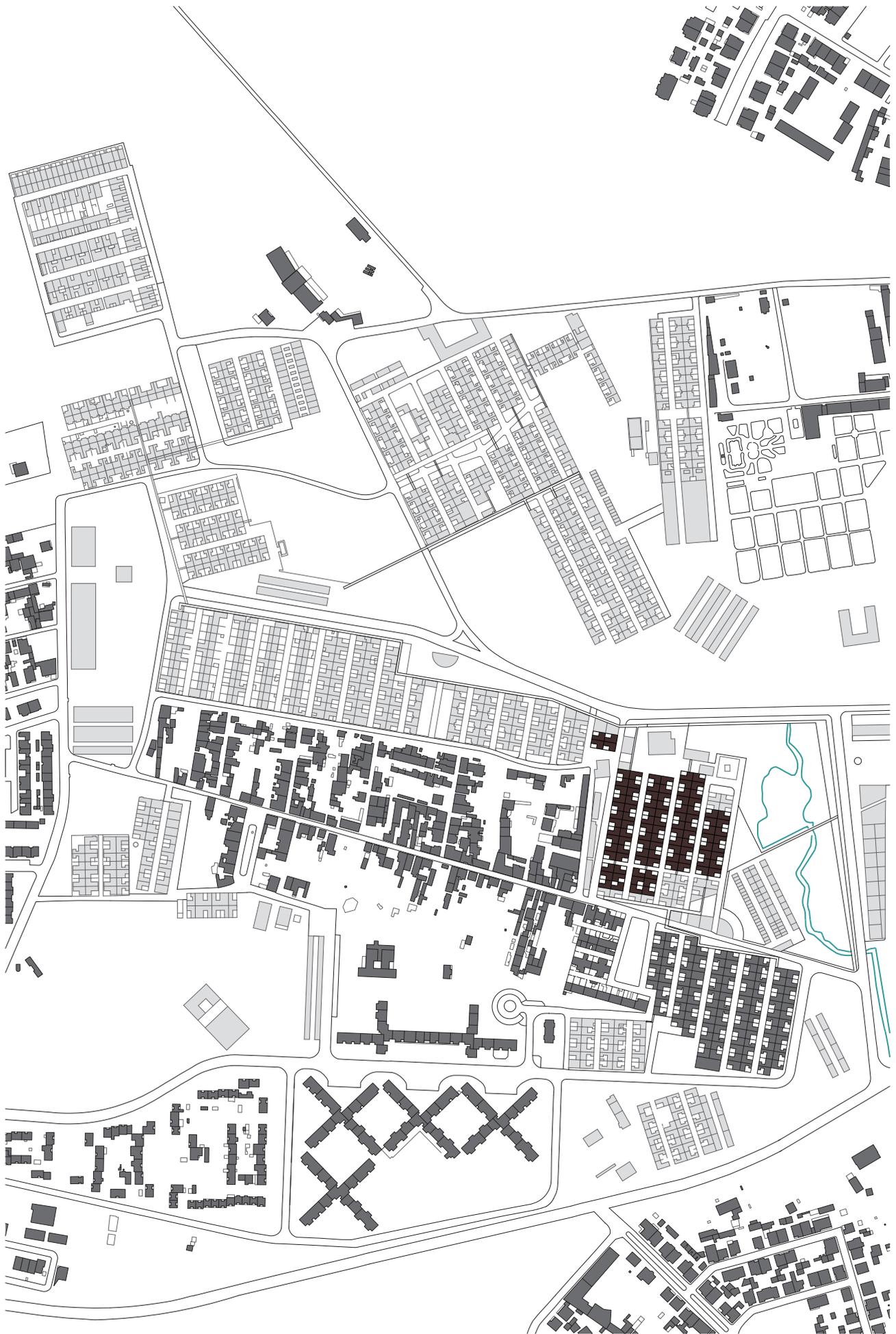
“Em 1975, Évora era uma cidade de cerca de 40.000 habitantes, 1/3 dos quais distribuídos por 29 bairros clandestinos disseminados pela zona exterior às muralhas. Destes 29 bairros, apenas seis dispunham de estudo urbanístico. (...) Porém, a partir de 1977 a Câmara desenvolveu um conjunto de acções voltadas para a resolução dos problemas existentes, nos termos definidos por uma política urbanística”³⁴

No período pós-revolucionário, reconheceu-se a urgência de planear a ocupação exterior à cidade muralhada e solucionar a carência habitacional. Através do programa SAAL, na altura ainda em execução, formou-se uma Associação de Moradores com o intuito de discutir a política de habitação para as necessidades envolventes. Apesar da extinção do respetivo programa em 1976, esta ação despoletou a organização de uma parte da periferia de Évora, que seguiu parte das premissas do despacho fundador e contou com a participação ativa da população.

O processo ocorreu com a elaboração de um plano que definiu a área Oeste como zona prioritária de expansão. Em Abril de 1976, aprovou-se o Plano de Expansão Oeste de Évora que tinha como objetivos “criar uma unidade residencial de 12.000 habitantes (cerca de 3500

33. Jorge Carvalho, *Évora, Administração Urbanística*, Câmara Municipal de Évora (Évora, 1990). p.15

34. Ibid. p.17



Bairro da Malagueira
Planta de Urbanização - 1979



Escala 1:5000

fogos) dotada do necessário e correspondente equipamento e articular os bairros já existentes e os empreendimentos em curso, integrando-os nessa unidade residencial”³⁵.

Desenvolvido pela Direção Geral dos Serviços de Urbanização, o plano organizava o território por zonas de ocupação residencial com projetos de blocos de habitação acabados, que surgiam articulados com zonas de equipamento e zonas verdes. Deste plano apenas foram construídos 479 fogos em blocos de habitação coletiva na zona urbana da Cruz da Picada, desenvolvidos com “referências ao Plano de Almada em Lisboa, com cinco a sete pisos de altura”³⁶. Como consequência e contrariamente a outras experiências de expansão, este modelo habitacional rapidamente se mostrou incapaz de responder à satisfação e necessidades da população alentejana. As pessoas “não se identificaram com esta proposta de ocupação, essencialmente devido a que, perante uma vasta área, não havia necessidade de uma construção inqualificada em altura. A aposta desenvolvida na Cruz da Picada transformou-se numa experiência madrasta - as pessoas, ao fim de poucos meses, recusaram estas casas”³⁷.

A concentração populacional em habitações que nada se assemelharam à típica construção presente na envolvente, mostrou a incompatibilidade entre o plano e a sua ocupação, levando à interrupção do processo por Nuno Portas, na altura Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo. A urgência em repensar o plano, levou o arquiteto - outrora influenciado por experiências de habitação social que recorreriam à vertente evolutiva - a redefinir novos princípios que conservassem os objetivos e a densidade do plano anterior mas adaptassem a sua construção para habitações de baixa altura.

Com base nestas premissas, a Câmara Municipal de Évora convidou Álvaro Siza para elaborar o novo Plano de Expansão da Zona Oeste. O arquiteto reconhecido por desenvolver programas de habitação social realizados no âmbito do processo SAAL Norte, como o Bairro da Bouça e o Bairro de São Victor, iniciou assim, em Maio de 1977, um “trabalho sobre a cidade e sobre a arquitectura”³⁸. O arquiteto foi “encarregado de projectar um terreno contínuo à muralha de Évora. [Onde observou e registou] o perfil cristalino da cidade.”³⁹ e a partir deste planeou uma arquitetura sem aparentes limites urbanos que cresceu no espaço de forma contínua.

BAIRRO DA MALAGUEIRA

“Quando visitei pela primeira vez os vinte e sete hectares da área do plano, notei múltiplas presenças. Antes de mais, o bairro clandestino de Santa Maria, que a inclinação do terreno esconde da estrada para Lisboa e uma outra municipal. Entre as duas estradas existe também uma linha de água. Numerosos vestígios testemunhavam pré-existências diversas: um banho árabe, perto de uma linha de

35. Jorge Carvalho, *op. cit.* p.51-52

36. Miguel Seabra, “Construir, Habitar, Pensar o Bairro da Malagueira de Álvaro Siza” (Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Teoria da Arquitetura, Universidade Lusíada de Lisboa, 2006). p.25

37. *Ibid.* p.26

38. Álvaro Siza Vieira, *Imaginar a Evidência* (Lisboa: Edições 70, 2009). p. 105

39. Álvaro Siza Vieira, *As Cidades de Álvaro Siza* (Lisboa: Figueirinhas, 2001).



41 . 42. Visita de Álvaro Siza ao Bairro da Malagueira em construção. s.d.

água, e um sobreiro e um tanque numa zona mais alta. Além disso está presente e é fundamental, a Quinta da Malagueirinha, com o laranjal adjacente. Depois uma estrada atravessa também um outro bairro clandestino, Nossa Senhora da Glória, que continua com uma escola e com dois velhos moinhos. Por fim, os edifícios de sete andares, construídos no âmbito do plano anterior. Toda a área era propriedade de uma única Quinta. Do terreno vê-se o belíssimo perfil de Évora, cidade de granito e de mármore (como raramente sucede): dali emergem a catedral, uma igreja românica e um teatro neoclássico.”⁴⁰

O relato de Álvaro Siza evidencia que as referências de um terreno descaracterizado e a estrutura da cidade antiga, foram fundamentais para a composição de um novo plano que procurou a “complementaridade entre as várias escalas” e a “interpenetração entre as várias partes da cidade”⁴¹. O plano para os 27 hectares interligou-se com a cidade envolvente através de uma construção que, de forma aparentemente aleatória, procurou que “o tempo e a capacidade de realização pudessem depois completar o desenho, ocupando os espaços vazios”⁴². A proposta definiu-se por uma “expansão de baixa altura, [que se adaptou] à topografia de suaves pendentes e estendendo-se, densa e contínua, até à muralha e à colina da cidade”⁴³ construiu um tecido composto por casas-pátio com no máximo dois pisos; procurando não alterar o perfil de Évora emergente na paisagem.

A definição de uma estrutura de intervenção com base no planeamento de eixos viários, pedonais e caminhos pré-existentes, foi fundamental para a aglomeração do tecido residencial. De forma disseminada, o tecido surgiu recortado pelas referências físicas das vivências dos bairros clandestinos envolventes que “com o correr do tempo deixaram no terreno o desenhos dos percursos que lhes eram mais convenientes”⁴⁴.

No plano de Álvaro Siza, a estrutura urbana foi disposta ao longo da Avenida da Malagueira, um eixo viário Este-Oeste que atravessava toda a área de intervenção e a linha de água existente. Do prolongamento deste, surgia uma segunda via pedonal norte-sul que interligava os bairros adjacentes e a Estrada Nacional Lisboa-Évora. A definição de importantes eixos viários e pedonais resultou no desenho e projeção de duas ruas que iriam romper a estrutura habitacional. A Sul, uma rua intitulada de Broadway, articulava o espaço entre as novas habitações e as ocupações existentes, permitindo a “regeneração das áreas livres das casas” com “acessos, escadas e jardins, para que os habitantes [pudessem] sair da clandestinidade”⁴⁵. A Norte, uma rua de premissas semelhantes, a Broadway 2, rematava as habitações construídas com uma galeria comercial de dois pisos caracteristicamente curvilínea que daria ao aglomerado uma nova dimensão.⁴⁶

40. Álvaro Siza Vieira, *Imaginar a Evidência* (Lisboa: Edições 70, 2009). p. 113

41. Ibid. p. 103

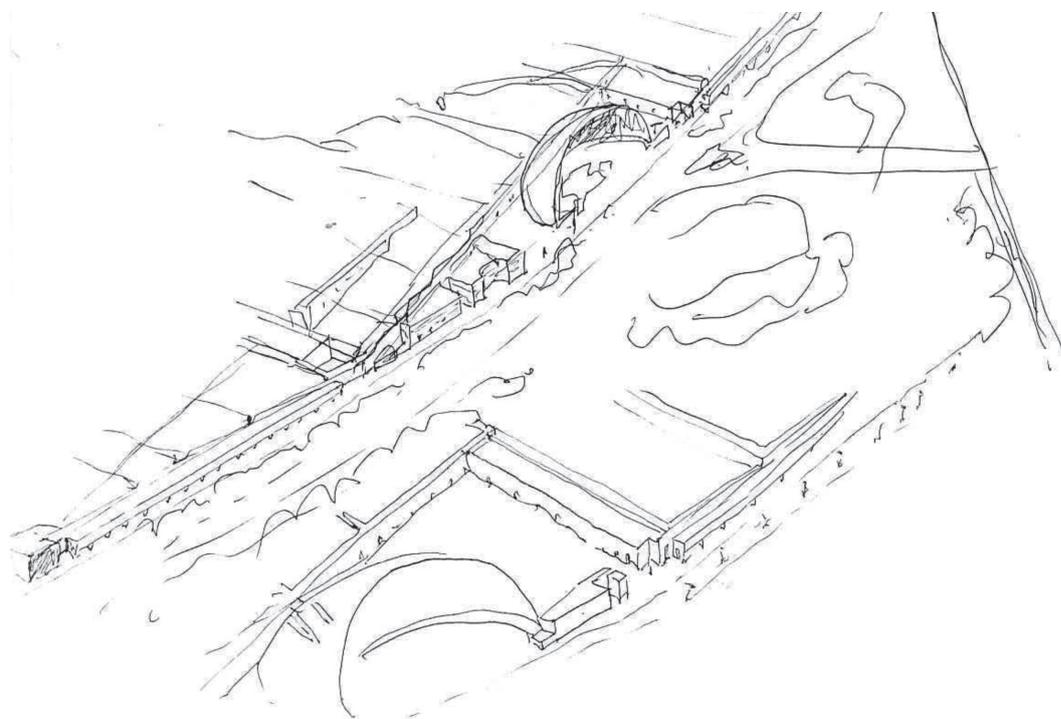
42. Ibid. p. 103

43. Álvaro Siza Vieira, “Plano de Pormenor de uma área de 27ha Integrada no Plano de Expansão Oeste de Évora” (Câmara Municipal de Évora, 1977). disponibilizado pela Câmara Municipal de Évora, 2016

44. Álvaro Siza Vieira, *Imaginar a Evidência* (Lisboa: Edições 70, 2009). p. 115

45. Ibid. 115

46. Miguel Seabra, “Construir, Habitar, Pensar o Bairro da Malagueira de Álvaro Siza” (Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Teoria da Arquitetura, Universidade Lusíada de Lisboa, 2006). p.168



Para permitir o “diálogo, que vemos em qualquer cidade, entre o tecido uniforme e contínuo das casas e os edifícios colectivos” foi criado um outro eixo mais presente na paisagem, uma conduta de infraestruturas elevada e acessível. Análoga à imagem do Aqueduto da Água de Prata da cidade de Évora, esta “grande estrutura, que [atravessava] todo o terreno, [tinha] a função de definir uma outra escala”. A conduta principal desenvolvia-se ao longo da Avenida da Malagueira e ramificava-se através de condutas secundárias que articulavam o tecido disseminado. A rede de infraestruturas elevada corria “à altura das coberturas entre as duas casas contrapostas” para tornar “a intervenção mais económica no seu conjunto”.⁴⁷

O ordenamento uniforme do tecido respeitou a disposição dos diferentes eixos, no entanto, tornou-se igualmente importante planejar elementos que revogassem a monotonia da estrutura habitacional. Na procura de definir uma “outra escala”⁴⁸, projetaram-se edifícios singulares que albergavam programas essenciais para a comunidade, nomeadamente: Sedes para as Cooperativas e Associações, um Restaurante, um Aparthotel, uma Igreja com um Centro Social e uma Escola, entre outros. Os diferentes programas estavam planeados em “lugares específicos, destinados a cerzir pontos particulares ou delicados do bairro, numa acção contrária à ortogonalidade do tecido residencial, com o intuito de pontuar e referenciar lugares particulares”⁴⁹.

Para o novo plano que previa a articulação do tecido residencial com edifícios singulares de carácter coletivo, tornou-se necessário definir o centro do conjunto e com esse objetivo surgiu na Praça Zeca Afonso, uma semicúpula. Esta estrutura singular previa um “lugar privilegiado da vida colectiva e suporte essencial do desenvolvimento da cidade”⁵⁰ e à semelhança do aqueduto, também se definia como uma construção que relacionava o espaço construído e o espaço vazio. Associada a este espaço da praça, surgiu a Rua das Lojas, uma rua pedonal que seria preenchida por espaços comerciais e abria uma nova frente para as ocupações clandestinas. Estes dois espaços públicos definiam uma nova centralidade, tanto para o novo conjunto da Malagueira como para os bairros pré-existentes, integrando-os.

O planeamento do Bairro da Malagueira seguiu as intenções de Álvaro Siza, que criou uma relação entre habitação, bairro e cidade, onde a “participação dos futuros utentes, originada pela revolução, [foi] o irreprimível motor de transformação que influenciou o método”. “O projecto das casas nasceu por solicitação da Associação de Moradores” que em conjunto com o arquiteto definiram uma nova urbanidade.⁵¹

O programa de habitação ocupou o território “como um lençol branco e pesado”⁵² com 1200 fogos, distribuídos inicialmente por: 407 fogos para Cooperativas Habitação Económica, 100 para a Associação de Moradores de S. Sebastião, 300 fogos para promoção direta do FFH, 93 fogos para contratos de desenvolvimento e 300 fogos para iniciativa privada.⁵³ A composição justaposta

47. Álvaro Siza Vieira, *Imaginar a Evidência* (Lisboa: Edições 70, 2009). p. 119

48. Ibid. 119

49. Miguel Seabra, op. cit. p.161

50. Álvaro Siza Vieira, *op.cit.* p. 121

51. Ibid. p.105-107

52. Álvaro Siza Vieira, *As Cidades de Álvaro Siza* (Lisboa: Figueirinhas, 2001).

53. “Plano de Pormenor Para a Zona Da Malagueira - Évora,” *Revista Arquitectura*, 1979.



44 Vista Aérea, Bairro da Malagueira, 199(?)

dos fogos foi repetida ao longo da área e a “variação de ambiente [foi] obtida pela adaptação à topografia, pela distribuição irregular dos programas habitacionais, pelos espaços resultantes do atravessamento de vias pré-existentes, pela inclusão de equipamentos e pelo contraste e encontro entre zonas verdes e zonas construídas”⁵⁴. A uniformidade do conjunto definiu-se pelo planeamento ilimitado do Bairro da Malagueira que originou um crescimento disseminado no espaço.

COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO ECONÓMICA

Grande parte do tecido residencial surgiu da necessidade de habitação para os moradores locais que se organizaram em duas cooperativas, a Cooperativa de Habitação Económica da Boa Vontade, formada por um grupo de empregados da Rodoviária Nacional e a Associação de Moradores de São Sebastião⁵⁵, iniciada por moradores dos Bairros de Sanches de Miranda e Bairro do Gancho.

No ano de 1979 surgiu o primeiro programa de construção que contou com a participação ativa dos moradores em todo o processo. “Pelo menos 450 famílias, em inúmeras reuniões, os viram e ouviram explicados, por palavras maquetas, esboços, desenhos rigorosos e fotomontagens. Criticaram, propuseram alterações, aprovaram”⁵⁶ os projetos de Álvaro Siza Vieira para a construção, numa primeira fase, de 100 fogos para a CHE Boa Vontade. Por sua vez, a Associação de Moradores de São Sebastião também fez um contrato para a construção de 100 fogos de igual tipologia de habitação para a qual e a pedido da Câmara Municipal de Évora, o arquiteto cedeu o projeto desde que seguisse e respeitasse o projeto inicial. O programa de construção para a CHE Boa Vontade esperava ainda por financiamento, quando a Associação de Moradores de São Sebastião recebeu a verba necessária por parte do Estado Português para construir os 100 fogos; embora o projeto tenha sido desenvolvido originalmente para a CHE Boa Vontade, como consequência da disponibilidade de verba a AM São Sebastião foi o primeiro programa de construção a iniciar a composição do bairro.⁵⁷ Álvaro Siza afirma:

“Aquilo que conta é esta densa malha que ultrapassa abundantemente os limites da cultura arquitectónica, da especificidade disciplinar. Toda a evolução do projecto é uma história muito interessante, influenciada pelo encontro entre origens diferentes, entre concepções opostas da família, que é difícil de relatar em toda a extensão.”⁵⁸

A importância de observar a evolução do bairro foi limitada pela sua extensão e levou à análise detalhada de apenas uma parte, a primeira fase de construção da Cooperativa de Habitação

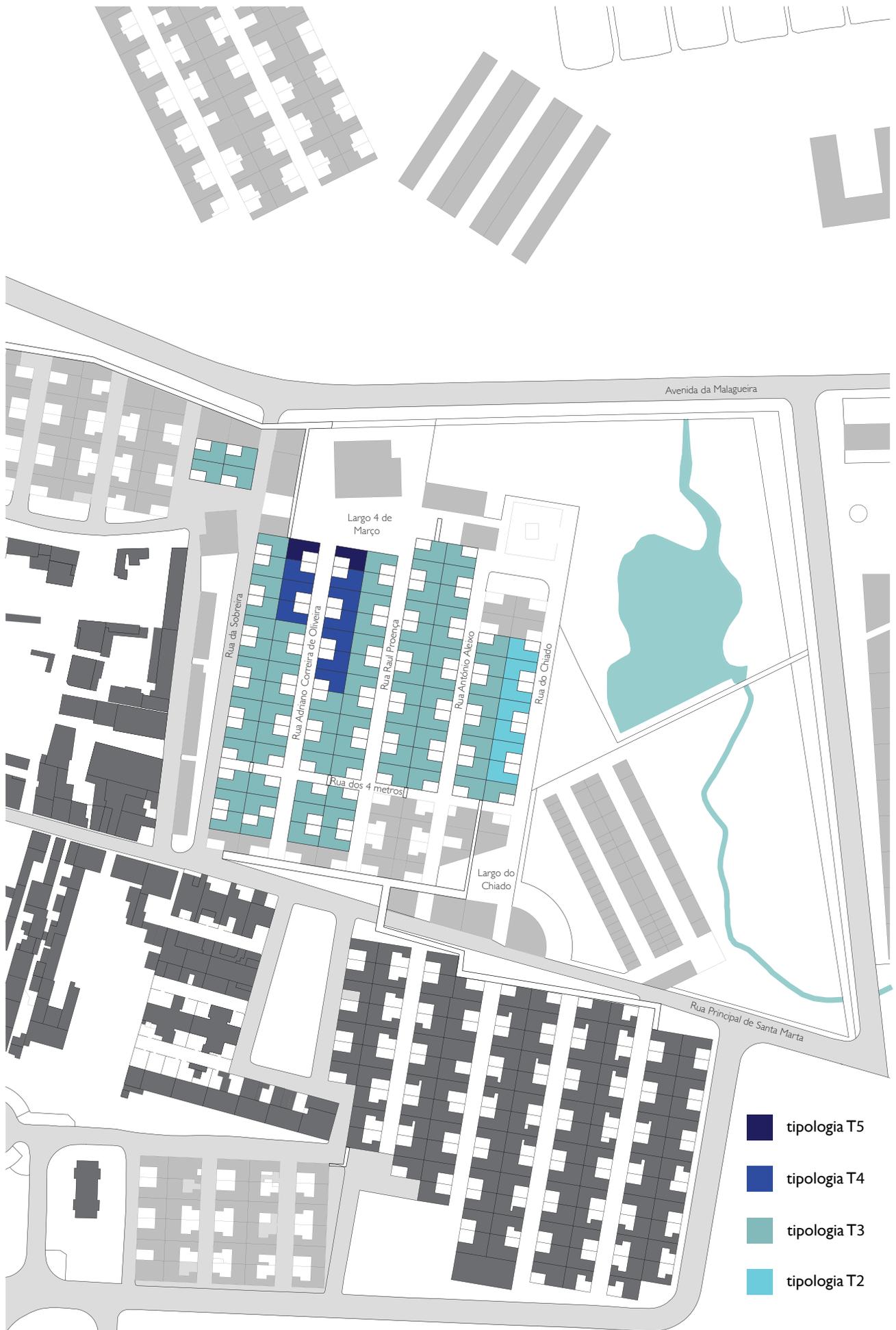
54. Álvaro Siza Vieira, “Plano de Pormenor de uma área de 27ha Integrada no Plano de Expansão Oeste de Évora” (Câmara Municipal de Évora, 1977). in Arquivo da Câmara Municipal de Évora, disponibilizado em 2016

55. Em 1983 com a extinção do FFH e a fim de continuar a ser financiada pelo Estado Português, a Associação de Moradores de São Sebastião transformou-se numa cooperativa de habitação económica, atualmente conhecida como Cooperativa de Habitação Económica de Giraldo Sem Pavor.

56. Álvaro Siza Vieira, *As Cidades de Álvaro Siza* (Lisboa: Figueirinhas, 2001).

57. Miguel Seabra, “Construir, Habitar, Pensar o Bairro da Malagueira de Álvaro Siza” (Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Teoria da Arquitetura, Universidade Lusíada de Lisboa, 2006). p.59-65

58. Álvaro Siza Vieira, *Imaginar a Evidência* (Lisboa: Edições 70, 2009). p. 127



Planta das Tipologias de Habitação - 1979
 CHE Boa Vontade . Bairro da Malagueira

- tipologia T5
- tipologia T4
- tipologia T3
- tipologia T2


 Escala 1:2000

Económica da Boa Vontade. A CHE Boa Vontade iniciou a sua construção com 100 habitações de tipologia evolutiva com dois tipos, tipo A e tipo B. A escolha desta secção do bairro em particular recai sobre o facto de ter sido o projeto original desenvolvido pelo arquiteto, que constituiu o modelo base do plano e para o qual planeou dois tipos de habitação.

Localizada no limite Este do Bairro da Malagueira numa área adjacente ao bairro clandestino de Santa Maria, a primeira fase da CHE Boa Vontade define-se pela Avenida da Malagueira, pela Rua Principal de Santa Maria e pela Ribeira da Turgela. O tecido residencial assenta em quatro bandas de habitação e uma conduta secundária que se ramifica e interliga à principal. Esta secção habitacional encontra-se disposta ao longo de cinco ruas longitudinais de menor dimensão, que privilegiam a circulação do peão em relação às vias automóveis. Álvaro Siza delegou a circulação automóvel para as ruas de garagens que se encontram nos limites exteriores à zona habitacional e delineou que as cinco ruas longitudinais de acesso à habitação fossem pedonais. A área habitacional foi seccionada pela construção de uma rua transversal, a Rua dos 4 metros, caracterizada pela presença pontual da rede de infraestruturas.

O primeiro projeto de espaço público para esta zona localizada a Nascente, planeava a construção de “um viaduto apoiado em pilares, onde a linha de água corria a céu aberto sustentada por uma zona verde”⁵⁹. De forma a consolidar o espaço público e evitar que a “localização de novas funções fosse casual e alheia a toda a estrutura do bairro”, foram implementados espaços vazios entre os quarteirões e o aqueduto “calculados para posterior ocupação para actividades predominantemente comerciais”⁶⁰. Desta forma, planeou-se para o Largo do Chiado e o Largo 4 de Março, vinte unidades de ocupação comercial, caracterizando e perfazendo os limites da primeira fase de construção da CHE Boa Vontade.

O NÚCLEO INICIAL

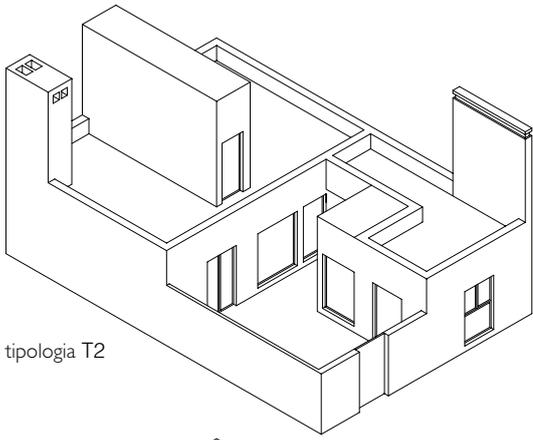
“As soluções urbanísticas encontradas caracterizam-se pela formação de quarteirões, organizados quase sempre ortogonalmente e pela construção de habitações com um piso, de pequena dimensão, alinhadas em banda contínua ao longo dos arruamentos, abrindo-se por vezes em pátios ladeados por conjuntos de anexos e habitações de tamanho diminuto. As casas eram caiadas a branco, por vezes com rodapés pintados com cores tradicionais da região. Repetiam-se, em suma, nos bairros que iam sendo construídos, as características urbanísticas e arquitectónicas das aldeias alentejanas.”⁶¹

A construção de uma tipologia de habitação para o novo bairro surgiu a partir de contextos urbanos e referências encontradas nos bairros clandestinos existentes na envolvente imediata. A solução para a habitação da primeira fase da CHE Boa Vontade, muitas vezes associada a influências

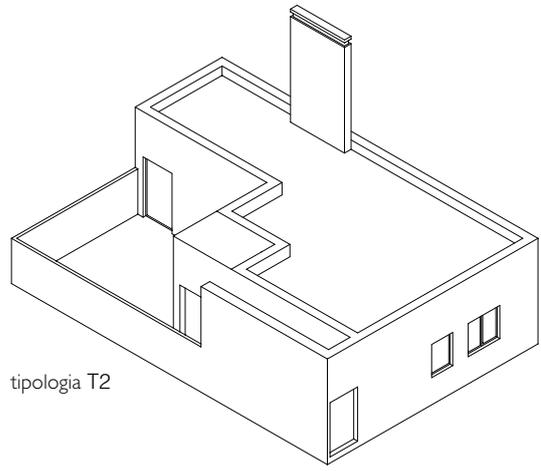
59. Miguel Seabra, “Construir, Habitar, Pensar o Bairro da Malagueira de Álvaro Siza” (Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Teoria da Arquitetura, Universidade Lusíada de Lisboa, 2006). p.141

60. Álvaro Siza Vieira, *Imaginar a Evidência* (Lisboa: Edições 70, 2009). p. 119

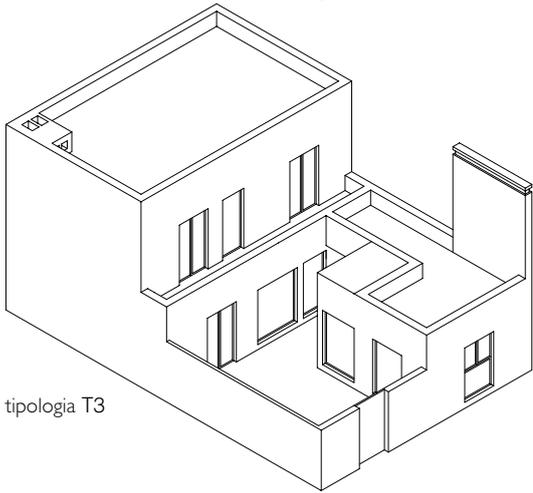
61. Jorge Carvalho, *Évora, Administração Urbanística*, Câmara Municipal de Évora (Évora, 1990). p.17



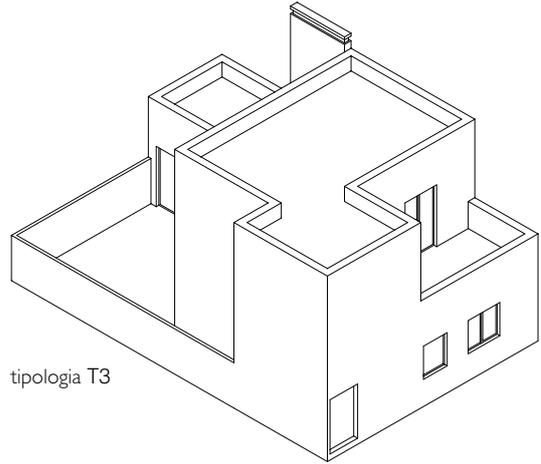
tipologia T2



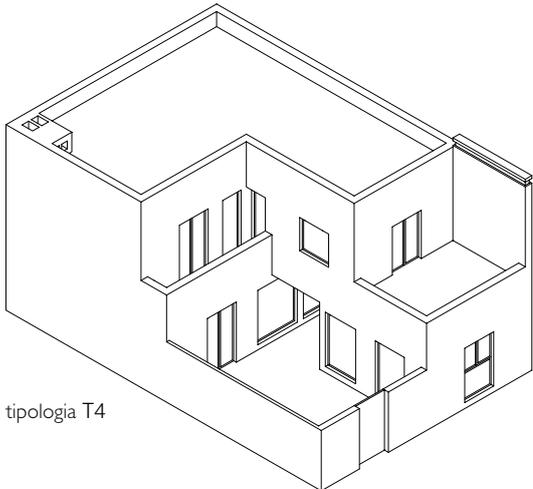
tipologia T2



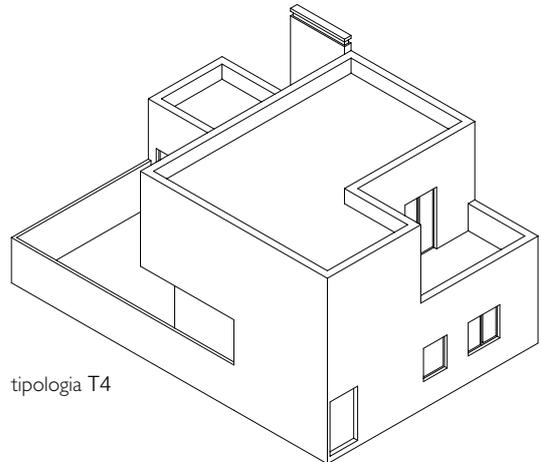
tipologia T3



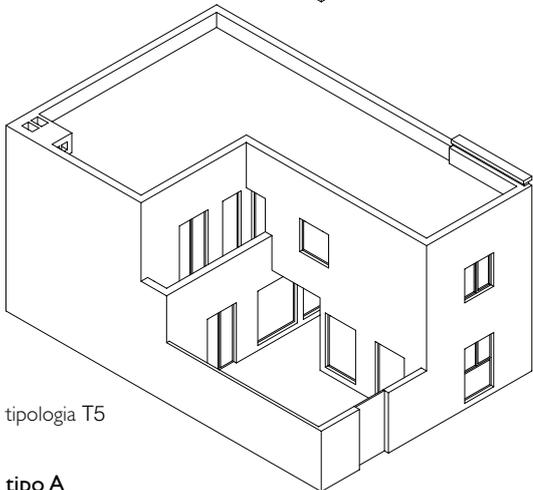
tipologia T3



tipologia T4

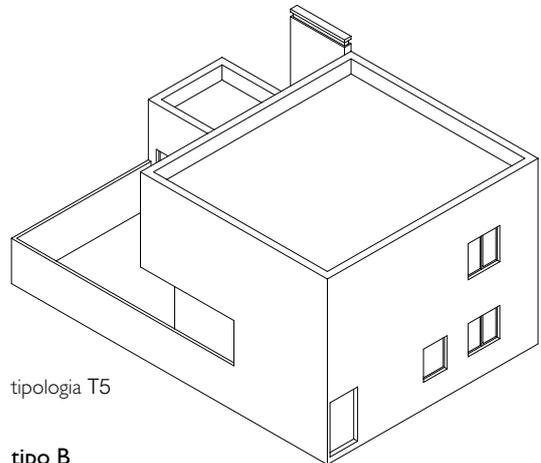


tipologia T4



tipologia T5

tipo A



tipologia T5

tipo B

do vernáculo português ao racionalismo, deve o seu desenho ao conhecimento prévio do arquiteto dos contextos sociais e económicos da população que habitou e evoluiu o Bairro da Malagueira. Embora se tenham desenvolvido sucessivos programas de construção, Álvaro Siza afirma que “é necessário notar que as primeiras cem habitações se destinavam a pessoas que vinham do campo e que portanto conservavam ainda, no espírito, os modelos rurais”⁶².

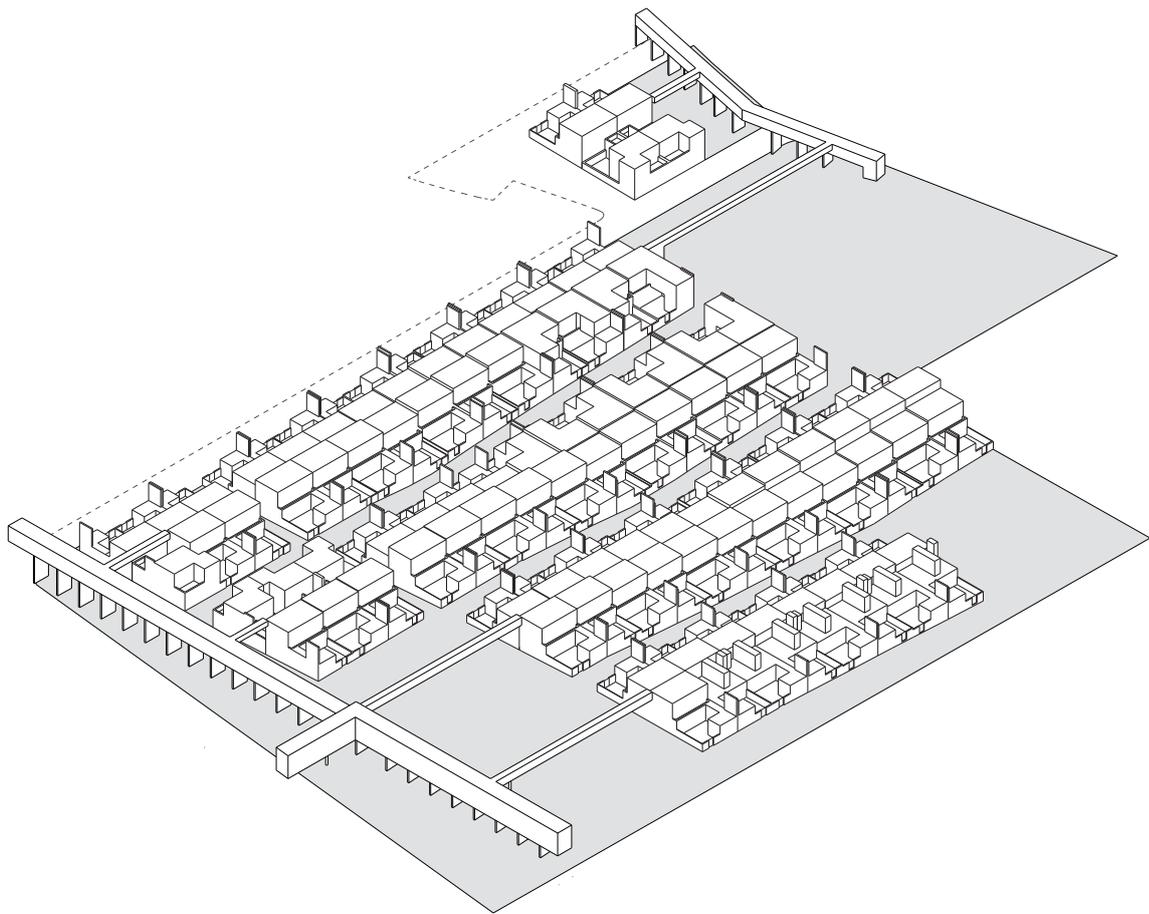
Inicialmente com “uma única tipologia: a construção afasta-se da estrada, libertando um pátio, para depois se unir ao longo da parede de fundo com uma outra casa que repete, por detrás, o mesmo desenho”. A população questionou esta repetição modelar e, em alguns casos, pediu mesmo “para colocar o pátio nas traseiras da casa. Estes pedidos eram ditados pelo desejo de uma presença mais forte da casa em relação à estrada e foram acolhidos porque as alterações se [enquadravam] bem na estrutura do conjunto”.⁶³

Consequentemente, o primeiro programa de habitação da CHE Boa Vontade, em corrente análise, edificou 94 habitações do tipo A e 6 do tipo B. O projeto inicial desenvolvido para os 100 fogos previa a construção de tipologias T2 e T3, no entanto devido ao atraso da construção, foi concedida aos futuros habitantes a possibilidade de escolherem outras tipologias de habitação, nomeadamente tipologias T4 e T5. Desta forma, foram construídas 94 habitações do tipo A e 6 habitações tipo B, que se distribuíram por diferentes tipologias, nomeadamente: 7 de tipologia T2, 82 de tipologia T3, 9 de tipologia T4 e 2 de tipologia T5.

O Bairro da Malagueira surgiu segundo as vontades do arquiteto mas também das necessidades da população e reflete atualmente a adaptação a um novo contexto urbano, socioeconómico e político. A capacidade de evolução, planeada tanto para o espaço privado como para o espaço público, permitiu o desenvolvimento de um processo de habitar contínuo com diferentes ocupações e transformações. Como consequência, procedeu-se à análise do desenvolvimento espacial do Bairro da Malagueira e da evolução do tecido residencial da Cooperativa de Habitação Económica da Boa Vontade.

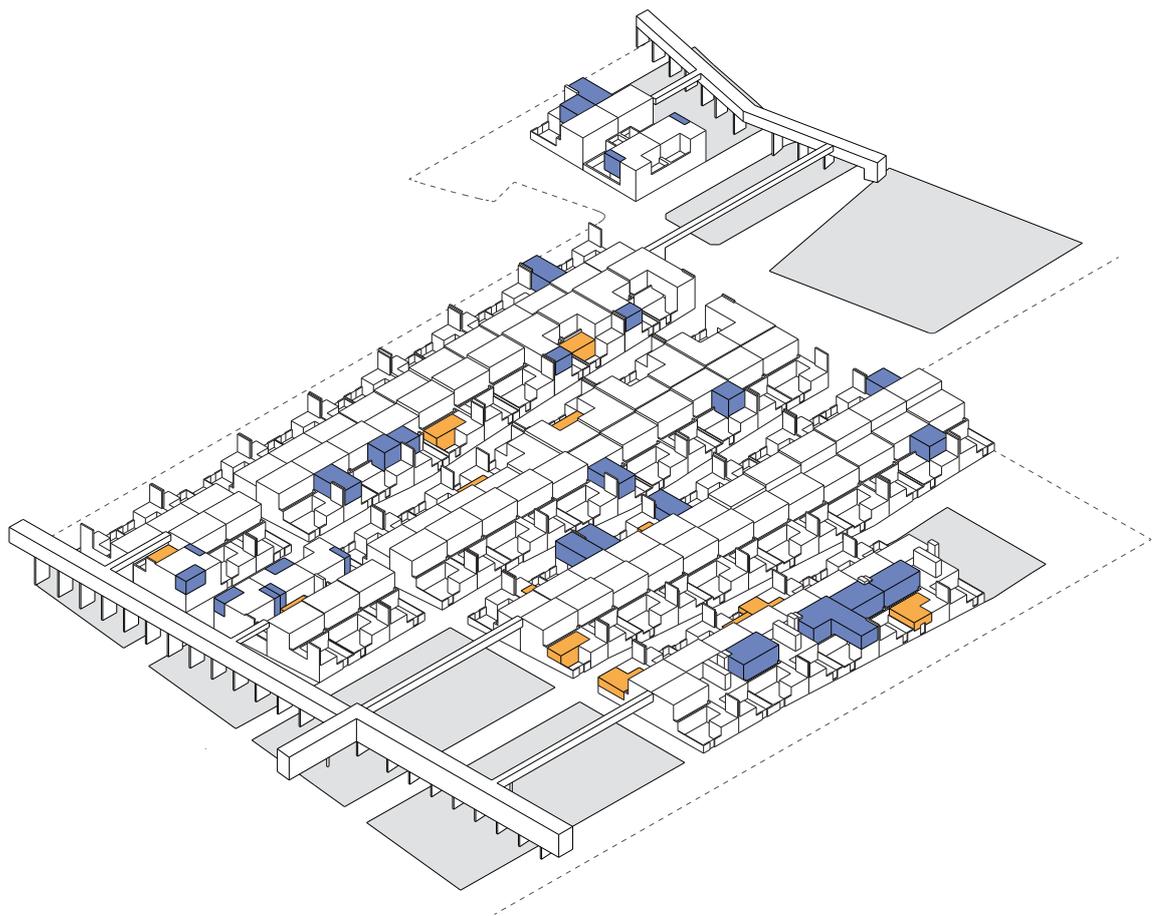
62. Álvaro Siza Vieira, *Imaginar a Evidência* (Lisboa: Edições 70, 2009). p.127

63. Ibid. p.115



1979

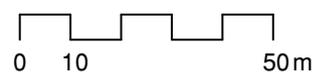
Axonometria Bairro Malagueira, CHE Boa Vontade 1ª fase



2016

Axonometria Bairro Malagueira, CHE Boa Vontade 1ª fase

-  evolução planeada
-  evolução não planeada





45 Bairro da Malagueira, 2016

A Contemporaneidade do Processo de Habitar

*“What interests me in the construction of a city is the capacity of transformation, something quite like the growth of a human being, who, as of birth, has certain characteristics and a sufficient autonomy, a basic structure that can integrate or resist the changes in life. This doesn't signify a loss of identity though. What we built at Malagueira is like the zero point of a city; or more exactly not the zero but whatever comes immediately after it.”*⁶⁴

A ESTRUTURA EVOLUÍDA DO BAIRRO DA MALAGUEIRA

Passados quase 40 anos desde o início da sua construção, o Bairro da Malagueira continua em pleno crescimento e caracteriza-se por uma arquitetura de contextos, planeada com pré-existências que reflete as necessidades intemporais de uma população.

O novo conjunto desde cedo encontrou condicionantes ao seu desenvolvimento, “a primeira dificuldade substancial do programa estava já no próprio nome: habitação social, como se se tratasse de uma especialidade autónoma”⁶⁵. No período pós-revolucionário e com o desenvolvimento de vários programas habitacionais como o SAAL, tornou-se importante repensar o desenho da habitação que “é uma constante na cidade e é sempre social” para que esta se refletisse no pensamento da arquitetura contemporânea portuguesa. A participação ativa dos futuros moradores em todos os debates foi um dos pontos fundamentais no desenvolvimento do projeto, o próprio Álvaro Siza defendeu sem “o apoio da própria população não tinha sido possível chegar onde se chegou”⁶⁶.

Outra dificuldade foi gerada ao nível do financiamento; embora a limitação económica tenha condicionado o uso de certos materiais e a sua composição, as estruturas habitacionais continuaram a ser alvo de qualidade arquitetónica. O estudo de razões económicas e técnicas foi

64. Álvaro Siza Vieira, “Siza,” *L'Architecture D'aujourd'hui*, 1991. p.64

65. Álvaro Siza Vieira, *Imaginar a Evidência* (Lisboa: Edições 70, 2009). p.107

66. Entrevista a Álvaro Siza in Mário Gomes, “Factores de apropriação e construção identitária em torno da casa: Estudo de Caso - Bairro da Malagueira / Siza Vieira: Volume II - Apêndices e Anexos” (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2013). p.40



Bairro da Malagueira
Planta de Urbanização - 2016



Escala 1:5000

limitado pelas condições de construção encontradas no Alentejo que influenciaram na íntegra o desenvolvimento do projeto. “Nesta região, a resposta da produção local seguia um ritmo lentíssimo, dependente de técnicas e materiais artesanais”, com uma construção tipicamente feita de tijolos cozidos ao sol, “a resposta do projecto não podia contar com este factor, porque as dimensões do programa eram desproporcionadas relativamente à possibilidade produtiva”. Aliada a uma produção tradicional limitada, a falta de disponibilidade de construtores e materiais para a construção do plano foi também condicionada pela acelerada construção de novas estruturas nas grandes cidades consequente da época pós-revolucionária.⁶⁷

As diversas limitações dificultaram a construção do plano, que se definiu por uma ocupação disseminada, tanto territorialmente como temporalmente. No início do seu desenvolvimento, o tecido urbano refletiu as carências económicas e construtivas e sofreu inúmeras transformações devido fundamentalmente a uma construção faseada, tanto ao nível dos programas de habitação com diferentes fases, como também dos programas de carácter público e da falta de financiamento para os mesmos.

O plano da Malagueira definiu-se por uma estrutura habitacional de baixa altura pontualmente marcada por espaços públicos e edifícios coletivos que suportariam socialmente o bairro. No entanto, devido às limitações económicas, surgiram algumas transformações que mudaram a estrutura inicial do bairro. Álvaro Siza defendeu:

“Qualquer obra deve estar disponível para alterações e transformações, mas não para a deliberada intenção de destruir. Há intervenções às quais a cidade não resiste e muitas cidades contemporâneas mostram-nos que, superado um certo limite, não há mais resistência possível. Só quem pretende leituras inacabadas e imediatas da cidade, e não sabe ler entre as coisas, acredita que a Malagueira esteja incompleta, com algumas zonas indefinidas ou esquecidas.”⁶⁸

Entre 1979 e 1980, iniciou-se a construção dos primeiros programas de habitação do bairro. Surgiram as fases de construção das cooperativas de habitação económica, nomeadamente, 100 fogos unifamiliares para a CHE Giraldo Sem Pavor e 100 fogos unifamiliares para a CHE Boa Vontade. Foram também construídas, posteriormente, 200 habitações financiadas pelo FFH, mais tarde dominado de IGAPHE e atualmente a Habévora. O tecido residencial foi crescendo faseadamente, as cooperativas edificaram mais de 600 fogos em cinco fases de construção, a Habévora construiu mais de 400 fogos e de iniciativa privada foram construídos quase 100 fogos. A estrutura habitacional cresceu ao longo do tempo e conta atualmente com cerca de 1200 habitações, que dispostas em banda de forma regrada, refletem a imagem de uma malha de alta densidade e baixa altura.

67. Álvaro Siza Vieira, *Imaginar a Evidência* (Lisboa: Edições 70, 2009). p. 125

68. *Ibid.* p. 105



46 . 47 Rua do Chiado e jardim envolvente, Bairro da Malagueira, 2016

Quando as primeiras fases de construção foram concluídas entre 1984 e 1985, a imagem do bairro caracterizava-se pela falta de pavimentação de ruas e pela estrutura incompleta dos espaços públicos e zonas verdes. O planeamento do espaço exterior público definiu-se por um panorama geral de pó e lama que necessitava de um conceito de paisagem que integrasse e hierarquizasse a extensa malha urbana.⁶⁹

Desta forma, elaborou-se um plano de intervenção no espaço público envolvente às habitações, que ficou a cargo de uma parceira entre o Gabinete da Malagueira coordenado por Nuno Lopes e o arquiteto paisagista João Gomes da Silva⁷⁰. Durante o período de 1985 e 1991, a construção dos primeiros espaços públicos surgiu com o Plano de Estrutura Verde, que preservou e integrou a paisagem natural preexistente da Quinta da Malagueirinha e do Serrabulho e construiu espaços de carácter artificial que completaram o tecido residencial nos vazios resultantes da sua ocupação disseminada.⁷¹

Construíram-se importantes estruturas que definiram o espaço verde do plano, entre elas, o jardim envolvente à Ribeira da Turge que surgiu em equilíbrio com os diferentes elementos e compôs um espaço “cujas únicas regras a que obedece são as da própria natureza”. Um outro jardim, o Jardim das Fontes, surgiu a poente da Avenida da Malagueira e definiu-se por plataformas construídas com espaços de vegetação que substituíram a construção planeada de dois blocos de garagens. Além dos espaços verdes surgiram também estruturas, como um anfiteatro ao ar livre localizado no jardim do dique, construído com o objetivo de promover a convivência vicinal. Associados às estruturas foram também construídas pequenas pontes de passagem que auxiliam o percurso com “subtis intervenções de apoio à vida”.⁷²

Desenvolvido parte do plano, “em meados de 1996 percebeu-se que o bairro se preparava para entrar em fase de estagnação. As moradias estavam concluídas mas não havia dinheiro nem investidores com capacidade para a conclusão dos espaços públicos”⁷³. Da incompletude ou mesmo ausência de certos espaços e edifícios planeados, a primeira falha surge na construção da Praça Zeca Afonso. Este espaço destinado para ser a nova centralidade do bairro, é notória a falta de construção da grande semicúpula, sobre a qual Álvaro Siza afirmou: “a garantia da sua construção ainda é longínqua. Contudo a semicúpula está lá, foi-se definindo lentamente e à medida que tomavam forma os elementos ao lado desta pequena praça que é o seu suporte”⁷⁴. Também incerta

69. Álvaro Siza propôs a hierarquização das vias através do seu revestimento com diferentes materiais: “asfalto para as vias automóveis, cubos de pedra para as bermas e calçada miúda para as ruas pedonais” in Miguel Seabra, “Construir, Habitar, Pensar o Bairro da Malagueira de Álvaro Siza” (Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Teoria da Arquitetura, Universidade Lusíada de Lisboa, 2006). p.81/139

70. O Gabinete da Malagueira foi um gabinete técnico gerido pelo arquitecto Nuno Lopes e sediado no Bairro da Malagueira, que assistiu à construção da obra entre 1985 e 1996. João Gomes da Silva, arquiteto paisagista formado em Évora, elaborou em 1987 o Plano de Pormenor da Malagueira. Projecto de Espaços Exteriores – Plano Base. Plano de Estrutura Verde. in Mário Gomes, “Factores de apropriação e construção identitária em torno da casa: Estudo de Caso - Bairro da Malagueira / Siza Vieira: Volume II - Apêndices e Anexos” (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2013). p.18

71. Miguel Seabra, op. cit. p.144

72. Ibid. p.146-156

73. “O Bairro Da Malagueira,” *Revista Évora Mosaico*, January 2012. p.5

74. Álvaro Siza Vieira, *Imaginar a Evidência* (Lisboa: Edições 70, 2009). p. 121



48 . 49 Largo do Chiado e Rua do Túnel, Bairro da Malagueira, 2016

surge a construção da Rua das Lojas, uma importante rua comercial que atravessaria e ligaria a nova intervenção às construções clandestinas.

“Esta difícil construção da segunda escala é essencial para a consistência do projecto e creio que o resultado será alcançado, a não ser que surjam inexplicáveis acções destrutivas. Recentemente manifestou-se por exemplo a intenção de alargar este eixo este-oeste [Avenida da Malagueira] em virtude de uma pretensa necessidade determinada pelo tráfego: esta intervenção destruiria a integridade do conjunto. Da aprovação ou não desta proposta fiz depender a minha continuidade em Évora.”⁷⁵

A funcionalidade dos espaços foi comprometida por transformações espaciais que moldaram o plano inicial do conjunto. Apesar da Avenida da Malagueira ser um exemplo construído de um eixo que seguiu o objetivo inicial, é notável a ausência de outros importantes eixos com características comerciais. Como é o exemplo das ruas Broadway e Broadway 2, planeadas para uma ocupação com galerias comerciais, são atualmente definidas por espaços de estacionamento automóvel ou espaços vazios de terra batida. A estrutura das galerias construída parcialmente, reflete a melancolia da função das ruas, inicialmente de carácter comercial, estas ruas - Rua dos dois Bairros e Rua do Túnel - são agora ruas de circulação automóvel.

Contudo, não foi a carência de espaços de públicos que comprometeu unicamente a globalidade do conjunto, também a falta de integração do bairro se refletiu pela sua construção faseada, na qual “os primeiros fogos e os últimos mediavam cerca de 16 anos, não tendo sido possível gerar uma forte dinâmica construtiva”⁷⁶. A impossibilidade económica de levar a cabo a completude do plano provocou a ausência de certos equipamentos públicos com “uma função muito importante socialmente”⁷⁷. Perante a falta de verba, somente alguns serviços e equipamentos do projeto inicial foram construídos, como foi o caso do centro de dia para idosos; outros simplesmente surgiram em edifícios existentes, como as sedes de cooperativas que se instalaram perto das fases de construção correspondentes. Também alguns programas construídos seguiram um projeto ou programa diferente do inicial, como por exemplo a creche que construiu um edifício de menor dimensão e o caso do projeto do centro comercial, alterado pelo arquiteto Nuno Lopes para albergar um supermercado local mas atualmente ocupado por uma superfície comercial.

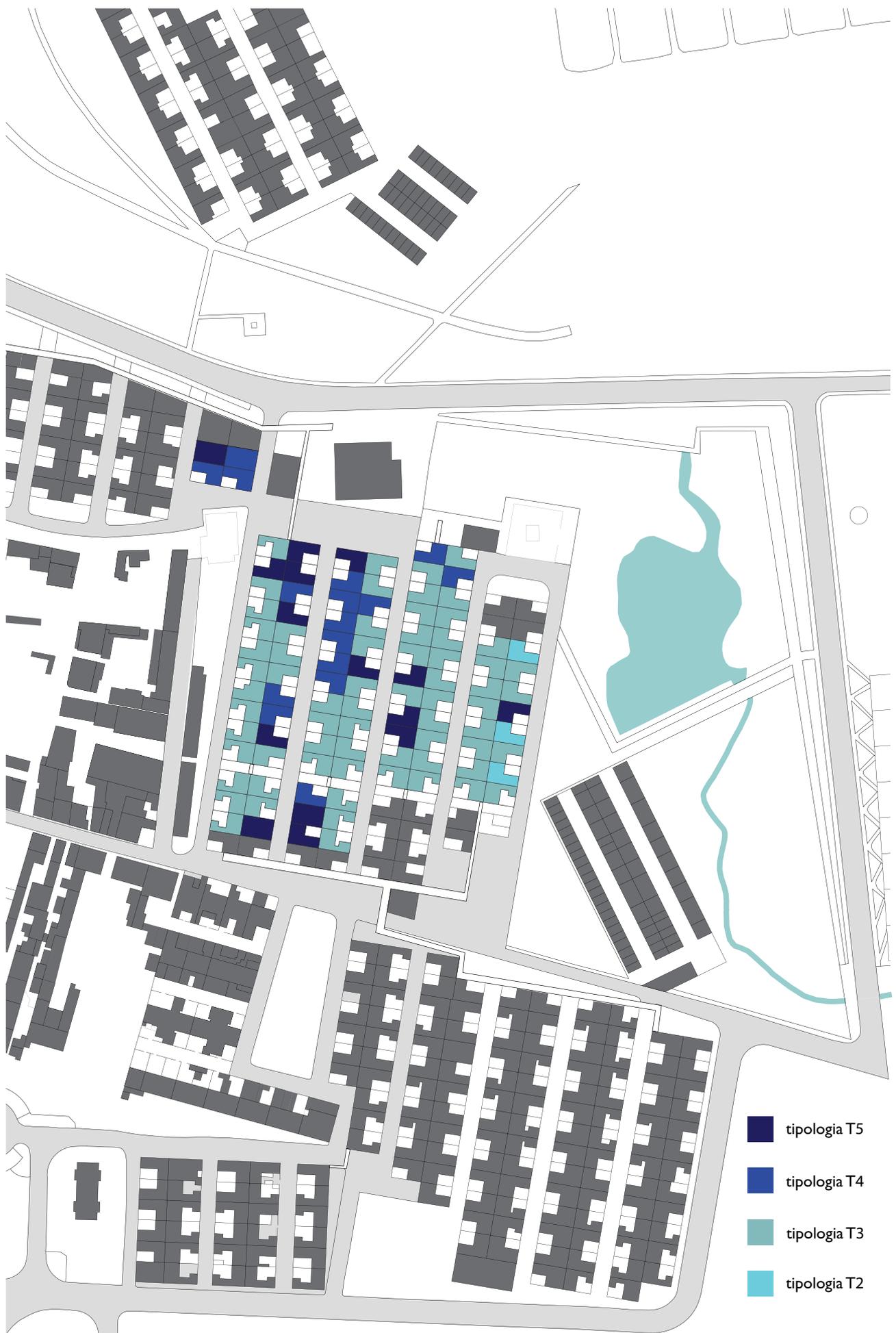
A restante parte dos programas nunca continuam à espera de construção e a sua ausência revela que “o desempenho da cidade ainda não é integral” e faltam as estruturas planeadas inicialmente, que apesar de surgirem pontualmente no tecido residencial, são necessárias para o completar.⁷⁸ Esta incompletude transformou a forma de habitar o espaço público e evidencia-se que mesmo sem elementos que tinham como função promover o convívio vicinal, a vivência exterior permanece em espaços como é o exemplo da Praça Zeca Afonso.

75. Álvaro Siza Vieira, *Imaginar a Evidência* (Lisboa: Edições 70, 2009). p. 121-124

76. “O Bairro da Malagueira,” *Revista Évora Mosaico*, January 2012. p.5

77. Mário Gomes, op. cit. p.38

78. Álvaro Siza Vieira, *op. cit.* p. 103



Planta das Tipologias de Habitação - 2016
 CHE Boa Vontade . Bairro da Malagueira


 Escala 1:2000

A EVOLUÇÃO DO TECIDO RESIDENCIAL

A par das alterações e transformações na construção do plano da Malagueira, também no tecido da Cooperativa de Habitação Económica da Boa Vontade, os espaços públicos se adaptaram e as habitações se transformaram e evoluíram. O tecido residencial iniciou a sua ocupação entre 1985 e 1986⁷⁹, nesta altura o bairro falhava ao nível de equipamentos e serviços, e os espaços inicialmente planeados para ocupação comercial encontravam-se vazios. O programa de habitação previa ser complementado com programas de carácter público delineados para os espaços de interseção entre o tecido e as condutas, nomeadamente os Largos 4 de Março e do Chiado. No entanto, devido à falta de verba para consolidar os espaços comerciais, estes encontram-se atualmente incompletos, levantando críticas sobre a incapacidade do arquiteto para os terminar.⁸⁰

O Largo 4 de Março, embora pavimentado e envolto de ocupação comercial como um café, um restaurante e uma sede comercial, não transmite a vivência planeada pela circulação pedonal devido à sua utilização mais para estacionamento do que para espaço de convívio. No limite poente, onde seria construído o Largo do Chiado, surge um espaço vazio de terra batida, onde de todo o programa comercial foi apenas construído um Posto de Transformação.

Os postos de transformação dispostos pelo bairro, destacam-se pelas suas características construtivas. Estes elementos construídos por razões funcionais, foram criados por Álvaro Siza como elementos de sinalização que recorrem ao uso de materiais tradicionais como o tijolo cozido ao sol e pequenas peças de mármore, para dar uma nova perceção à atmosfera.⁸¹ Por oposição a esta construção, surgiu “a rudeza estética de acabamentos do “aqueduto”- grosseiramente construído em blocos de betão [que] se tornou gradualmente mais notória à medida que ia sendo levantado e causava igualmente o desagrado dos habitantes, que o preferiam ver pintado”⁸².

As transformações surgiram de todas as formas e estruturalmente também as ruas planeadas com uma largura entre 4 e 6 metros para privilegiar a circulação do peão foram adaptadas. A ideia de limitar a dimensão dos acessos e criar uma relação entre habitação e espaço público - próxima da ideia da rua tradicional - foi rapidamente condicionada pela mobilidade diária, sendo “revista e progressivamente ajustada ao trânsito automóvel. Como não havia espaço e as garagens eram poucas e utilizadas como depósito de arrumações, estabeleceu-se o estacionamento de um só lado, com a natural confusão daí adveniente.”⁸³ Este redimensionamento provocou a divisão da rua num corredor de circulação e num corredor de estacionamento que desfez a ligação entre a habitação e o espaço exterior, definindo as ruas como um espaço canal de mera circulação. Esta transformação de mobilidade do espaço exterior tornou a sua vivência inexistente e provocou a intensa utilização do pátio interior, por ser único espaço exterior de permanência.

Ao contrário do planeado, o convívio vicinal não se proporcionou nem nos largos nem nas pequenas ruas, mas em dois diferentes espaços. No lado Este, um espaço verde criado ao longo

79. Mário Gomes, op. cit. p.VI

80. Álvaro Siza Vieira, *Imaginar a Evidência* (Lisboa: Edições 70, 2009). p. 119

81. Álvaro Siza Vieira, “Siza,” *L'Architecture D'aujourd'hui*, 1991. p.64

82. “O Bairro da Malagueira,” *Revista Évora Mosaico*, January 2012. p.5

83. Ibid.



50 . 51 Rua Raul Proença e Rua dos 4 metros, Bairro da Malagueira, 2016

da linha de água promoveu a vivência espacial com presença de um dique, um talude e jardim e um anfiteatro ao ar livre, que se tornou num “lugar de festas, afirma Siza, para o encontro ou reencontro das pessoas”⁸⁴. Também ao longo da rua da Sobreira surge uma zona ajardinada que promoveu o convívio entre os moradores com a presença de um pequeno edifício que alberga atualmente um café e a sede da associação de moradores da Boa Vontade, inicialmente projetada para um edifício localizado no começo da Avenida da Malagueira. Estes dois espaços públicos regeneraram a função social desta parte do bairro; embora a construção dos programas de carácter público atravessasse atualmente um processo estagnado que não vê uma conclusão futura, o mesmo não se constata no programa da habitação, que surge hoje consolidado numa experiência de habitação que cresceu e evoluiu no tempo.

O RECEIO DA MONOTONIA

“Em Évora, o tempo da compreensão e do estudo, prolongado e infindável, deu-me a possibilidade de evitar a aplicação de um único princípio pré-constituído. No decurso destes vinte anos a intervenção correu todavia o risco de ser interrompida bruscamente, exactamente por ser considerada sem estrutura e dispersiva; incapaz, portanto, de oferecer urbanidade.”⁸⁵

O programa de habitação da CHE Boa Vontade resultou de um processo constante entre Álvaro Siza e os “futuros utentes, quer antes quer durante o processo de construção, escutando e satisfazendo no essencial os seus desejos ou preocupações, o que [motivou] permanentes correções”⁸⁶. Esta participação ativa deu início a um processo de experimentação que edificou as primeiras 100 habitações e passados 30 anos desde a sua construção, “toda a evolução do projecto é uma história muito interessante, influenciada pelo encontro entre origens diferentes, entre concepções opostas da família”⁸⁷. A convergência de diferentes vontades individuais, tornou-se evidente em cada habitação como consequência da possibilidade evolutiva do espaço.

*“A contribution to further understand the interaction between those who perceive the space - the residents - and those who conceive the space - the architects - can be brought about by examining the extent to which the former produced or projected transformations to the latter’s design.”*⁸⁸

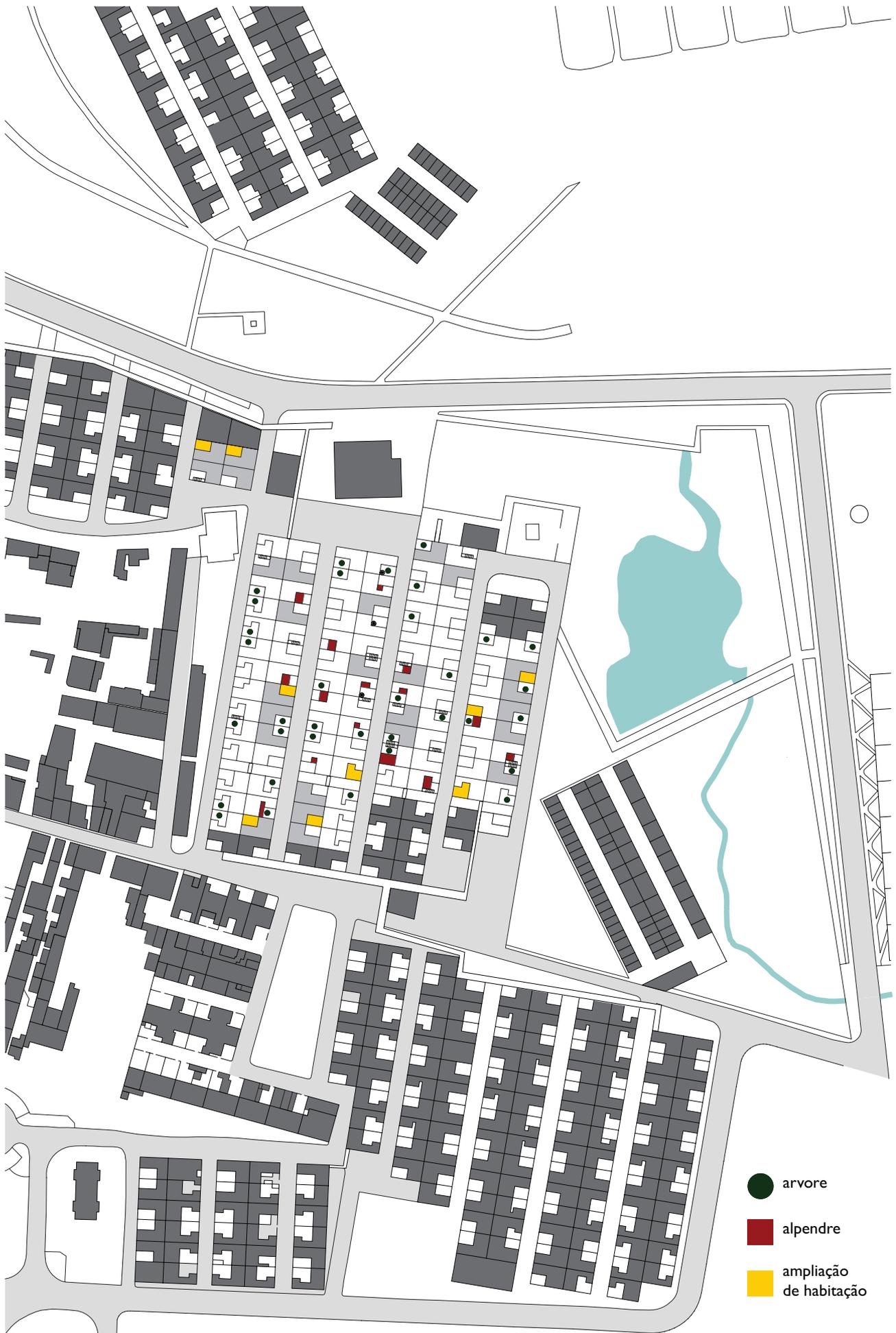
84. Miguel Seabra, “Construir, Habitar, Pensar o Bairro da Malagueira de Álvaro Siza” (Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Teoria da Arquitetura, Universidade Lusíada de Lisboa, 2006). p.155

85. Álvaro Siza Vieira, *Imaginar a Evidência* (Lisboa: Edições 70, 2009). p.103

86. “O Bairro da Malagueira,” *Revista Évora Mosaico*, January 2012. p.5

87. Álvaro Siza Vieira, *op. cit.* p.127

88. Nelson Mota, “An Archaeology of the Ordinary” (Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Delft, 2014). p.485



Planta de evolução não planeada - 2016
 CHE Boa Vontade . Bairro da Malagueira

- arvore
- alpendre
- ampliação de habitação


 Escala 1:2000

Questionou-se se a construção de um único tipo de habitação era capaz de se moldar às necessidades de uma população específica⁸⁹ e a resposta a esta problemática surge quando confrontamos as duas realidades indissociáveis, o espaço desenhado e o espaço habitado. Enquanto Álvaro Siza concebeu uma habitação capaz de evoluir no tempo e no espaço, a realidade com que nos deparamos atualmente no Bairro da Malagueira resulta da experiência de habitar de cada indivíduo. A oportunidade concedida a cada família de construir uma tipologia de habitação mais conveniente à sua situação económica, não impediu a evolução posterior da primeira fase da CHE Boa Vontade, na qual 25 habitações das 100 iniciais cresceram espacialmente.

Realizada uma análise da evolução espacial, a estrutura inicial embora muito presente reflete certas evoluções e transformações. Observamos que originalmente o conjunto era composto por essencialmente por tipologias T2, T3 e T4. Após três décadas, a estrutura reporta transformações de um conjunto formado maioritariamente por habitações de tipologias entre T3 e T5.

A construção das habitações que tiveram como base um núcleo inicial de características evolutivas, foi condicionada desde o princípio pelo planeamento de diferentes fases e também por uma lista de transformações categorizadas em “autorizadas” e “para discussão”, que por outras palavras significavam: não autorizadas. As diferentes transformações pedidas pelos habitantes iam sendo previamente discutidas com o arquiteto e com o Gabinete da Malagueira, autorizando algumas das adaptações no projeto inicial e mas recusado todas as transformações que referiam a ocupação do pátio e alterações aos caixilhos das janelas e portas.

Quando visualizamos o conjunto de uma forma global, deparamo-nos com uma estrutura que não se limitou a crescer espacialmente em altura, mas evoluiu também em conforto físico beneficiando do espaço livre existente. As transformações mais visíveis do espaço público surgiram com a adição de escadas externas que facilitaram o acesso ao terraço do primeiro andar, a mudança da proporção das aberturas da fachada e a adição de revestimentos nos muros de entrada.⁹⁰

Contudo, as habitações também foram alterando a sua configuração exterior através da introdução de elementos verdes no pátio exterior - árvores ou pérgulas preenchidas por espécies vegetais - que contribuíram para a criação de um microclima. A existência de pequenos telheiros foi posteriormente autorizada desde que os mesmos não ultrapassassem a altura do muro, no entanto, a sua construção em certos casos inevitavelmente seguiu padrões que não estavam autorizados.

Todas as transformações e diferentes adaptações são o reflexo de um tecido residencial de características únicas com habitações que evoluíram interior e exteriormente. Embora o projeto de habitação evolutiva presente no bairro de Álvaro Siza, seja muitas vezes acusado de ser falso⁹¹,

89. “Os primeiros problemas, relativos à escolha de uma única tipologia, manifestaram-se durante a discussão com os habitantes e foram depois transformados numa questão política. Tinha-se espalhado a ideia, surgida no interior da assembleia ou sugeria do exterior, que construir só casas de pátio, num sector da cidade, era desumano e inaceitável” in Álvaro Siza Vieira, *Imaginar a Evidência* (Lisboa: Edições 70, 2009). p.117

90. Nelson Mota, op. cit. p.485

91. Nuno Portas afirmou: “Quando o Siza diz que o bairro da Malagueira é evolutivo, é mentira, as casas foram pensadas para não serem evolutivas, e depois a seguir diz que podem ser evolutivas. Mas não fez alterações, ele não pode fazer a casa diferente, não pode fazer aquele quarto diferente.” Entrevista a Nuno Portas in Mariana Carvalho, “Investigação em Arquitetura: o contributo de Nuno Portas no LNEC: 1964-1974” (Dissertação de Mestrado Integrado, Universidade de Coimbra, 2012).



52 . 57 Habitações com diferentes transformações e apropriações, Bairro da Malagueira, 2016

o conjunto reflete uma coesão estrutural que revogou o “receio da monotonia”⁹². A ideia da repetição quase infinita de volumes de cor branca prevalece e caracteriza a paisagem do Bairro da Malagueira, contudo, apesar de todas as especificações, a malha densa de habitações evolutivas exprime as necessidades e vivências espaciais de cada um e evidencia a flexibilidade do projeto.

*“At the time, everyone said to me that the idea of the patio would encourage inhabitants to proceed to all sort of horrible appropriations, such as you see in certain suburbs. But on the contrary, when you walk through there, you cross streets, you see gardens that are lived in, with flowers and trees, others that have plastic objects in them, often in the worst taste of course, and isn't true that all goes far beyond the control of the design. Yet none of it is chaotic or irrational since our aim was to build a structure open to transformations, but which would maintain its identity nonetheless.”*⁹³

92. “Este receio da monotonia é um desafio à busca da diferença que não pode resolver-se numa questão estética, porque se assim fosse, o resultado apareceria logo artificial, caricatura ou inventado” in Álvaro Siza Vieira, *Imaginar a Evidência* (Lisboa: Edições 70, 2009). p.117

93. Álvaro Siza Vieira, “Siza,” *L'Architecture D'aujourd'hui*, 1991. p.64



58 Vista Aérea, Bairro de COOPHECAVE, s.d.

2.3 BAIRRO DE COOPHECAVE

A Génese do Processo de Construir

CASTRO VERDE, O PROBLEMA E O CAMINHO

No princípio da década de 80, a primeira empresa mineira do país sediou-se numa região do distrito de Beja que compreendeu os concelhos de Aljustrel, Castro Verde e Almodôvar. A empresa SOMINCOR iniciou a sua atividade com 48 trabalhadores e potenciou o desenvolvimento local, dinamizou a atividade económica da região com uma notável e crescente afluência e ao fim de 10 anos, contabilizava com mais de 1000 trabalhadores.⁹⁴

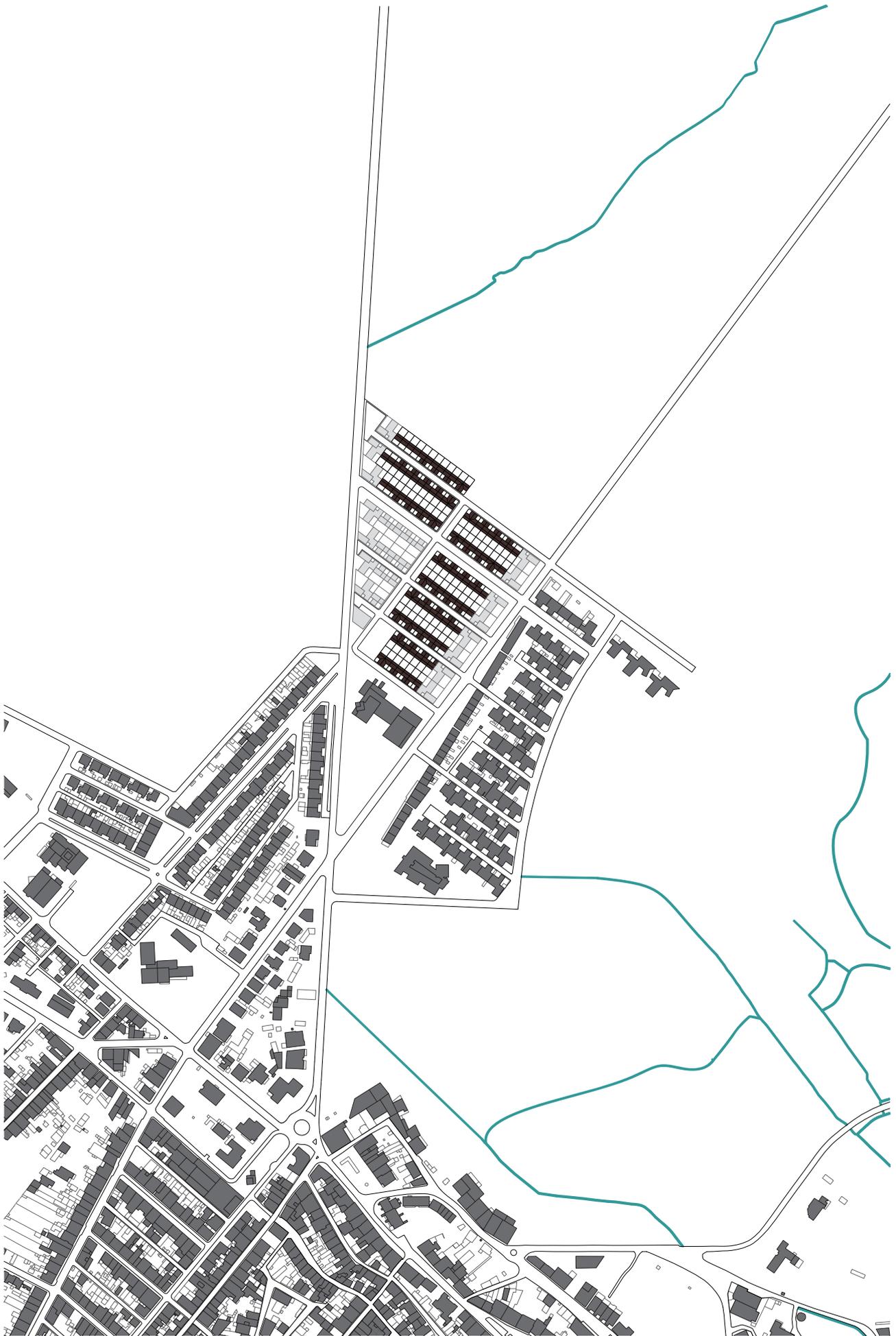
A necessidade de realojar de forma permanente profissionais exteriores à região, levou ao lançamento de um concurso em 1987, promovido pela empresa, para a construção do Conjunto Habitacional SOMINCOR em Castro Verde. O novo tecido habitacional complementado com equipamentos, viabilizava a ocupação de um terreno localizado na expansão Norte da Vila e limitado pela estrada com rumo a Beja, que se encontrava desativada e se tornou no principal acesso ao conjunto. O projeto selecionado e da autoria dos arquitetos Nuno Portas, Camilo Cortesão, José Luís Gomes, Mercês Vieira arquitetos e José Manuel Soares, acompanhou a “estrutura urbana desta Vila do Baixo Alentejo, com ruas estreitas que organizam quarteirões longos e pouco profundos”. O programa “previa uma vincada hierarquia tipológica” com a construção de habitações destinadas a profissionais da empresa mineira com abastados recursos económicos.⁹⁵

O acelerado crescimento populacional na Vila de Castro Verde, impulsionou a necessidade de construir mais habitações locais mas para pessoas sem as mesmas possibilidades económicas, provenientes de concelhos limítrofes. O desenvolvimento de Cooperativas de Habitação Económica surgiu no despontar da época-revolucionária com o objetivo de construir casas com mais qualidade por um custo inferior, em pontos geográficos que começavam a desenvolver-se economicamente; decorrentes disto, surgiu a Cooperativa de Habitação Económica de Castro Verde (COOPHECAVE) em 1976, com o objetivo de construir uma habitação para cada associado inscrito.⁹⁶

94. “O Empreendimento Mineiro de Neves-Corvo,” *O Campaniço*, 1990. p.4

95. AEEFAUP, ed., *Páginas Brancas* (Porto, 1992). p.32

96. “As Cooperativas já não podem construir para os mais pobres,” *O Campaniço*, 1990.



Bairro de COOPHECAVE
Planta de Urbanização - 1989



Escala 1:5000

Com o propósito de colmatar a carência habitacional existente em Castro Verde, a COOPHECAVE promoveu um concurso para o desenvolvimento de um projeto para um bairro cooperativo que correspondesse aos recursos económicos dos cooperantes. De forma simultânea à construção do Conjunto Habitacional SOMINCOR, Nuno Portas propôs um projeto de habitação social para COOPHECAVE. A coincidência de programas foi a oportunidade do arquiteto testar o modelo evolutivo estudado ao longo das décadas de 70 e 80 e construir a solução urbana vencedora do primeiro prémio do *Concurso Público para Apresentação de Soluções de Projectos de Habitação Evolutiva* promovido pelo INH em 1987.

Com o objetivo de encontrar soluções com “aspectos de criatividade, inovação, simplificação construtiva, incentivo a evolução e qualidade arquitectónica”⁹⁷, o arquiteto Nuno Portas, em colaboração com as arquitetas Manuela Fazenda e Isabel Plácido, desenvolveu um trabalho que de forma positiva respondeu às premissas do concurso com uma solução “[que apresentou uma] grande versatilidade evolutiva do fogo”⁹⁸.

Delineado o projeto para o programa de habitação, a Câmara Municipal de Castro Verde disponibilizou o terreno confinante ao conjunto residencial de SOMINCOR para a construção do Bairro de COOPHECAVE. Em 1989 iniciou-se a construção do novo bairro de Castro Verde um “conjunto urbano cooperativo [que] é, em poucas palavras, a prova construída que é possível fazer uma agradável malha urbana vitalizada, recorrendo a edifícios unifamiliares caracterizados por soluções-tipo bastante repetidas”⁹⁹.

O CONJUNTO URBANO

“Pensar naquilo que é específico e pensar ao mesmo tempo naquilo que é universal. A arquitetura resulta desta dialética, é sempre fácil dizer que tudo se resolve numa dialética mas a verdade é que é assim. Ainda as últimas obras de arquitetura em que eu próprio colaborei nos últimos anos (...) desde o Restelo até ao Bairro de Castro Verde feito no Alentejo, ambos refletem características bastante locais, tiramos o termo regional tiramos o termo nacional, eu digo local. Todas resultam de uma leitura muito atenta do que está no sítio e quando possível e quando isso é suficientemente profundo, as próprias pessoas.”¹⁰⁰

A extensão da Vila de Castro Verde surgiu com o encerramento do trânsito na Estrada Nacional 391 devido à construção de uma nova variante. A recuperação da Estrada Nacional e a sua transformação numa alameda urbana, viabilizou o desenvolvimento dos terrenos confinantes situados no limite Norte. No final da década de 80 proporcionou-se nesta nova área, a construção

97. Instituto Nacional de Habitação, *Concurso público para apresentação de soluções de Habitação Evolutiva* (Lisboa, 1987).

98. António Baptista Coelho, *INH 1984-2004: 20 anos a promover a construção de Habitação Social*, Instituto Nacional de Habitação (Lisboa, 2006). p.296

99. António Baptista Coelho, op. cit. p.296

100. Entrevista a Nuno Portas por Manuel Graça Dias, vol. Coleção Arquitetura, Por Outro Lado (RTP Arquivo, 1993). Disponível HTTP: <http://www.rtp.pt/arquivo/index.php?article=2703&tm=22&visual=4>



59 . 60 Avenida de Lisboa e Avenida dos Bombeiros, Bairro de COOPHECAVE 2016

quase simultânea do Conjunto Habitacional de SOMINCOR e do Bairro de COOPHECAVE.¹⁰¹ O conjunto urbano seguiu o traçado regular presente no tecido urbano característico de Castro Verde e das vilas do baixo Alentejo e nesta nova urbanização residencial “foram praticados os mesmos princípios de ocupação urbana: malha regular, racionalidade tipológica, realismo construtivo e adaptação ao ambiente.”¹⁰²

O sector Nascente compreendeu dois projetos habitacionais distintos, de um lado, o Conjunto Habitacional de SOMINCOR composto por “80 habitações em pátio, de diversos “standards” (...) dispostas em “quarteirões” de volumetria variada e predominantemente horizontal”¹⁰³ e complementado por um bloco de habitação com dois pisos que definiu a frente da alameda principal. No lado oposto, o Bairro de COOPHECAVE com uma malha densa composta por “109 lotes destinados a habitações unifamiliares em banda ou (em situações especiais de remate) isolada”. Contrariou-se a disparidade morfológica das habitações com a composição de um traçado viário contínuo entre os dois conjuntos; onde os quarteirões do bairro cooperativo, embora de maior subdivisão, surgem do alinhamento com o tecido habitacional de SOMINCOR. A disposição consolidada prolonga e cria uma estrutura de ruas horizontais seccionada transversalmente pela alameda, um eixo de circulação que atravessa toda a urbanização e circuncisa os dois espaços urbanos.¹⁰⁴

Para complementar o conjunto de SOMINCOR, previu-se uma série de espaços públicos, equipamentos para atividades desportivas, lotes para ocupação comercial e instalações para albergar um Centro de Saúde e uma residencial. A proximidade destes programas públicos ao bairro cooperativo levou ao planeamento de apenas um lote para equipamento por COOPHECAVE, estimando também que o piso térreo das habitações podia excepcionalmente incluir ocupação comercial. A densidade habitacional previa ser harmonizada por diferentes espaços verdes como, faixas de proteção arbórea na alameda urbana longitudinal, no arruamento horizontal com maior largura e nos remates dos quarteirões. Para completar o denso tecido habitacional, também foi planeado um extenso espaço verde que remataria e completamentaria o conjunto no limite Norte.¹⁰⁵

O BAIRRO DA COOPERATIVA DE CASTRO VERDE

“Assim como o ponto de vista de partida para a definição de um núcleo habitacional é o seu dimensionamento sociológico (incluindo aqui uma noção de composição social e uma noção espacial de densidade), também o problema de princípio de concepção de um habitat, tomado o termo no seu sentido restrito ou próximo, está

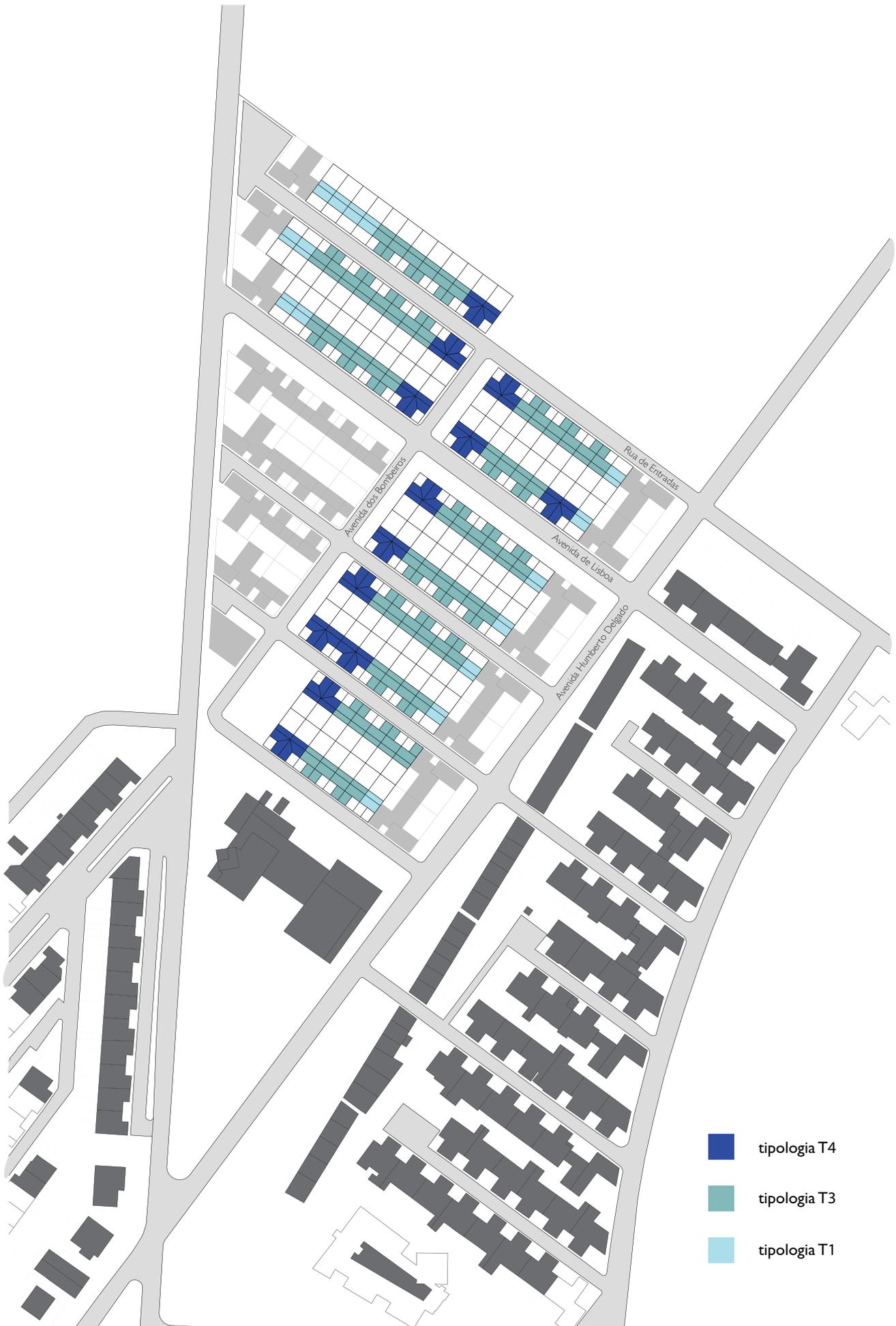
101. Nuno Portas, Camilo Cortesão, and José Manuel Soares, “SOMINCOR Conjunto Residencial de Castro Verde - Esquema Preliminar - Memória” (Câmara Municipal de Castro Verde, 1961), disponibilizado pela Câmara Municipal de Castro Verde, 2016

102. AEFAUP, ed., *Páginas Brancas* (Porto, 1992). p.32

103. Nuno Portas, Camilo Cortesão, and José Manuel Soares, op.cit, disponibilizado pela Câmara Municipal de Castro Verde, 2016

104. Nuno Portas, Manuela Fazenda, and Isabel Plácido, “Memória Descritiva - CHE - COOPHECAVE - Castro Verde” (Câmara Municipal de Castro Verde, 1988.) disponibilizado pela Câmara Municipal de Castro Verde, 2016

105. Ibid.



Planta das Tipologias de Habitação - 1989

Bairro de COOPHECAVE



Escala 1:2000

na opção de um agrupamento. Este vincula, talvez irreversivelmente, a relação da célula com o espaço exterior, com as outras células e, finalmente, o seu próprio espaço interno.”¹⁰⁶

A intervenção cooperativa surgiu circunscrita pela estrada de principal acesso à Vila de Castro Verde e pela nova alameda, com um tecido caracteristicamente ortogonal entre si. A estrutura residencial planeada por Nuno Portas baseou-se num tipo de espaço exterior “universal: oferece o caminho rural como a pradaria ou a malha mais urbana [e] permite o quarteirão fechado com acesso perimetral”¹⁰⁷.

O tecido residencial composto por 109 habitações unifamiliares, ocupou inicialmente o terreno com três lotes de diferentes dimensões. Dispostos ao longo de quatro bandas horizontais, definiram-se 59 “lotes de menor frente, por se destinarem a habitação social” com ocupação residencial e outros 15 lotes de maior dimensão para ocupação residencial e comercial. Estes lotes maiores surgiram nos remates dos quarteirões que perfazem as duas ruas principais e podiam ser cedidos a não sócios da CHE de Castro Verde de maior possibilidade económica, com o fim de serem estes lotes a subsidiar parte das infraestruturas de todo o conjunto. Os restantes lotes, de dimensão média, variavam ocasionalmente entre tipos de habitações com as duas ocupações (residencial e comercial) ou somente ocupação residencial.¹⁰⁸

Este processo de loteamento rapidamente cedeu à construção de um maior número de lotes pequenos, perfazendo no total: 102 lotes de menor frente, 10 lotes médios e 15 lotes de maior dimensão, que continuaram a perfazer os limites do bairro. As três dimensões tiveram em conta o “projecto conjunto de aproveitamento pelo INH e nos lotes alienados (...) [surgiram] projectos-tipo à disposição dos interessados”. Apesar de nos lotes de média e maior dimensão, a liberdade de construção ser maior, Nuno Portas exigiu “a desejável unidade arquitectónica e construtiva, quando não utilizados os projectos-tipo disponíveis”.¹⁰⁹

O estudo sobre o Bairro de COOPHECAVE limita a sua análise aos lotes de menor frente por corresponderem a habitações unifamiliares com tipologias evolutivas. Para a posterior apreciação das evoluções presentes no bairro, importou reportar a sua conceção e composição inicial, assente no número, tipo e características das habitações.

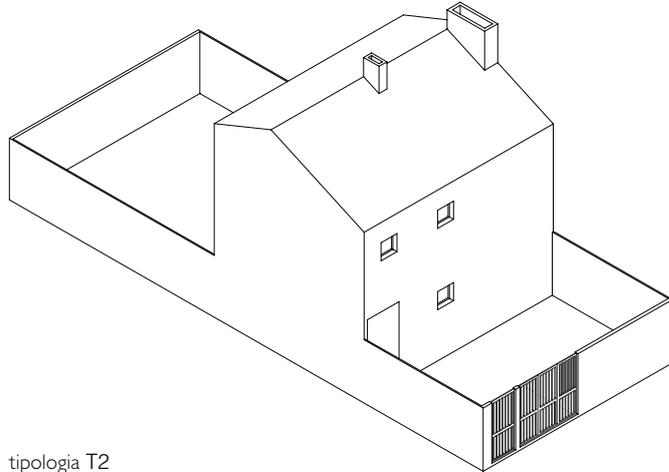
As habitações unifamiliares de tipologia evolutiva, denominadas por lote de menor frente, foram construídas segundo três tipologias: tipo 2, tipo 3 e tipo 4. Delineado o tipo surgiram 15 habitações de tipo 2, 61 habitações de tipo 3 e 26 habitações de tipo 4, nas quais “O tipo construtivo encostável (ou em banda) [foi] o que [conciliou] melhor a economia da envolvente

106. Nuno Portas, *A Habitação Social - Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, Escritos I 3 (Porto: FAUP Publicações, 2004). p.53

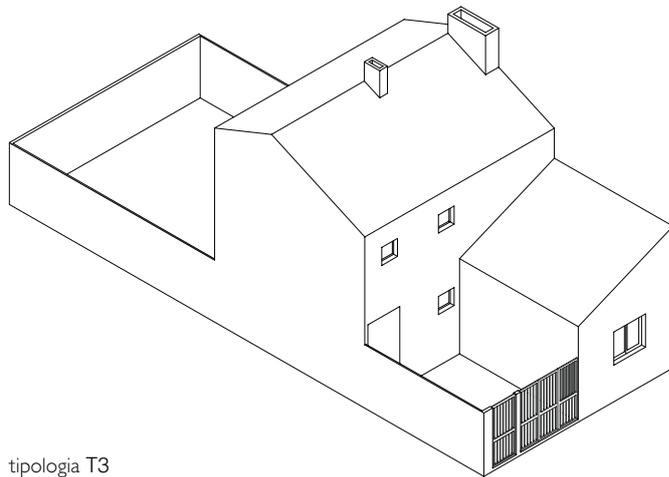
107. Nuno Portas in Instituto Nacional de Habitação, *Concurso público para apresentação de soluções de Habitação Evolutiva* (Lisboa, 1987).

108. Nuno Portas, Manuela Fazenda, and Isabel Plácido, “Memória Descritiva - CHE - COOPHECAVE - Castro Verde” (Câmara Municipal de Castro Verde, 1988).

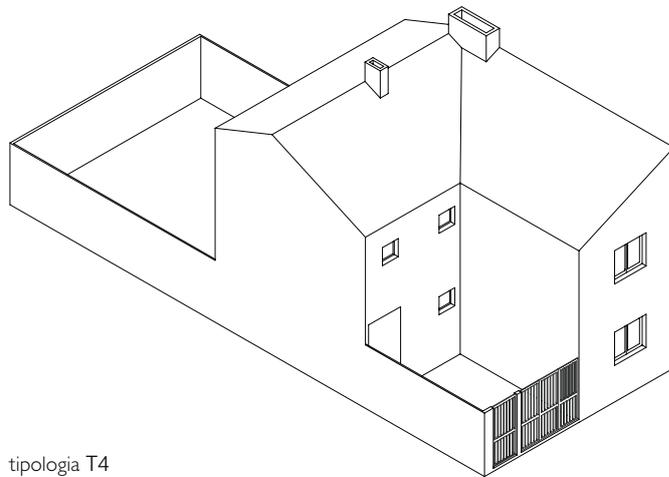
109. Ibid.



tipologia T2



tipologia T3



tipologia T4

e a privacidade; a urbanidade e o unifamiliar¹¹⁰. Seguindo este desígnio, as habitações foram formalmente dispostas em banda e distribuídas por tipos de ocupação: as habitações de tipo 2 perfizeram os limites exteriores das bandas e as de tipo 3 ocuparam o centro dos quarteirões, quanto às habitações de tipo 4 estas encontram-se maioritariamente nos remates interiores dos quarteirões, fazendo a frente da rua principal transversal.

“Eleito o «tipo» (ainda como hipótese) [decidiu-se] a variável-chave que relaciona sinteticamente a economia urbana com a economia da construção: a frente de lote¹¹¹ com 7,20 metros de largura. A justaposição das habitações desenvolveu-se na lateral confinando as paredes ou os muros meeiros dos pátios traseiros, numa repetição horizontal em banda com uma altura máxima de construção de 2 pisos.

A CÉLULA INDIVIDUAL

A habitação do tipo evolutivo que definiu o Bairro de COOPHECAVE, seguiu os mesmos princípios e premissas do “modelo que se revelaria suficientemente adaptável (e adaptativo) para os [diferentes] cenários geográficos e sociais¹¹². Assim como defendido na solução vencedora do Concurso de Habitação Evolutiva, Nuno Portas e restante equipa procurou com este projeto de habitação:

“(…) aumentar os graus de liberdade dos habitantes/investidores, quer quanto à ordem das «fases» possíveis quer quanto à sua dimensão e custo. Assim e sem prejuízo da hipótese canónica de crescimento da casa da casa definida rigidamente no programa do concurso, procurou-se abrir caminho a outras possibilidades de divisão e crescimento do espaço (...)”¹¹³

Perante a adaptação da solução tipológica ao contexto geográfico e urbano de Castro Verde, a habitação unifamiliar caracterizou-se por um projeto evolutivo com três fases. Construído a partir de um núcleo inicial a tipologia T2 - 1ª fase - era constituída por um “corpo transversal ao lote de 7,20 metros”. Esta habitação tinha a possibilidade de crescer no piso térreo para o espaço livre frontal evoluindo para tipologia T3 - 2ª fase - ou crescer no segundo piso sobre este espaço e perfazer a tipologia máxima T4 - 3ª fase. A ocupação transversal do lote definiu a existência de dois pátios fundamentais para a evolução espacial da habitação com uma área de expansão que permitiu a sua divisão e crescimento ao ponto de ser possível incluir uma segunda casa no mesmo lote. A flexibilidade espacial exterior conseguida com a introdução controversa de uma passagem lateral que interligava os dois pátios, apesar de comprometer o custo e aproveitamento do lote,

110. Nuno Portas in Instituto Nacional de Habitação, *Concurso público para apresentação de soluções de Habitação Evolutiva* (Lisboa, 1987).

111. Ibid.

112. Ibid.

113. Ibid.



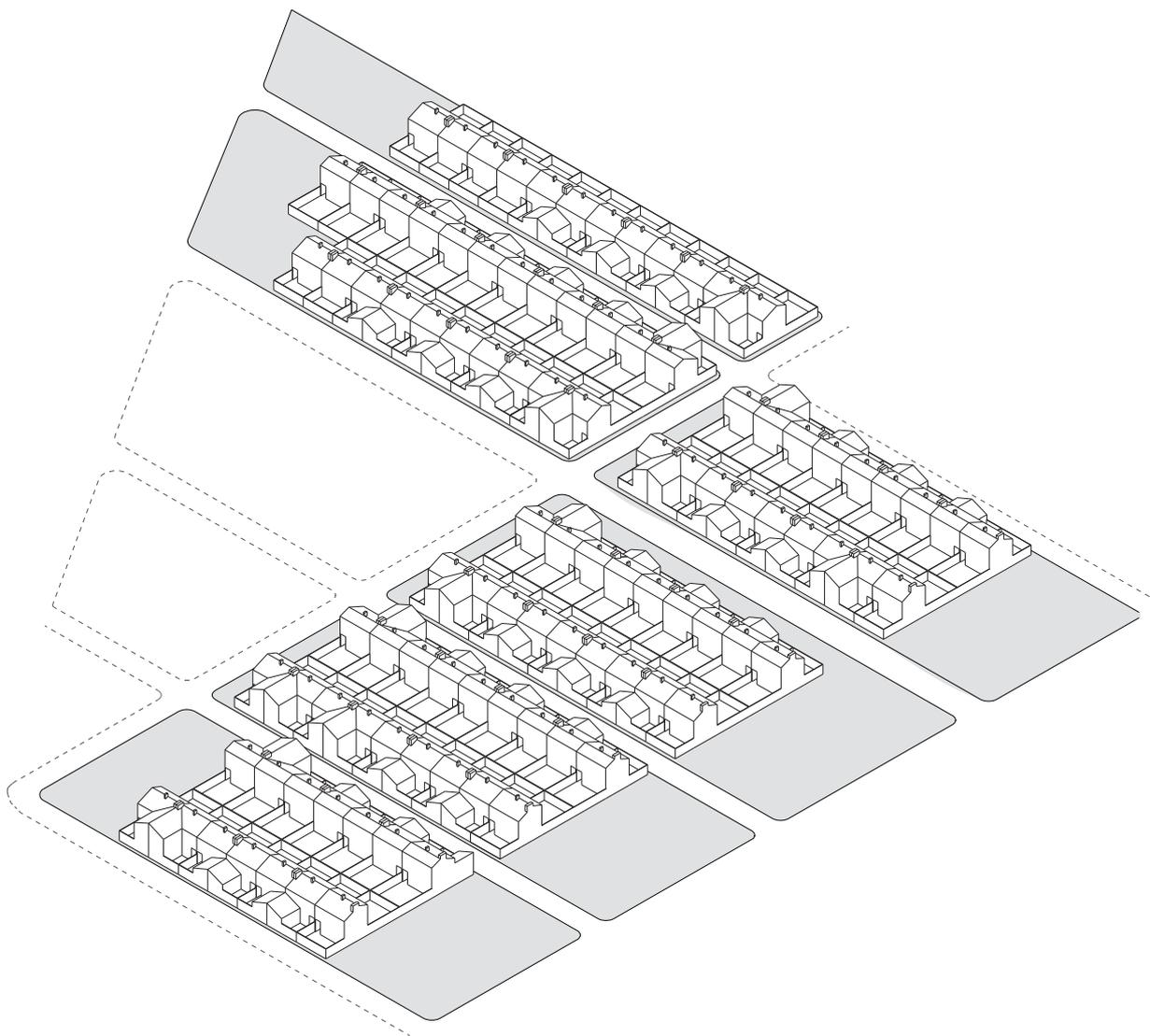
61 Rua de Entradas, Bairro de Coophecave, 2016

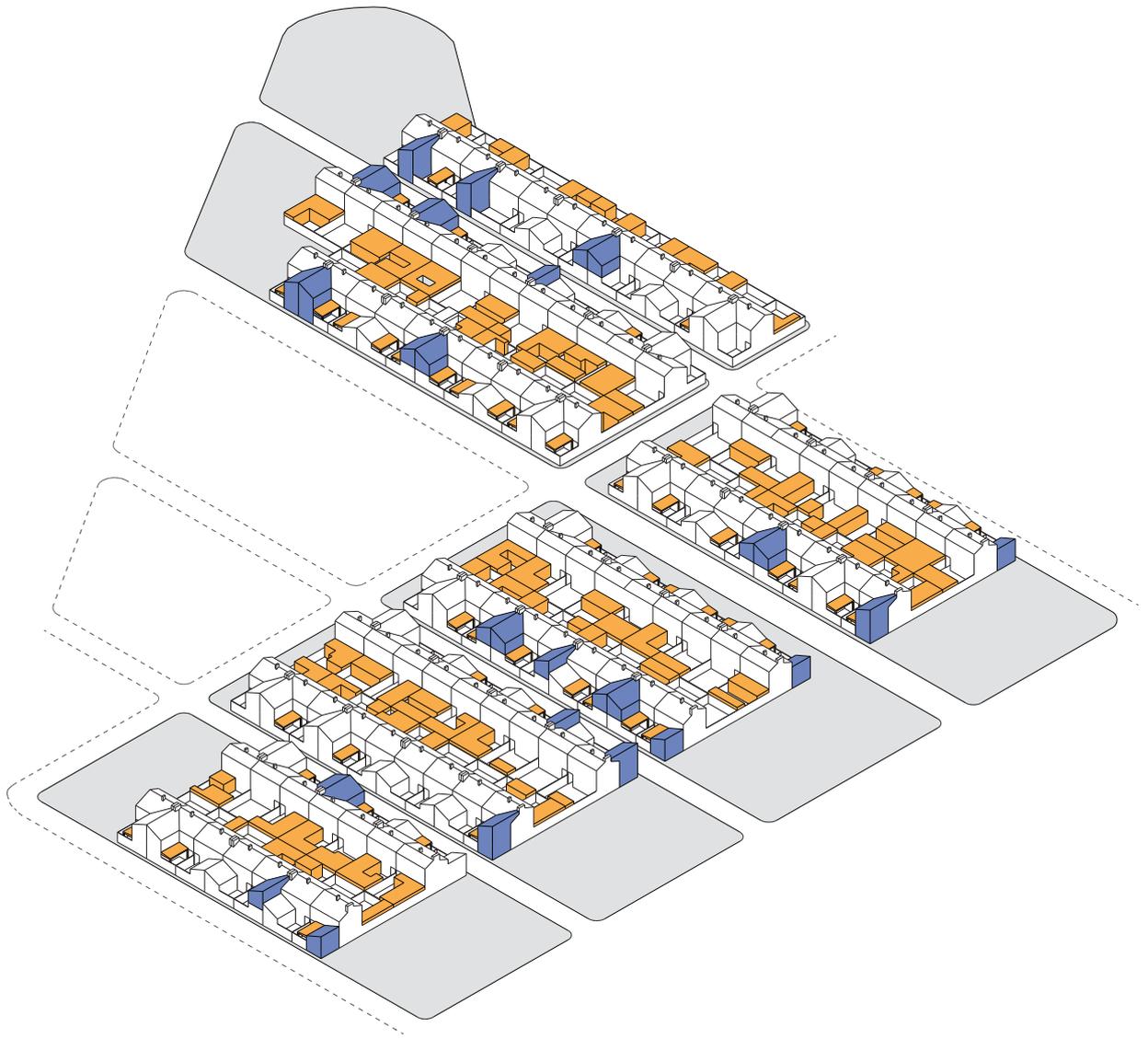
revelou ser uma solução que “do ponto de vista urbano, constitui uma espécie de «respiração» entre o espaço público e o pleno uso do interior privado do quarteirão, evitando a rua de serviço”.¹¹⁴

A solução tipológica encontrada para o projeto, não construiu apenas um tipo habitação, toda a estrutura urbana proposta reflete a procura de uma unidade morfológica e congruência espacial. As transformações contemporâneas ocorridas no Bairro de COOPHECAVE e abordadas na análise posterior, são o reflexo que “formas de arquitetura urbana simples e afirmadas têm força suficiente para integrarem apropriações muito variadas, sem se perder o fundamental sentido de unidade e mesmo uma forte e própria caracterização ao nível da arquitetura urbana”¹¹⁵.

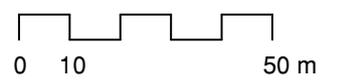
114. Nuno Portas in Instituto Nacional de Habitação, *Concurso público para apresentação de soluções de Habitação Evolutiva* (Lisboa, 1987).

115. António Baptista Coelho, *INH 1984-2004: 20 anos a promover a construção de Habitação Social*, Instituto Nacional de Habitação (Lisboa, 2006). p. 296





-  evolução planeada
-  evolução não planeada



2016

Axonometria Bairro Coophecave



62 Avenida de Lisboa, Bairro de COOPHECAVE, 2016

A Contemporaneidade do Processo de Habitar

A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Envolto de extensas planícies, o espaço urbano de Castro Verde reflete a estrutura típica de uma Vila do baixo Alentejo com um desenvolvimento urbano e geográfico que procura corresponder às necessidades locais. A crescente afluência populacional despontou o crescimento urbano e cerziu o Bairro de COOPHECAVE - inicialmente periférico - à restante vila.

A estrutura crescente, densamente marcada pela ocupação habitacional do bairro cooperativo e do conjunto habitacional, pôs “em prática, e mais uma vez à prova, um velho princípio do urbanismo regrado tão frequente no Sul: o traçado das ruas como elemento unificador da diversidade dos tipos e agentes, em que a variação morfológica se reduz aos remates da regularidade”¹¹⁶. A nova malha urbana composta por um sistema viário regrado evoluiu e aos eixos existentes foram adicionadas ruas e arruamentos. Neste novos alinhamentos, surgiram loteamentos que respeitaram a orientação da malha mas não seguiram a mesma métrica, criando espaços com uma estrutura diferente de quarteirão mais largo de ocupação e lote de maior dimensão. Como Nuno Portas evidenciou, a estrutura da cidade é o resultado da:

“(...) necessidade hoje sentida de formas limpas e claras, com dominantes apreensíveis por toda a gente, ao nível da intervenção urbana, e as preocupações com as preexistências, com o realismo da tipologia e a qualidade do espaço interno, com os condicionamentos das técnicas a utilizar (...)”¹¹⁷

Atualmente delimitado pela Estrada Nacional 123 e pela Avenida Humberto Delgado, o Bairro de COOPHECAVE é marcado pelos principais acessos de uma via rápida e apresenta um traçado ortogonal contínuo de densa ocupação, que dialoga em uniformidade com o restante

116. AEFAUP, ed., *Páginas Brancas* (Porto, 1992). p.32

117. Nuno Portas, *A Habitação Social - Proposta para a metodologia da sua Arquitectura*, Escritos I 3 (Porto: FAUP Publicações, 2004).



tecido residencial de “ruas estreitas que organizam quarteirões longos e pouco profundos”¹¹⁸. Pontualmente envolvido por novas superfícies comerciais, serviços e equipamentos, o tecido cresceu e evoluiu de forma organizada, procurando acomodar as necessidades e vivências diárias dos seus habitantes.

Devota à evolução deste conjunto, a seguinte análise procura compreender o crescimento espacial planeado e não planeado que resulta da “ligação conseguida entre raízes tradicionais, alegria da imagem urbana, apropriação e identidade de cada fogo e força da estrutura urbana proposta”¹¹⁹.

AS TRANSFORMAÇÕES DE UM BAIRRO COOPERATIVO

Passados 25 anos da sua construção, o conjunto cresceu estruturalmente e a imagem urbana com que nos deparamos apresenta as apropriações de uma malha densamente evoluída e homogênea, com base nos mesmos princípios e premissas que locomoveram a sua construção inicial. A ocupação residencial inicial cedeu à crescente procura de habitação e a malha cresceu com a construção de mais bandas de habitação unifamiliar que seguiram a métrica inicial definida por lotes de grandes, médias e pequenas dimensões. No entanto, perante este aumento do tecido residencial, a estrutura reflete a ausência de espaços públicos importantes.

A relação entre a habitação e os espaços públicos provém do desenvolvimento urbano, para Nuno Portas resulta do planeamento da estrutura do espaço público. No relatório sobre Habitação Evolutiva, o estudo da associação de fogos e o desenvolvimento urbano resolve a relação habitação-espaços públicos com um planeamento que remete para: o desenho de acessos, questões de desafogo e espaços de convivência.¹²⁰

Na primeira referência - desenho de acessos - e perante a análise dos espaços públicos do bairro, destacam-se as ruas estritamente habitacionais com acesso de peões e veículos que se assemelham ao perfil típico definido por Nuno Portas¹²¹. Sobre a questão de desafogo em relação às tipologias, a garantia de insolação, ventilação e privacidade foi solucionada por dois pátios, um frontal e um traseiro, nos quais atualmente se desenvolveram novas formas que transformaram a imagem do bairro cooperativo. Desta forma, a grande carência que influencia a vivência habitacional provém da incompletude dos espaços de convivência que iriam definir “a via pública como local de estar e de vida de relação”¹²²; embora as relações quotidianas sejam feitas junto à habitação nas ruas de acesso, as relações de vizinhança padecem da ausência de espaços como pátios e largos e desta mesma necessidade sofrem as relações comerciais ou atividades lúdicas com a ausência de praças e jardins.

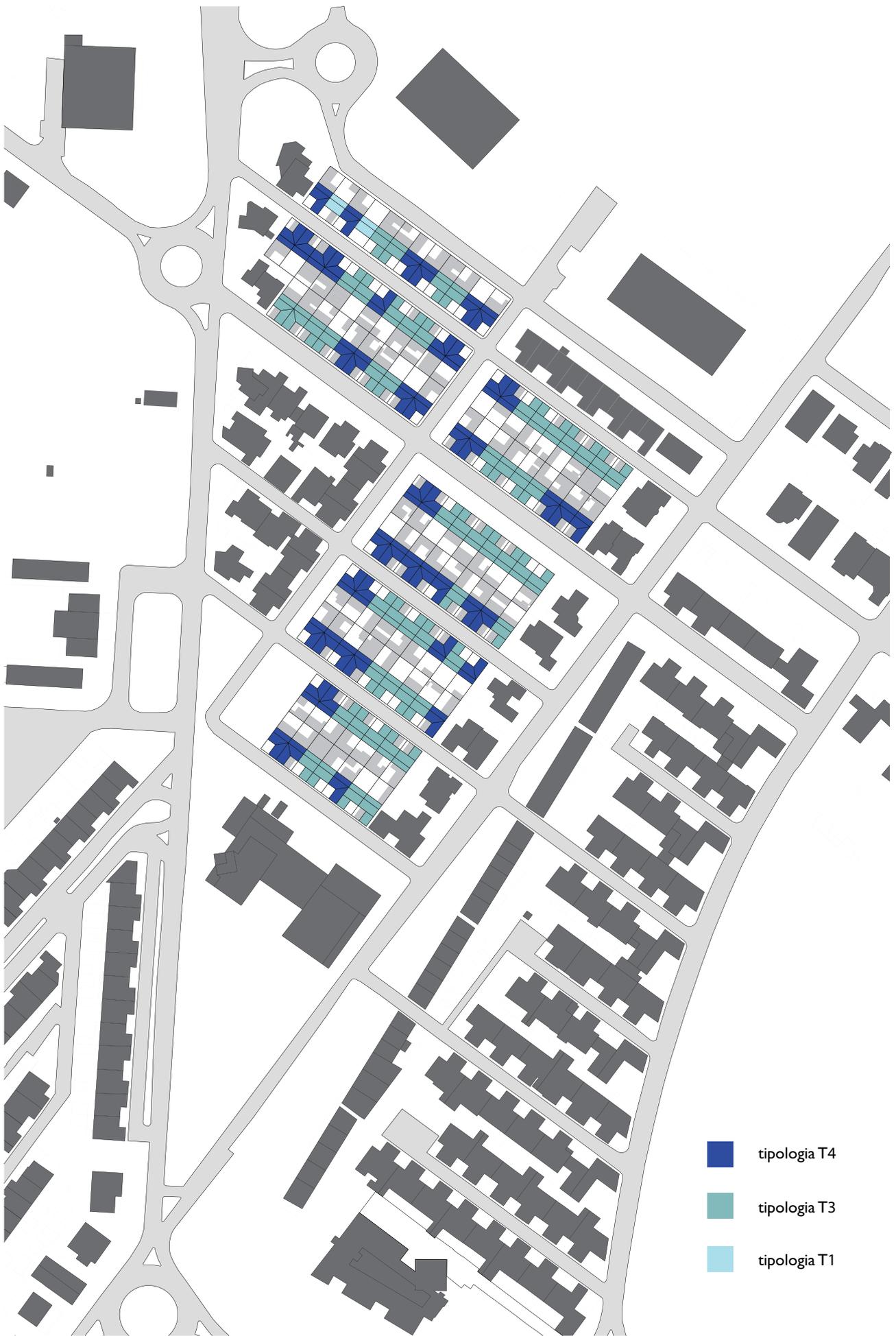
118. AEFAUP, op. cit. p.32

119. António Baptista Coelho, *INH 1984-2004: 20 anos a promover a construção de Habitação Social*, Instituto Nacional de Habitação (Lisboa, 2006).p.296

120. Nuno Portas and Francisco Silva Dias, “Habitação Evolutiva,” *Revista Arquitectura*, 1972.

121. O perfil dos acessos de peões e veículos caracteriza-se por “ruas estritamente habitacionais e em extensões não superiores a 100m, em perfil do tipo: «passeio + estacionamento + faixa para velocidades lentas + passeio» (1.50m+2.50m+2.00m+1.50m)” in Nuno Portas and Francisco Silva Dias, op. cit.

122. Nuno Portas and Francisco Silva Dias, op. cit.



Planta das Tipologias de Habitação - 2016
Bairro de COOPHECAVE



Escala 1:2000

Apesar de planeado para o extremo Norte um espaço arborizado de recreio e lazer que harmonizaria o limite da malha urbana, a sua concretização ficou por construir e atualmente este mesmo espaço surge ocupado por grandes pavilhões que albergam equipamentos e serviços alheios à inserção social e funcional do bairro cooperativo. Os únicos espaços verdes existentes são circunscritos aos remates dos quarteirões e às avenidas de Lisboa, dos Bombeiros e General Humberto Delgado, que definem os principais corredores verdes do conjunto.

“O problema da programação do equipamento (...) apresenta indeterminações que resultam da impossibilidade de estabelecer «a priori» quadros de equipamento cobrindo um largo período de funcionamento quando as exigências da população que os determinam sofrem uma rápida e imprevisível evolução.”¹²³

Para o extenso programa de habitação não se desenvolveram os espaços públicos delineados e até mesmo o único lote definido para a construção de equipamento encontra-se hoje preenchido por um pequeno espaço verde subsequente do jardim e arcada de remate do primeiro quarteirão. Os espaços que definem o programa público do bairro surgiram posteriormente com a criação de uma rua comercial disposta ao longo da Avenida dos Bombeiros. As habitações prevista para ocupação comercial ao nível do piso térreo, formaram galerias com pequenos espaços de comércio tradicional que apoiam a vida social do bairro com lojas e cafés, transformando-se atualmente nos principais espaços de convívio vicinal e relacionamento comercial. Embora o tecido residencial se apresente vazio de instalações desportivas, culturais e de recreio, esta carência surge em parte colmatada pela rua comercial e pela proximidade a recentes superfícies, equipamentos e serviços. O bairro desenvolveu-se em cordialidade com a envolvente, numa constante permuta de necessidades públicas e privadas, que provenientes de diferentes vivências e evoluções socioeconómicas, construíram e transformaram a imagem do Bairro de COOPHECAVE.

A EVOLUÇÃO DO TECIDO RESIDENCIAL

O modelo de habitação-tipo utilizado nos 102 lotes de menor frente do bairro cooperativo, caracterizou-se por uma solução de habitação unifamiliar de tipologia evolutiva. A estratégia de edificação partiu de dois princípios, em primeiro lugar foi necessário desenvolver uma “racionalidade construtiva e controlo ambiental com técnicas relativamente triviais”¹²⁴ de forma a facilitar o desenvolvimento construtivo. Subsequentemente, Nuno Portas tomou como princípio a “eficácia das soluções técnicas para efeitos de alterações (ampliações posteriores) (...) com soluções que facilitassem as obras de ampliação com um mínimo de incómodo ou perda de materiais”¹²⁵.

Desta forma, desenvolveu-se para o Bairro de COOPHECAVE um projeto com “inúmeras possibilidades de variar – em termos de relação com os espaços exteriores, de faseamento/ volumetria,

123. Nuno Portas and Francisco Silva Dias, op. cit.

124. Nuno Portas in Instituto Nacional de Habitação, *Concurso público para apresentação de soluções de Habitação Evolutiva* (Lisboa, 1987). p.11

125. Ibid.



Planta de evolução não planeada - 2016
Bairro de COOPHECAVE



Escala 1:2000

de tratamento arquitectónico/ construtivo”¹²⁶. A possibilidade de melhorar as condições de habitabilidade através da evolução da habitação com a apropriação dos espaços exteriores privados, despontou a evolução do tecido residencial. A oportunidade de construir novas formas, planeadas ou não planeadas, levou à elaboração de um importante guia que Nuno Portas evidenciou ser importante para delinear o crescimento da habitação e a uniformidade do conjunto:

“Para apoiar este processo, o projeto operacional (...) deverá conduzir a um manual de regras evolutivas para uso dos futuros decisores e dos serviços municipais, que apontem as possibilidades e os elucidem sobre as regras (mínimas) que devem ser respeitadas no próprio interesse ou no conjunto urbano onde a casa se insere.”¹²⁷

Atualmente são perceptíveis novas formas num bairro onde a evolução por fases foi uma das principais transformações, ocorrendo em 31 habitações. Do total de 102 habitações apenas duas correspondem a habitações de tipologia T2, enquanto 47 habitações surgem com tipologia T3 e 53 habitações com tipologia T4. As transformações respeitaram os princípios de expansão definidos pelo projeto inicial e o crescimento da habitação realizou-se por ocupação do pátio frontal, com uma composição de fogo em “L” de no máximo dois pisos. As extensas ruas habitacionais refletem uma mudança estrutural significativa de um bairro ainda em evolução, mas mantém a imagem do quarteirão inicial onde a evolução não planeada ocorre maioritariamente no seu interior.

As vivências de cada família extrapolaram também diferentes apropriações com a ocupação do espaço restante do pátio frontal em 46% das habitações; esta alteração transformou a “imagem e funcionalidade dos pátios frontais, que apoiam inúmeras atividades e proporcionam o desenvolvimento de uma presença forte e diversificada de pequenas árvores, arbustos, sebes e flores, que substituí o verde público”¹²⁸. O pátio frontal reflete cada necessidade com diferentes fisionomias, onde são construídos alpendres como espaço de receção exterior, telheiros para abrigar entradas e automóveis e até mesmo construídas pequenas garagens; quanto à construção total do pátio frontal, esta é praticamente inexistente.

Mesmo com uma ocupação significativa do espaço exterior que confina a rua, esta não se equipara à transformação e ocupação do pátio traseiro que ocorrem em 75% das habitações. Este espaço exterior livre com uma área de 57m² que proporcionava até construção de uma segunda casa¹²⁹, embora não perceptível do exterior foi, de uma forma geral, densamente apropriado. As transformações ocorreram com a construção de anexos, como uma espécie de “segunda casa” para todos os espaços que não cabem no interior. Neste pátio também é visível a existência de escadas de acesso e espaços verdes e também expansões dos espaços interiores no piso térreo, que encerram a passagem lateral e criam terraços no segundo piso. Em alguns casos, surgiu também

126. Ibid.

127. Instituto Nacional de Habitação, *Concurso público para apresentação de soluções de Habitação Evolutiva* (Lisboa, 1987). p.11

128. António Baptista Coelho, *INH 1984-2004: 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*, Instituto Nacional de Habitação (Lisboa, 2006). p.297

129. “Procurou-se abrir caminho a outras possibilidades de divisão e crescimento do espaço, incluindo mesmo uma segunda casa no mesmo lote” Nuno Portas in Instituto Nacional de Habitação, *op. cit.* p.10



oportunidade de ocupar o pátio traseiro com garagens por não terem um lote posterior confinante, sucedendo-se o caso, em parte das habitações da Rua de Entradas¹³⁰.

A facilidade de ampliação devido ao espaço livre existente e a possibilidade de construir localmente sem gastos elevados, foram os principais fatores que motivaram a evolução arquitetónica do conjunto, que embora transformado, manteve uma coesão visual e formal com a estrutura vilar existente.

“Quanto aos revestimentos ou acabamentos interiores considerou-se, nesta fase, soluções que facilitem o auto-acabamento sabendo-se como na prática da habitação social, entre nós, muitos dos acabamentos previstos nos projectos são alterados em obra, senão substituídos depois pelos moradores recém-chegados.”¹³¹

O panorama habitacional, contínuo em toda a composição do conjunto, expressa a vivência de cada habitante com o uso de diferentes cores e vários tipos de vedações. As habitações são um conjunto de evoluções que espelham o desenvolvimento familiar que constrói a habitação à medida que a família cresce. Mas a construção também segue os diferentes gostos de cada indivíduo e surge revestida com diversos materiais, platibandas e molduras com cores típicas do Alentejo, onde também se adiciona vegetação ou ar condicionados, que confortam o espaço interior.

As diferentes apropriações em nada influenciaram o espaço público, as ruas de acesso à habitação mantiveram-se inalteradas e servem de estacionamento e circulação e embora as próprias habitações surjam limitadas pelo desenho do quarteirão de Nuno Portas. O tecido residencial transparece a melhoria contínua das habitações nas quais, a realidade construtiva e as diferentes evoluções, surgem de regras evolutivas e paralelas sabedorias populares.

130. Esta apropriação acontece nas habitações nº6, 8, 10, 12 e 16 da Rua de Entradas, Bairro de Coophecave

131. Nuno Portas in Instituto Nacional de Habitação, *Concurso público para apresentação de soluções de Habitação Evolutiva* (Lisboa, 1987). p.11

3

CADA CASA É UM CASO

3.1 DO CONSTRUIR

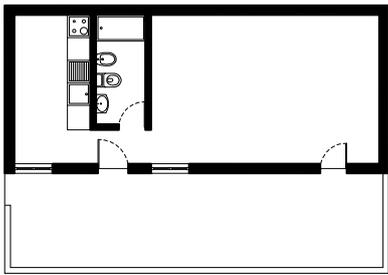
“(…) assistimos agora à afirmação do primado do espaço interno, vulgarmente entendido como resultante e não como director; assim, a extensão do conceito de funcionalismo, pela adopção crítica de exigências e particularidades reais dos indivíduos e dos grupos, para além de esquematismos intelectualistas; assim da vontade em interpretar intimamente a fisionomia natural de um lugar, ou a persistência dos costumes e os modelos formais e ecológicos a ela ligados, como de procurar o diálogo com todas as raízes que possam conter sugestões para uma linguagem mais aderente e directamente humana.”¹

Tornou-se necessário distinguir as características da habitação-tipo, através de uma dialética entre o projeto planeado pelo arquiteto e o projeto habitado pelo indivíduo. A partir desta relação entre aquele que ordena e aquele que habita, construiu-se uma análise subdivida - *do construir e do habitar* - onde cada casa é um caso.

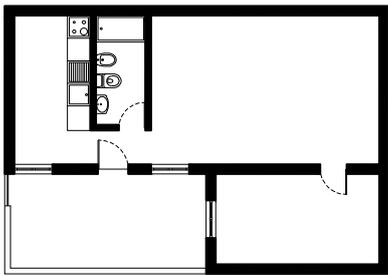
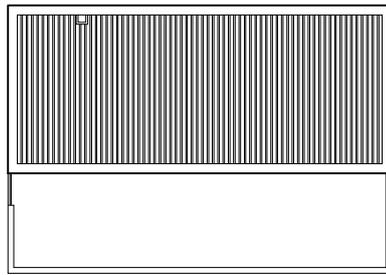
Perante o processo *do construir*, “o aspecto mais controverso das propostas reside naturalmente na noção de “mínimo” que se adopta como limite quantitativo para a satisfação de certas exigências, nomeadamente as de espaço habitável”². Cada tipologia de habitação, definida pela sua capacidade de transformação espacial, apresenta um quadro evolutivo específico a partir de um núcleo inicial “mínimo”, que se pode transformar por ampliação ou subdivisão, de forma a alcançar o habitat estabilizado. Para identificarmos as características evolutivas de cada casa, elaborou-se o quadro evolutivo da habitação-tipo das três urbanizações.

1. Nuno Portas, *A Habitação Social - Proposta para a metodologia da sua Arquitectura*, Escritos I 3 (Porto: FAUP Publicações, 2004). p.68

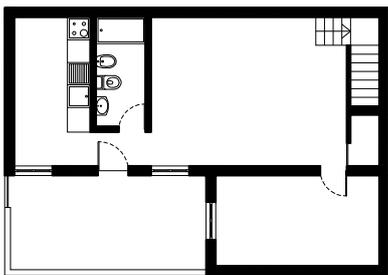
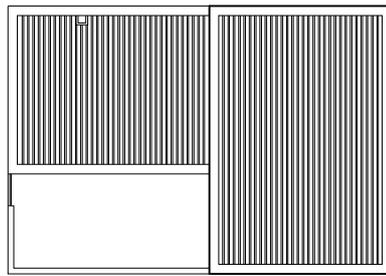
2. Nuno Portas, *Funções e Exigências de Áreas da Habitação*, Informação Técnica - Edifícios 4 (Lisboa: MOP Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1969).p.7



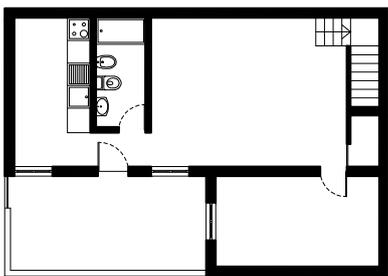
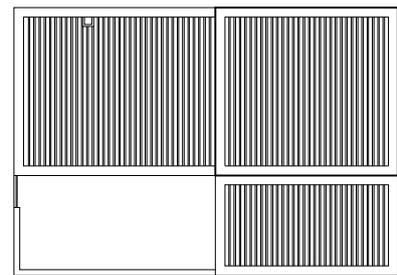
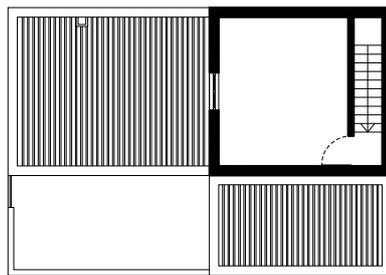
1ª fase . 1 piso . T0



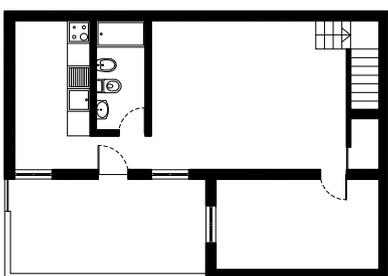
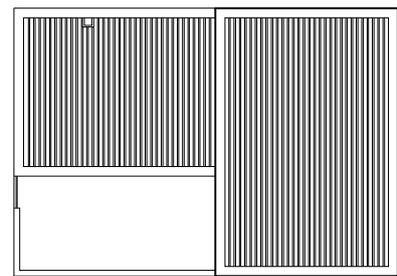
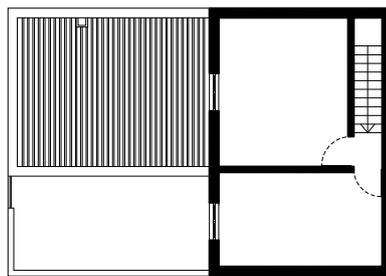
2ª fase . 1 piso . T1



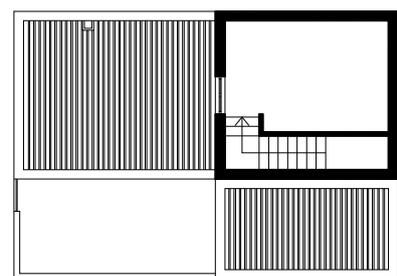
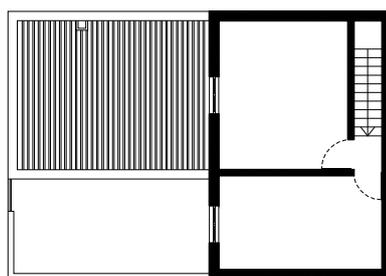
3ª fase . 2 pisos . T2



4ª fase . 2 pisos . T3



5ª fase . 3 pisos . T3+1



3.1.1 QUADRO EVOLUTIVO DE UMA HABITAÇÃO-TIPO

Bairro Alto do Moinho

O Bairro Alto do Moinho resulta de uma composição habitacional inicial de 30 habitações de tipologia T1 e 210 habitações de tipologia T3. Dispostas radialmente por módulos de seis, os lotes assumem dimensões de 10,10 metros de comprimento por 7,10 metros, dentro dos quais as habitações podem crescer desde a tipologia T1 até à tipologia T4, evoluindo por construção em altura em torno do pátio exterior privado com 14m². O pátio tornou-se num espaço fundamental para a experiência de habitar, independente da evolução da habitação.

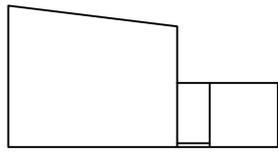
O projeto de Francisco Silva Dias partiu de conceções de habitação evolutiva anteriormente estudadas, que haviam defendido que um “conjunto de funções de prioridade imediata exige o núcleo inicial composto por: quarto (cobrindo inicialmente as funções de sala), cozinha, w.c., pátio ou logradouro (espaço livre privado que funciona como reserva de expansão).”³ A solução tipológica seguiu esta funcionalidade e para a área útil de 72m², previu uma habitação com cinco fases de evolução.⁴

A 1ª fase de construção caracterizou-se por um núcleo inicial de tipologia T0 com uma área mínima composta por cozinha, instalações sanitárias, compartimento amplo que adjudicava a sala ou o quarto e um pátio exterior. Posteriormente à habitação de 1ª fase (T0) nunca construída, surgiu a denominada 2ª fase (T1) e segundo a qual se construíram 30 habitações do bairro. Com apenas um piso no nível térreo, a habitação distribuiu-se por cozinha, instalações sanitárias, sala e quarto. Nesta habitação o pátio definiu-se por um espaço exterior privado, onde não se previa ocupação espacial quando a habitação evoluísse estruturalmente para albergar as fases posteriores.

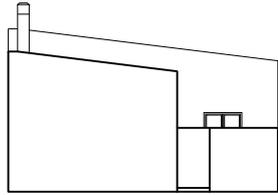
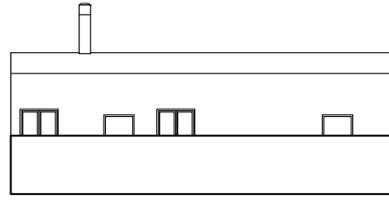
A fase seguinte, denominada 3ª fase (T2), surge com a adição de um segundo piso composto por um quarto. Esta solução foi no entanto considerada pouco rentável quando comparada com a evolução para a 4ª fase (T3), um investimento mais económico com a construção de um piso para dois quartos. O conhecimento prévio das condições de financiamento compensou a construção

3. Nuno Portas and Francisco Silva Dias, “Habitação Evolutiva,” *Revista Arquitectura*, 1972,p.100

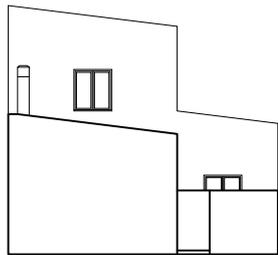
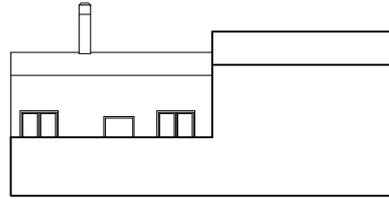
4. A habitação foi planeada segundo cinco fases de evolução: a 1ª fase de tipologia T0 com 45 m²; a 2ª fase de tipologia T1 com 58 m²; a 3ª fase de tipologia T2 com 93 m²; a 4ª fase de tipologia T3 com 106 m², e por último, a 5ª fase de tipologia T3+1 com 127 m².



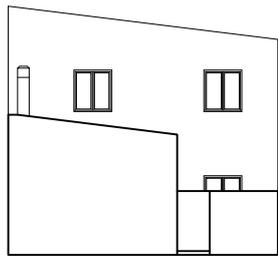
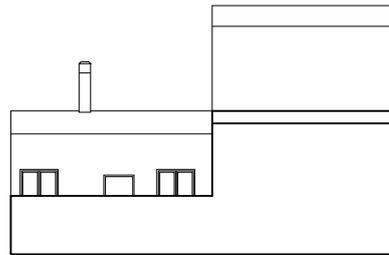
1ª fase . 1 piso . T0



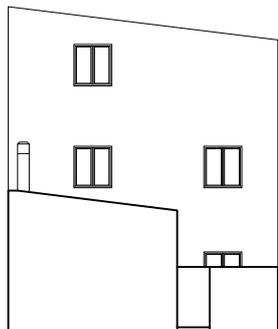
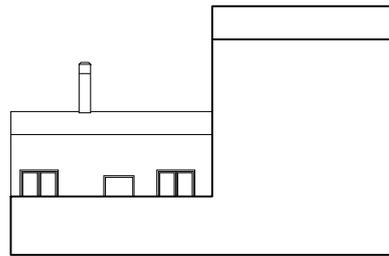
2ª fase . 1 piso . T1



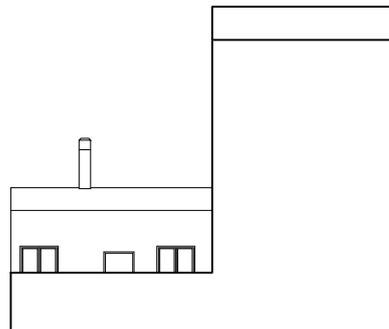
3ª fase . 2 pisos . T2



4ª fase . 2 pisos . T3



5ª fase . 3 pisos . T3+1



de 210 habitações de tipologia T3, que determinaram a tipologia de mais de 80% do tecido residencial. A habitação de 4ª fase surgiu composta por dois pisos, um piso térreo igualmente constituído por cozinha, instalações sanitárias, sala e quarto, com escadas de lances reto para integrar o segundo piso constituído por dois quartos.

Na 5ª fase (T3+1) a habitação cresceu mais um piso e alcança os 3 pisos de extensão, onde se introduz o terceiro piso para adicionar um sótão ou quarto. Esta tipologia tem duas variantes de construção definidas pelo tipo de escada que utiliza, a escada de lances retos para uma melhor acessibilidade ou a escada de caracol para um maior aproveitamento espacial. Excepcionalmente e só aplicável a habitações assentes numa cota mais elevada, surge a 6ª fase; de tipologia de T4, a habitação constrói um segundo piso, de igual configuração ao primeiro, composto por três quartos e uma suite. Somente neste caso as aberturas ao nível do segundo piso se voltam para a rua e despontam a abertura da fachada lateral cega.

A habitação de tipologia evolutiva constrói-se em torno de um pátio que incita a expansão da vivência interior para o exterior privado. A disposição espacial presente nas diferentes fases e tipologias de habitação, volta todas as aberturas para o pátio, tornando-o essencial para resolver questões de salubridade das divisões interiores. Mesmo em situações de lotes limítrofes, as aberturas para o pátio são favorecidas em relação à rua e à envolvente, para as quais se volta uma fachada lateral cega, esta disposição de aberturas prejudica a vivência interior com uma ventilação e exposição solar mínimas para o espaço da sala.

3.1.2 QUADRO EVOLUTIVO DE UMA HABITAÇÃO-TIPO

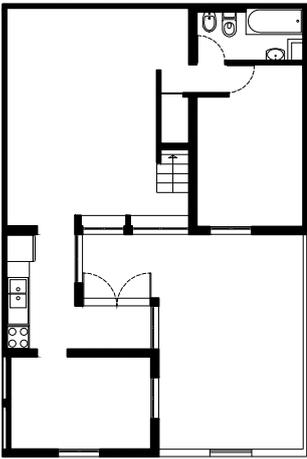
Bairro da Malagueira

O Bairro da Malagueira iniciou a construção do seu tecido residencial em 1979, com 100 habitações pertencentes à primeira fase de construção da Cooperativa de Habitação Económica da Boa Vontade. Devido a uma construção faseada no tempo, foram projetados tipos e subtipos com base em mais de 35 desenhos diferentes, que construíram no total, mais de 1200 habitações. Como critério de seleção, analisaram-se as habitações correspondentes à primeira fase da CHE Boa Vontade, construídas segundo o primeiro esquema desenvolvido pelo arquiteto, “sendo por isso razoável afirmar que constitui a unidade base de construção do tecido urbano na Malagueira”.

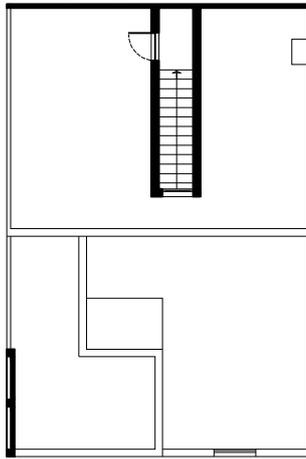
O projeto inicial de Álvaro Siza desenvolveu habitações dispostas em banda, confinando lotes de uma só frente com 8 metros de largura por 12 metros de profundidade. Para a mesma área útil de 96 m² foram definidos dois tipos de habitação, o tipo A e o tipo B. Construíram-se 100 habitações com base nesta classificação tipológica distinta pela posição espacial do pátio: 94 habitações do tipo A com um pátio frontal que confina a rua e 6 habitações do tipo B onde a fachada confina a rua e liberta a parte traseira para um espaço exterior. Os dois tipos de habitação evoluem desde o núcleo de tipologia T1 até à habitação máxima de tipologia T5, crescendo estruturalmente em altura para um segundo piso e adicionando quartos faseadamente.

A habitação do tipo A desenvolve-se a partir de um núcleo inicial, nunca construído, de tipologia T1 composto por cozinha, instalações sanitárias, sala e quarto e umas escadas de acesso ao terraço superior. De igual dimensão ao espaço de habitar mínimo construído no piso térreo com uma área de 49 m², surge um pátio frontal exterior com 47 m². A habitação do tipo B desenvolve-se com um corpo inicial de igual área que confina a rua mas constrói uma passagem lateral que atravessa a habitação para aceder ao pátio traseiro.

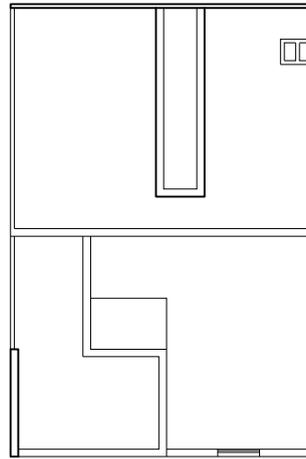
5. As habitações podem ser subdividas em cinco tipos básicos: A, B, C, D e E. Desta forma “os tipos A e B foram os primeiros a serem projetados e foram assim intitulados por Siza. O tipo B é o único tipo com pátio atrás. Assim, os tipos A, B, C, D e E possuem todos pátio à frente, no entanto diferem uns dos outros na localização das quatro zonas funcionais básicas em planta e na localização das escadas numa das zonas interiores.” José Pinto Duarte, *Personalizar a Habitação em Série: uma gramática discursiva para as casas da Malagueira do Siza*, Textos Universitários de Ciências Sociais E Humanas (Fundação Calouste Gulbenkian, 2007). p.90-91/99



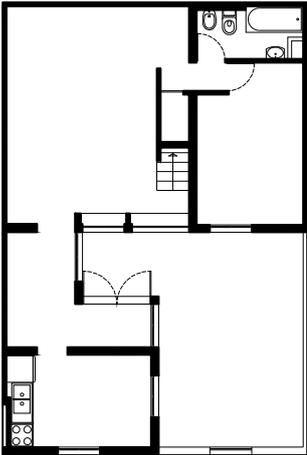
Tipologia T2 . piso térreo



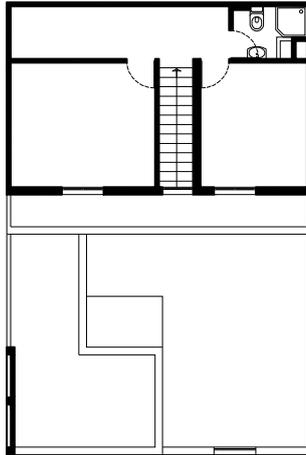
primeiro piso



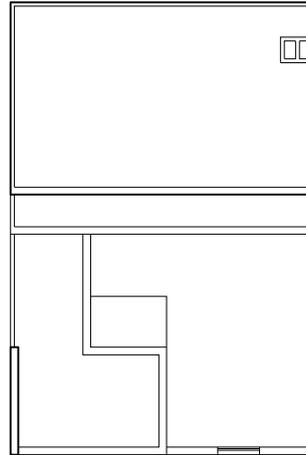
cobertura



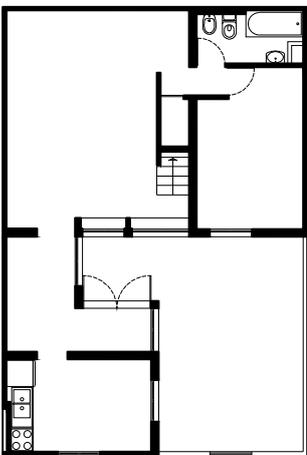
Tipologia T3 . piso térreo



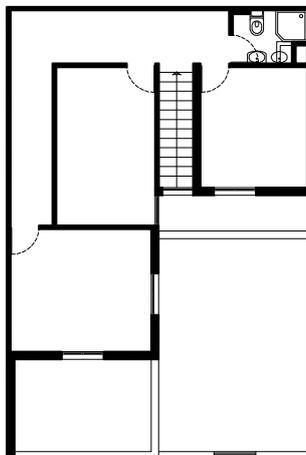
primeiro piso



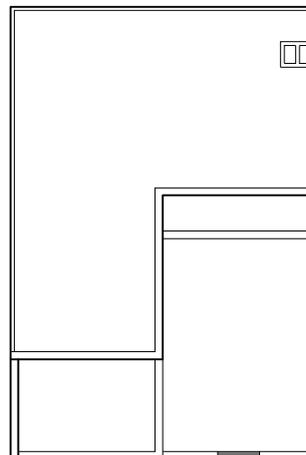
cobertura



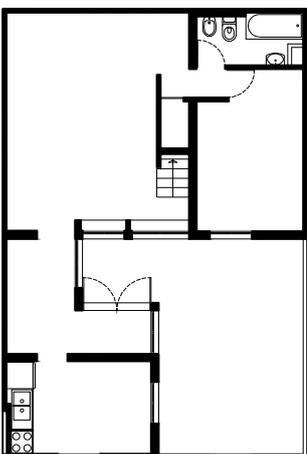
Tipologia T4 . piso térreo



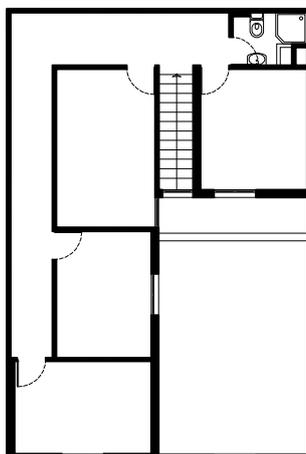
primeiro piso



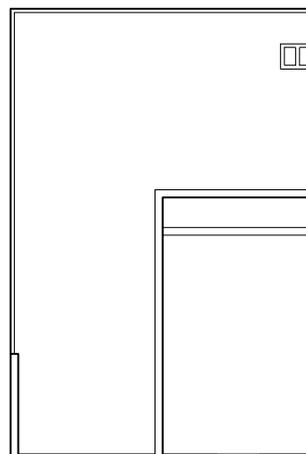
cobertura



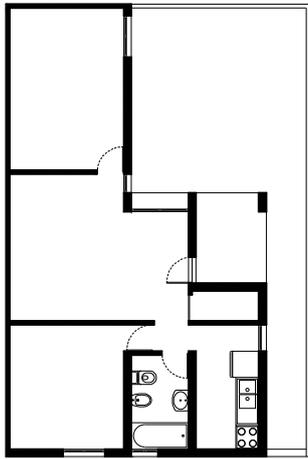
Tipologia T5 . piso térreo



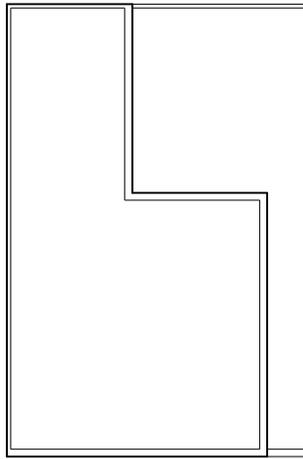
primeiro piso



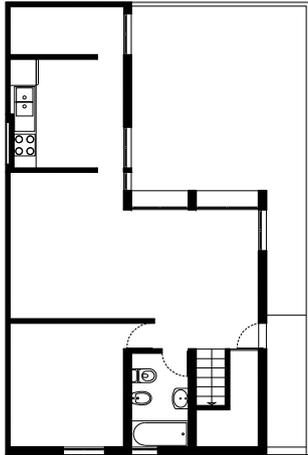
cobertura



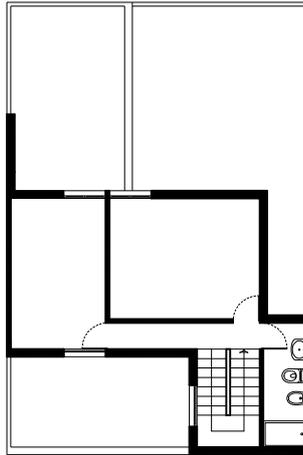
Tipologia T2 . piso térreo



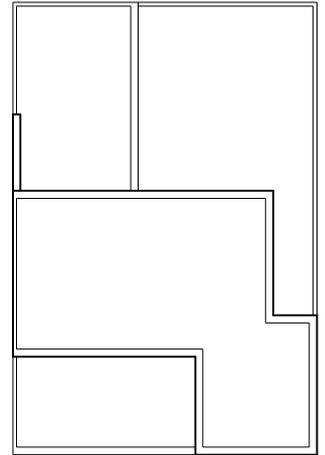
cobertura



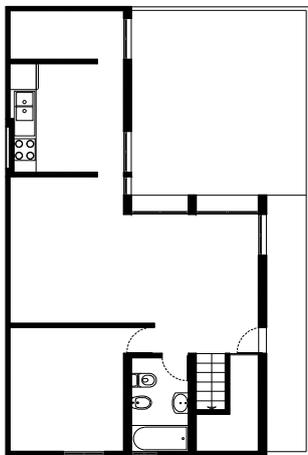
Tipologia T3 . piso térreo



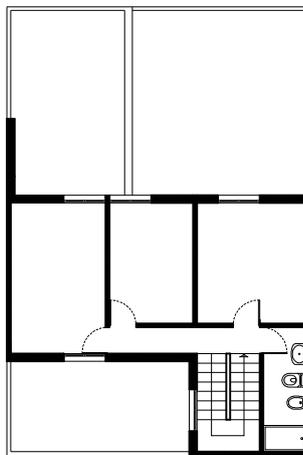
primeiro piso



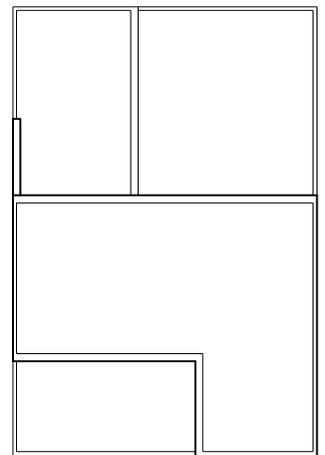
cobertura



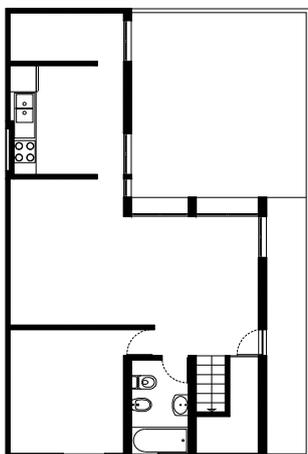
Tipologia T4 . piso térreo



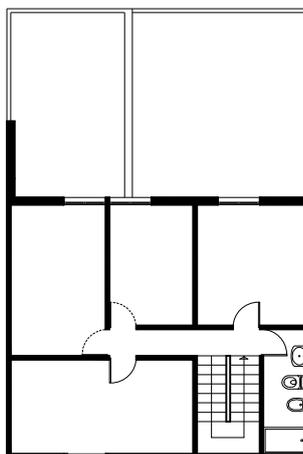
primeiro piso



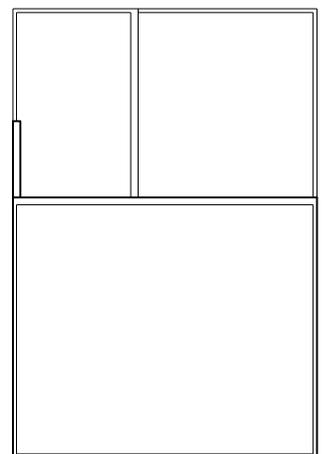
cobertura



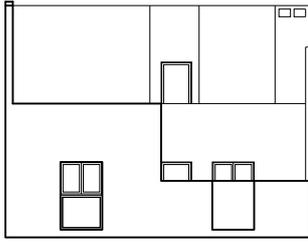
Tipologia T5 . piso térreo



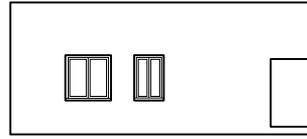
primeiro piso



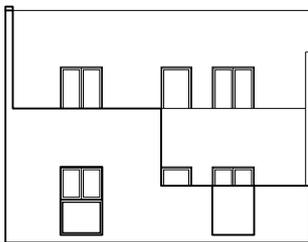
cobertura



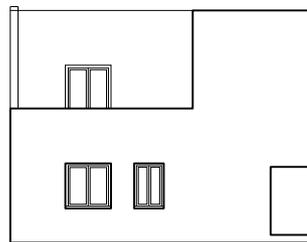
TIPO A . Tipologia T2



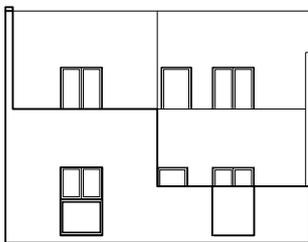
TIPO B . Tipologia T2



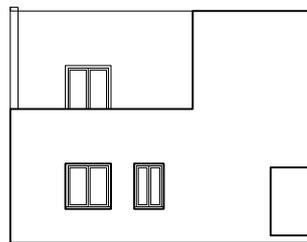
TIPO A . Tipologia T3



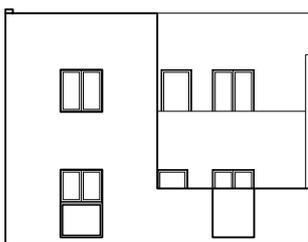
TIPO B . Tipologia T3



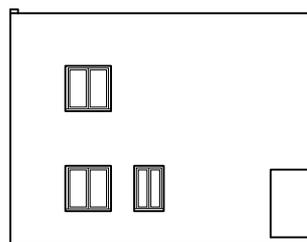
TIPO A . Tipologia T4



TIPO B . Tipologia T4



TIPO A . Tipologia T5



TIPO B . Tipologia T5

As habitações de tipologia T2, construído segundo o núcleo mínimo inicial (T1), reestruturaram o piso térreo para construir mais um quarto. Ambas as habitações de tipo A e tipo B, compõem uma forma em “L” e desenvolvem-se em torno do pátio privado.

Compostas por dois pisos, as habitações de tipologia T3 de ambos os tipos alteram a disposição inicial do piso térreo para construir: uma cozinha com um espaço para tratamento de roupas; instalações sanitárias; quarto e sala onde um lance de escadas acede ao segundo piso composto por dois quartos, instalações sanitárias, espaço de arrumos e varanda.

As habitações de tipologias subsequentes, nomeadamente a tipologia T4, na habitação de tipo A, altera a configuração do piso superior anteriormente descrito com a construção de um corredor lateral para adicionar um novo quarto em parte da varanda. Quanto à habitação de tipo B, a varanda que confina a frente de rua permanece, sendo somente adicionado um quarto na parte posterior.

Alcança-se o habitat estabilizado com a construção de um último quarto que perfaz a máxima evolução da habitação, a tipologia T5. Nesta tipologia e em ambos os tipos, A e B, o piso térreo surge igualmente organizado por cozinha, espaço para tratamento de roupas, instalações sanitárias, sala, quarto e um lance de escadas de acesso ao segundo piso, composto nesta fase por quatro quartos e instalações sanitárias.

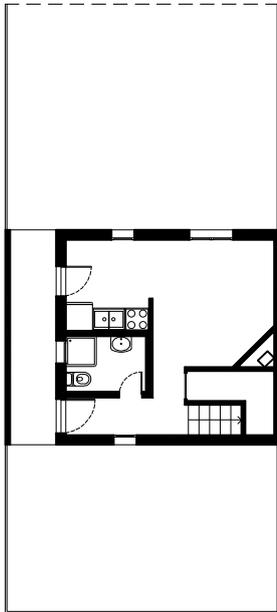
Em todas as tipologias e em ambos os tipos, o espaço exterior permanece vazio e “depende de claras influências históricas [e explica-se] pela necessidade de criar um microclima de transição entre as condições climáticas do exterior e interior, que não podia ser suficientemente protegido pelo materiais utilizados”⁶. O pátio revela a sua importância, não só por ser através dele que se acede ao interior mas porque priva a habitação de uma ligação direta com a rua e providencia ao espaço de habitar, ventilação e luz. Esta condição acentua-se com a construção de um muro de diferentes dimensões, um mais alto com 3,50 metros, médio com 2,50 metros ou baixo com 1,50 metros.

Dispostas ao longo de uma malha ortogonal, as habitações definiram a paisagem com uma repetição do módulo branco, intensamente marcada pela presença de chaminés que atingem os 6 metros. Mas a fisionomia não foi a condição mais marcante, a “polémica teve a ver com a cobertura em terraço”⁷. Construíram-se habitações que procuraram dialogar com a envolvente existente e se caracterizaram pela ausência do fator dominante na cidade alentejana, a cobertura em telha; embora tenham sido “tomadas como referência e ponto de partida tipologias habitacionais ilegais e tradicionais” existentes nos bairros clandestinos existentes no Alentejo, estas “foram de seguida interpretadas e transformadas na criação de tipologias adaptadas aos modos de vida contemporâneos. Estas tipologias forneceram uma estrutura que [permitiu] a construção e a evolução de diferentes tipos de casa em função das necessidades dos habitantes”⁸.

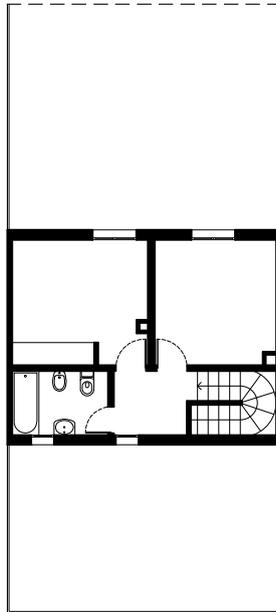
6. Álvaro Siza Vieira, *Imaginar a Evidência* (Lisboa: Edições 70, 2009). p. 127-128

7. Ibid. p. 127

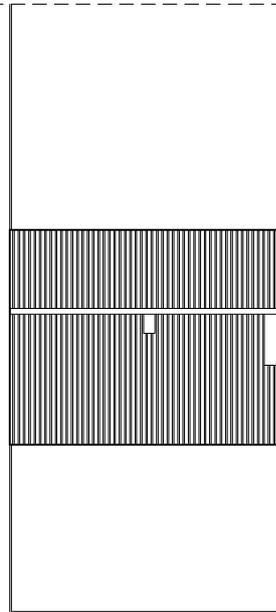
8. José Pinto Duarte, *Personalizar a Habitação em Série: uma gramática discursiva para as casas da Malagueira do Siza*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas (Fundação Calouste Gulbenkian, 2007). p.126



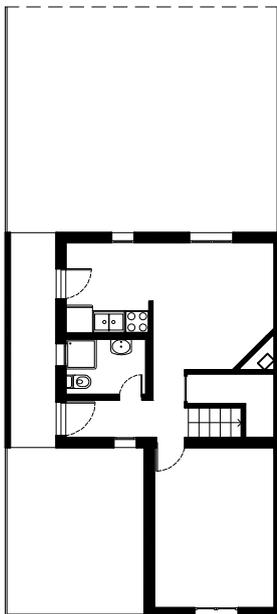
Tipologia T2 . piso térreo



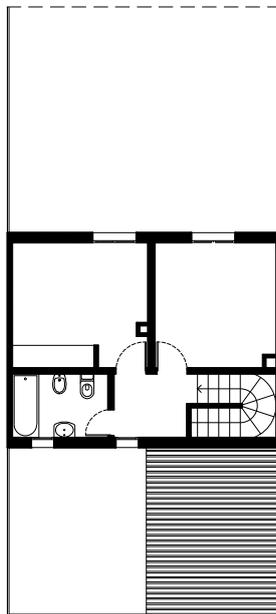
primeiro piso



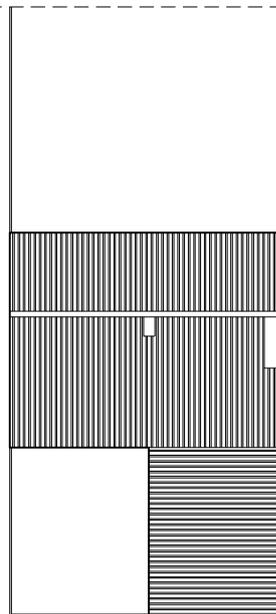
cobertura



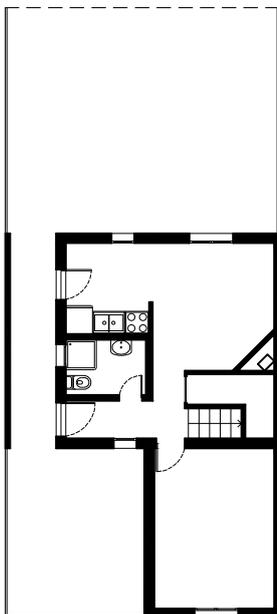
Tipologia T3 . piso térreo



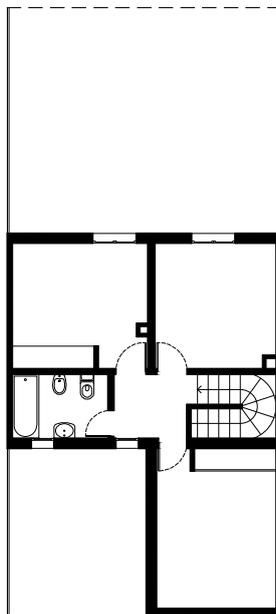
primeiro piso



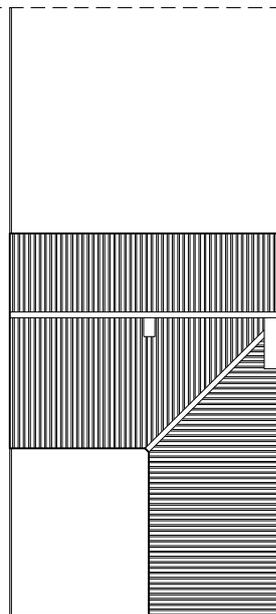
cobertura



Tipologia T4 . piso térreo



primeiro piso



cobertura

3.1.3 QUADRO EVOLUTIVO DE UMA HABITAÇÃO-TIPO

Bairro de COOPHECAVE

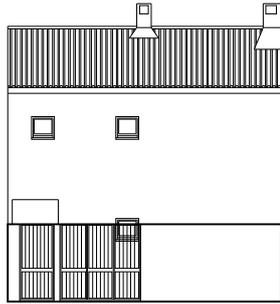
O Bairro da Cooperativa de Habitação Económica de Castro Verde caracterizou-se por um tecido residencial com 109 habitações unifamiliares construídas segundo a solução tipológica vencedora do *Concurso Público para apresentação de soluções de Habitação Evolutiva*; embora a solução se desenvolvesse a partir de um núcleo inicial mínimo que podia evoluir para três tipos de edifícios de habitação - unifamiliar, bifamiliar e multifamiliar com 1, 2 ou 3 pisos - importa referir que o modelo construído para o bairro cooperativo foi uma habitação unifamiliar encostada, disposta num lote estreito com o limite dos 2 pavimentos.⁹

O núcleo base da habitação de tipologia T0 com 41 m², desenhava um piso térreo composto por cozinha, instalações sanitárias e um espaço simultaneamente zona de estar e zona de dormir. Definiu-se também em projeto uma habitação de tipologia T1 que adicionava um quarto ao núcleo mínimo, por extensão no piso térreo. Estes dois projetos de espaços de habitar mínimos não foram concretizados construtivamente, mas serviram de base para a grande versatilidade na construção da habitação unifamiliar evolutiva.

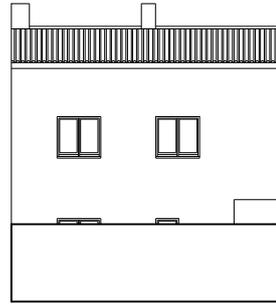
O bairro cooperativo definiu-se pela repetição de uma habitação-tipo assente transversalmente num lote de 130 m² com 7,20 metros de frente de rua por 18 metros de comprimento. A habitação ocupou uma posição central formando dois espaços exteriores privados, um confina a rua no lado exterior do lote e outro situado no interior do quarteirão no lado posterior do lote. “Nas suas versões simétricas designadas por esquerdo (e) e direito (d)”¹⁰ o núcleo pode evoluir desde a tipologia T2 até ao habitat estabilizado de tipologia T4, por ocupação parcial do pátio frontal. Para as hipóteses e alternativas de crescimento delineadas existe um fator constante, a presença de uma passagem coberta longitudinal que perfura a habitação e potencia a construção de uma segunda casa no imenso pátio traseiro com 56 m².

9. Nuno Portas in Instituto Nacional de Habitação, *Concurso Público para apresentação de Soluções de Habitação Evolutiva* (Lisboa, 1987). p.36

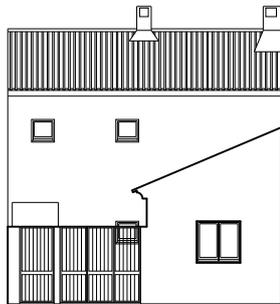
10. Nuno Portas, Manuela Fazenda, and Isabel Plácido, “COOPHECAVE/ Habitação em Castro Verde - Memória Descritiva” (Câmara Municipal de Castro Verde, 1989) disponibilizado pela Câmara Municipal de Castro Verde, 2016



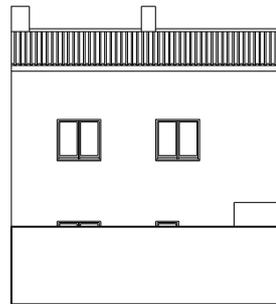
Tipologia T2 . alçado frontal



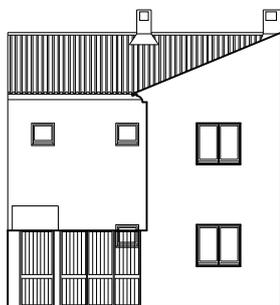
alçado posterior



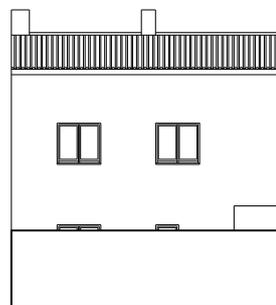
Tipologia T3 . alçado frontal



alçado posterior



Tipologia T4 . alçado frontal



alçado posterior

O bairro inicial construiu 15 habitações de tipologia T2 com uma dimensão de 7,20 metros por 5,70 metros e compostas no piso térreo por cozinha, instalações sanitárias, sala e escadas de acesso ao piso superior constituído por dois quartos e instalações sanitárias. A primeira evolução surge por ampliação do núcleo para o espaço livre frontal perfazendo uma forma em “L”, esta adição de um quarto no piso térreo evolui a habitação para tipologia T3, a partir da qual foram construídas 61 habitações. Apesar de ocupar metade do pátio frontal, o espaço restante continua a servir de acesso principal à habitação e ao pátio traseiro pela passagem lateral.

De forma subsequente, as últimas 26 habitações surgem segundo a tipologia T4 que evolui por ampliação em altura. Composta por dois pisos, o piso térreo surge organizado pela cozinha, instalações sanitárias, sala, um quarto e escadas de acesso ao segundo piso, onde se adiciona mais um quarto, perfazendo o total de três quartos e instalações sanitárias. Esta habitação encontra-se estabilizada porque a partir do núcleo base, constrói mais dois quartos que ocupam parte do pátio frontal. Para o espaço traseiro não se definiu nenhum de tipo de ampliação, embora seja permitida a construção de anexos e garagens que não excedam a altura dos muros de vedação, desta forma a evolução não planeada surge no interior e de forma quase invisível do exterior.¹¹

Nas três tipologias de habitação possíveis, nomeadamente T2, T3 e T4, a disposição dos diferentes compartimentos foi pensada para que em caso de evolução espacial o aproveitamento de paredes e espaços confinantes fosse maior e a perda de materiais fosse menor, incitando para possíveis ampliações.¹²

11. Nuno Portas, Manuela Fazenda, and Isabel Plácido, “COOPHECAVE/ Habitação em Castro Verde - Memória Descritiva” (Câmara Municipal de Castro Verde, 1989) disponibilizado pela Câmara Municipal de Castro Verde, 2016

12. Ibid.

3.2 DO HABITAR

Na primeira parte - *do construir* - ocupamo-nos da análise do quadro evolutivo de cada habitação-tipo para percebermos quais os fatores e exigências que induzem à sua evolução. Perante isto, procedeu-se à elaboração da segunda parte - *do habitar* - com a seleção de uma habitação de cada uma das três urbanizações anteriormente analisadas.

A consciencialização do processo de habitar implicou, “como condição *“sinequanon”*, que se [conhecessem] os moradores não só no modelo teórico mas na sua existência real: experiência anterior, necessidades, potencialidades”¹³. Tido isto, dividiu-se este capítulo em duas partes, na primeira - modos de viver - apresentaram-se as “necessidades psicológicas e sociais” da família que vivencia o espaço de habitar e se tornou no seu principal “sujeito”¹⁴. Conhecido o modo de viver do “sujeito” da habitação, elaborou-se a segunda parte - modos de habitar - onde se descreveu as necessidades espaciais e funcionais que motivaram a evolução e transformação da habitação-tipo.

“(..) um modo de habitar é “a relação estabelecida por uma pessoa ou família com a sua casa, uma relação que pode ser analisada através do tempo passado na casa, do interesse que a mesma desperta nos seus moradores e sobretudo das práticas que aí são desenvolvidas”¹⁵

A forma como modos díspares de habitar o mesmo espaço podem divergir em diferentes aculturações, tornou-se uma questão que procuramos desenvolver e interpretar ao longo deste capítulo. Os princípios evolutivos de cada núcleo inicial instigaram ao desenvolvimento de uma relação indissociável entre a família e a habitação, onde cada habitação - casa, abrigo, alojamento, fogo - procurou corresponder às obrigações e aspirações de família - grupo conjugal: pai, mãe, filhos menores - que vivencia o espaço; e onde também, cada família é fortemente influenciada

13. Nuno Portas, *A Habitação Social - Proposta para a metodologia da sua Arquitectura*, Escritos I 3 (Porto: FAUP Publicações, 2004). p.41

14. “Se em última análise o sujeito do espaço habitável é a pessoa, o seu modo típico de o ocupar não é isolado mas na família. (...) habitat e família como “espaço” e “sujeito do espaço”” in Nuno Portas, op. cit. p.19

15. Sandra Marques Pereira, *Casa e Mudança Social: uma Leitura das Transformações da Sociedade Portuguesa a partir da Casa* (Lisboa: Caleidoscópio, 2012). p.20

pelo tipo de habitação e pela sua forma: “a dimensão do alojamento, a disposição dos espaços e a sua organização, exprimem e modificam ao mesmo tempo as estruturas familiares”¹⁶, não sendo apenas a habitação que se transforma mas também a família que a habita.

De forma a compreender a evolução espacial, ao longo deste capítulo desenvolveu-se o estudo de três habitações segundo uma análise tripartida que recorre às partições clássicas de Vitruvius: *Firmitas*, *Utilitas* e *Venustas* - solidez, funcionalidade e beleza - que reivindicam a vivência e o processo de habitar no “tempo histórico”. Como tal, estes três princípios sofrem uma análise de sentido e significado perante o contexto contemporâneo dentro do qual se desenvolveu esta dissertação sobre a temática de habitação evolutiva.

A primeira parte, *Firmitas*, que no sentido original representa “solidez, firmeza, consistência, robustez”¹⁷, equiparou-se nesta análise à estrutura, forma e volumetria da habitação. Neste caso, analisou-se a casa como consequência da adição de espaços, tornando essencial compreender as fases de evolução e métodos de construção implementados, desde a construção inicial até à habitação atual.

A segunda fração, *Utilitas*, referenciada como “utilidade, uso, funcionalidade, proveito, vantagem”¹⁸, neste contexto retratou a alteração da funcionalidade dos espaços e a sua relação com a volumetria. O desenvolvimento sociológico do indivíduo influenciou o modo como este passou a utilizar o espaço, não apenas o público como também o privado. Perante diferentes necessidades familiares e vivências individuais surgiu uma nova estruturação e funcionalidade do espaço de habitar, tomamos como exemplos: a emancipação da mulher que alterou o seu papel na estrutura da habitação; a intensificação da atividade familiar que aumentou a permanência e coabitação nas zonas comuns e a necessidade de privacidade que levou a uma maior separação e subdivisão do espaço interior. O estudo que Nuno Portas desenvolveu sobre as *Funções e Exigências das Áreas da Habitação*, foi fundamental para a conceção desta segunda fração que analisou a funcionalidade da habitação. Em primeiro lugar, estudaram-se as funções dos espaços do núcleo inicial, para de seguida, se analisarem os principais espaços adicionados e a forma como a habitação evoluiu em termos de utilidade e funcionalidade para responder com prontidão às disparidades dos modos de habitar.¹⁹

O terceiro e último ponto de análise refere-se a *Venustas*, “beleza, elegância, estética”²⁰. Com base neste desígnio, procurou-se relacionar o conforto visual e ambiental da habitação com a sua alteração formal e espacial, para suprir as vontades de quem habita. Segundo Nicole Haumont, a “dinâmica dos modelos estéticos residenciais, lida na dos gostos arquitectónicos, procede de uma dinâmica cultural, segundo a qual os gostos em matéria de residência funcionam como reveladores

16. *Família e Habitação*, Coleção Mesa Redonda (Porto: Livraria Telos, 1972). p.70

17. Vitruvius, *Tratado de Arquitectura*, trans. M. Justino Maciel (Lisboa: Press, 2009). p.41

18. Ibid.

19. *Funções e Exigências das Áreas da Habitação* foi um estudo desenvolvido por Nuno Portas, arquiteto e chefe da Divisão de Construção e Habitação no Laboratório Nacional de Engenharia Civil em Lisboa. O estudo desenvolvido em Fevereiro de 1969, desdobrou-se numa análise monográfica e procurou refletir os níveis mínimos de áreas de projeto de habitação com base na observação e experimentação in Nuno Portas, *Funções e Exigências de Áreas da Habitação*, Informação Técnica - Edifícios 4 (Lisboa: MOP Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1969).

20. Vitruvius, op. cit. p.41

da ambição de cada indivíduo, ou melhor, da representação que têm de si mesmo”²¹. Assim, a casa reflete o modo de habitar tanto com a adição de novos espaços como pelas diferentes apropriações, decorações, adição de materiais ou adornos exteriores, nas sensações de quente e frio e em todas as possibilidades espaciais que fazem o morador construir e “desconstruir” a habitação, de forma a atingir o conforto desejado.

Os três aspetos analíticos procuram analisar a apropriação e evolução do espaço como consequência dos modos de viver e habitar que ao longo do tempo suprimem a habitação inicial com a solidez de novas formas, diferentes funcionalidades dos espaços e constantes dinâmicas habitacionais. A análise remete para os princípios Vitruvianos por demonstrarem a intemporalidade do ato de habitar no modo como a habitação evolui. Esta nova forma de olhar o habitat, potenciou uma análise comparativa social, decorrente das necessidades do núcleo familiar, mas também espacial como consequência da correlação entre a habitação e as exigências individuais. Tornou-se importante questionar e perceber se o núcleo familiar se adaptou ao espaço de habitar ou se o espaço de habitar foi autónomo e flexível o suficiente para corresponder às exigências familiares e proporcionou a “evolução qualitativa do ambiente da casa e dos níveis de áreas, a par e passo com a evolução sócio-cultural dos habitantes”²².

21. Teresa Costa Pinto, “Modelos de Habitat, Modos de Habitar: o caso da construção clandestina do Habitat,” *Sociedade e Território*, 1998, p. 39

22. Nuno Portas and Francisco Silva Dias, “Habitação Evolutiva,” *Revista Arquitectura*, 1972, p. 100



69 Família Garcia, 2016

3.2.1 CASA GARCIA . ALTO DO MOINHO

Modos de viver

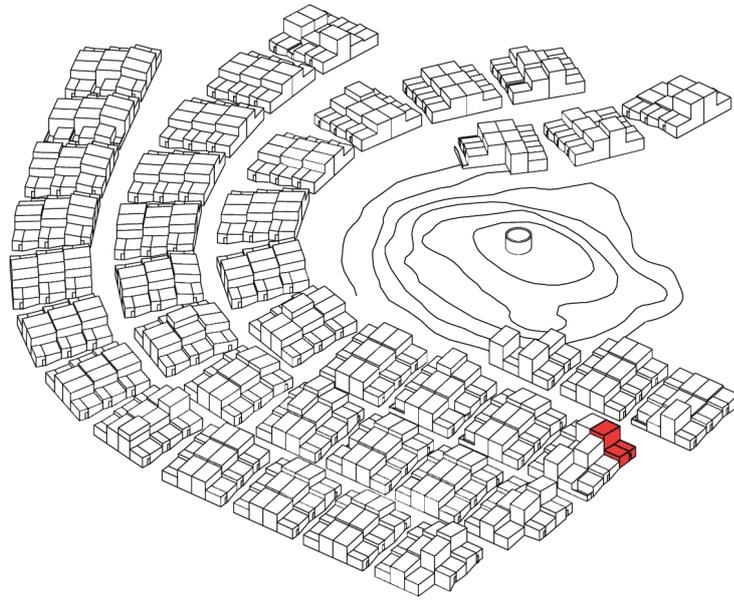
A evolução de uma habitação surge como resposta às necessidades de quem a habita, tornando-se assim fundamental descrever a vida familiar para perceber a sua relação indissociável com a habitação. Para conhecermos a história da habitação nº73 localizada na Rua do Montijo do Bairro Alto do Moinho, precisamos de voltar atrás no tempo e descrever as memórias que construíram e motivaram a sua evolução.

A 30 de Maio de 1926, nasceu Fernanda Garcia em São Pedro da Cadeira, uma freguesia de Torres Vedras. A sua vida mudou no ano de 1960 quando casou e foi morar para a grande Lisboa. Perante as escassas condições económicas e de habitabilidade que se faziam sentir na década de 60, também o recente casal vivia numa pequena barraca construída pelo primo, dentro do seu quintal no bairro de Santas Martas em Algés. Esta carência habitacional de famílias a viver em partes de casa era uma realidade assustadora “em 1960 de 93874 na cidade de Lisboa e de 19437 na zona suburbana: ao todo, mais de 113000 famílias eram obrigadas a partilhar com outras a habitação”²³ devido à premente falta de condições de alojamento.

Resultante da necessidade de proporcionar alojamento às inúmeras famílias que viviam em condições precárias nos bairros clandestinos, anunciaram a construção de um novo bairro no âmbito do Serviço de Apoio Ambulatório Local. Esta oportunidade levou o casal a inscrever-se com o proveito de adquirir uma nova casa no Bairro Alto do Moinho e quando o bairro concluiu a sua construção em 1976, disponibilizou a cada agregado familiar inscrito, a possibilidade de escolher o tipo de habitação equivalente às respetivas capacidades económicas. Neste sentido, Fernanda explicou que preferiu uma habitação de pequenas dimensões porque tinha um plano de pagamento mensal de valor reduzido, que diferia consoante o tipo de habitação adquirido.

As condições de habitabilidade estavam prestes a melhorar e tudo apontava para o emergir de uma nova oportunidade, quando a vida se complicou e a morte do seu marido deixou Fernanda viúva muito cedo e com um filho de 7 anos. Viviam numa barraca sem as mínimas condições de

23. Nuno Teotónio Pereira, *Escritos (1947- 1996, Seleção)*, vol. 7, Argumentos (Porto: FAUP, 1996).



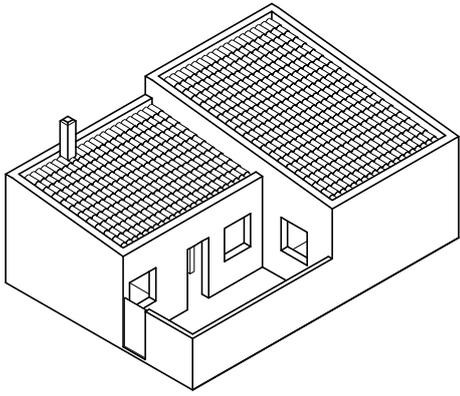
70 . 71 Casa Garcia, Bairro Alto do Moinho, 2016

salubridade e a busca de uma melhor qualidade de vida, motivou a mudança para o novo bairro no final da década de 70. A habitação que adquiriram era inicialmente de tipologia T1, mas as necessidades da família motivaram a sua transformação.

Os anos passaram e também o filho de Fernanda, pronto a constituir família, procurou dar forma às suas próprias ambições evoluindo a habitação para um espaço mais confortável para todos. Quando se casou na década de 90, o investimento na propriedade familiar pareceu a decisão mais correta decorrente da possibilidade evolutiva da habitação, assim, a família Garcia cresceu e a habitação cresceu com ela. O espaço de habitar inicialmente de tipologia T1 e ocupado por duas pessoas, rapidamente correspondeu à necessidade de albergar cinco pessoas e em 1994, evoluiu para segunda fase da habitação correspondente a tipologia T4. A habitação procurou solucionar com prontidão às exigências de cada um, adicionando mais quartos mas também novos espaços que não eram previstos.

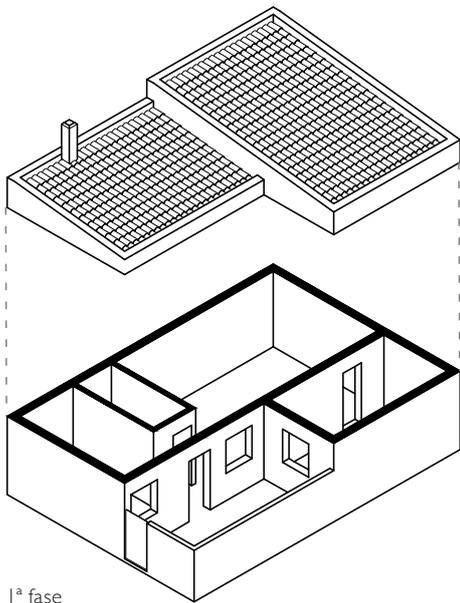
Atualmente, com a separação do casal, a casa continua a sofrer transformações, desta vez vinculadas à mudança funcional dos espaços. Com 90 anos, Fernanda vive com o filho e com o neto na casa que também os viu crescer e recorda com sensatez a evolução de uma casa que, ao longo de 40 anos, acompanhou o crescimento da sua família. A vivência de três diferentes gerações num espaço coincidente e contínuo, evidencia a concretização do principal objetivo de Francisco Silva Dias na habitação evolutiva: “introduzir o fator tempo na arquitetura”²⁴.

24. Entrevista a Francisco Silva Dias in Ana Bordalo, “Bairro do Alto do Moínho: Estudo de Caso” (Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2006). p. 143

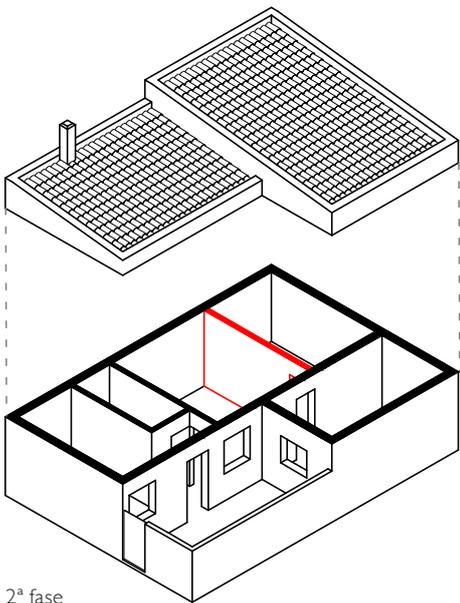


CASA INICIAL

Tipologia T1
1978

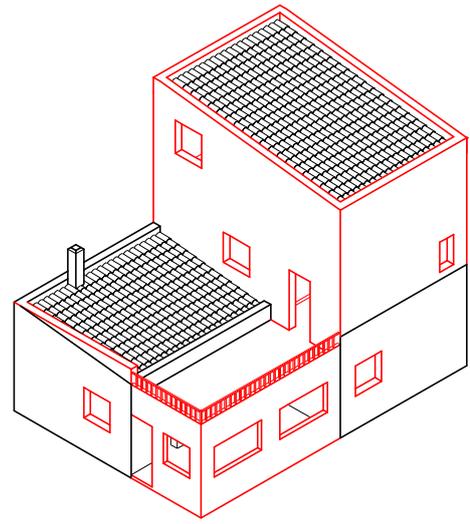


1ª fase



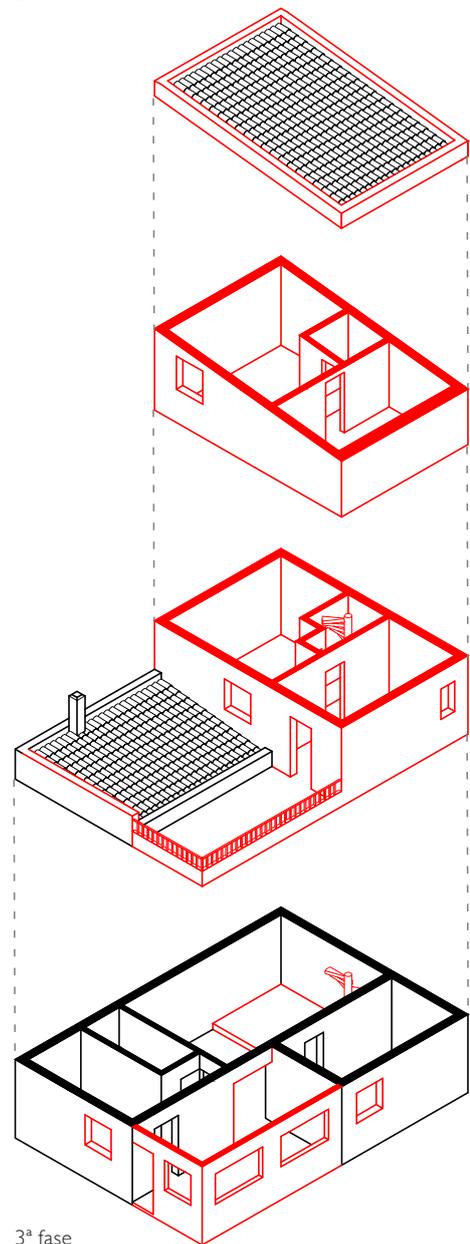
2ª fase

Axonometrias de Evolução
Casa Garcia

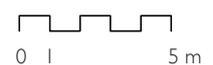


CASA ATUAL

Tipologia T3+1
2016



3ª fase



Modos de habitar

FIRMITAS

A casa da família Garcia localizada na interseção entre a Rua Montijo, uma rua secundária de acesso ao bairro e a Rua Principal Cerrado das Oliveiras, prima pela sua disposição de “esquina” num lote com duas frentes de rua. A casa inicial apresentava um núcleo de tipologia T1 de um só piso formado pela aglutinação de dois blocos, um composto pela cozinha e instalações sanitárias e outro formado pela sala e quarto; a interseção de ambos perfazia uma forma em “L” e libertava um espaço exterior privado. Carateristicamente, o projeto voltava todas as aberturas de vãos e de acesso à habitação para o pátio, que funcionava como um espaço intermediário entre a habitação e a rua que, como consequência, anulava a ligação com o exterior. Para a habitação-tipo foram previstas todas as fases de evolução, desde a tipologia T1 até à tipologia T3+1, conseguidas através da construção de espaços em altura e em torno do pátio que permanecia vazio em todas as fases. Em simultâneo com o projeto de planeamento de crescimento, foi também editado um regulamento de uso da habitação que designava:

1. Não é permitida qualquer alteração na estrutura do edifício, bem como abrir vãos nas paredes e construir divisórias;
2. Não é permitido alterar as fachadas dos edifícios, nomeadamente pinturas da marquise ou de quaisquer elementos estruturais, incluindo colocação de estendais exteriores;
3. Não são permitidas alterações no hall de entrada e escadas de acesso. A sua limpeza deve ser assegurada pelos moradores, individual ou coletivamente;
4. Não é permitido fechar marquises;²⁵

25. “Bairro Alto do Moinho/ Bairro SAAL do Alto do Moinho”, Monumentos.pt, consultado em Agosto, 2016, Disponível HTTP: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=28225



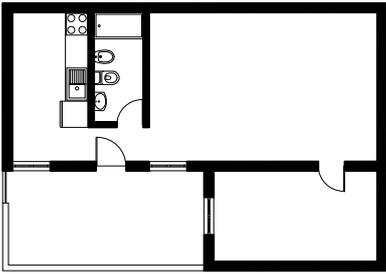
72 . 73. Antigo pátio exterior e Sala de estar, Casa Garcia, 2016

Estas especificações, embora presentes no regulamento de construção, não foram um impedimento à alteração da casa Garcia que sofreu duas transformações distintas, inicialmente e por operação de subdivisão: a sala de estar repartiu-se em dois, para albergar um quarto. Esta separação espacial não foi relevante para a habitação do ponto de vista da forma exterior, visto ter apenas modificado a repartição interior da habitação. No entanto, a segunda transformação surgiu de acordo com a evolução planeada de Francisco Silva Dias e construiu, por ampliação, uma tipologia T3+1. A habitação, igualmente formada por dois blocos, manteve-se análoga aos espaços iniciais do piso térreo com cozinha, instalações sanitárias, sala e quarto; a evolução ocorreu por expansão com o crescimento em altura do bloco transversal, no qual se adicionaram dois pisos para albergar respetivamente dois quartos e um sótão. A expansão em altura exigiu a adição de um dispositivo de acesso, segundo o quadro evolutivo das moradias unifamiliares projetado pelo arquiteto existiam duas variantes possíveis, uma escada de lances retos ou uma escada de caracol, a família Garcia escolheu a segunda opção para a maior economia do espaço.

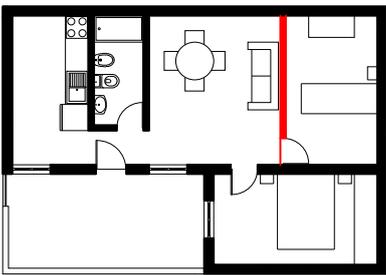
Entre as variadas transformações e apropriações que ocorreram no Bairro do Alto do Moinho, a mais proeminente não surgiu da evolução tipológica que apenas ocorreu em 17% das habitações, mas de uma alteração que não estava prevista pelo projeto inicial, a ocupação do pátio; esta transformação ocorreu em mais de 90% das habitações, que por construção ou por apropriação parcial com telheiros ou anexos preencheram o espaço vazio exterior. Simultaneamente à evolução tipológica, a construção no pátio exterior transformou a volumetria da habitação-tipo e dissimulou a forma dos dois blocos justapostos. Esta alteração estrutural expandiu o espaço interior no piso térreo e adicionou um terraço no segundo andar, dando origem a um espaço exterior mais privado acima do nível da rua.

Como consequência desta metamorfose do espaço, os princípios de vivência interior que voltavam a casa e as suas aberturas para o pátio, agora construído, levaram a uma reformulação da ligação entre o espaço interior da habitação e o espaço exterior público. De forma subsequente e devido a uma localização privilegiada de duas frentes de lote, a casa inverteu a sua exposição, abrindo diretamente para o espaço público imediato: a rua. A relação com o exterior vicinal, que o arquiteto havia renunciado inicialmente, tornou-se num ponto positivo; contudo, a construção do pátio conduziu também à exposição e ventilação insuficientes de alguns espaços interiores. O espaço de maior convívio familiar - sala de estar - tornou-se numa zona fechada e recôndita, sem ventilação ou luz natural. Quanto aos restantes espaços e com o propósito de corrigir o défice de salubridade e privilegiada pelas duas frentes de rua, surgiram novas aberturas que proporcionaram ventilação e luz no piso térreo, tanto na cozinha e no quarto, como na sala onde era anteriormente o pátio; ao nível do segundo piso surgiu também uma abertura de acesso ao terraço superior e uma abertura lateral mínima num quarto. Desta forma, a habitação-tipo de Francisco Silva Dias, fechada para o interior que evoluía em torno do pátio, abriu-se para o espaço exterior público.

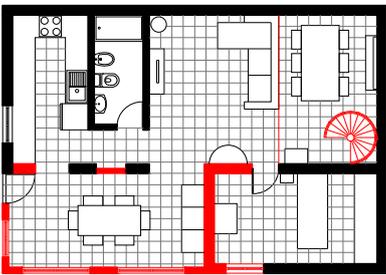
Quando em 1978 a família Garcia adquiriu a habitação, a sua área útil correspondia a 58 m², no entanto, como consequência da evolução do agregado familiar, por volta de 1994 a habitação



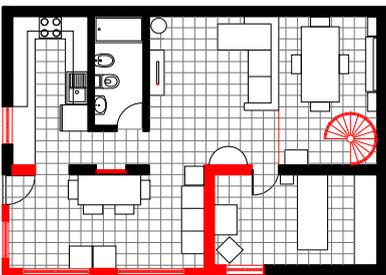
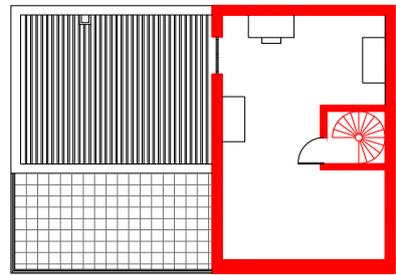
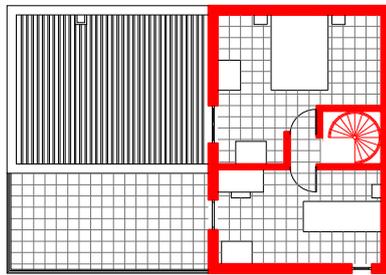
Casa inicial . Tipologia T1 . 1978 . 1 piso



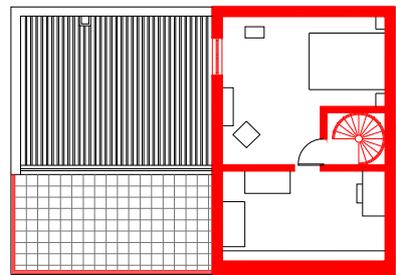
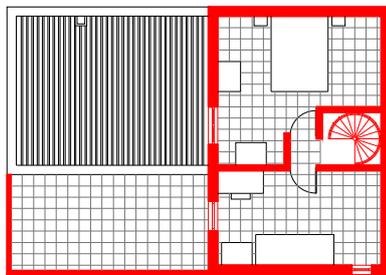
2ª fase . Tipologia T1+1 . 1978 . 1 piso



3ª fase . Tipologia T3+1 . 1994 . 3 pisos



Casa Atual . Tipologia T3+1 . 2016 . 3 pisos



evoluiu para mais do dobro da sua área útil, correspondendo atualmente a cerca de 140 m² de uma habitação que seguiu o plano do arquiteto mas também as vontades individuais e familiares. Fruto da capacidade evolutiva e das características espaciais do projeto, a família Garcia desenvolveu um espaço transformado estruturalmente e com novas funções.

UTILITAS

A evolução espacial transformou a estrutura da habitação eclodindo no volume que atualmente percebemos, porém, diferentes intervenções ocorreram também ao nível da utilidade e funcionalidade do espaço inicial, proporcionadas pelo crescimento do agregado familiar.

O núcleo mínimo inicial construído a partir do “princípio básico que justifica a opção desta tipologia: a possibilidade de, com recursos limitados, beneficiar, imediatamente, o maior número”²⁶, planeou uma habitação limitada a seis espaços que cumpriam as respetivas funções mínimas: quarto (1), cozinha (2), instalações sanitárias (3), sala (4;5) e pátio exterior (6).²⁷

A casa inicial alojava duas pessoas: Fernanda e o seu filho, ainda pequeno. Como resultado dos hábitos e modos de habitar, a primeira habitação necessitou de modificar a funcionalidade de alguns espaços, dando origem a novas vivências espaciais. Numa 2ª fase e por uma operação de subdivisão, a família seccionou o amplo espaço inicial da sala de estar e com a elevação de um degrau e construção de uma divisão em madeira, criou um novo espaço para um segundo quarto.

“(...) Isto era a sala toda, mas depois mandei fazer este degrau assim porque a porta que eu tinha era ali daquele lado. Eu fiz isto assim para fazer aqui o quartinho para o meu filho. Aqui havia uma divisão em madeira e não tínhamos a escada. (...)”

A criação de um espaço interior por subdivisão, inexistente no projeto planeado por fases de ampliação, adicionou ao espaço com função de estar a funcionalidade de dormir, que permitiu uma vivência mais privada. Decorrente da necessidade de Fernanda criar um quarto para o seu filho e embora corrigisse o índice de privacidade, este era um espaço conflituoso com graves questões de salubridade devido à ausência de aberturas diretas para o exterior. O modo de vida da família monoparental influenciou inquestionavelmente o modo de habitar e devido a uma situação financeira escassa para aumentar espacialmente, a evolução feita por subdivisão solucionou as necessidades do momento.

Numa 3ª fase e como consequência da evolução familiar, a habitação procurou dar forma às novas necessidades espaciais e funcionais para corrigir os índices de conforto e privacidade.

26. Francisco Silva Dias, “Breve Relato de Uma Experiência Vivida de Habitação Evolutiva,” *Jornal Arquitectos*, 1987, 60 p.8

27. Distribuição funcional dos espaços: 1 - dormir; 2- alimentação-preparação; 3 - higiene pessoal; 4 - alimentação-refeições; 5 - estar; 6 - recreio in Nuno Portas, *Funções e Exigências de Áreas da Habitação*, Informação Técnica - Edifícios 4 (Lisboa: MOP Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1969).



74 . 75 Novo quarto no sótão e Vista do terraço superior, Casa Garcia, 2016

O quarto interior foi anulado e adicionada uma escada de acesso que distribuiu para os novos pisos superiores. No primeiro piso, foram construídos por dois quartos (1) e no segundo piso um sótão para arrumação (7). Mas a funcionalidade espacial não sofreu transformações apenas por adição de novos espaços, também os espaços existentes deferiram com novas dimensões: a cozinha aumentou consideravelmente o balcão de confeção, a sala voltou à amplitude inicial mas visualmente dividida pelo degrau num espaço de estar e num espaço para refeições.

Com a construção do pátio, este espaço surgiu como uma área interior multifuncional e como primeiro espaço da casa, transformou-se num espaço de receção coexistente com uma sala para refeições correntes, conseqüente da ligação direta com cozinha e da necessidade de criar uma sala de refeições.

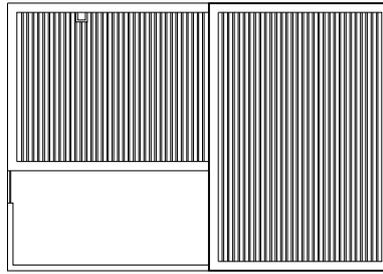
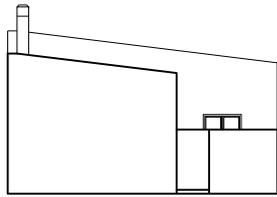
Estas transformações formais e espaciais, tiveram conseqüências na experiência de habitar. A ocupação do espaço exterior privado, levou de forma subsequente, à valorização de alguns espaços interiores, não só com aberturas de vãos mas também com a adição de um terraço superior para funções de recreio e tratamento de roupas. A construção do pátio, não planeada e por isso construída sem qualquer referência ou cuidado material, revelou algumas conseqüências pouco salubres e tornou-se numa zona de intensa humidade.

A casa atual apresenta algumas alterações funcionais em relação à 3ª fase, resultante da mudança dos modos de habitar e devido à separação familiar, surgiu um novo uso do espaço:

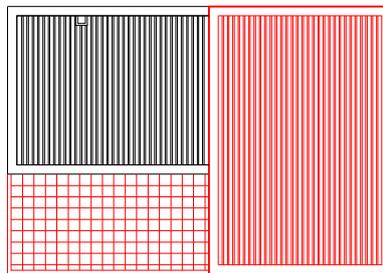
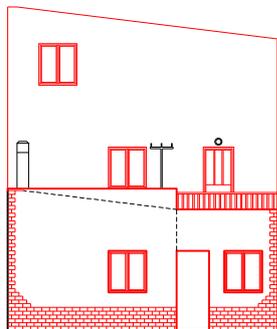
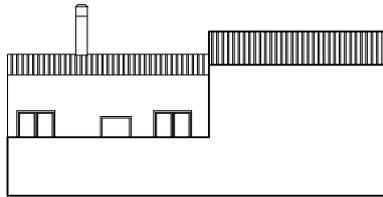
“Antes quando estava cá a minha nora, a gente comia ali na sala de refeições naquela mesa, agora não, o meu filho e neto jantam na sala nos tabuleiros. Isto tornou-se numa espécie de lavanderia, onde eu estendo aqui os lençóis de banho, tenho umas plantinhas e máquinas de lavar roupa. Na altura foi tudo decidido pelo meu filho e por um senhor lá da terra, mas vê o terraço agora deita muito pingo aqui, tivemos que isolar por causa da humidade não entrar, então pusemos azulejo. Mas o pátio é melhor assim, nem se compara.”

Atualmente ocupada por Fernanda, filho e neto, a habitação espelha uma nova vivência do espaço conseqüente da evolução familiar. Os hábitos familiares mudaram a utilização e função de diferentes espaços e no nível térreo, a sala de refeições passou a ser um espaço de passagem e multifuncional que alberga funções de receção e tratamento de roupas (8), assim como as refeições passaram a ser feitas na sala de estar. A mudança de funcionalidade também se desenvolveu nos pisos superiores, quando o neto de Fernanda cresceu e se mudou para o sótão, criando um quarto com zona de trabalho e uma zona de arrumação. O terraço superior, planeado para ser uma zona de convívio exterior, tornou-se maioritariamente num espaço de secagem de roupa, sem muita vivência por parte dos moradores.

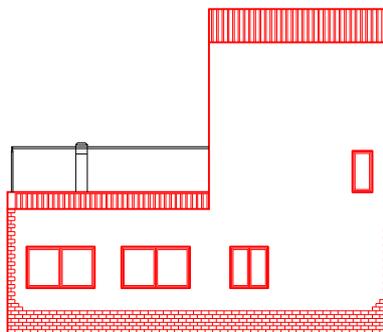
Verificamos que o modo de vida fez evoluir a habitação também a nível funcional, modificando a utilidade de cada espaço. Quando comparamos as necessidades desta família, inicialmente monoparental e numa segunda fase de núcleo tradicional, rapidamente verificamos que as



Casa Inicial . Tipologia T1 . 1978



Casa Atual . Tipologia T4 . 2016



transformações espaciais ocorreram com o aumento da composição familiar, mas também derivaram da sua desagregação, eclodindo no volume que hoje percebemos, que a nível funcional é inteiramente influenciado pelos modos de habitar dos seus ocupantes.

VENUSTAS

Aliada à utilidade espacial também se influiu uma análise visual, no entanto, porque esta corre o risco de ser subjetiva e de caráter individual, segue-se apenas a apreciação descritiva entre o exterior e o interior nos domínios do estético, simbólico e funcional. Desta forma, procurou-se analisar o entendimento visual que cada área reflete através da sua função, com o fim de materializar a imagem de cada vivência espacial.

A habitação inicial de tipologia T1 tornou-se impercetível devido às construções e evoluções posteriores. Exteriormente, deparamo-nos com uma habitação marcada pelo tempo e transformada pelas vontades e desejos do núcleo familiar. O revestimento parcial das fachadas da habitação com placas artificiais de pedra, embora associado ao domínio do simbólico pelo seu fator de “embelezamento”, surge também da necessidade de introduzir elementos para preservar e evitar problemas de infiltração e humidade. Este problema reconhecido e recorrente em inúmeras residências do bairro, motivou a alteração da composição de fachadas - inicialmente rebocadas e caiadas a branco - através do revestimento exterior com placas de pedra dispostas de forma ordenada e contínua com a casa vizinha, possibilitando uma leitura homogénea entre as mesmas.

O aglomerado de habitações, dispostas de forma radial e ao longo do Alto do Moinho, que caracterizava o bairro pela sua composição branca, límpida e estática; embora apresente o mesmo princípio e cor, as apropriações e construções comprometeram a sua imagem com diversos adornos, construções de terraços e apropriação do espaço público frontal. Na casa Garcia, a questão da apropriação exterior é nula devido ao encontro imediato com uma rua principal. Esta inexistência de ocupação e utilização do espaço público frontal, recorrente nas habitações que perfazem os limites do bairro, justifica-se pela sua localização num espaço público de passagem de peões e automóveis. No entanto, o mesmo não acontece no “interior” do bairro onde as habitações tendem a apropriar-se densamente do espaço-entre-habitações por ser um espaço exclusivamente de circulação pedonal. Também como consequência dos ocupação dos pátios privados, o espaço público tornou-se num espaço de receção e recreio exterior.

A ocupação do pátio da casa Garcia surge como a principal apropriação existente não planeada. O precário conhecimento e planeamento deste espaço coincidiu com a existência de inúmeros problemas no interior da habitação que levaram ao revestimento de paredes e pavimentos com azulejo. Também a falta de espaço de arrumação provocou a existência de espaços discordantes, com variadas funções e utilidades. Positivamente, o ambiente interior íntimo e acolhedor, evidencia uma habitação que surgiu das constantes dinâmicas familiares e é fortemente marcada por memórias remanescentes em forma de murais de fotografias.



76 . 77 Quarto de Fernanda, Casa Garcia, 2016

A qualidade habitacional, inquestionável pela sua individualidade, demonstra uma habitação fruto da vivência espacial de mais de quarenta anos. A casa Garcia caracteriza-se por ser um espaço de realização individual e familiar, onde a análise do domínio estético e simbólico não define o espaço como certo ou errado, belo ou feio, apenas retrata a experiência habitacional e confirma a evolução estrutural, funcional e visual.



78 Família Murteira, 2016

3.2.2 CASA MURTEIRA . MALAGUEIRA

Modos de viver

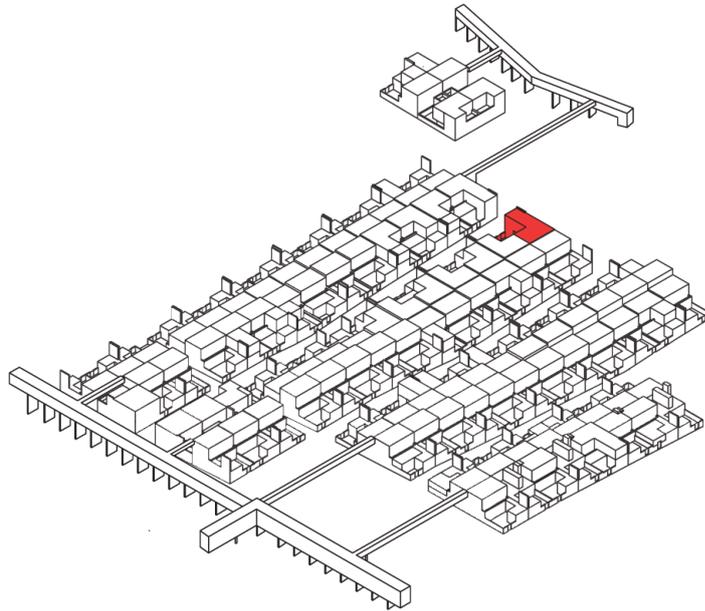
A consolidação de um espaço de habitar pode resultar de processos diferentes, enquanto que na casa Garcia surgiu pela evolução do agregado familiar e três diferentes gerações, no corrente caso a sua evolução derivou de uma segunda ocupação do espaço por uma nova família, a família Murteira, com hábitos e histórias diferentes da inicial.

António Murteira, natural do Alentejo, nasceu em São Manços mas reside atualmente na cidade de Évora, no Bairro da Malagueira. Político e engenheiro agrário, é reconhecido a nível nacional pelo grande escritor que se tornou, elogiado como um homem de palavras e de cultura. Escreveu inúmeros livros de poesia como o Canto Matinal (2015) e também serviu poesia à mesa com o livro Comeres com Poemas (2012), ocupa parte do seu tempo com a Revista Alentejo, na qual é o responsável editor e diretor executivo.

A relação deste poeta com a habitação evolutiva surgiu em 2008 quando se mudou para o Bairro da Malagueira, provindo da zona sul da cidade onde vivia com Maria Manuela e seu pai. A habitação onde moravam no Bairro Garcia de Resende encontrava-se num segundo andar sem elevador, um fator condicionante para o pai de Maria Manuela na altura com 90 anos. A difícil mobilidade que o impossibilitava de viver diariamente, motivou a procura de uma nova casa para todos.

A mudança proporcionou-se com a compra de uma habitação a um amigo que residia no Bairro da Malagueira. Recorda a habitação encontrava-se a um preço favorável por ser próxima a uma comunidade cigana que tinha impacto na vizinhança e por ser uma habitação construída com cobertura plana, uma condicionante para as pessoas naturais do Alentejo onde ainda é muito presente a ideia da telha. O preço da casa favoreceu a compra e a decisão justificou-se pela espacialidade única, que favorecia a mobilidade diária de todos mas principalmente do pai de Maria Manuela que passou a deslocar-se mais facilmente aos espaços de convívio e cafés do bairro.

A habitação inicial correspondia a uma tipologia T5 e era habitada por quatro pessoas, um casal com dois filhos; embora correspondesse às necessidades espaciais, os anos passaram, os filhos



79 . 80 Casa Murteira, Bairro da Malagueira, 2016

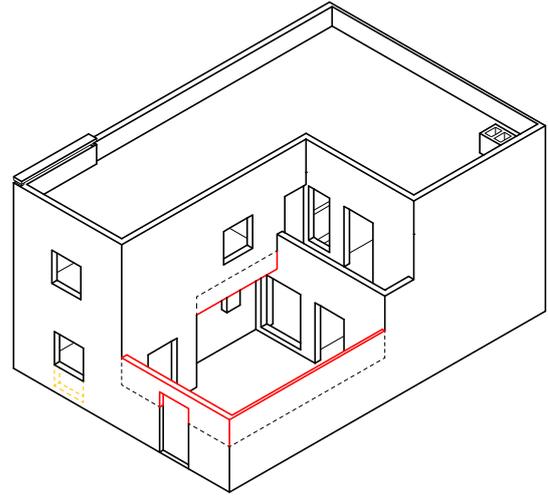
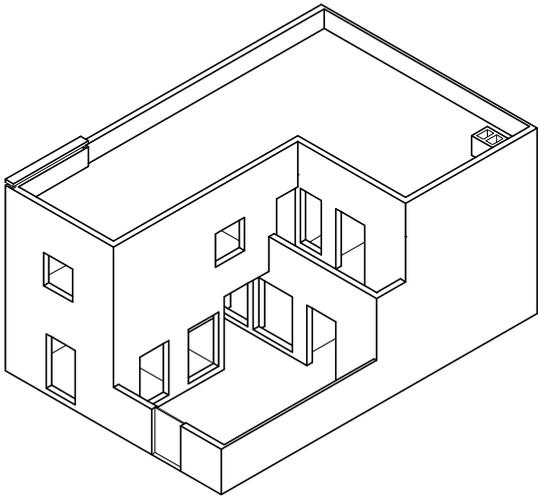
criaram e a casa caracterizou-se por um aglomerado de espaços vazios, ocupados por pessoas que voltavam ocasionalmente para ver a família. Fomentado por estas e outras vicissitudes, a venda da habitação sucedeu-se e há uma década, o escritor António Murteira mudou-se com Maria Manuela e seu pai para a casa nº5 da Rua Adriano Correia de Oliveira.

A habitação rapidamente se transformou e adaptou às vivências e necessidades da família Murteira, que de tipologia T5 máxima, proporcionou também o alojamento de mãe de António Murteira. Na última década o tempo passou por todos e também pelos pais de António Murteira e Maria Manuela e a sua ausência permanente deu lugar a espaços vazios que perderam a função inicial.

Esta “disfuncionalidade” deu origem a uma adaptação espacial que transformou a habitação de tipologia T5 numa tipologia T4 e ofereceu a habitabilidade necessária à família Murteira, atualmente composta por António Murteira, Maria Manuela e o cão Poeta. Os diferentes hábitos e vivências transformaram o espaço e albergaram novas funcionalidades numa habitação onde os quartos são agora ateliers, escritórios e espaços de vestir.

A casa que deixou de ser o projeto de habitar para ser a experiência de viver, resultou da consolidação do espaço e de uma evolução que não surgiu somente de forma estrutural mas também da necessidade de albergar novas experiências e se adaptar a diferentes pessoas, idades e rotinas. “As casas são o reflexo das vidas de quem as habita”²⁸ e é sobre esta evolução indissociável entre a habitação e o habitante, que se procurou perceber de que forma evoluir não é só construir como também “desconstruir”.

28. Isabel Bolas, “Queremos Uma Casa” (Prova Final de Licenciatura, Departamento de Arquitetura da F.C.T. da Universidade de Coimbra, 1998). p. 215

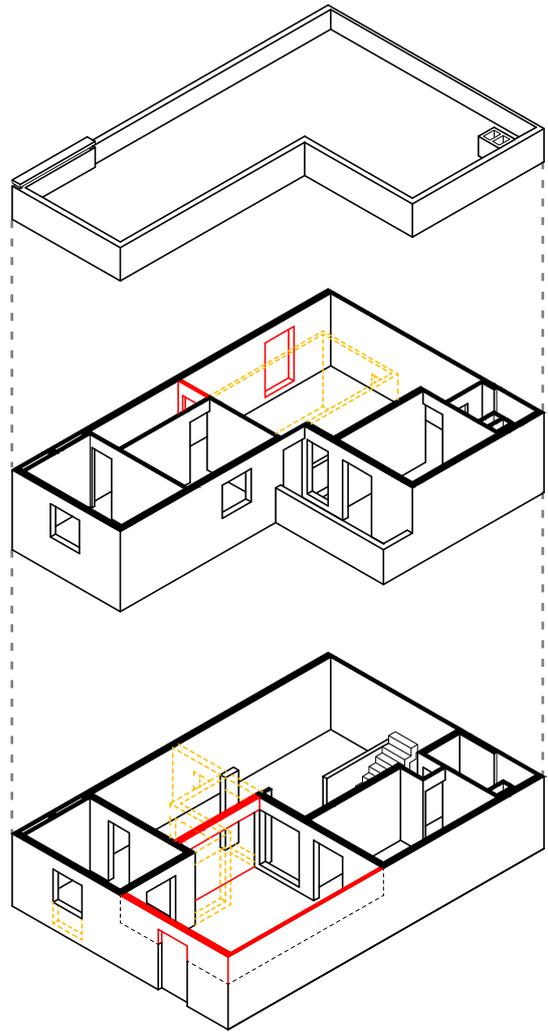
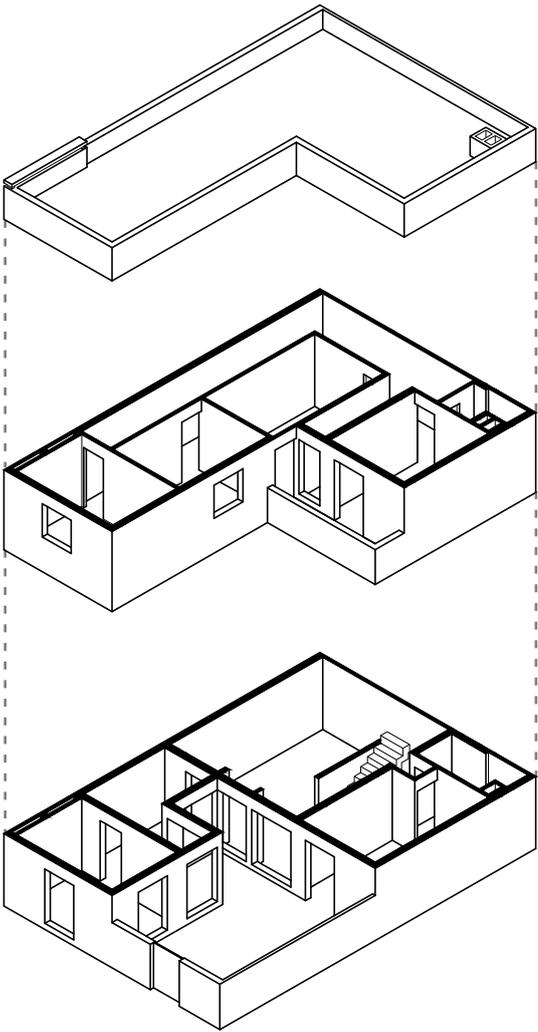


CASA INICIAL

Tipologia T5
2008

CASA ATUAL

Tipologia T4
2016



Modos de habitar

FIRMITAS

A casa da família Murteira surge no remate da banda de lotes justapostos da Rua Adriano Correia de Oliveira com o Largo 4 de Março. A análise desta habitação não revela a evolução planeada por ampliação ou subdivisão, mas sim a “desconstrução” de uma nova espacialidade. Atualmente habitada pela família Murteira, importa referir que esta corresponde à segunda ocupação da habitação motivada pela mudança da família inicial.

A habitação de tipologia T5 resultou do projeto de Álvaro Siza e satisfaz os moradores iniciais com a sua forma em “L”, limitada ao primeiro andar de altura e construída em torno de um pátio. O espaço interior dialogava com o espaço exterior através de aberturas de vãos para o pátio e para o espaço público, onde eram evidentes as ligações visuais com o exterior permitidas pela altura do muro de 1,50 metros. O pátio surgia como um espaço intermédio entre o exterior e interior, o público e privado e como primeiro espaço da casa era o único acesso ao interior da habitação.

Quando a família Murteira se mudou para um dos 100 fogos da CHE Boa Vontade, este sofreu importantes alterações que não estavam previstas no projeto inicial. Tratou-se de uma série de transformações espaciais que do ponto de vista dos novos moradores, “qualificaram” o espaço e deram forma às novas necessidades familiares. A estrutura, do ponto de vista exterior, mantém a forma em “L” limitada ao primeiro andar com um pátio exterior privado, onde a única transformação visível do exterior surge com a elevação do muro para a altura de 2,50 metros, que assegurou uma maior a privacidade e segurança da habitação. Quanto às transformações interiores, estas tiveram origem na necessidade de adaptação do espaço aos modos de vida do novo núcleo familiar, inicialmente composto por António Murteira e Maria Manuela e respetivos, mãe e pai.

“Quando vim para cá em 2008, mudámos a habitação. O objetivo foi sobretudo ter mais luz, isso levou-me a fazer mudanças (...).”



81 . 82 Sala de estar, Casa Murteira, 2016

A habitação caracterizada pelos múltiplos espaços e já construída com a máxima capacidade tipológica, não se limitou ao plano do arquiteto baseado num sistema pré-definido de adição de espaços, nem construiu novos espaços segundo o método evolutivo. Evidenciamos uma evolução espacial, conseguida através da demolição de paredes interiores o que permitiu maior flexibilidade interior e criou espaços amplos com mais luz. A habitação de certa forma “limitada” à evolução planeada pelo projeto, acabou por evidenciar novas formas de apropriação e deu origem a novas áreas, diferentes pela sua estrutura e configuração mas principalmente pela sua funcionalidade.

UTILITAS

Passados quase dez anos de vivência espacial, a família Murteira construiu uma habitação que evoluiu essencialmente ao nível da sua funcionalidade, eclodindo num processo não planeado pelo arquiteto que se caracterizou por uma evolução adaptada às necessidades de António Murteira e Maria Manuela.

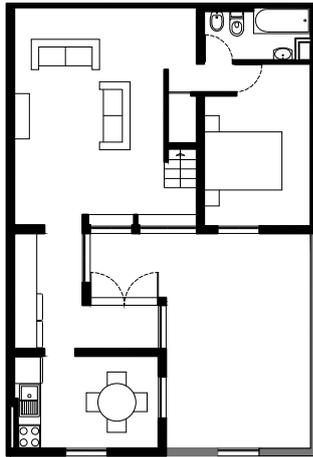
A habitação inicial que correspondia a uma tipologia T5 e cobria no piso térreo as principais funções com um quarto (1), cozinha (2; 4), instalações sanitárias (3), sala (5), espaço para lavagem roupas (7) e pátio exterior (6); expandia-se para o primeiro piso através de um lance de escadas de acesso aos quatro quartos (1) e instalações sanitárias (3).²⁹ Atingida a máxima capacidade tipológica e “não permitida a construção de anexos ou cobertos, nem arrecadação de veículos”³⁰ no pátio exterior, a evolução surgiu com o desmantelamento do espaço interior.

A família Murteira composta inicialmente por quatro pessoas estimulou a metamorfose do espaço e alterou a composição do piso térreo com um quarto para o pai de António Murteira(1), uma cozinha (2), instalações sanitárias (3) e uma sala (4;5). O desejo de espaços amplos e com mais luz, de uma nova entrada e de um espaço para refeições, levou à reformulação do espaço de lavagem de roupas e tornou-o num espaço de recepção e refeição, onde foram introduzidos grandes envidraçados.

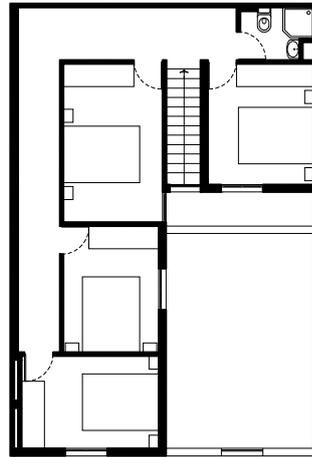
“No piso térreo existiam duas salas, além era uma sala e aqui era uma casa para serviços, lavar roupa. Nós tirámos esta parede, tinha aqui um armário, uma porta e algumas partes eram tapadas, tirámos isso tudo e fizemos tudo vidro. Deixámos este bocadinho para a chuva não entrar diretamente e até para não ficar frio, mesmo assim, no inverno isto fica um bocado frio. Se calhar vamos pôr aqui por fora uma espécie de cortina para criar aqui um microclima, dois ou três graus já ajudava. Mas se não fosse este envidraçado a sala era escura, antes até dava a sensação que a sala era funda, parecia que descia.”

29. A distribuição funcional da habitação inicial não dispôs de informação da anterior família, por conseguinte, descreve-se a habitação por analogia à habitação-tipo planeada pelo arquiteto Álvaro Siza. A análise da alteração funcional dos espaços surge posteriormente, em 2007, com a mudança da família Murteira para a habitação.

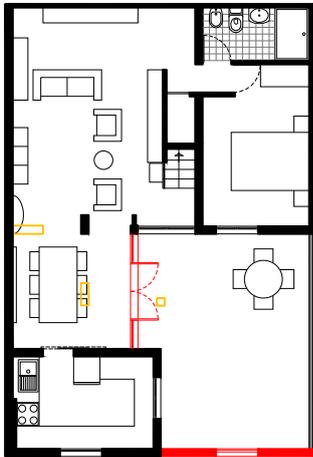
30. Álvaro Siza Vieira, “Plano de Pormenor de uma área de 27ha integrada no Plano de Expansão Oeste de Évora” (Câmara Municipal de Évora, 1977) disponibilizado pelo Arquivo da Câmara Municipal de Évora, 2016



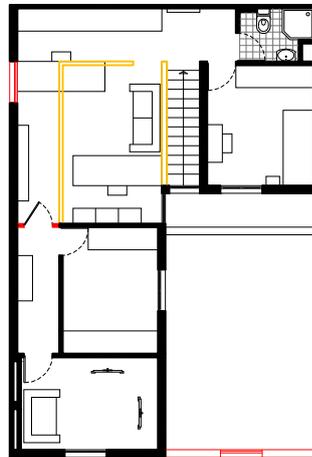
piso térreo
Casa Inicial . Tipologia T5 . 2008



primeiro piso



piso térreo
Casa Atual . Tipologia T4 . 2016



primeiro piso

Presenciamos uma nova espacialidade que transformou por completo a zona de entrada do piso térreo, por um lado com uma nova amplitude e incidência de luz direta sobre a área, por outro, com a alteração das funcionalidades do espaço existente. Evidencia-se que balcão da cozinha aumentou e ocupou todo o seu perímetro e no espaço anterior de serviços surgiu uma mesa de refeições, exterior à cozinha e beneficiada pela abertura de vãos.

A mudança para uma casa no Bairro da Malagueira correspondeu às dificuldades do pai de Maria Manuela e a mãe de António Murteira, que vivenciaram mais facilmente o espaço público, pela proximidade da habitação a diferentes serviços e espaços de lazer. Embora com a ausência de ambos desde 2016, António Murteira e Maria Manuela continuam a habitar no grande conjunto habitacional, apenas adaptando a habitação às novas exigências pessoais.

O núcleo familiar composto duas pessoas atualmente, evoluiu a habitação de tipologia T5 para uma de tipologia T4, conseqüente de uma transformação no primeiro piso que alterou a funcionalidade dos quartos para áreas de trabalho - escritório e atelier - e arrumos. O primeiro piso encontra-se composto por um quarto para visitas (1), dois espaços de trabalho (8) e um espaço de arrumos (9)³¹. Estes novos espaços foram explicados por António Murteira como sendo o resultado das necessidades do casal:

“(...) Eu agora trabalho aqui em cima, faço a revista e escrevo. Isso levou-me a fazer algumas mudanças: anteriormente aqui tinha uma parede alta e uma porta pequenina e portanto tinha muito menos luz e dava uma sensação, quer para as escadas quer para aqui, que era apertado. Tirámos essa parede toda aí e ficou assim como está agora. Abri-mos esta janela, pela mesma razão, para ter mais luz. Em relação aos restantes espaços ficaram para a Maria Manuela para pintar e para passarmos a ferro e o outro é para ela ter vestidos, sapatos, tem muita coisa.”

A casa Murteira evoca uma nova e diferente noção de evolução conseqüente do desejo de qualificar a habitação, sem necessitar de expandir o espaço para o exterior. No pátio privado que a família Murteira nunca tencionou ocupar, surge a elevação do muro permitir uma vivência mais privada do interior em relação ao espaço público da rua.

“Há quem ponha uns beirais ou uns telheiros. Eu não, o pátio é para entrar a luz e dar outra dimensão à casa. Mas as pessoas têm muito limoeiros, laranjeiras, isto já cá estava. É uma parreira selvagem, de verão isto é fundamental e fica verde, o que embeleza a casa; e tem a vantagem de como é folha caduca, de inverno a folha cai e por isso não rouba luz à casa.”

31. Distribuição funcional dos espaços: 1 - dormir; 2- alimentação-preparação; 3 - higiene pessoal; 4 - alimentação-refeições; 5 - estar; 6 - recreio; 7 - tratamento de roupas: lavagem, secagem, passar ou costurar; 8 - trabalho; 9 - arrumação; baseado no estudo de Nuno Portas in Nuno Portas, *Funções e Exigências de Áreas da Habitação*, Informação Técnica - Edifícios 4 (Lisboa: MOP Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1969).



83 . 84 Segundo andar - vista exterior e interior, Casa Murteira, 2016

A habitação inicial de tipologia T5, corresponde atualmente a uma tipologia T4. De certa forma, esta nova experiência maioritariamente interior e a nível funcional, teve um papel significativo na forma como a casa evoluiu, interior e exteriormente e leva-nos a questionar se evoluir não é também “desconstruir”.

VENUSTAS

O imperativo visual tornou-se, desde o princípio, numa das principais preocupações de Álvaro Siza. O plano do arquiteto e a forma como este desenhou o espaço e regulamentou a sua transformação, embora permita a evolução espacial, potenciou o limite de expansão do bairro onde apenas 25% das habitações evoluíram. A maioria das evoluções ocorreram no interior e não comprometeram o aspeto geral do bairro, esta condição só foi possível com a implementação de um regulamento, essencial para o rigor visual e constante na construção das 1200 habitações:

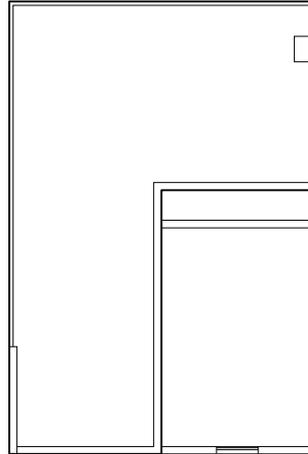
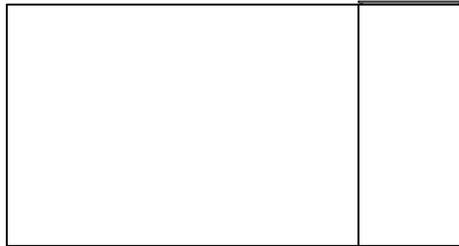
- “8) Exterior rebocado e caiado a branco, coberturas em terraço, esquadrias em madeira ou ferro esmaltado, drenos no logradouro
- 9) Proibição de saliências para além dos alinhamentos previstos no 1º e 2º pisos ou elementos arquitectónicos apostos
- 10) Abertura de vãos na fachada limitada em número e dimensão máxima. Permitido guarnecimento em reboco, com saliência máxima de 1cm, podendo ser caiado com as cores tradicionais (ocre, azul, cinza, verde, rosa) (largura 20 cm)”³²

As especificações exigidas refletem o aspeto visual constante que atualmente presenciamos no bairro, mas certas transformações, inicialmente não autorizadas pelo arquiteto, surgiram na casa Murteira. Na habitação surgiu a abertura de um vão na fachada lateral e uma modificação no vão de acesso ao piso térreo, contudo, estas alterações não mudaram a perceção visual exterior e ao contrário da Casa Garcia, na Casa Murteira não foram adicionados novos revestimentos ou adornos. A rigidez do regulamento de construção permitiu a permanência da imagem inicial do bairro, assim como o arquiteto afirmou:

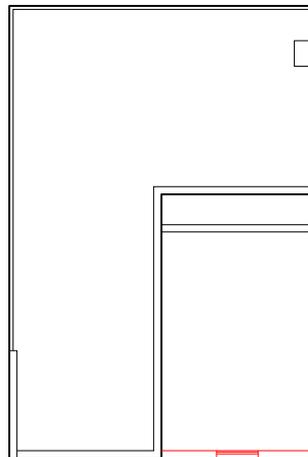
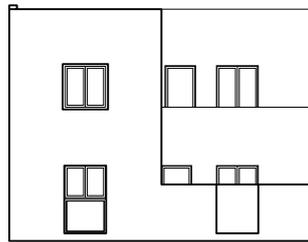
“As apropriações são mais ou menos marcantes, não interessa saber se são do meu agrado, previa que isso acontecesse. Anima-me que isso aconteça, porque significa uma relação de cada um com a casa, não uma submissão [ao projecto]. Mas o facto é que o carácter da Malagueira resistiu perfeitamente às intervenções (...)”³³

32. Álvaro Siza Vieira, “Plano de Pormenor de Uma Área de 27ha Integrada No Plano de Expansão Oeste de Évora” (Câmara Municipal de Évora, 1977) disponibilizado pelo Arquivo da Câmara Municipal de Évora, 2016

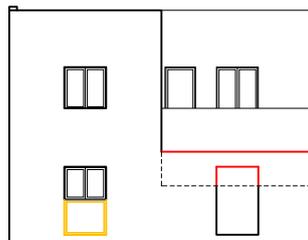
33. Entrevista a Álvaro Siza Vieira in Mário Gomes, “Factores de Apropriação e Construção Identitária em torno da Casa: Estudo de Caso - Bairro Da Malagueira / Siza Vieira: Volume II - Apêndices e Anexos” (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2013) p.40



Casa Inicial . Tipologia T5 . 2008



Casa Atual . Tipologia T4 . 2016



A uniformidade do Bairro da Malagueira foi preservada por Álvaro Siza através de dois importantes elementos, a construção de uma chaminé na sua altura máxima e a existência de um muro ao nível do primeiro andar. Estas duas constantes permitiram de certa forma, o controlo visual do crescimento da habitação: a primeira determinou a volumetria e superfície de alçado máxima e a segunda - embora posteriormente definida com mais duas possíveis alturas - tornou a evolução interior impercetível do exterior.

“Este foi um caso muito discutido, uma grande parte dos habitantes não queria o muro alto, quando eu vi qual era a divisão de opiniões eu decidi que quem quisesse o muro baixo tinha o muro baixo, as pessoas optaram. Interessante nisso é que com o correr do tempo, muitos dos que tinham o muro baixo o levantaram porque se aperceberam das vantagens que daí vinham – porque ficaram com mais uma sala ao ar livre.”³⁴

A construção de um muro com uma altura mínima de 1,50m e máxima de 3,50m, possibilitou ao morador escolher uma menor ou maior ligação entre a privacidade do espaço interior e o espaço público exterior. A permeabilidade entre o interior e o exterior era maior quando o muro surgia com 1,50m, permitindo uma maior convivência com o espaço da rua, inicialmente de circulação exclusiva de peões. Consequência de alterações significativas como a massificação do uso do automóvel, o espaço público transformou-se num lugar de circulação automóvel e estacionamento permanente. Ao compararmos a apropriação exterior do espaço público do Bairro Alto do Moinho com a vivência exterior do Bairro da Malagueira, podemos concluir que esta se tornou praticamente inexistente.

A ausência de diálogo entre o interior da habitação e o exterior público, elevou o muro para uma altura entre os 2,50m e os 3,50m em mais de 30% das habitações. Inicialmente construída com um muro de 1,50 metros, a casa da Murteira também elevou o muro até uma altura de 2,50m para uma vivência interior privada do exterior, onde existe de facto uma sala ao ar livre.

O regulamento também especificava que não era permitida a ocupação do pátio com construções mas recomendava que a área de logradouro devia ser ajardinada ou coberta por trepadeira para um maior conforto ambiental.³⁵ António Murteira fala sobre a parreira selvagem e a forma como este elemento verde influencia a vivência interior da habitação e transforma a sua imagem conforme a estação do ano, permitindo a entrada de luz no inverno para aquecer o interior e cobrindo o mesmo no verão, de forma a amenizar e criar um microclima. A apropriação do pátio com elementos verdes tornou-se uma transformação recorrente no bairro, onde 35% das habitações recorreram à implantação de árvores, parreiras e jardins, para satisfazer as necessidades ambientais.

34. Ibid. p.41-42

35. Álvaro Siza Vieira, “Plano de Pormenor de Uma Área de 27ha Integrada No Plano de Expansão Oeste de Évora” (Câmara Municipal de Évora, 1977) disponibilizado pelo Arquivo da Câmara Municipal de Évora, 2016



85 . 86 Pátio exterior, Casa Murteira, 2016

A rigidez visual característica do bairro, só foi possível porque a maioria das transformações ocorreram no interior e não ostentaram para o exterior. A família Murteira seguiu o mesmo desígnio, onde o conforto entre a vida familiar e a vida artística convive numa casa transformada pelas aspirações de António Murteira e Maria Manuela. Após a vivência de quase uma década, a evolução morfológica foi significativa para o conforto ambiental e visual, com uma habitação com mais luz e melhor vivência interior. Contudo, dentro do domínio estético e simbólico, as mudanças que percebemos do exterior continuam a ser mínimas, permanecendo a imagem intocável do volume branco inicial.



3.2.3 CASA COLAÇO . COOPHECAVE

Modos de viver

No princípio evolutivo, a “previsão da incidência da evolução social sobre as formas do habitar” surge para que as habitações desenhadas sejam “capazes de responder aos projetos de diversificação e à mobilidade crescente da sociedade urbana”³⁶. A noção que o crescimento da habitação é indissociável do crescimento da família, foi a premissa base para o desenho da solução tipológica que encontramos no Bairro de COOPHECAVE e de forma subsequente, na casa Colaço.

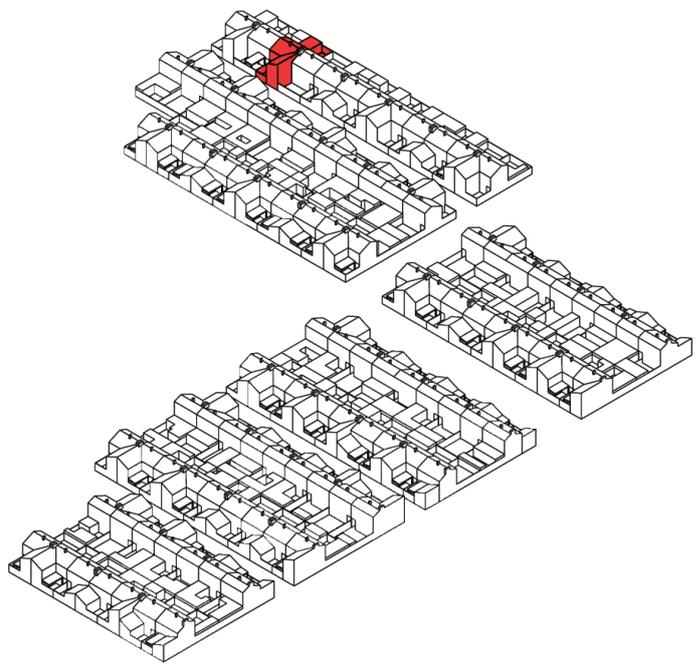
No final da década de 80, a Cooperativa de Habitação Económica de Castro Verde divulgou a construção de um novo bairro, a fim de providenciar uma habitação a cada agregado familiar inscrito. Maria Ana Colaço, colaboradora na empresa SOMINCOR, tornou-se numa das cooperantes com o objetivo de adquirir uma habitação no concelho de Castro Verde, perto da empresa mineira. Quando o novo bairro que terminou a sua construção em 1990, ainda jovem, Maria teve direito a uma habitação, no início de tipologia T2, mas que reunia as condições suficientes para si e para a sua filha.

A família Colaço cresceu e como consequência do aumento do agregado familiar, em 1998, também a habitação aumentou com a construção da tipologia T3 e extensão do interior para o pátio traseiro. A casa composta por três quartos embora correspondesse espacialmente às necessidades do agregado familiar, na viragem do milénio surgiram novas transformações. Com o nascimento de Catarina, a família Colaço optou pela construção de uma nova fase habitacional e em 2004 a habitação alcançou a máxima tipologia de T4.

A casa Colaço é o resultado de diferentes transformações, umas delineadas pelo projeto de Nuno Portas, Manuela Fazenda e Isabel Plácido, outras resultado do vasto espaço exterior livre que incitou à apropriação e possibilitou a extensão da vida interior da habitação com novas construções e vivências no espaço exterior livre.

A evolução familiar determinou a evolução espacial da habitação, inicialmente habitada por Maria Ana Colaço e filha, respondeu às transformações do agregado familiar que passou a alojar

36. Nuno Portas, “Desenho e Apropriação do Espaço da Habitação,” *Revista Arquitectura*, 1968. p.124



88 . 89 Casa Colaço, Bairro de COOPHECAVE, 2016

três pessoas e anos mais tarde quatro, com o nascimento de Catarina. Os filhos nascem, crescem e vivem ocasionalmente num espaço que também reflete a mudança de hábitos e rotinas, onde os quartos que outrora cumpriram funções primárias, se transformaram em espaços de lazer. A família cresce no “lugar entendido não como um resultado de uma operação aritmética, mas como espaço que a pessoa transforma, ao atribuir-lhe valor emocional. Espaço ainda como conclusão de um processo de apropriação”³⁷ que parte de um núcleo inicial mínimo e atinge uma tipologia máxima, desta forma a família cresce e a casa cresce com ela.

37. Isabel Bolas, “Queremos Uma Casa” (Prova Final de Licenciatura, Departamento de Arquitetura da F.C.T. da Universidade de Coimbra, 1998). p.48

Modos de habitar

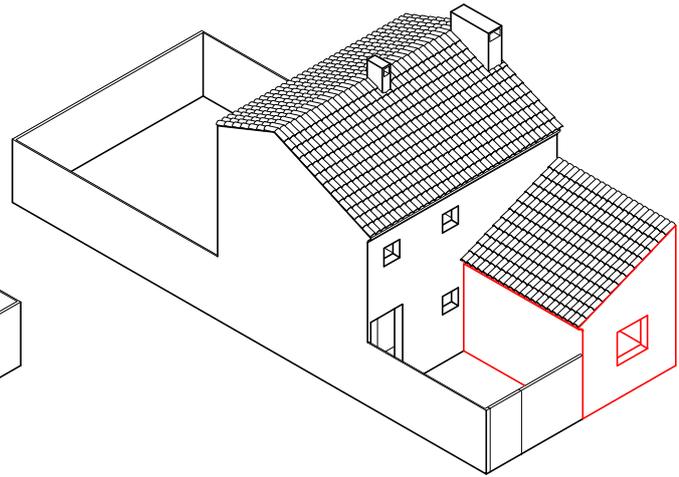
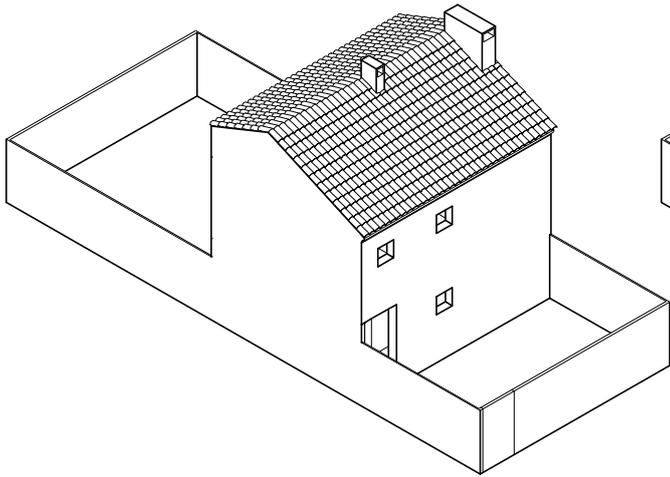
FIRMITAS

A casa da família Colaço surge na última banda de habitação do Bairro de COOPHECAVE e ao contrário das restantes, não confina, na parte posterior, com uma habitação de igual desenho ou forma. Consequentemente, esta habitação tem acesso por duas frentes de rua, uma pela Rua Principal de Entradas e outra pela secundária construída posteriormente, a Rua de Albernôa. A área de construção inicial definida por um bloco transversal ao lote longitudinal de 130 m², ocupava apenas 1/3 da área útil do lote, no espaço restante surgiram dois pátios para posterior evolução; um pátio frontal para a construção planeada e um traseiro, no interior do quarteirão, para ocupação livre.

A habitação inicial de Tipo 2, caracterizada por um bloco de dois andares, sofreu uma transformação com o aumento do agregado familiar e construiu a primeira fase de evolução - por ampliação - em 1998. Construída segundo a tipologia T3 do projeto de Nuno Portas, a habitação expandiu-se pela adição de um novo volume no piso térreo que sucumbiu metade do pátio frontal e perfez o limite do lote, visível do espaço público.

A adição de volumes tornou-se a principal evolução estrutural das habitações do bairro, era uma evolução planeada para o espaço frontal que surgia em oposição à ocupação livre do pátio traseiro, que estava à mercê das escolhas individuais de cada morador. Desta forma, a única evolução visível do espaço público era a evolução planeada pelo arquiteto, assim, a evolução no pátio posterior, não sendo visível do exterior também não influenciava a forma da habitação nem comprometia a imagem do conjunto.

Seguindo o mesmo preceito, a segunda fase de evolução da casa Colaço surgiu ainda em 1998 com a expansão do espaço interior para o pátio traseiro e supressão do corredor lateral exterior.

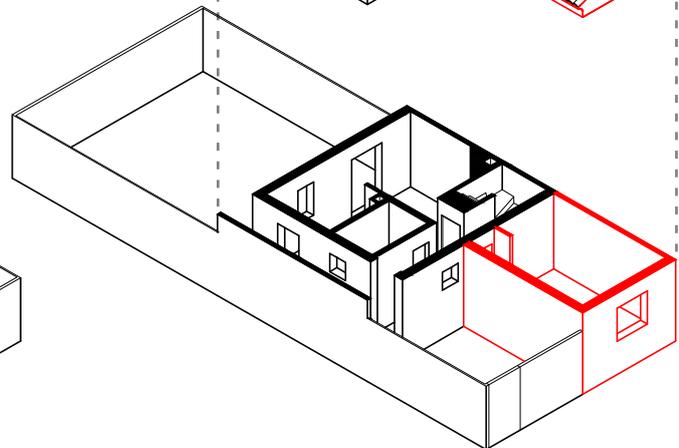
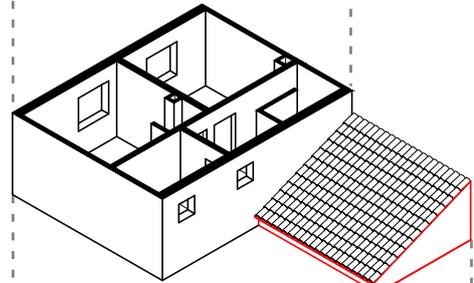
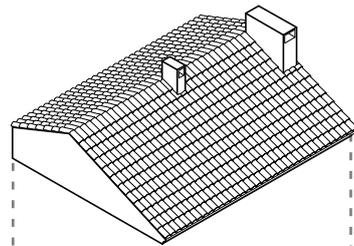
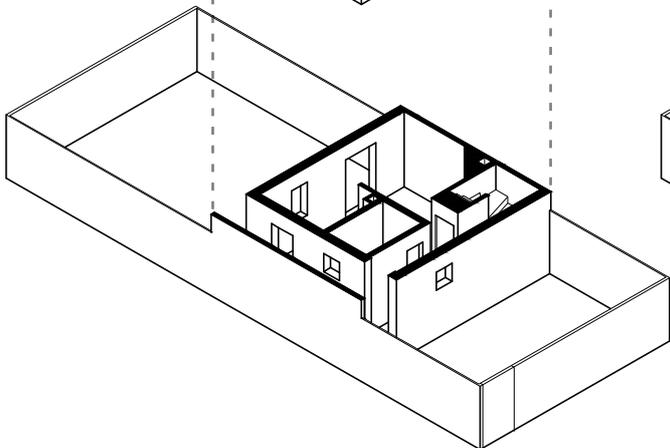
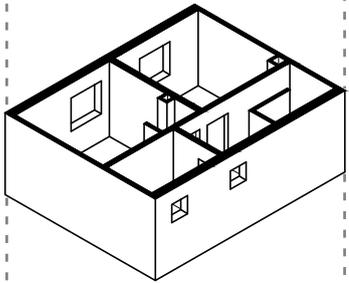
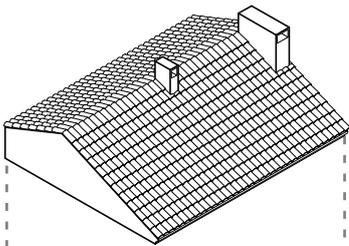


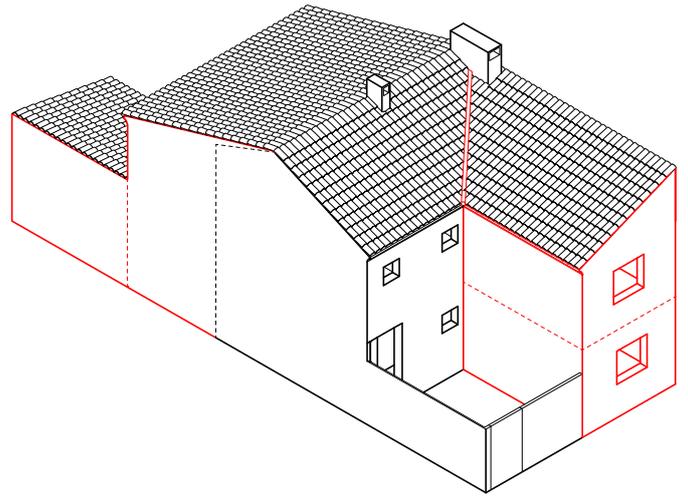
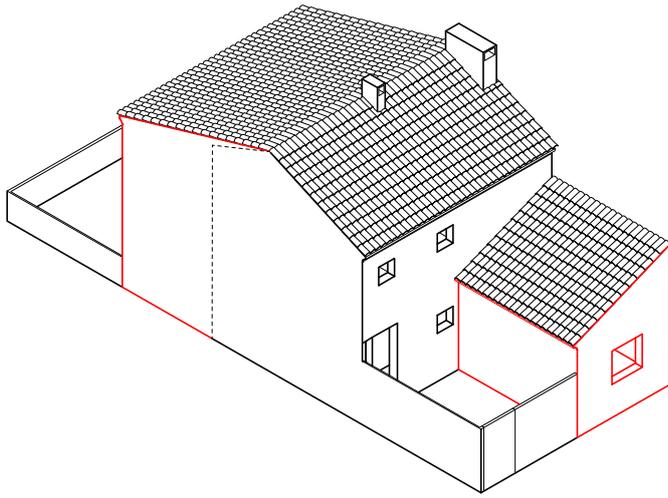
CASA INICIAL

Tipologia T2
1990

FASE I

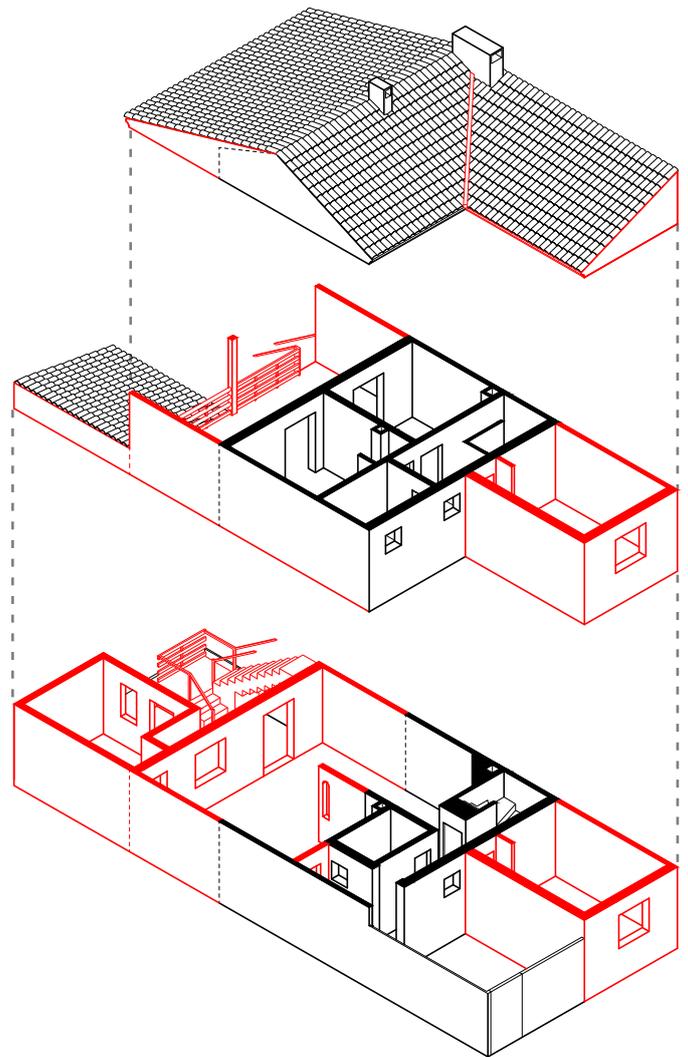
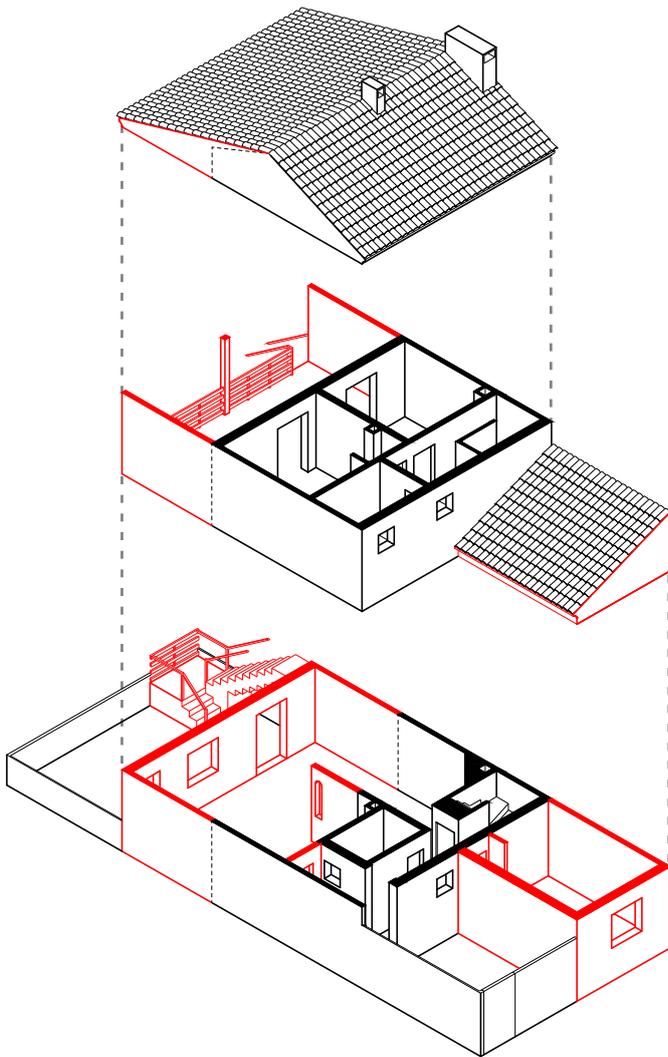
Tipologia T3
1998





FASE II
Tipologia T3
1998

CASA ATUAL
Tipologia T4
2016





A evolução não prevista pelo projeto inicial mas construída segundo as vontades familiares, ampliou o piso térreo ocupando quase metade do pátio traseiro e sobre esta expansão foi criado um terraço no primeiro piso, coberto pela extensão do bloco de duas águas. O corredor lateral exterior, com o propósito inicial de ser uma passagem para o espaço traseiro - onde era possível construir até uma segunda casa³⁸ - não condicionou o crescimento e foi precisamente por ser um espaço com diversas possibilidades, que a sua supressão ocorreu sem consequências para a forma da habitação.

O crescimento do núcleo familiar, composto por um casal com duas filhas, levou à construção das fases descritas anteriormente. Contudo, a evolução não se limitou a cumprir carências espaciais e voltou a transformar a habitação em 2004 com a terceira e última fase. A habitação de tipologia T3 com a sala expandida, evoluiu formalmente para o pátio frontal com a adição de um novo espaço no primeiro piso, que aumentou o volume existente e alcançou a tipologia máxima de T4. Em simultâneo, no pátio traseiro surgiu um volume anexo que se assemelhou ao volume de um piso e uma água. Quando questionada sobre a espacialidade da habitação, Maria Colaço continua a apontar algumas insatisfações:

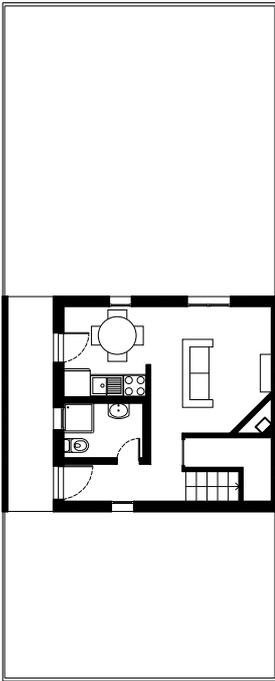
*“Ai as falbas, as falbas... A principal falba é o corredor, detesto aquela parte de entrada. Fica tão apertadinho, não gosto nada, se eu pudesse mudava, só que aquela parte é mais complicado de mudar. Por exemplo, aquelas casas que não existiam e depois se construíram, já têm o hall de entrada diferente, maior. A arquitetura é praticamente igual mas tem essa diferença do hall ser mais amplo. Essa parte é que eu não gosto mesmo nada, eu gostava de entrar em casa e ter um sítio mais amplo.”*³⁹

A falta de espaço foi um problema solucionável, como analisado, a casa cresceu e expandiu-se de variadas formas, umas planeadas outras nem tanto, contudo, a habitação de forma “aberta” por mais evoluída que se encontre, continua suscetível à alteração dos espaços existentes; como é o caso do espaço de entrada que continua a ser um problema para a família Colaço.

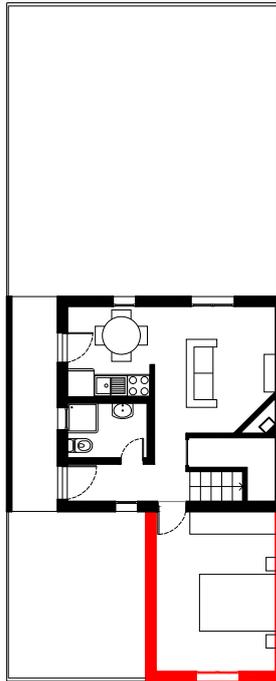
Atualmente deparamo-nos com uma habitação que dobrou a área útil inicial de 82 m² e se define por uma habitação que cresceu da tipologia T2 para a tipologia T4, assimilando o volume inicial e

38. Nuno Portas in “Concurso público para apresentação de soluções de projectos de Habitação Evolutiva,” *Jornal Arquitectos*, 1987, 60 p.10

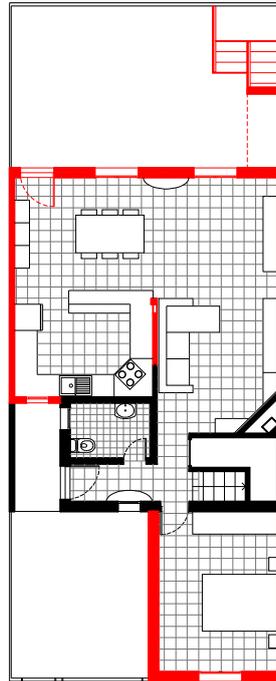
39. As habitações mencionadas por Ana Colaço correspondem às habitações dispostas no seguimento da banda de habitação do projeto inicial de Nuno Portas, posteriormente construídas segundo um projeto de iniciativa privada. A sua semelhança com as habitações da CHE Coophecave surgiu no Regulamento de Construção (1988), que descreveu ser importante “procurar-se a desejável unidade arquitectónica e construtiva, quando não sejam utilizados os projectos-tipo disponíveis”. In Nuno Portas, Manuela Fazenda, and Isabel Plácido, “COOPHECAVE/ Habitação em Castro Verde - Memória Descritiva” (Câmara Municipal de Castro Verde, 1989).



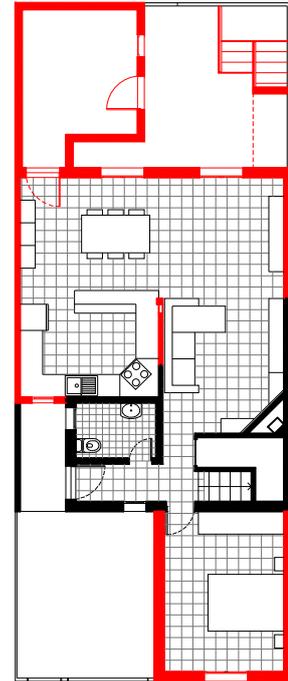
Casa Inicial . 1990
Piso térreo



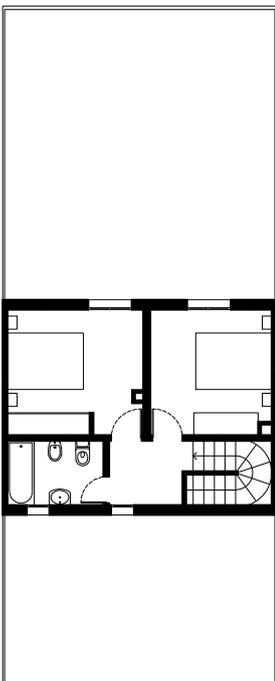
Fase I . 1998



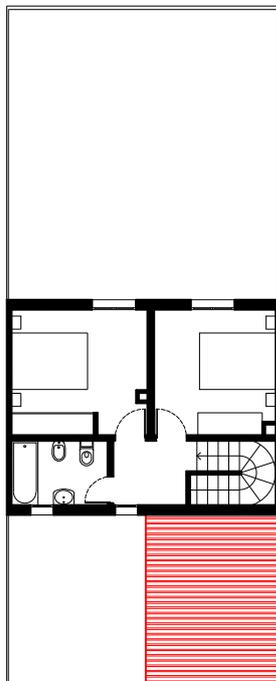
Fase 2 . 1998



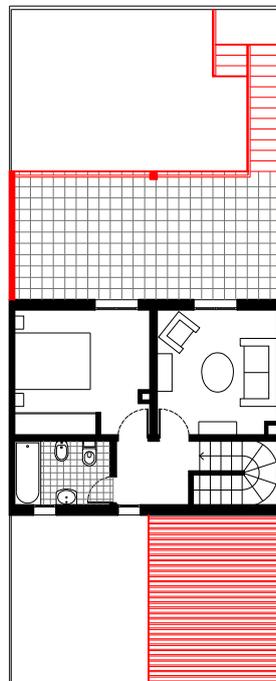
Fase 3 . 2004



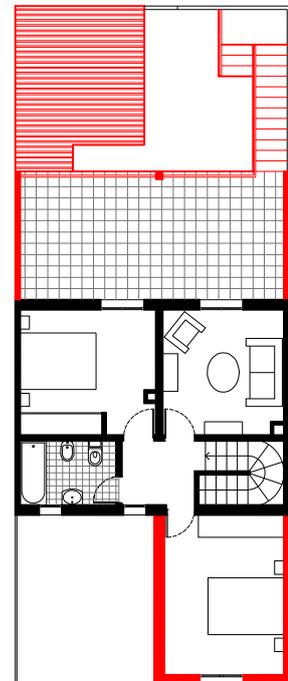
Casa Inicial . 1990
Primeiro piso



Fase I . 1998



Fase 2 . 1998



Fase 3 . 2004

transformando-o morfológicamente. Estamos perante uma habitação que evoluiu e construiu sobre o espaço livre, materializando um dos princípios que Nuno Portas designava como fundamental para esta tipologia de habitação: permitiu a liberdade dos habitantes quer quanto à ordem das fases quer quanto a outras possibilidades de divisão e crescimento do espaço⁴⁰. Esta liberdade foi fundamental para a metamorfose espacial, mas também para funcionalidade do espaço.

UTILITAS

A habitação inicial dividiu a funcionalidade dos espaços por pisos e designou o piso térreo para as zonas comuns e de serviços, distribuindo num espaço amplo a cozinha e sala (2; 4; 5; 7), instalações sanitárias (3) e escadas de acesso ao primeiro piso, definido por uma zona mais privada de dois quartos (1) e instalações sanitárias (3).⁴¹ Para Maria Colaço e a sua filha, a habitação inicial era suficiente - “pequenina e acolhedora” como descreveu - no entanto no ano de 1998, com a expansão do núcleo familiar, também o espaço sofreu transformações:

“A casa já era pequenina, não dava para todos e tivemos necessidade de alterar. Mas não foi feito tudo ao mesmo tempo. Primeiro acrescentámos aqui o quarto no piso térreo, depois mais tarde quando a outra filhota nasceu fizemos o outro quarto por cima deste.”

A primeira operação de evolução surgiu com a adição de um volume no piso térreo para o pátio frontal que construiu mais um quarto (1) para resolver questões de privacidade e conforto. Ainda no ano de 1998, uma segunda fase de evolução surgiu com a expansão da zona comum da habitação para solucionar o dimensionamento da sala e da cozinha. Esta extensão foi uma das transformações não planeadas mais recorrente nas habitações do bairro, que alterou significativamente o volume inicial em três pontos: ampliou a dimensão da cozinha; suprimiu parcialmente o corredor de comunicação existente entre os dois pátios e o alçado posterior com dois vãos, manteve o mesmo alinhamento dos vãos do piso superior⁴². O aumento do espaço interior surgiu na casa Colaço com uma ampliação de 3,50m nos espaços da sala e da cozinha, ocupando parte do pátio traseiro.

40. Nuno Portas in “Concurso público para apresentação de soluções de projectos de Habitação Evolutiva,” *Jornal Arquitectos*, 1987, 60 p.10

41. Distribuição funcional dos espaços: 1 - dormir; 2- alimentação-preparação; 3 - higiene pessoal; 4 - alimentação-refeições; 5 - estar; 6 - recreio; 7 - tratamento de roupas: lavagem, secagem, passar ou costurar; 8 - trabalho; 9 - arrumação; baseado no estudo de Nuno Portas in Nuno Portas, *Funções e Exigências de Áreas da Habitação*, Informação Técnica - Edifícios 4 (Lisboa: MOP Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1969).

42. “Proposta de Alteração e ampliação do rés-do-chão de uma moradia” (Câmara Municipal de Castro Verde, 1991), documento disponibilizado pelo Arquivo da Câmara Municipal de Castro Verde, 2016



93 . 94 Expansão da sala de estar e da cozinha, Casa Colaço, 2016

“A cozinha era muito pequenina. Aqui não tinha balcão e era uma porta aberta para a sala. O balcão era assim só uma parte e achámos que fechar o corredor exterior foi uma mais valia porque não o utilizávamos para nada.”

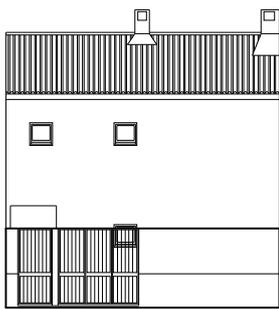
O dimensionamento do espaço amplo comum, embora sem barreiras físicas, dividiu visualmente a sala de estar (5) do espaço da cozinha. A sala tornou-se num espaço mais confortável pela sua maior dimensão e a cozinha expandiu substancialmente o balcão (2) e adicionou um espaço para refeições (4). Aproveitou-se a expansão do piso térreo para se ampliar também o primeiro piso e construir um terraço, um novo espaço que se interligou com o pátio traseiro através de umas escadas exteriores à habitação. Um “acesso mais rápido” entre os dois pisos, proporcionou a este espaço novas vivências e diferentes funcionalidades (6).

A última fase de evolução ocorreu no ano de 2004 com duas alterações: a expansão do primeiro piso para o pátio frontal que evoluiu a habitação de tipologia T3 para tipologia T4 e a construção de um anexo no pátio posterior.

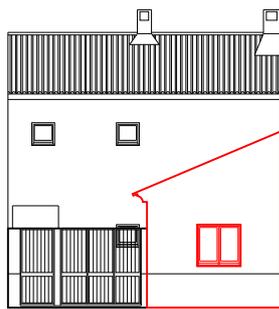
“(...) não tínhamos necessidade de mais quartos, porque já tínhamos cada um o nosso quarto, um para uma e outra filhota e o nosso é lá em baixo. Então aqui fizemos uma salinha para elas estarem mais à vontade e para estudarem.”

Maria Colaço afirma que cada pessoa tinha o seu espaço individual e a habitação era suficiente para o agregado familiar, mas a necessidade de construir mais um compartimento foi crucial para a complementar com um espaço isolado de trabalho e estudo (8). Os índices de ocupação e privacidade estabilizaram com uma habitação de tipologia T4 e mesmo na tipologia máxima planeada, a habitação não se limitou a seguir o projeto pré-definido e voltou a transformar a habitação no pátio traseiro. Desta vez surgiu um volume isolado com um telhado de uma água, semelhante ao volume frontal, para albergar um espaço de arrumação (7;9) e colmatar o espaço de arrumação mínimo existente sob o bloco de escadas interior.

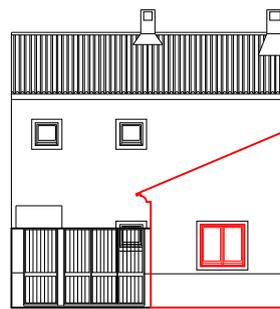
“(...) O anexo é um espaço que nós fizemos para ter arrumações, para arrumar a máquina de lavar roupa e essas coisas. Aqui por baixo das escadas tem um espaço de arrumação, mas não era suficiente para as coisas que nós tínhamos. Quanto a um anexo para guardar o automóvel não acho que era necessário. Depois também não o conseguia pôr cá dentro, nunca pensámos nisso. Há pessoas que fazem o telheiro e nem sequer põe lá o carro.”



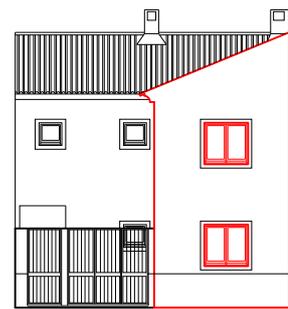
Casa Inicial . 1990
Alçado Frontal



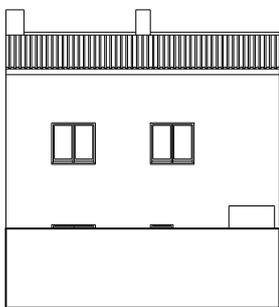
Fase 1 . 1998



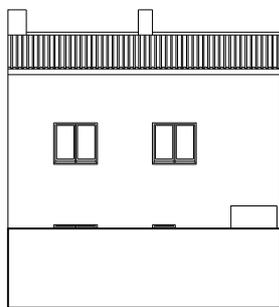
Fase 2 . 1998



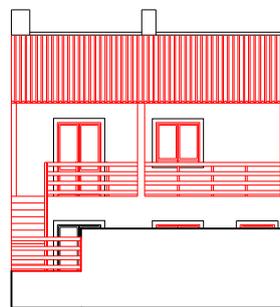
Fase 3 . 2004



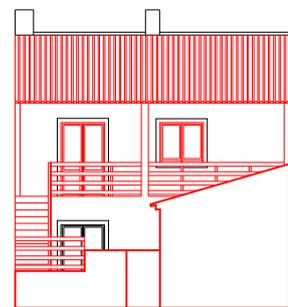
Casa Inicial . 1990
Alçado Traseiro



Fase 1 . 1998



Fase 2 . 1998



Fase 3 . 2004

Na casa Colaço não se construiu um anexo para o automóvel devido ao estacionamento facilitado ao longo das ruas e de acesso rápido à habitação, no entanto, verifica-se que esta adição foi recorrente em parte das habitações do Bairro de COOPHECAVE que adicionaram telheiros e em alguns casos anexos fechados. A construção de novos volume na Casa Colaço e a definição de novas funções, revelou algumas mudanças também ao nível da imagem da habitação.

VENUSTAS

A casa Colaço transformou-se no exemplo de uma habitação que construiu conforme o plano de Nuno Portas e a sua equipa, mas também segundo as suas necessidades. Corrigiram-se os índices de conforto, privacidade e ocupação com a adição de espaços de trabalho separados dos quartos, extensão dos espaços comuns e construção de novos volumes.

A metamorfose formal e funcional trouxe também consequentes alterações visuais, importantes para a perceção individual da habitação e geral do bairro. Comparada à proporção de 30% das habitações que evoluíram tipologicamente e ocuparam parte do pátio frontal, a apropriação excessiva do pátio posterior ocorreu em 75% das habitações. Um dos casos surge com a casa Colaço, que mereceu uma análise mais detalhada.

Procurámos dividir a transformação visual da habitação da família Colaço em duas partes, a evolução para o pátio frontal e a evolução para o pátio traseiro. A parte frontal adicionou um volume e de forma análoga às restantes habitações do bairro, respeitou as especificações mencionadas na memória descritiva do projeto que definia: “A cobertura em telha cerâmica sobre estrutura ligeira(...). O revestimento exterior das paredes e muros é de reboco caiado a branco ou cores claras, com rodapés e platibandas.”⁴³. No espaço do pátio que restou da operação evolutiva, a família Colaço construiu-se um pequeno jardim, um espaço agradável e confortável no exterior que se assemelhou a um espaço de receção, de forma a colmatar a problemática falta de espaço da entrada.

De forma paralela à evolução do pátio frontal, a habitação cresceu também para o pátio traseiro. Este pátio, designado anteriormente como um espaço onde era possível construir “sem regras” e sem influenciar a estrutura visível da habitação, pela sua localização impercetível do espaço público, tornou-se, no caso da habitação da família Colaço, uma exceção. Como consequência da sua localização numa banda de habitações com exclusivamente duas frentes de ruas, este pátio traseiro tornou-se visível do espaço público pela rua secundária de acesso. Não tendo sido construída uma “segunda casa”, este espaço surge densamente ocupado pela expansão da habitação

43. Nuno Portas, Manuela Fazenda, and Isabel Plácido, “COOPHECAVE/ Habitação em Castro Verde - Memória Descritiva” (Câmara Municipal de Castro Verde, 1989); disponibilizado pelo Arquivo da Câmara Municipal de Castro Verde, 2016



95 . 96 Pátios frontal e traseiro, Casa Colaço, 2016

e pela construção de um anexo, de umas escadas exteriores e de um espaço de barbecue. Este pátio caracterizado por Ana Colaço como inicialmente “*espaçoso e grande mas agora pequenino*” tornou-se num espaço secundário onde são realizadas as atividades mais privadas. Este pátio, embora exposto, continua a ser de menor visibilidade quando comparado com o pátio frontal.

Quando confrontamos o carisma desta habitação com os modelos de habitat estudados por Teresa Costa Pinto, identificamos que, de forma análoga, este tipo de habitação é concebido de forma tal que “estrategicamente, o jardim é colocado à frente, no espaço de acesso, enquanto a horta, os animais, os anexos, constituem a parte de trás da casa (...)”. Na casa Colaço a importância atribuída ao espaço frontal comparativamente ao espaço traseiro é preponderante e relaciona a “frente ao domínio do estético e do simbólico, enquanto a parte de trás está associada à vida quotidiana e ao domínio do funcional”.⁴⁴

44. Teresa Costa Pinto, “Modelos de Habitat, Modos de Habitar: o caso da construção clandestina do Habitat,” *Sociedade e Território*, 1998. p.39

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo realizado sobre o tempo de habitar de três experiências evolutivas, procurou-se compreender de que forma o arquiteto e o indivíduo transformaram a cidade e a habitação. Neste sentido, pretendeu-se analisar comparativamente as experiências e destacar as singularidades do processo de habitar, perante os diferentes métodos da organização do espaço.

“Todo o homem cria formas, todo o homem organiza o espaço e se as formas são condicionadas pela circunstância, elas criam igualmente circunstância, ou ainda a organização do espaço sendo condicionada é também condicionante.”¹

Se os tradicionalismos arquitetónicos entendiam o espaço como uma forma fechada, sem considerar as especificidades do quotidiano daquele que habita, a conceção de um princípio evolutivo dissolveu essa relação dicotómica entre o arquiteto e o indivíduo, para assim construir uma forma aberta de habitar e evoluir. Tal como afirmou Martin Heidegger: “Não habitamos porque construímos. Ao contrário. Construímos e chegamos a construir à medida que habitamos, ou seja, à medida que somos aqueles que habitam.”². Esta condição permitiu-nos compreender que “a essência de construir é deixar-habitar”³.

De todo o modo, acreditamos que o arquiteto detém a capacidade holística de pensar e organizar a cidade, o bairro e a casa. Perante isto, a questão prende-se sobretudo na perceção que cada arquiteto adquiriu sobre o princípio evolutivo, para construir e *deixar-habitar*.

1. Fernando Távora, *Da Organização do Espaço*, Série 2: Argumentos 13 (Porto: FAUP Publicações, 2008). p.73

2. Martin Heidegger, “Construir, Habitar, Pensar,” in *Ensaíos e Conferências*, trans. Marcia Sá Cavalcante Schuback, 8ª ed. (Petrópolis: Editora Vozes, 2002). p.128

3. Ibid. p.139

“Aqui no meio disto tudo há uma experiência muito importante, que é a da casa em pátio, a da casa evolutiva (...) [mas] tem algumas discrepâncias que estão na introdução da publicação da revista *Arquitectura* (...). Porque Silva Dias [afirmou] “eu digo como é que a casa se faz inteira e a seguir corto legos, e as pessoas vão lá depois pelos legos”(…) e eu disse “não não, aquilo que é interessante na casa evolutiva é que as pessoas possam ter soluções diferentes daquelas que as pessoas têm agora”. Isto dividiu-nos. Até por isto, é que ele no fundo não queria prescindir da projeção exaustiva de tudo e a minha era meta-projectual, algumas regras não todas (...) Quando Siza diz que o bairro da Malagueira é evolutivo, é mentira, as casas foram pensadas para não serem evolutivas e depois a seguir diz que podem ser evolutivas. Mas não fez alterações, as pessoas não podem fazer a casa diferente, não podem fazer aquele quarto diferente.”⁴

Construir no tempo foi a condição fundamental para a experiência da casa evolutiva; no entanto, tornou-se evidente que os métodos utilizados por cada arquiteto, díspares entre si, também divergiram do princípio base. Quando Francisco Silva Dias planeou o Bairro Alto do Moinho, aplicou o estudo sobre *Habitação Evolutiva* - realizado em parceria com Nuno Portas no LNEC - que tinha como base realojar o maior número de pessoas com os mesmos recursos, ainda que isso significasse uma área de habitar mais reduzida nas primeiras fases, garantia desde o início, a estabilidade e o conforto⁵. Apesar de partirem do mesmo estudo, o projeto de Silva Dias divergiu de um modo quase contrário à noção de “obra aberta” de Portas e da projeção exaustiva do módulo, surgiu um modelo de núcleo fechado, sobre o qual se podiam adicionar faseadamente novos espaços como se de peças de “legos” se tratassem. Esta solução delimitou o espaço de habitar às possibilidades planeadas pelo arquiteto que, conseqüentemente, condicionou o crescimento da forma. Silva Dias divergiu do princípio de habitação evolutiva - por ele designado como a “introdução do fator tempo na arquitetura”⁶ - com a conceção de uma casa inteira “cortada em legos”.

No caso de Álvaro Siza e apesar do mesmo não ter participado de forma direta no desenvolvimento da temática de habitação evolutiva, o seu método partiu de um princípio análogo que o próprio arquiteto afirmou ter sido essencial: “a flexibilidade – essa possibilidade de na mesma casa a pessoa, um dia, encontrar meios de a aumentar, quando a família cresce”⁷. Ao tentar designar a habitação-tipo do plano da Malagueira, deparamo-nos com cinco variantes de habitação sobre as quais selecionamos o primeiro esquema - desenvolvido em 1977 - como a unidade base do tecido

4. Entrevista a Nuno Portas in Mariana Carvalho, “Investigação em Arquitetura: o Contributo de Nuno Portas no LNEC: 1964-1974” (Dissertação de Mestrado Integrado, Universidade de Coimbra, 2012). p.309-311

5. Entrevista a Francisco Silva Dias in Ana Bordalo, “Bairro do Alto do Moínho: Estudo de Caso” (Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2006) p.139

6. *Ibid.* p. 143

7. Entrevista a Álvaro Siza in Mário Gomes, “Factores de apropriação e construção identitária em torno da casa: Estudo de Caso - Bairro da Malagueira / Siza Vieira: Volume II - Apêndices e Anexos” (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2013). p.40

urbano; quanto aos restantes, consideramos casos especiais e derivantes⁸. A tipologia arquitetónica, presente e disseminada pelo território, comprova a existência de uma construção evolutiva. No entanto, esta divergiu dos métodos de Silva Dias e Portas pela sua evolução condicionada e condicionante, onde é perceptível a existência de um método de construção que não deu margem para diferentes soluções das planeadas. Álvaro Siza desenhou a estrutura da macro-escala - plano - com a repetição da micro-escala - habitação - por forma a delimitar a evolução e a ordem de um plano que se estendeu, tanto no tempo de construção como no espaço de ocupação. A ordem do plano é regrada pela organização da micro-escala. Ao introduzir elementos como as chaminés e os muros exteriores elevados, o arquiteto definiu a altura máxima das habitações e induziu as transformações do interior privado, numa espécie de “microclima” fechado e invisível do espaço público.

Em contrapartida, para Nuno Portas, a condição essencial para a evolução da habitação passava pela criação de um espaço que não condicionasse as circunstâncias do indivíduo. O seu método consistiu na construção de um módulo inicial, com respetivas fases de evolução, mas caracterizado por uma “forma aberta” capaz de criar novas soluções. O projeto de habitação desenvolvido para o Bairro de COOPHECAVE, em parceria com Isabel Plácido e Manuela Fazenda, baseou-se neste mesmo princípio: o de “oferecer um suficiente grau de indeterminação sobre o quê e o quando construir, a partir de um embrião projetado”⁹. A oportunidade do indivíduo construir soluções diferentes das planeadas, foi permitida pelo vasto espaço exterior, deixado livre para o efeito. Esta liberdade para criar e construir, resultou do desígnio de “meta-projeto”, a partir do qual Nuno Portas ordenou a macro-escala - plano - de forma a criar uma estrutura coesa desde o início. A deliberação de espaços para construir segundo o planeado - pátio frontal - e para o crescimento espontâneo - pátio traseiro - permitiu que independentemente da apropriação, a forma seguisse a estrutura pré-definida das ruas e do quarteirão. Este modo meta-projetual de definir o espaço da cidade, caracterizou a evolução da habitação.

“(…) Nuno Portas foi aprofundando o conceito de “projeto urbano”, associando-o à importância seminal do traçado do espaço público, ou do “desenho do chão” como gosta de referir. Esse conceito, que transporta para o âmbito científico e pedagógico (...) permite-lhe defender a possibilidade de “desenharmos as cidades sem ter que desenhar os edifícios”; isto é, encarando a cidade como uma “obra aberta” à multiplicidade de autores e de processos edificatórios.”¹⁰

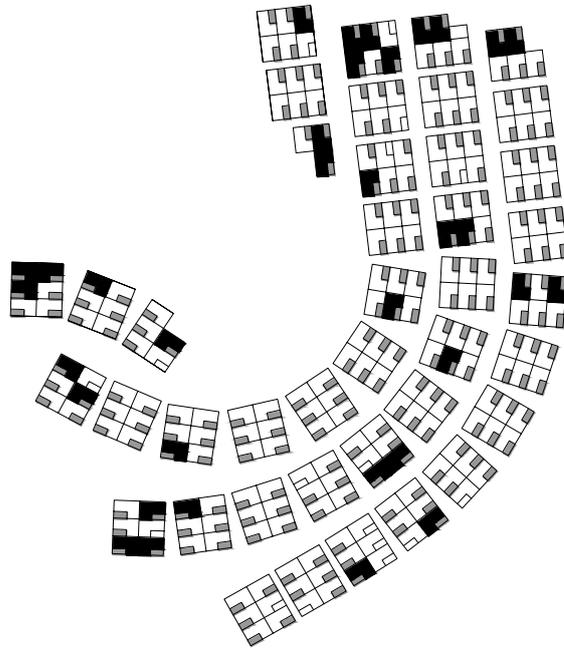
Perante a análise comparativa dos métodos de cada arquiteto, compreendemos que a sua divergência é consequente da organização do espaço a partir da habitação e da cidade. Enquanto Silva Dias e Álvaro Siza pensam a evolução a partir do fogo, onde o desenho da micro-escala

8. José Pinto Duarte, *Personalizar a Habitação em Série: uma Gramática Discursiva para as Casas da Malagueira do Siza*, Textos Universitários de Ciências Sociais E Humanas (Fundação Calouste Gulbenkian, 2007). p.90

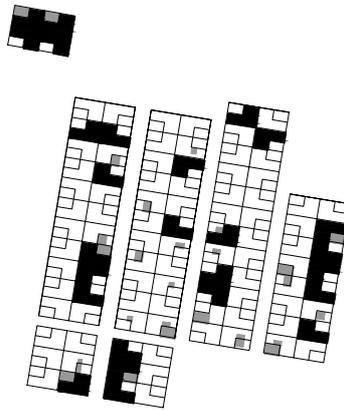
9. Nuno Portas in “Concurso público para apresentação de soluções de projectos de Habitação Evolutiva,” *Jornal Arquitectos*, 1987, 60

10. Nuno Grande, ed., “A Cidade como Obra Aberta,” in *O Ser Urbano: Nos Caminhos de Nuno Portas* (Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2012). p. 463

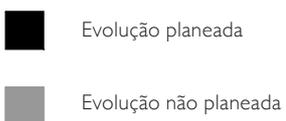
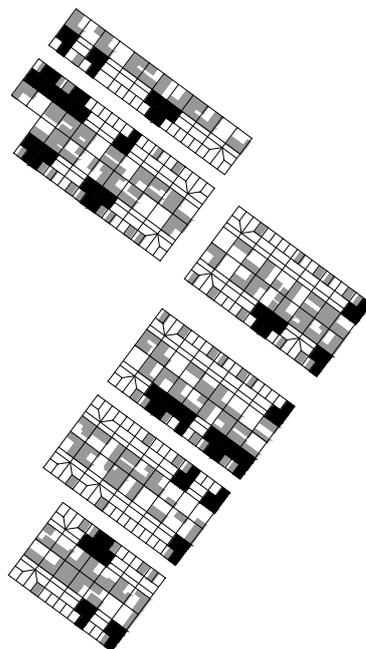
Bairro Alto do Moinho



Bairro da Malagueira



Bairro de Coophecave



mantém a estrutura da macro-escala e contém a sua evolução, Portas pensa o desenvolvimento a partir da cidade, ao definir as linhas gerais do quarteirão e libertar o espaço interior para a informalidade não planeada. “A questão da cidade enquanto “obra aberta” - por evocação do título de Umberto Eco”¹¹ - influenciou o pensamento urbano de Portas, que surgiu em oposição à necessidade que Silva Dias e Álvaro Siza têm de ordenar e controlar a evolução do espaço. Este receio do “espontaneísmo” e diferença na construção pelo próprio indivíduo, provém, segundo Nuno Portas, da falta de interesse em incluir a participação popular de tipo construtivo.¹² No decorrer do estudo da evolução das três urbanizações, apesar de presentes diferentes métodos de organizar o espaço de habitar, evidenciou-se que todas, de uma forma ou de outra, induzem à evolução. Com base nesta condição, tornou-se oportuno comparar as especificidades de cada uma e evidenciar o princípio de crescimento ou limitação das mesmas.

Em primeiro lugar, ainda sobre a projeção exaustiva de Francisco Silva Dias - que caracterizou a paisagem da encosta do Alto do Moinho com uma estrutura radial composta pela densa repetição de uma habitação-tipo - note-se que, o presente bairro teve origem em contextos sociais, económicos e políticos particulares. O seu desenvolvimento surgiu no período revolucionário, com base num compromisso com o FFH que tinha como prioridade realojar o maior número de pessoas com o mínimo de recursos. Perante este condicionamento económico, tornou-se necessário para efeitos de comparação entre as três urbanizações, ter em conta a área mínima disponível para a construção das 240 habitações do Bairro Alto do Moinho. O método que o arquiteto utilizou para a construção da habitação-tipo, como o próprio referiu, consistiu na evolução por adição de *legos*. Uma solução única para diferentes circunstâncias de uma população realojada, que, como era de esperar, rapidamente divergiu do seu preceito inicial.

Atualmente, passados 40 anos, a urbanização reflete as marcas de uma evolução espontânea que transformou o pátio exterior livre, na peça de lego que faltava para perfazer a “casa inteira” de Silva Dias. A urbanização evoluiu de forma “inimaginável e incontrollável”¹³ devido à massiva apropriação do pátio verificada em 93% das habitações. A evolução tipológica presente em apenas 17% das habitações, deveu-se à construção geral inicial de uma tipologia mais elevada - tipologia T3 - consequente de condições de financiamento que beneficiavam as famílias com custos e juros relativamente baixos¹⁴. Tido isto, a ocupação do pátio tornou-se na transformação mais recorrente, onde diferentes formas e feitios são presença constante; embora contida dentro do limite do lote, a construção no único espaço exterior livre levou à apropriação do espaço público na frente do

11. Nuno Grande, ed., “A Cidade como Obra Aberta,” in *O Ser Urbano: Nos Caminhos de Nuno Portas* (Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2012). p.101

12. “Quanto melhores são os arquitectos, mais querem fazer os seus bairros na cidade central e menos estão interessados em *empowerment* real porque tira “valor” teoricamente, ao arquitecto e ao engenheiro, porque entra o “espontaneísmo”, entra a diferença, entra tudo aquilo para que o arquitecto moderno do Estado-Providência foi treinado.” in Nuno Portas, *Os Tempos das Formas*, vol. A Cidade Imperfeita e a Fazer, II vols. (Guimarães: Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, 2012). p.158

13. Francisco Silva Dias afirmou: “De forma inimaginável e incontrollável a população constrói em tudo o que é espaço livre, nomeadamente nos pátios, mesmo reconhecendo que essas construções são muitas vezes inúteis e prejudiciais à ventilação e imolação da casa.” in “Breve Relato de Uma Experiência Vivida de Habitação Evolutiva,” *Jornal Arquitectos*, 1987, 60. p.9

14. Entrevista a Francisco Silva Dias in Ana Bordalo, “Bairro do Alto do Moinho: Estudo de Caso” (Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2006). p. 141

lote com diversos adornos e apensos. Apesar da urbanização refletir uma evolução não planeada - pela ocupação do pátio - esta padeceu de um consentimento posterior do arquiteto. Atualmente Silva Dias afirma que “A proximidade estabelecida entre os proprietários e as suas casas dá para sentir que os objetivos foram cumpridos”¹⁵.

Como segundo ponto, no Bairro da Malagueira surge a repetição disseminada de uma tipologia de casa-pátio que Álvaro Siza denominou de “flexível”. Apesar de partilhar o mesmo período de construção e contextos sociais, económicos e políticos, dos do Bairro Alto do Moinho, pode-se inferir que esta intervenção urbana não apresenta uma evolução estrutural tão significativa como a anterior. Na impossibilidade de analisar a evolução total do Bairro da Malagueira, tomou-se como amostra a primeira fase de construção do plano, correspondente a 100 habitações para a Cooperativa de Habitação Económica da Boa Vontade. Esta escolha justifica-se por ser o primeiro modelo desenhado por Siza, onde estão presentes os dois tipos de habitação - tipo A e tipo B - e a partir do qual se elaboraram e redesenharam as restantes 1100 habitações.

Neste sentido, o controlo da evolução estabelecido desde o início com o regulamento de construção, reflete-se, de forma evidente, na primeira fase da CHE Boa Vontade. Passados quase 40 anos desde a sua construção, 25% das habitações evoluíram respeitando as especificações de Álvaro Siza, no entanto e embora de menor percentagem, a evolução não planeada surgiu também em 22% das habitações, com a ocupação parcial do pátio. A introdução de pequenos telheiros, anexos e escadas de acesso à varanda superior, apesar de não permitidos pelo regulamento, tornaram-se quase impercetíveis do espaço público devido à altura dos muros. Sobre a estrutura da micro-escala, percebe-se um ambiente qualificado para evoluir mas detentor de um crescimento induzido, consequente da necessidade de organizar um espaço sem margem para o *espontaneismo* – para voltarmos ao conceito enunciado por Nuno Portas. Contudo, as marcas de uma evolução não planeada surgem pontualmente e sobre estas o próprio Siza afirma:

“As apropriações são mais ou menos marcantes, não interessa saber se são do meu agrado, previa que isso acontecesse. Anima-me que isso aconteça, porque significa uma relação de cada um com a casa, não uma submissão [ao projecto]. Mas o facto é que o carácter da Malagueira resistiu perfeitamente às intervenções”¹⁶.

Numa correlação com as evoluções anteriores, verificou-se que o desígnio meta-projetual a partir do qual Nuno Portas planeou o Bairro de COOPHECAVE, possibilitou efetivamente soluções diferentes das planeadas pelo próprio. Atualmente, passados 25 anos da construção das 102 habitações-tipo, a evolução da massa estrutural é significativa, não tanto pela percentagem de 30% de habitações que cresceram tipologicamente, mas pela construção informal verificada em 90% das habitações que ocuparam o espaço exterior de uma forma não planeada, mas antecipada pelo arquiteto. Esta percentagem tão elevada da informalidade não planeada era previsível dado o

15. Entrevista a Francisco Silva Dias in Ana Bordalo, op. cit. p.143

16. Entrevista a Álvaro Siza in Mário Gomes, “Factores de apropriação e construção identitária em torno da casa: Estudo de Caso - Bairro da Malagueira / Siza Vieira: Volume II - Apêndices e Anexos” (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2013). p.40

extenso espaço livre deixado para este mesmo desígnio. As pessoas apropriaram-se dos seus pátios com ocupações diversas - anexos exteriores, novos espaços interiores e até terraços superiores - construindo quase a “segunda casa”¹⁷ que Portas deixou em aberto. No entanto, embora o arquiteto tenha previsto um pátio traseiro livre como forma de induzir as evoluções não planeadas, no pátio frontal, que confina o espaço público, também surgiram novas formas de apropriação.

Mesmo com uma densa evolução de forma não planeada da micro-escala, o caráter da estrutura da macro-escala manteve-se. Posto isto, torna-se claro que nesta solução meta-projectual encontrada por Nuno Portas que procurou - com o pátio traseiro - deixar margem para a informalidade não planeada, o espaço frontal onde não era suposto a evolução da construção, foi igualmente tomado pelo *espontaneísmo*. Isto vem de encontro ao que António Baptista Coelho afirma: “a liberdade de expressão das famílias nos seus fogos é tanto maior quanto mais espaços elas possuem sem utilização estritamente determinada”¹⁸.

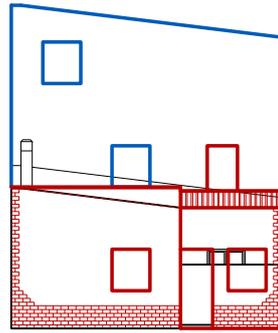
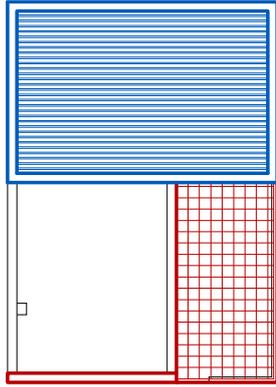
Tentar ordenar o não planeado, não é permitir o crescimento espacial, mas sim determinar o espaço onde se evolui. Tornou-se importante distinguir a evolução planeada da não-planeada para evidenciar que novas formas *do construir* surgiram *do habitar*. A construção planeada nas três urbanizações, correspondente ao número de habitações que seguiram o quadro evolutivo definido por cada arquiteto, tem uma percentagem equivalente situada entre os 20 e 30%. No entanto, é sobre o *espontaneísmo* que destacamos a evidente disparidade dos casos. Enquanto nas urbanizações de Nuno Portas e de Francisco Silva Dias presenciamos uma massiva evolução não planeada - em ambos os casos de 90% das habitações - quando analisamos a percentagem obtida no Bairro da Malagueira, deparamo-nos com uma construção informal contida.

Isto vem ao encontro das possibilidades e condicionamentos de crescimento, anteriormente analisados e respetivos a cada projeto, que não podem ser justificados pela dimensão do espaço existente. Se por um lado, a habitação-tipo de Nuno Portas, com um imenso espaço exterior, significou a maior liberdade de evolução, por outro a presença de limites e limitações do lote não condicionou o desenvolvimento da micro-escala, mas foi condição necessária para a definição da macro-escala. Ainda que esta solução manifeste uma maior apropriação dos espaços exteriores por parte dos habitantes, no caso da habitação-tipo de Francisco Silva Dias, a construção do pátio frontal também se revelou na principal alteração, onde a dimensão reduzida não foi um impedimento à apropriação do único espaço livre existente. Contudo, quando equiparamos estas soluções à do espaço planeado por Álvaro Siza, de dimensões intermédias, não existe nem evolução nem apropriação significativas. Se nos dois primeiros a evolução não planeada e a construção de volumetrias abrange quase a totalidade das casas, no bairro da Malagueira a relação entre a evolução planeada e não planeada é semelhante, acontecendo apenas em 1/5 das habitações.

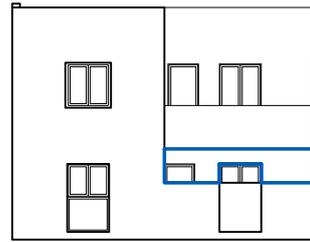
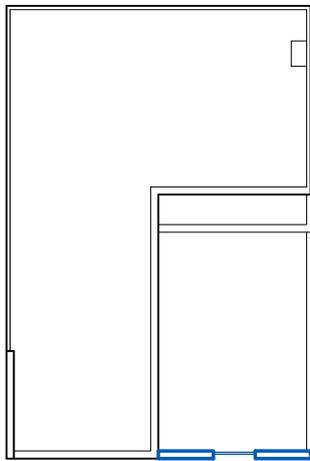
17. Cf. Capítulo 2 Urbanização Evolutiva. Parte 2.3. Bairro da Cooperativa Económica de Coophecave. Ponto 2.3.2. A contemporaneidade e o processo de habitar: A evolução do tecido residencial

18. António Baptista Coelho, “Apropriação e Satisfação Residencial,” Sociedade e Território, 1998. p.145

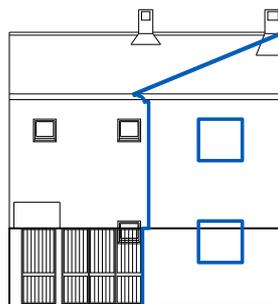
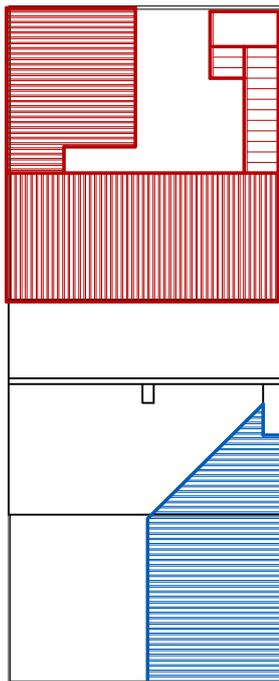
Casa Garcia



Casa Murteira



Casa Colaço



■ Evolução planeada

■ Evolução não planeada

Evoluir e apropriar são consequências de uma tipologia evolutiva, contudo, como foi possível evidenciar, o mesmo não se verifica quando o planeamento tipológico não incita para que tal aconteça. O *espontaneísmo* no espaço exterior parece ser transversal a dois projetos, embora no caso de Portas identifiquemos transformações tanto planeadas como não planeadas e no caso de Silva Dias, na sua maioria, evoluções espontâneas; quando comparamos com o caso de Siza, a informalidade não planeada é pouco significativa devido às condicionantes do plano, da regulação e da própria tipologia. O aparecimento de pequenos apontamentos sugere uma apropriação do espaço, mas não a evolução no sentido físico do lugar.

“O lugar é um fenómeno total, qualitativo, que não pode ser reduzido apenas a uma das suas características, mas engloba toda uma gama variada de qualidades e sensações, que lhe conferem um carácter e uma ambiência próprios. (...) A arquitetura devia ter como motivo mais profundo, o desenvolvimento sobre o conceito de lugar. Lugar entendido não como um resultado de uma operação aritmética, mas como espaço que a pessoa transforma, ao atribuir-lhe valor emocional. Espaço ainda como conclusão de um processo de apropriação ao qual a arquitetura deveria dar o valor de um rito iniciático.”¹⁹

Construir e evoluir são dois processos amplificados e somente possíveis quando presente uma noção de lugar reconhecível pelas pessoas, é desta relação das pessoas com o lugar que surge a relação das mesmas com a arquitetura. Em última análise, consideremos as pessoas e as suas casas.

Os números genéricos e quantitativos da evolução percentual das urbanizações, não traduzem as especificidades de cada casa. Tomemos as habitações analisadas apenas como exemplo e resultado do contacto físico e direto com o caso de cada casa. Esta oportunidade permitiu-nos percorrer o espaço privado de cada família e conhecer os modos de viver e habitar que motivaram a singularidade de cada evolução. Com base no conhecimento pragmático das três habitações - Casa Garcia, Casa Murteira e Casa Colaço - podemos evidenciar que todas as habitações efetivamente evoluíram, mas as transformações, motivadas por diferentes necessidades e aspirações familiares, também derivaram do método com que cada arquiteto planeou a habitação.

Quando comparamos estes exemplos com as evoluções genéricas de cada urbanização anteriormente explanadas, no caso de Francisco Silva Dias, a habitação não evoluiu por fases mas de forma imediata e contrária ao conceito de adição *legos*, cresceu de uma só vez. A Casa Garcia atingiu a tipologia máxima do quadro evolutivo e adicionou - com a construção não planeada do pátio - a peça de *lego* que faltava. Esta transformação, que ocorreu também na maioria das habitações do Alto do Moinho, significou a valorização da casa com a adição de um espaço interior no piso térreo e um espaço exterior mais privado no segundo andar; evoluindo a “casa inteira” de Silva Dias.

Por oposição, e de forma análoga à evolução percentual mínima do Bairro da Malagueira, a Casa Murteira evoluiu de um modo contido e quase impercetível do exterior. Na impossibilidade de

19. Isabel Bolas, “Queremos Uma Casa” (Prova Final de Licenciatura, Departamento de Arquitetura da F.C.T. da Universidade de Coimbra, 1998) p.48

construir além da tipologia máxima definida pelo projeto Álvaro Siza, a Casa Murteira “desconstruiu” o construído. As aspirações de um modo de habitar diferente levaram a transformações interiores que tornaram o espaço mais amplo e evidenciaram a flexibilidade, que Siza afirmou ser a essência desta tipologia²⁰. Esta evolução interior, mesmo não sendo significativa para a forma exterior da habitação, foi ocultada do espaço público pela elevação do muro que potenciou a sua privacidade.

Sem relação com as evoluções “instantânea” da Casa Garcia e “contida” da Casa Murteira, a Casa Colaço cresceu na forma aberta de Nuno Portas. Surgiram transformações, tanto planeadas como informais, no vasto espaço exterior deixado livre para esse mesmo efeito; se a extensão da habitação para o pátio frontal surgiu conforme o projeto do arquiteto, no pátio traseiro surgiram “diferentes soluções daquelas que as pessoas têm”²¹. A sua ocupação e apropriação, por novas formas - extensão do espaço interior, construção de um anexo e escadas de acesso a um terraço superior - evidenciaram a presença do *espontaneismo* na arquitetura de Nuno Portas.

A partir do princípio de cada arquiteto, compreendemos três formas de pensar a evolução. Para Nuno Portas, a condição essencial do *espontaneismo* da arquitetura surge a partir da cidade enquanto “obra aberta”; esta forma urbana possibilita a sobreposição de ambos os processos, os planeados pelo arquiteto e as informalidades do indivíduo. Portas parte da cidade para o fogo e através do seu desígnio de meta-projeto define as linhas gerais da estrutura e do espaço entre casas a partir da forma do quarteirão.

De um modo inverso, Álvaro Siza parte do fogo para desenhar o quarteirão, que resulta dessa múltipla seriação de fogos em banda. Como Vittorio Gregotti explica: “o desenho não é para Siza uma linguagem autónoma; trata-se de tirar as medidas, de fixar as hierarquias internas do lugar que se observa, dos desejos que ele suscita, das tensões que induz; trata-se de aprender a ver as interrogações, a torná-las transparentes e penetráveis”²². No processo de desenho tão característico de Siza, está presente a ideia da repetição do fogo para chegar à forma da cidade.

Também de uma projeção exaustiva, surgiu o conceito de “casa inteira” de Silva Dias. Se por um lado, a forma fechada revela o seu modo condicionante de pensar a evolução a partir da habitação, por outro lado, Nuno Portas preocupa-se em evoluir a partir do quarteirão e através do planeamento exterior, mas dá espaço e liberdade para as informalidades não planeadas ocorrerem no seu interior. Deste modo, não é só a habitação que evolui, mas também a cidade é um processo aberto.

Em suma, todas as experiências de habitar definiram-se no espaço e no tempo, pela condição contínua de evoluir e apropriar. Evidencia-se que, quanto mais liberdade o indivíduo tem para construir a sua própria habitação, mais o indivíduo produz sentido de lugar no espaço. Esta relação entre o indivíduo e a arquitetura, é consequente da forma ordenada pelo arquiteto e surge quando a sua organização incita ao tempo de habitar. Com isto, conclui-se que o papel do arquiteto é fundamental para a realização do espaço, porque construir lugar é criar a identidade das casas e das ruas. *As ruas onde passamos pelos outros, mas passamos principalmente por nós.*

20. Cf. Consideração final: Sobre o processo de construir

21. Cf. Consideração final: Sobre o processo de construir

22. Álvaro Siza Vieira, *Imaginar a Evidência* (Lisboa: Edições 70, 2009). p.9

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA

- AEFAUP**, ed. *Páginas Brancas*. Porto, 1992.
- ALBERTI**, Leon Battista. “Restauração de Edifícios.” in *De Re Aedificatoria*, Vol. 10, n.d.
- BANDEIRINHA**, José António. *O Processo SAAL: e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.
- BOLAS**, Isabel. “Queremos uma Casa.” Prova Final de Licenciatura, Departamento de Arquitectura da F.C.T. da Universidade de Coimbra, 1998.
- BORDALO**, Ana. “Bairro do Alto do Moínho: Estudo de Caso.” Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2006.
- CABRITA**, António, and António Coelho. *Habituação Evolutiva e Adaptável*. Lisboa: LNEC, 2003.
- CABRITA**, António M. Reis. *O Homem e a Casa: Definição Individual e Social da Qualidade da Habitação*. Lisboa: LNEC, 1995.
- CARVALHO**, Jorge. *Évora, Administração Urbanística*. Câmara Municipal de Évora. Évora, 1990.
- CARVALHO**, Mariana. “Investigação em Arquitectura: o contributo de Nuno Portas no LNEC: 1964-1974.” Dissertação de Mestrado Integrado, Universidade de Coimbra, 2012.
- COELHO**, António Baptista. *INH 1984-2004: 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*. Instituto Nacional de Habitação. Lisboa, 2006.
- COELHO**, António Baptista, and António Reis Cabrita. *Habituação Evolutiva e Adaptável*. 3ª ed. Lisboa: LNEC, 2015.

- FERNANDES**, Ignácio Peres, A. Celestino da Costa, J. M. Ferreira da Cunha, Ruy José Gomes, Nuno Portas, and J. M. Alves de Sousa. *Colóquio sobre Política da Habitação. Relato Final*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1969.
- Conselho Nacional do SAAL. *Livro Branco do SAAL*, 1974- 1976. Lisboa: SAAL, 1976.
- DELEUZE**, Gilles. *Diferença e Repetição*. Translated by Luiz Orlandi and Roberto Machado. Lisboa: Relógio d'Água, 2000.
- DUARTE**, José Pinto. *Personalizar a Habitação em Série: Uma Gramática Discursiva para as Casas da Malagueira do Siza*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- Família e Habitação*. Coleção Mesa/ Redonda. Porto: Livraria Telos, 1972.
- GARCÍA-HUIDOBRO**, Fernando, Nicolas Tugas, and Diogo Torres Torriti. *¡El Tiempo Construye! Time Builds!* Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2008.
- GOMES**, Mário. “Factores de Apropriação e Construção Identitária em torno da Casa: Estudo de Caso - Bairro da Malagueira / Siza Vieira: Volume II - Apêndices e Anexos.” Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2013.
- GOMES**, Mário José. *Bairro da Malagueira de Siza Vieira*. Lisboa: Caleidoscópico, 2016.
- GOMES**, Paulo Varela. “Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos.” in *História da Arte Portuguesa vol.3*, Vol. Do Barroco à Contemporaneidade. Lisboa: Temas e Debates, 1999.
- GRANDE**, Nuno, ed. *O Ser Urbano: nos caminhos de Nuno Portas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.
- HEIDEGGER**, Martin. “Construir, Habitar, Pensar.” in *Ensaio e Conferências*, translated by Marcia Sá Cavalcante Schuback, 8th ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- Instituto Nacional de Habitação. *Concurso Público para Apresentação de Soluções de Habitação Evolutiva*. Lisboa, 1987.
- LINO**, Raul. *Casas Portuguesas: Alguns apontamentos sobre o Arquear das Casas Simples*. 11ª ed. Lisboa: Cotovia, 1992.
- MOLTENI**, Enrico. *Álvaro Siza: Barrio de La Malagueira, Évora*. Barcelona: Edicions UPC, 1997.
- MOTA**, Nelson. “An Archaeology of the Ordinary.” Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Delft, 2014.
- COSTA**, Alexandre Alves. *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação- 1974-1976*. Maria Burmester, ed. Porto: Fundação de Serralves, 2014.
- PEREIRA**, Nuno Teotónio. “Casas e Sonhos.” *Expresso, Guia O Melhor de Portugal*, 1997.
- . *Escritos (1947- 1996, Seleção)*. Vol. 7. Argumentos. Porto: FAUP, 1996.

- PEREIRA**, Sandra Marques. *Casa e Mudança Social: uma Leitura das Transformações da Sociedade Portuguesa a partir da Casa*. Lisboa: Caleidoscópio, 2012.
- PORTAS**, Nuno. *A Habitação Social - Proposta para a Metodologia da sua Arquitectura*. Escritos I 3. Porto: FAUP Publicações, 2004.
- . *Funções e Exigências de Áreas da Habitação*. Informação Técnica - Edifícios 4. Lisboa: MOP Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1969.
- . *Os Tempos das Formas*. Vol. A Cidade Imperfeita e a Fazer. II vols. Guimarães: Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, 2012.
- PORTAS**, Nuno, Camilo Cortesão, and José Manuel Soares. “SOMINCOR Conjunto Residencial de Castro Verde - Esquema Preliminar - Memória.” Câmara Municipal de Castro Verde, 1961.
- PORTAS**, Nuno, Manuela Fazenda, and Isabel Plácido. “COOPHECAVE/ Habitação em Castro Verde - Memória Descritiva.” Câmara Municipal de Castro Verde, 1989.
- . “Memória Descritiva - CHE - COOPHECAVE - Castro Verde.” Câmara Municipal de Castro Verde, 1988.
- SARAIVA**, Maria da Graça. *Plano Integrado do Zambujal: uma experiência de Planeamento Projecto, Obra e Gestão de Estrutura Verde e Espaços Exteriores*. Lisboa: Fundo de Fomento da Habitação, 1982.
- SEABRA**, Nuno Miguel. “Construir, Habitar, Pensar O Bairro da Malagueira de Álvaro Siza.” Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Teoria da Arquitectura, Universidade Lusíada de Lisboa, 2006.
- TÁVORA**, Fernando. *Da Organização do Espaço*. Série 2: Argumentos 13. Porto: FAUP Publicações, 2008.
- . “O Problema da Casa Portuguesa.” in *Teoria e Crítica de Arquitectura - Século XX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2010.
- TURNER**, John. “Preface.” in *¡El Tiempo Construye! Time Builds!* Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2008.
- TURNER**, John, and Robert Fichter. *Freedom to Build, Dweller Control of the Housing Process*. Edited by Collier Macmillan. New York, 1972.
- VIEIRA**, Álvaro Siza. *As Cidades de Álvaro Siza*. Lisboa: Figueirinhas, 2001.
- . *Imaginar a Evidência*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- . “Plano de Pormenor de uma Área de 27ha integrada no Plano de Expansão Oeste de Évora.” Câmara Municipal de Évora, 1977.
- VITRÚVIO**. *Tratado de Arquitectura*. Translated by M. Justino Maciel. Lisboa: Press, 2009.

ARTIGOS - PERIÓDICOS

COELHO, António Baptista. “Apropriação e Satisfação Residencial.” *Sociedade e Território*, 1998.

COELHO, Margarida. “Uma Experiência de Transformação no Sector Habitacional do Estado SAAL - 1974-1976.” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Fevereiro de 1986.

DIAS, Francisco Silva. “Breve Relato de uma Experiência Vivida de Habitação Evolutiva.” *Jornal Arquitectos*, 1987, 60 edition.

GUERRA, Isabel. “Grupos Sociais, Formas de Habitat e Estrutura do Modo de Vida.” *Sociedade e Território*, 1998.

LAUWE, Paul Chombart de. “Sociologia da Habitação - Métodos e Perspectivas da Investigação.” *Revista Arquitectura*, 1960.

PEREIRA, Nuno Teotónio. “Habitação Social: Habitações para o Maior Número.” *Revista Arquitectura*, 1969.

PINTO, Teresa Costa. “Modelos de Habitat, Modos de Habitar: O Caso da Construção Clandestina do Habitat.” *Sociedade e Território*, 1998.

PORTAS, Nuno. “Desenho e Apropriação do Espaço da Habitação.” *Revista Arquitectura*, 1968.

———. “O primeiro Colóquio do «Habitat».” *Revista Arquitectura*, 1960.

PORTAS, Nuno, and Francisco Silva Dias. “Habitação Evolutiva.” *Revista Arquitectura*, 1972.

RODRIGUES, Ana. “Bairro do Zambujal é uma terra de ninguém. Moradores reclamam contra o desleixo.” *Notícias da Amadora, Seminário Popular*. 2003, 1553 edition.

VIEIRA, Álvaro Siza. “Siza.” *L'Architecture D'aujourd'hui*, 1991.

“As Cooperativas já não podem construir para os mais pobres.” *O Campaniço*. 1990.

“Concurso Público para Apresentação de Soluções de Projectos de Habitação Evolutiva.” *Jornal Arquitectos*. 1987, 60 edition.

“Encontro Nacional de Arquitectos Dezembro 1969.” *Revista Arquitectura*, 1969.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil. “Habitação Evolutiva e por Autoconstrução: Estudos de Caso.” Lisboa: LNEC, 1986.

“I Colóquio organizado pelo S.N.A. sobre temas habitacionais: «Aspectos Sociais na Concepção do Habitat».” *Revista Arquitectura*, 1960.

“O Bairro da Malagueira.” *Revista Évora Mosaico*, January 2012.

“O Empreendimento Mineiro de Neves-Corvo.” *O Campaniço*. 1990.

“Plano de Pormenor para a zona da Malagueira - Évora.” *Revista Arquitectura*, 1979.

“Plano Integrado do Zambujal (Lisboa).” *Binário: Arquitectura Planeamento Design*, 1976.

REFERÊNCIAS ELECTRÓNICAS

Entrevista a Nuno Portas por Manuel Graça Dias. Vol. Coleção Arquitectura. Por Outro Lado. RTP Arquivo, 1993.

ÍNDICE DE IMAGENS

0. Cedida por Glayson Arcanjo, do seu arquivo pessoal
1. Cedida pelo Arqueólogo Miguel Rêgo, do seu arquivo pessoal
2. (1969), “Diário de Lisboa”, nº 16714, Ano 49, Quarta, 2 de Julho de 1969, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_7326
3. Grande, Nuno. O Ser Urbano: nos caminhos de Nuno Portas. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012. P.317
4. Colóquio sobre Política da Habitação. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1969.
5. Ordem dos Arquitectos, Jornal Arquitectos, n. 3, Fev. 1982, p. 8-9
6. “Urbanisation case history in Peru Dwelling resources in South America”, Architectural Design 8, Agosto 1963, John Turner Archive, Disponível HTTP: <http://communityplanning.net/JohnTurnerArchive/pdfs/AD8-04UrbanisationinPeru.pdf>
7. “Urbanisation case history in Peru Dwelling resources in South America”, Architectural Design 8, Agosto 1963, John Turner Archive, Disponível HTTP: <http://communityplanning.net/JohnTurnerArchive/pdfs/AD8-04UrbanisationinPeru.pdf>
8. García-Huidobro, Fernando, Nicolas Tugas, and Diogo Torres Torriti. ¡El Tiempo Construye! Time Builds! Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2008. p.52
9. García-Huidobro, Fernando, Nicolas Tugas, and Diogo Torres Torriti. ¡El Tiempo Construye! Time Builds! Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2008. p.45
10. García-Huidobro, Fernando, Nicolas Tugas, and Diogo Torres Torriti. ¡El Tiempo Construye! Time Builds! Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2008. p.45
11. Portas, Nuno, and Francisco Silva Dias. “Habitação Evolutiva.” Revista Arquitectura, 1972. p.108

12. Portas, Nuno, and Francisco Silva Dias. "Habitação Evolutiva." *Revista Arquitectura*, 1972. p.110
13. Portas, Nuno, and Francisco Silva Dias. "Habitação Evolutiva." *Revista Arquitectura*, 1972. p.111
14. "Torres do Alto da Eira (Lisboa)." *Binário: Arquitetura, Construção, Equipamento*, 1976.
15. Grande, Nuno. *O Ser Urbano: nos caminhos de Nuno Portas*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2012. P.306
16. Grande, Nuno. *O Ser Urbano: nos caminhos de Nuno Portas*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2012. P.306
17. Grande, Nuno. *O Ser Urbano: nos caminhos de Nuno Portas*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2012. P.306
18. Grande, Nuno. *O Ser Urbano: nos caminhos de Nuno Portas*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2012. P.306
19. Arquivo Alexandre Alves Costa, Coleções Fotografias, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, Disponível HTTP: <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=7>
20. Grande, Nuno. *O Ser Urbano: nos caminhos de Nuno Portas*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2012. P.326
21. *As Operações SAAL*, Filme de João Dias, 2007. Midas Filmes. Disponível HTTP: <http://www.midas-filmes.pt/estreias/estreados/as-operacoes-saal>
22. Instituto Nacional de Habitação. Concurso público para apresentação de soluções de Habitação Evolutiva. Lisboa, 1987.
23. Instituto Nacional de Habitação. Concurso público para apresentação de soluções de Habitação Evolutiva. Lisboa, 1987. p.36
24. Instituto Nacional de Habitação. Concurso público para apresentação de soluções de Habitação Evolutiva. Lisboa, 1987. p.52
- 25 - 39. Fotografias do autor
40. Rodríguez, Juan. "The Malagueira Housing Complex 1973-1977", *Bigmat International Architecture Agenda*, Disponível HTTP: <http://www.bmiaa.com/siza-by-siza-by-amag-publisher-six-works-revisited-by-the-own-author/>
41. Seabra, Miguel. "Construir, Habitar, Pensar o Bairro da Malagueira de Álvaro Siza. - Anexos" Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Teoria da Arquitetura, Universidade Lusíada de Lisboa, 2006. p.31
42. Seabra, Miguel. "Construir, Habitar, Pensar o Bairro da Malagueira de Álvaro Siza. - Anexos" Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Teoria da Arquitetura, Universidade Lusíada de Lisboa, 2006. p.41
43. Seabra, Miguel. "Construir, Habitar, Pensar o Bairro da Malagueira de Álvaro Siza. - Anexos" Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Teoria da Arquitetura, Universidade Lusíada de Lisboa, 2006. p.174

44. Seabra, Miguel. “Construir, Habitar, Pensar o Bairro da Malagueira de Álvaro Siza. - Anexos” Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Teoria da Arquitetura, Universidade Lusíada de Lisboa, 2006.p.64

45 - 57. Fotografias do autor

58. Grande, Nuno. O Ser Urbano: nos caminhos de Nuno Portas. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2012. p.360

59 - 69. Fotografias do autor

70. Axonometria de localização, desenho elaborado pelo autor

71 - 78. Fotografias do autor

79. Axonometria de localização, desenho elaborado pelo autor

80 - 87. Fotografias do autor

88. Axonometria de localização, desenho elaborado pelo autor

89 - 96. Fotografias do autor